

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL
- MESTRADO E DOUTORADO -

Diônifer Alan da Silveira

A RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS
NA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO E SEUS DISCURSOS:
uma questão ambiental, social, econômica e política

Santa Cruz do Sul, Dezembro de 2010

Diônifer Alan da Silveira

A RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS
NA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO E SEUS DISCURSOS:
uma questão ambiental, social, econômica e política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Artemio Fischborn Ferreira

Santa Cruz do Sul, Dezembro de 2010

Diônifer Alan da Silveira

**A RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO
E SEUS DISCURSOS: UMA QUESTÃO AMBIENTAL, SOCIAL, ECONÔMICA E
POLÍTICA**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.



Dr. Marcos Artêmio Fischborn Ferreira
Professor Orientador



Dr.ª Heleniza Ávila Campos



Dr.ª Clítia Helena Backx Martins

•S587r

Silveira, Diônifer Alan da

A reciclagem de resíduos sólidos na região do Vale do Rio Pardo e seus discursos: uma questão ambiental, social, econômica e política / Diônifer Alan da Silveira. – 2010.

220 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010.

Orientação: Prof. Dr. Marcos Artemio Fishborn Ferreira.

1. Reaproveitamento (Sobras, refugos, etc.). 2. Catadores de lixo. 3. Disputa de poder. 4. Análise do discurso. 5. Desenvolvimento regional I. Ferreira, Marcos Artemio Fishborn. II. Título.

Bibliotecária responsável Luciana Mota Abrão - CRB 10/2053

À Adelira Rosane da Silveira e João Batista Machado da Silveira.
Por serem mestres com ingenuidade e simplicidade: excelentes pais.

À Lauren Lewis Xerxenevsky.
Amada, companheira, minha completude.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a, absolutamente, todos os cidadãos do Brasil, pelo pão comprado diariamente que contribuiu e contribui com a estrutura de Estado, que permitiu minha formação e o apoio direto para o mestrado, como escolas e a própria CAPES – que concede bolsas para qualificação de estudantes e acredita no futuro da ciência no país.

Ao profundo conhecedor de Políticas Públicas e crítico de excelente qualidade, Professor Doutor Orientador Marcos Artêmio Fischborn Ferreira.

A todos os fantásticos e interdisciplinares colegas do PPGDR, em especial, Alcione Talaska, José Antônio Farias e Almir Arantes.

Também um agradecimento à excelente competência e carisma com que trabalha a Cassia Andrada de Paula, principal responsável pela total organização do PPGDR.

A todos os meus familiares pela simples razão de serem minha maior fonte de energia.

Um especial agradecimento aos bravos e admiráveis catadores e apoiadores do Movimento Nacional dos Catadores de Santa Cruz do Sul, a nova COOMCAT, antiga ASECMAR, que me ensinaram que a vida com dedicação ao coletivo gera maior felicidade e satisfação.

Agradeço ainda ao meu grande amigo Fagner Jandrey, exemplo de luta pelo bem de todos.

RESUMO

A descrição de um cenário da reciclagem de resíduos sólidos se faz por uma análise das dimensões ambiental, social, econômica e política entre os atores envolvidos no tema. No contexto da região do Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil, procuramos compreender os fatores estruturais e conjunturais que inibem o desenvolvimento da área de reciclagem, uma área que possibilita ainda incontáveis ganhos em todas as dimensões a todos os atores. A perspectiva utilizada para essa compreensão se fez a partir da análise crítica do discurso (ACD) da população, dos catadores, do poder público, da sociedade civil e das empresas, percebendo as relações de poder que se apresentam, as quais coagem os atores com menores oportunidades de atuação dentro do cenário, especialmente os catadores de materiais recicláveis. A explicitação dos conflitos e a apresentação de argumentos nas quatro dimensões são os argumentos que temos para contribuir com a estrutura do cenário que carece de mudanças. O processo de mudança ficou claro quando apresentamos as conquistas locais (criação do Fórum de Ação pela Coleta Seletiva e a gestão da Usina Municipal de Santa Cruz do Sul à cooperativa de catadores), nacional (publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos) e internacional (Copa do Mundo de Futebol “Verde”, em 2014, no Brasil), que possibilitam novas estratégias a cada um dos atores. Constatamos, neste discurso (em formato de dissertação), que o desenvolvimento da dimensão política, seja com a institucionalização de estruturas legais ou seja com a aparentemente simples articulação e a comunicação entre os atores é o principal caminho a ser aprimorado em sociedade para que possamos construir políticas públicas que supram as necessidades comuns e as condições mínimas para a melhoria da qualidade de vida da população e a consequente busca, individual ou coletiva, da felicidade.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; reciclagem de resíduos sólidos; catadores; disputa de poder; análise crítica do discurso.

ABSTRACT

The description of a scenario of recycling of solid waste requires an analysis of environmental, social, economic and political relationships between the actors involved in the issue. In the context of the region of Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brazil, we seek to understand the structural and cyclical factors that inhibit the development of the recycling practices recognized as a source of countless gains in all dimensions to all actors. The analytical approach is based on critical discourse analysis (CDA) of several actors, as recyclable material pickers, government, civil society and companies, and their interactions defining an arena about this special issue. Power relations are presented that show some actors, specially the recyclable material pickers, with fewer opportunities acting within the scenario. The details of the conflict and the presentation of arguments in the four dimensions are the contributions that our discourse has to contribute to the structure of this scenario that requires changes. The process of change became clear when we present the local achievements (creation of the Forum for Action in Selective Collection and of the management of the Local Waste Segregation Unit, of Santa Cruz do Sul, to the pickers' cooperative), national (publication of the National Solid Waste Policy) and international ("Green" World Cup of Soccer, in 2014, in Brazil), which enable new strategies to each one of the actors. We also notice in our discourse (explicit in the thesis format) that the development of the political dimension, either with the institutionalization of legal structures or with the seemingly straightforward articulation and the communication between the actors is the main road to be improved in society to construct public policies that fulfill the needs and common minimum conditions for improving the quality of life and the resulting, individual or collective, pursuit of happiness.

Keywords: regional development; recycling of solid waste; recyclable material pickers; power struggle; critical discourse analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Mapa do COREDE do Vale do Rio Pardo e suas Micro-regiões.....	28
Ilustração 2 - Tabela com IDESE da Região do VRP - 2006.....	29
Ilustração 3 - Proximidade da RVRP dos principais polos do RS	33
Ilustração 4 - Distribuição populacional da região do Vale do Rio Pardo – 2010	36
Ilustração 5 - Esquema de Saneamento da Água	67
Ilustração 6 - Mapa demonstrativo do percentual relativo de Saneamento no mundo.....	69
Ilustração 7 - Mapa demonstrativo do percentual relativo de Reciclagem de Resíduos.....	70
Ilustração 8 – Valores de venda direta recicladoras em Porto Alegre (2008-2010) - R\$/ton	94
Ilustração 9 – Proporção de Material Reciclado em Atividades Industriais – Brasil 1992-2008	96
Ilustração 10 - Tabela com valores do potencial comércio de materiais recicláveis na região do VRP – Cotação em Porto Alegre – R\$/tonelada – Junho de 2008	97
Ilustração 11 - Índices de reciclagem de lata de alumínio no Brasil e no mundo – 1997 a 2008	99
Ilustração 12 - Índice de reciclagem de papel no Brasil – 1999 a 2008.....	100
Ilustração 13 - Índice de Reciclagem Mecânica Pós-consumo no Brasil (2003-2007).....	101
Ilustração 14 - Uso da matéria plástica reciclada no Brasil	102
Ilustração 15 - Índice de reciclagem de vidro no Brasil – 2000 a 2007	103
Ilustração 16 - Esquema das políticas de reciclagem nos municípios.....	115
Ilustração 17 - Etapas do enfoque para análise crítica do discurso	119
Ilustração 18 - Categorias de Análise para a dissertação	140
Ilustração 19 - Relação entre os principais atores da área da reciclagem de resíduos sólidos.....	141
Ilustração 20 – Quadro resumo da disposição e dos níveis de influência dos principais atores	159

LISTA DE SIGLAS

ABAL – Associação Brasileira do Alumínio
ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ABIVIDRO – Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro
ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
ACD – Análise Crítica do Discurso
AFUBRA – Associação de Fumicultores do Brasil
ASSECMAR – Associação de Catadores Ecológicos de Materiais Recicláveis
BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento
CaixaRS – Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Sul
CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem
CMMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq – Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUDE – Conselho Municipal de Desenvolvimento
COOMCAT – Cooperativa Mista de Coleta e Reciclagem de Materiais Orgânicos e Inorgânicos Reaproveitáveis, Produção e Industrialização de Hortigranjeiros, Floricultura, Educação Ambiental e Aquisição de Bens Necessários à Vida dos Catadores de Santa Cruz do Sul
COP15 – 15ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática em Copenhague
COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento
COREDE-VRP – Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
FACS – Fórum de Ação pela Coleta Seletiva Solidária e Reciclagem de Santa Cruz do Sul
FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul
FIB – Felicidade Interna Bruta
FIERGS – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul
FLD – Fundação Luterana de Diaconia
FOFA – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
FUPASC – Fundação de Proteção Ambiental de Santa Cruz do Sul
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INPEV – Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
METROPLAN – Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MPA – Movimento de Pequenos Agricultores do RS
MST – Movimento Sem-Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PES – Planejamento Estratégico Situacional
PET – Polietileno Tereftalato
PIB – Produto Interno Bruto
PNRS – Política Nacional dos Resíduos Sólidos
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPG – Programa de Pós-Graduação
PPGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PR – Paraná
RBS TV – Rede Brasil Sul de Telecomunicações
RIO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro
RS – Rio Grande do Sul
RVRP – Região do Vale do Rio Pardo
SC – Santa Catarina
SNIS – Sistema Nacional de Indicadores sobre Saneamento
SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
TCE – Tribunal de Contas do Estado
TERMISUL – Projeto Terminológico Cone Sul
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNDP – United Nations Development Programme
UNEP – United Nations Environment Programme
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul
USP – Universidade de São Paulo
US\$ – Dólares americanos
VRP – Vale do Rio Pardo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 CONTEXTUALIZANDO PARA COMPREENDER OS DISCURSOS	25
1.1 Conhecendo a Região do Vale do Rio Pardo	26
1.2 Atores Envolvidos	34
1.3 Os atores e suas responsabilidades	58
2 ELEMENTOS PARA UM BOM DISCURSO (Apontamentos para uma revisão teórica e metodológica).....	63
2.1 Dimensão Ambiental	64
2.1.1 Saneamento Básico	66
2.1.2 Educação Ambiental	71
2.2 Dimensão Social.....	75
2.2.1 Uma nova discussão de desenvolvimento: Felicidade Interna Bruta.....	77
2.2.2 Exclusão do município, do rural e do cidadão	82
2.3 Dimensão Econômica	87
2.3.1 Reciclagem.....	94
2.4 Dimensão Política.....	104
2.4.1 Movimentos Sociais.....	109
2.4.2 Políticas Públicas	111
2.4.3 Análise Crítica do Discurso e as formas de poder	113
3 O DISCURSO DOS ATORES ENVOLVIDOS	117
3.1 Metodologia para compilar material a ser analisado	118
3.2 Análise crítica dos discursos.....	136
4 ESSE DISCURSO SERVIRÁ PARA ALGO? (Considerações)	160
REFERÊNCIAS	165
ANEXO A - QUESTIONÁRIO ENVIADO ÀS 23 PREFEITURAS (sem respostas)	180
ANEXO B - TEXTOS DE OPINIÃO NOS JORNAIS LOCAIS	182
ANEXO C – MARCOS FUNDAMENTAIS DO MNCR	210

INTRODUÇÃO

O que definitivamente seria abordado neste trabalho não foi delimitado desde o princípio, já que foram constantes discussões e aprendizados para estruturar o presente objeto de dissertação. Sou bacharel em Letras, com habilitação para tradução em inglês, e uma das primeiras questões que me faziam quando eu dizia ser estudante de mestrado era: por que escolher Desenvolvimento Regional? Minha resposta sempre foi tentando explicar meu desejo de ter um maior alcance que uma pesquisa científica pudesse ter, no sentido de ser mais abrangente quanto ao público a ser atingido pelo debate acadêmico, algo com um pouco mais de influência nas relações sociais. Fui, muitas vezes, alertado de que isso se aproximava mais de ações de extensão - quando a universidade desenvolve projetos que interagem e influenciam diretamente na vida da população. Em todo caso, minha expectativa sempre foi a de colaborar com aqueles que contribuíram e ainda contribuem com minha formação, ou seja, toda a sociedade. Estudei nos ensinos fundamental (municipal), médio (estadual) e superior (federal), além de ter sido estudante com bolsa do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (órgão federal). Já neste mestrado, conquistei a bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (também um órgão federal). Educação pública é resultado do pagamento dos altos impostos, que pesam no bolso do contribuinte, principalmente dos mais pobres. Soma-se a isso o fato de que, no decorrer do mestrado, me tornei servidor público da Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, o que, para mim, reforça ainda mais o compromisso com a população e me faz constantemente pensar no cidadão e no futuro da “coisa pública”, para melhorar a qualidade de vida em sociedade.

Contribuir para os debates acadêmicos não me parecia o suficiente, pensava em algo que pudesse fazer repensar a atitude de muitas pessoas. Ao longo dos anos, algo que me preocupava eram as mudanças que vinham ocorrendo com o meio ambiente, causadas, em certa grau, pela ação humana. Minha fascinação pelo assunto foi reforçada pelas pesquisas de iniciação científica na área ambiental, quando tive maior contato com textos da área com enfoque no uso dos termos especializados, visando a elaboração de glossários e de dicionários, no Projeto Terminológico Cone Sul – TERMISUL, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (KRIEGER *et al*, 2006). Mais recentemente, fui me aproximando cada vez mais do assunto através das pesquisas realizadas pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, que é uma instituição comunitária, sem fins lucrativos, que

busca transformar a realidade da região onde está inserida tanto através da contribuição com pesquisas (SILVEIRA; TALASKA, 2008; FERREIRA; SPERONI, 2008, entre outros), quanto através da extensão e do ensino, com ações focadas em áreas compatíveis com a realidade regional.

Uma atitude local que influenciou diretamente minha “consciência ecológica” foi o projeto *Verde é Vida*, da Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA, que visita anualmente, desde 1991, cerca de 350 escolas nos estados do Sul do País, atingindo por volta de 350.000 estudantes (AFUBRA, 2007). O projeto divulga informações que incitam um sentimento nos jovens de que uma pequena contribuição para o bem da natureza é uma significativa ação para o bem de todos, um princípio importante para uma vida em sociedade mais justa. Além desse exemplo, diversos programas e reportagens jornalísticos dos últimos anos relatavam casos de atividades em que materiais recicláveis eram utilizados como matéria-prima, o que parecia encher de orgulho os apresentadores, ao dar “boas notícias”, e ainda mais as pessoas que participavam dessas pequenas “contribuições” em suas localidades. Foi marcante para mim um exemplo de Santa Cruz do Sul, mostrado no Jornal Nacional, a respeito do reaproveitamento dos pneus para a confecção, no presídio do município, de blocos para a construção de casas populares, o chamado BOM-PLAC. Exemplos similares de trabalhos com detentos, entre tantos outros de “boas práticas” ambientais, têm sido divulgados com frequência na mídia.

A geração do material que será considerado lixo, ou resíduos sólidos, como alguns atores sociais costumam chamar (o termo lixo apresenta um uso mais relacionado à informalidade, sujeira, ignorância, ou seja, possui maior carga de preconceito do que resíduos) se dá a partir de uma necessidade social. A partir da extração de recursos naturais, as indústrias fabricam os produtos que servirão para suprir àquela necessidade da sociedade. Os produtos serão vendidos em lojas e supermercados, sendo comprados pelos cidadãos. Após a etapa de compra dos produtos, a população faz uso desse material e, como em muitos casos, logo em seguida o descarta. Posteriormente o resíduo gerado deve ser recolhido. E o recolhimento deste material é de responsabilidade do poder público municipal, embora outro ator possa ser incumbido de executar tal tarefa (BRASIL, 2010 e 2007). Na definição do destino a ser dado a este material descartado é que principalmente se diferencia o lixo do resíduo, pois o lixo costuma ser aquilo que é sujo e não presta mais, enquanto que os resíduos

têm a possibilidade de ser reintroduzidos no processo industrial, para se tornar uma nova matéria-prima.

Em meio ao grande debate colocado pela mídia brasileira nos últimos anos, iniciado principalmente pelo evento RIO-92, e reforçado, mais recentemente, pela publicação do Relatório sobre as Mudanças Climáticas (IPCC, 2008), que afirmou haver aumento da temperatura no planeta causado pela ação do homem, a sociedade passou a acreditar que os efeitos causados pelo consumo desenfreado e a falta de consciência ambiental seriam os principais fatores que tornariam a qualidade de vida das próximas gerações duvidosa. Um dos primeiros trabalhos que advertiu a incapacidade de suprimento da natureza aos padrões de exploração humana foi o relatório *O Limite do Crescimento* em 1972 (MEADOWS, 1973), questionando, já nos anos de 1970, a possibilidade de repensarmos a “obrigação” de sempre haver crescimento econômico.

Na visão predominante atualmente, o desenvolvimento duradouro e de qualidade para as próximas gerações, chamado de sustentável, exige uma dedicação de nossa parte, os atuais ocupantes do planeta, no que se refere a novas atitudes frente à exploração dos recursos naturais que não são renováveis - ou seja, materiais alterados de seu meio natural para satisfazer aos desejos do homem. Além disso, o produto final dessa exploração gera resíduos sólidos e gasosos que são simplesmente descartados (atualmente a maior parte só é enterrada), em muitos casos, como dito anteriormente, em poucas horas após o consumo.

A Conferência Internacional, COP15, realizada com os países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (firmada durante a RIO-92), ocorrida em Copenhague, Dinamarca, em dezembro de 2009, foi a maior mobilização sobre a mudança climática já ocorrida, com grande participação da sociedade civil e o maior número de dirigentes globais. Entretanto, a COP15 teve um “desfecho confuso e melancólico” (ABRANCHES, 2010), demonstrando que o evento teve, simultaneamente, movimentos esperançosos - mobilização mundial - e frustrantes - incapacidade de decisão política quanto a uma forte mudança de padrão de consumo mundial – e ainda apresentou o clamor mundial por mudanças no conceito de desenvolvimento sustentável.

Como afirma LEFF (2009, p. 18):

A crise ambiental é uma crise da razão, do pensamento, do conhecimento. A educação ambiental emerge e se funda em um novo saber que ultrapassa o conhecimento objetivo das ciências. A racionalidade da modernidade pretende por à prova a realidade, colocando-a fora do mundo que percebemos com os sentidos e de um saber gerado na forja do mundo da vida.

Desses novos questionamentos, há estudos que rejeitam a teoria exclusiva de que a principal influência para o aumento da temperatura do planeta seja a ação antrópica, isto é, a ação do homem ao queimar combustíveis fósseis e florestas da Terra. Um dos estudos é de Molion (2008), que inclusive defende que há tendências de esfriamento global, e não de aquecimento, tendo em vista que os relatórios do IPCC (2008) basearam-se em ciclos muito pequenos de anos, que acabariam por induzir à conclusão predominante atualmente e propagada pela mídia internacional. Para Acsehrad (2010), há vantagens mercadológicas na propaganda de ações “sustentáveis” para as organizações e sua imagem no mundo.

[...] o “meio ambiente” é visto como “oportunidade de negócios” (vide concepções vigentes em seguidos Planos Plurianuais de Investimento de governos brasileiros); o meio ambiente e a sustentabilidade tornam-se categorias importantes para a competição interterritorial e interurbana; para atrair capitais, a “ecologia” e a “sustentabilidade” podem tornar-se apenas um símbolo, uma marca que se quer atrativa.

ACSELRAD (2010, p. 110)

Apesar dessa possibilidade de haver uma tentativa simplesmente de manter o padrão de consumo, apenas eximindo de responsabilidade quem consome ao comprarmos produtos “ecologicamente corretos”, o desenvolvimento sustentável traz ao debate a importância que normalmente foi dada ao desenvolvimento econômico. Ao invés de sempre considerar como principal critério de escolha de políticas públicas os ganhos econômicos, parte-se para um pensamento menos desigual, valorizando não só o âmbito ambiental, mas também um pouco mais o âmbito social, o desenvolvimento como liberdade individual e como valorização do ser humano, como defendido por Amartya Sen (2001). Além disso, pensar em desenvolvimento sustentável pressupõe pensar no futuro, planejar o futuro da sociedade, ou seja, estabelecer metas com indicadores a serem alcançados coletivamente.

Somando-se aos âmbitos econômico e social uma nova visão sobre o ambiental, surgiu o conceito de Ecosocioeconomia, do autor economista, filósofo e sociólogo Ignacy Sachs (2007) que apresenta, junto ao conceito de Ecodesenvolvimento de Maurice Strong, os pensamentos com enfoque na manutenção dos recursos naturais, discutidos desde o início dos anos 1970. Nessa perspectiva teórica, há dimensões, para que ocorra o desenvolvimento, que são tão importantes quanto o desenvolvimento econômico. Isto é, as escolhas de quais políticas públicas devem ser priorizadas, bem como quais ações de incentivo ao desenvolvimento devem ser trabalhadas em sociedade, não podem ser primordialmente definidas pelos ganhos econômicos (aumento do PIB, abertura de novas indústrias) resultantes dessas escolhas. Além desses ganhos econômicos, devem ser principalmente considerados os demais fatores que implicam em ganhos no dia-a-dia da sociedade. Desta forma, a complexa organização e a coesa relação entre as dimensões *social, ambiental, cultural, espacial, política e institucional* devem servir de parâmetro e ter **igual ou maior** valoração que o fator *econômico* (SACHS, 2007).

Neste trabalho, considero as dimensões citadas por Sachs (2007) possíveis de serem reduzidas a quatro: *ambiental, social, econômica e política*, considerando que a dimensão espacial seria integrada à ambiental, a cultural junto à social e a institucional à política. Portanto, com a necessidade de se mudar a cultura vigente, novos conceitos vão surgindo, apresentando-se a partir do ecodesenvolvimento, em destaque atualmente é o conceito de desenvolvimento sustentável. Tanto que há uma classificação similar à de Sachs (2007) criada pelo IBGE (2008) no trabalho Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2008, sendo que o que adotarei como dimensão política, é definida como institucional. Se questionarmos mais um pouco, poderíamos dizer que as dimensões econômica e política poderiam ser associadas à social, tendo em vista que são inevitavelmente originárias das ações em sociedade, mas consideramos ser importante e mais didático manter tais divisões. Além disso, a dimensão política aqui considerada tem um caráter mais ligado às interações sociais e às ações que os atores podem influenciar na sociedade.

Diante da descentralização política e da revalorização de interesses, o fator normalmente supervalorizado do crescimento econômico não se sobressai aos outros e há uma maior atenção às características que são únicas de determinado local ou região, de sua cultura, de seu âmbito social e político/institucional. Assim, construir políticas críticas às imposições

do capitalismo, que normalmente uniformizam as características locais, é uma das atitudes que diferenciam as regiões que visam um desenvolvimento sustentável, ou seja, um desenvolvimento que se estruture nas necessidades locais, com a execução de políticas que considerem os aspectos característicos do território e de sua população, articulando as distintas dimensões. Mas para eficácia e efetividade dessas políticas, é necessário um aprimoramento das relações internas em âmbito local, e externas em âmbito regional, estadual, nacional e internacional, em um processo de constante articulação e conquista de parcerias em projetos de interesse público. Por essa razão, destacamos e redefinimos a dimensão *política*, que admite além da estrutura organizacional as capacidades humanas, diferentemente da dimensão *institucional*, que valoriza mais as estruturas construídas ou a serem construídas, pouco ou nada valorizando a habilidade de manter e coordenar tais estruturas.

Diante disso, o processo de gestão dos resíduos sólidos para seu reaproveitamento através da reciclagem pode ser considerado como uma possibilidade de atividade baseada no desenvolvimento sustentável, tendo em vista que: há uma inter-relação (habilidade *política*) entre todas as classes *sociais*, incluindo desempregados e moradores de rua; há uma especial preocupação e valorização dos recursos *ambientais*; há um grande interesse para os setores da *economia* (agricultura, indústria e serviços), embora careçam de grandes marcos institucionais para os debates mais qualificados de toda a sociedade, bem como de políticas públicas claras e que possibilitem a regulação das relações pelo poder público e pela *população*.

Ao afirmarmos que o desenvolvimento de uma região é insuficiente ao priorizar somente os aspectos econômicos - tal como o PIB (ALKIRE, 2010; VEIGA, 2010) ou exportações -, consideramos que a adequação quanto à reutilização dos resíduos sólidos gerados possibilitaria um desenvolvimento ambiental e social que segue o caminho atualmente desenhado para a busca da sustentabilidade. O desenvolvimento da dimensão ambiental necessita ao menos da diminuição de extração de recursos naturais, que é possibilitada, entre outras ações, pela redução do descarte dos resíduos gerados pela população no meio ambiente. A reciclagem possibilita o desenvolvimento *social* devido à possibilidade de geração de renda a tantos trabalhadores informais, muitas vezes excluídos da sociedade, com baixa escolaridade, além de ser uma possibilidade de desenvolvimento político no Brasil em função do engajamento na luta pelos direitos do Movimento Nacional

dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, movimento criado em 2001 visando a “autogestão e organização dos catadores” (MNCR, 2010). No âmbito econômico, que culturalmente é o de maior aceitação e repercussão na opinião pública, há a oportunidade de criação de milhares de vagas de emprego através da abertura de pequenas e médias empresas, o que provoca ainda redução nos custos das empresas que utilizam matéria-prima reciclada. Em 2010, o IPEA (2010a) publicou um relatório que apontou haver um desperdício anual de mais R\$ 8 bilhões sem a reciclagem do potencial material descartado nos aterros. Além disso, as empresas têm procurado se destacar com campanhas que explicitam sua preocupação ambiental (Texto 1 do ANEXO II).

Nos últimos anos, o debate de desenvolvimento alternativo tem ganhado força e, como exemplo, se destaca a iniciativa do país Butão, que prioriza a satisfação individual dos cidadãos, a sua **felicidade** (ver seção 2.2.1). A partir dessa perspectiva, se esclarece a dinâmica em sociedade na qual toda e qualquer ação humana seja - ou ao menos deveria ser - direcionada para a felicidade de cada cidadão e de todas as pessoas com as quais nos relacionamos. A adequação das ações aos interesses coletivos, bem como às características da população e das instituições consolidadas na região, são fatores que contribuem de forma contundente no desenvolvimento da qualidade de vida da população, aliadas às condições econômicas favoráveis. Essa é uma das características da nova discussão internacional que pretende reestruturar a atualidade imposta pelo capitalismo excludente, tendo em vista que as regiões organizadas e cientes de suas potencialidades podem impor limites ao processo exploratório e desigual resultante dos grandes interesses econômicos globalizados.

Na Constituição Federal, o país está dividido pelos entes Federal, Estadual e Municipal, por isso ter uma visão sobre o regional (intermediário entre o estadual e o municipal) significa aceitar diferentes perspectivas e interesses culturalmente dados na sociedade. O debate regional surgiu da necessidade dos municípios conseguirem uma melhor articulação com o Estado, tendo em vista que após a grande emancipação da década de 1990 no país, com a criação de pequenos municípios, embora tenha criado a descentralização do poder possibilitando a gestão local mais centrada nas necessidades locais, gerou também o enfraquecimento das ações de pequeno porte, individualizadas dos pequenos e médios municípios. Portanto, a regionalização, formalmente criada apenas na Constituição do Rio Grande do Sul de 1989, através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE)

surge como uma forma alternativa (embora não regulamentada pela Constituição Federal) como meio de articulação e voz nas arenas de decisões políticas (SIEDENBERG, 2004, p. 135).

Portanto, surge a necessidade de uma análise coordenada das distintas áreas de conhecimento em prol de desenvolvimentos guiados pelo interesse coletivo, construídos através do diálogo, apontando as direções consideradas mais alinhadas para as regiões no caminho da sustentabilidade, delineadas por áreas de estudos trabalhadas em diversas disciplinas acadêmicas. Tais abordagens são tentativas de perceber a dinâmica social pela tradição e pela perspicácia das pesquisas realizadas nas universidades comunitárias, tal como o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), que busca a construção de leituras das ações sociais através das vantagens de áreas como Sociologia, Economia, Geografia, História, entre tantas outras, como a própria Letras, ou os estudos linguísticos, com a análise crítica do discurso.

A interdisciplinaridade é definida como “uma estratégia de pesquisa que busca a conjunção de disciplinas para tratar de um problema comum, ou ainda, como um exercício de confrontação de linguagens, procedimentos, pontos de vista e conhecimentos adquiridos” (SARTORI, 2005, p. 19). No presente trabalho, **a análise dos discursos dos diferentes atores** protagonistas da área da reciclagem de resíduos sólidos da região do Vale do Rio Pardo **representa o que podemos subtrair da realidade social a partir da perspectiva do discurso** (não só o falado e o escrito, mas também o visual). Trabalhar essa complexidade é uma das premissas dos estudos críticos do discurso (VAN DIJK, 2008), tendo em vista que o discurso pode ser considerado como uma forma de recontextualização da prática social (VAN LEEUWEN, 2008), ou seja, uma maneira não tradicional de definir o contexto social.

A presente pesquisa pretende demonstrar parte da realidade através de uma perspectiva, isto é, tentaremos enxergar esse campo obscuro (a relação entre os atores ligados à reciclagem na região do Vale do Rio Pardo) através de uma lanterna (a análise crítica do discurso) que permitirá conhecermos a realidade a partir dessas limitações. Portanto, através dessa delimitação metodológica, preciso destacar que eu desempenho um papel como acadêmico, sendo um dos atores que também acaba por desempenhar outros papéis (como

parte do Poder Público, parte da Sociedade, ou ainda como apoiador de diversas ações dos Catadores).

Mas para pensar o desenvolvimento regional exige-se um pouco mais da pesquisa, pretendendo atingir ao máximo um alcance também na prática social, com meu interesse de influenciar um pouco mais do que normalmente se consegue com a produção acadêmica. Embora essa seja uma pretensão, reconheço que tal objetivo é difícil de ser conquistado, caracterizando-me como um agente social potencial. A pesquisa interdisciplinar, por não ter o ponto forte de ser especializada em determinada matéria/disciplina, vai ao encontro do que diz Hogan (2000): “Essa perda em poder disciplinar é compensada pelo ganho em relevância e utilidade para a sociedade”. Essa dissertação, no mínimo, servirá como mais um ponto de referência para o diagnóstico de uma questão social que pode ser considerada como problema a ser muito mais debatido (tal como em SILVEIRA, 2001 e KIPPER, 2005) e, da melhor maneira possível, buscar ser solucionado através de ações coordenadas, dialogadas e fundamentadas no bem comum. Além disso, o objeto de estudo também está relacionado ao meu antigo interesse pela questão ambiental.

Desta forma, finalmente consegui juntar minha formação com aquele meu ideal de colaborar com um maior número de pessoas possível, mesmo que seja com um trabalho acadêmico que, em muitos casos, não passa de mais um trabalho para ser formalmente apresentado para “preencher currículo” e ficar guardado na estante da biblioteca. Nesta linha, van Dijk (2008, p. 2) defende:

Por fim, uma pesquisa socialmente engajada deve ser realizada em colaboração e solidariedade junto àqueles que mais precisam, tal como vários grupos dominados da sociedade. Isso também significa, não apenas aos estudantes, que a pesquisa em ACD, e especialmente suas aplicações práticas, devem ser acessíveis e devem evitar o estilo esotérico. Nesse e muitos outros sentidos, pesquisadores de ACD são altamente cuidadosos quanto ao papel que as atividades de pesquisa desempenham na sociedade.

De acordo com van Dijk (1999, p. 23), o pesquisador que trabalha com a análise crítica do discurso precisa ter consciência explícita de seu papel na sociedade. Outro fator importante ao crítico do discurso é a crítica sobre si mesmo, cabendo a nós, pesquisador e orientador, a obrigação de tentar explicitar as limitações e as possibilidades do presente estudo, podendo acreditar que esta é apenas uma tentativa de se iniciar uma nova visão sobre

a interdisciplinaridade como fundamentais na construção de novos paradigmas das ciências e da sociedade (fomentando novos debates).

No decorrer deste texto, vou priorizar a utilização da primeira pessoa do plural (nós) para me referir às escolhas do ator social que está desenvolvendo este trabalho. Relembro que exerço, simultaneamente, diversos papéis nesse cenário, tendo em vista que sou cidadão, pesquisador e servidor público ou ainda apoiador dos catadores. Destacando que o bem público é o foco em qualquer ação. Deixarei claro que o uso da primeira pessoa do plural se dará pelo fato do trabalho somente ser possível com o apoio do Orientador e com o constante diálogo com os principais atores, tanto os cidadãos da região do Vale do Rio Pardo quanto os catadores, que serão a fonte de relações essencial deste estudo, por isso, *nós*. Entretanto, continuarei também com o uso da primeira pessoa do singular, *eu*, para destacar as escolhas mais pessoais e também utilizarei a terceira pessoa do singular, quando o texto permitir um pouco de imparcialidade.

O tema a ser estudado nesta dissertação é apenas representativo de uma série de outras carências de articulação política tanto por parte dos gestores públicos quanto da própria sociedade civil. Essa desarticulação, que acaba por limitar a visão e a elaboração de alternativas de desenvolvimento regional, foi destacada pela população durante o processo de elaboração do Diagnóstico da Região do Vale do Rio Pardo (COREDE-VRP, 2010), bem como os estudos específicos sobre a reciclagem (KIPPER, 2005 e SILVEIRA, 2001). Em trabalho recente, resultado de um trabalho de identificação de pontos positivos e negativos que exercem influência interna e externa na região (também conhecida como Matriz SWOT ou FOFA - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), realizado principalmente no segundo semestre de 2009 (COREDE-VRP, 2010), foram destacados pontos referentes às fraquezas internas como: dificuldade de organização de grupos; falta de liderança; falta de qualificação para gestão de projetos; “bairrismo”, cada município pensa por si; e desorganização da base política.

Desta forma, justificamos a importância do presente trabalho em abordar o problema de articulação entre os diferentes atores que inibe o desenvolvimento regional, não se limitando apenas ao tema da reciclagem de resíduos sólidos. A relação entre os atores e o potencial papel a se desempenhar podem ser considerados estratégicos não somente ao tema

da reciclagem, mas também para outros temas como projetos inovadores para as áreas de educação, de saúde e das frequentes demandas por alternativas turísticas, culturais e econômicas na região.

Diante disso, desenhamos o *objetivo geral* de apreender a constituição (valores, composição, organização, tipos, formatos, modos de ação) do campo de atores sociais – públicos e privados – envolvidos com as estratégias e práticas de gestão dos resíduos sólidos no Vale do Rio Pardo. Para isso, serão sequencialmente delineados os *objetivos específicos*, elencados da seguinte forma:

1. Identificar os principais atores envolvidos com a reciclagem na região do VRP (Estado, empresas, organizações não-governamentais, associações/cooperativas de catadores, atravessadores e sociedade civil);
2. Estruturar um *corpus* discursivo que revele as intenções de diferentes setores na configuração das estratégias e práticas correntes e práticas recomendadas;
3. Avaliar os movimentos e dinâmica das relações entre os atores envolvidos nas práticas de reciclagem;
4. Identificar através dos discursos as atuações que se apresentam conscientes da importância de suas ações para a busca do bem público ou sua maior disposição ao interesse privado.

Portanto, para alcançarmos os objetivos desenhados, são necessárias as definições metodológicas, ou seja, quais foram os recursos utilizados para encontrarmos os itens demonstrativos da realidade para embasarmos a discussão e as considerações possíveis para a análise desses recursos. Para identificação dos principais atores regionais da reciclagem, serão trazidos dados secundários da Pesquisa Nacional sobre Saneamento Básico (IBGE, 2002), do Sistema Nacional de Indicadores sobre Saneamento (SNIS, 2009; 2006), entre outros (ABRELPE, 2010; 2009; 2008; CEMPRE, 2010; 2009; 2008; IPEA, 2010a; TRATA BRASIL, 2009), bem como do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE (FEE, 2009a), da Fundação de Economia e Estatística do RS - FEE, dos trabalhos técnicos elaborados através de convênios internacionais com o estado (RIO GRANDE DO SUL, 2008 e 2006b), e ainda dos estudos acadêmicos realizados com a região do VRP como objeto (KIPPER, 2005; BAUMGARTEN, 2005; SILVEIRA, 2001; 2000), entre outros trabalhos de

conclusão de curso (PAULA, 2008; BISOGNIN, 2008) e artigos de jornal. Pretendemos, principalmente com os últimos trabalhos, caracterizar a sociedade civil, a universidade e as ONGs envolvidas com a reciclagem na região. Serão também utilizados dados secundários de NARA *et al* (2007) para caracterizar a relação da reciclagem com os atores empresariais, pois neste trabalho foram respondidos 300 questionários pelas empresas da região, com algumas questões sobre o assunto ambiental, o que permite mapear alguns pontos sobre o padrão de “preocupação” ambiental. Já para as pesquisas com dados primários, dados destacados especificamente para o presente trabalho, foram enviadas às 23 prefeituras, questionário (ANEXO A), enviado via *e-mail*, tentando encontrar outros atores e ainda um valor mais próximo da quantidade de resíduos gerada pela população. Pretendíamos também descobrir a disposição das prefeituras de trabalhar com parte da produção de resíduos que costuma ser ignorada no discurso do poder público (como foi demonstrado nos números sobre a quantidade gerada), bem como uma possível demanda por matéria-prima reciclada na região. Um dado que apresenta a estrutura da Região do Vale do Rio Pardo: não recebemos nenhuma resposta por parte das prefeituras.

Para o segundo objetivo específico (compilar um *corpus*), tentou-se realizar entrevistas semi-estruturadas com os principais atores envolvidos, para descrever, de forma simplificada, a perspectiva que cada um tem sobre a situação atual e a possibilidade de desenvolvimento da reciclagem em âmbito regional. Em pequenos resumos, são detalhados os recursos analisados, bem como uma perspectiva de como são apresentados os relacionamentos dos atores com o ator/pesquisador. A metodologia a ser utilizada para o desenvolvimento da dissertação é o da pesquisa colaborativa, que apresenta três princípios necessários ao desenvolvimento desse tipo de pesquisa: 1) o uso de métodos interativos, dialógicos, que são imprescindíveis quando se pretende desenvolver pesquisa dessa natureza; 2) a abordagem de temas de interesse das/os participantes, que assegura a incorporação da agenda da comunidade no projeto de pesquisa; e 3) o compartilhamento dos resultados, que garante acesso ao conhecimento especializado e às interpretações geradas pela pesquisa (CAMERON et al., 1994 *apud* RESENDE, 2008).

O terceiro e o quarto objetivos específicos serão desenhados com o uso da teoria da Análise Crítica do Discurso.

Esse “ato”, ou “ação” (que é a elaboração de um *discurso*, neste caso em forma de dissertação), não deverá se esgotar com sua publicação. Com esta dissertação, portanto, pretendemos disponibilizar, principalmente para organizações de catadores, sociedade civil organizada, ONGs e população em geral, um recurso discursivo que fortaleça suas reivindicações quanto às políticas públicas. É por isso que o segundo capítulo destaca, de uma maneira mais técnica, a relação de “quesitos” normalmente questionados, tanto por parte do Poder Público quanto por parte da opinião pública aos demandantes de ações de interesse público. Isso se faz necessário para que as ações ligadas à reciclagem sejam discutidas no nível mais importante e crucial para seu desenvolvimento, o político, isto é, a articulação dos atores públicos e privados, bem como da sociedade civil no diálogo e no esforço de alcançar os objetivos comuns (de todos).

Acreditamos que as arenas de debate permitem qualificação às reivindicações da sociedade, aumentando a possibilidade de pautar a agenda das políticas públicas. Desta forma, as principais demandas da sociedade seriam as principais políticas implementadas e executadas pelo poder público, pois são as consideradas mais benéficas a todos, sendo respaldadas pelas discussões previamente estabelecidas por aqueles que serão beneficiados diretamente. Com a clareza de qual é a agenda a ser discutida, evita-se, aos poucos, os tendenciosos, falsos e fracos discursos políticos, pois a pressão causada pelo controle social inibirá tal postura dos gestores. Os discursos sobre as ações escolhidas pelo gestor público, em geral, não são firmemente questionados pela população. Isto acontece porque a população, mesmo não aprovando, não consegue se manifestar contra essas ações, desconhecendo os caminhos e as formas legítimas de sua atuação e, desta forma, as escolhas feitas pelos gestores acabam, mesmo que contrárias à opinião pública, efetivamente sendo implementadas.

Após essa Introdução, no primeiro capítulo, *Contextualizando para compreender os Discursos*, apresentaremos brevemente o cenário e os atores envolvidos com a reciclagem, para que todo e qualquer leitor que se inicie neste assunto possa entender os detalhes, através de uma perspectiva da realidade desta região do estado do Rio Grande do Sul, que possui certa importância no cenário estadual, nacional e até internacional (principalmente no que diz respeito à exportação de folhas de tabaco, principal atividade econômica na região). Após a descrição contextual, que permite a compreensão de como são realizadas as ações dos atores

(mais frequentemente individualizadas do que colaborativas), faremos uso do conhecimento produzido pela ciência para tentar contribuir com o debate, tanto no nível regional e local, quanto na possibilidade de ser utilizado em qualquer outro contexto que apresente características semelhantes e com atores semelhantes. Para isso, o segundo capítulo, *Elementos para um bom discurso*, concatena informações para os atores interessados no assunto, servindo de base para ações de reivindicação por políticas públicas, através do referencial teórico, que acaba por embasar a dissertação. O terceiro capítulo, *O discurso dos atores envolvidos*, se inicia com o detalhamento da metodologia que adotamos para a coleta dos dados e para sua análise, seguido de trechos contextualizados dos discursos e, por meio da análise crítica dos discursos, sendo desenhadas as relações entre os atores. Nessas relações, são destacados os pontos conflituosos resultantes do uso de poder exercido pelos atores influentes sobre os excluídos. Por fim, são feitas as Considerações Finais, *Esse discurso servirá para algo*, para que alguns caminhos possam ser melhor desenvolvidos, com mais fortes relações de solidariedade entre os atores, visando modificar a realidade de todos que participam e ainda precisam efetivamente atuar neste cenário de consumo e de descarte de resíduos sólidos, potenciais meios de desenvolvimento da qualidade de vida da sociedade estudada.

1 CONTEXTUALIZANDO PARA COMPREENDER OS DISCURSOS

Antes de iniciarmos uma análise do discurso dos atores envolvidos, devemos fazer uma contextualização do ambiente em que estão inseridos os personagens da área de reciclagem de resíduos sólidos. Este diagnóstico deve servir como parâmetro para compreender as relações entre os atores e conhecer quais são os fatores que dificultam o desenvolvimento significativo do setor na região.

O conhecimento tanto da situação apresentada quanto dos interesses de cada um dos atores deve servir de parâmetro para futuros relacionamentos e articulações entre qualquer um dos atores, inclusive para outros temas relativos ao bem público. O tema de resíduos sólidos e sua reciclagem é somente um dos tantos assuntos de relevância a serem amplamente debatidos na sociedade, sendo que seu desenvolvimento requer uma rede bem estruturada de informações e conhecimento entre os envolvidos.

Nos últimos anos, tem sido intensivo o debate na região sobre a assinatura, pelo Brasil, da Convenção-Quadro de Combate ao Consumo de Tabaco, sendo que o fumo é a base agrícola e a maior encadeadora de toda a economia da região do Vale do Rio Pardo. O uso coordenado de diversos produtos do reaproveitamento (reciclados) de resíduos pode ser considerado como uma alternativa para incentivar a diversificação da economia na região, sem considerar o seu caráter essencial na qualidade de vida da sociedade, como parte do saneamento básico.

Embora não seja possível detalharmos todas as possibilidades neste trabalho, acreditamos que em diversas atividades que procurem a diversificação da economia regional haveria benefícios com a exploração dos materiais recicláveis, tal como os de restos da construção civil, os adubos e gases resultantes dos resíduos orgânicos, bem como os demais materiais tradicionais e os ainda pouco explorados que têm demanda no grande mercado internacional.

1.1 Conhecendo a Região do Vale do Rio Pardo

A região delimitada neste trabalho é a do Vale do Rio Pardo (VRP), uma região estabelecida politicamente através do conceito de Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE). Os COREDEs foram previstos na Constituição Estadual (RIO GRANDE DO SUL, 1989) e criados pela Lei Estadual nº 10.283, de 1994 (RIO GRANDE DO SUL, 1994b), como resultado de uma mobilização de camadas da sociedade civil organizada para institucionalizar novos fóruns de discussões na formulação da agenda das políticas públicas do RS.

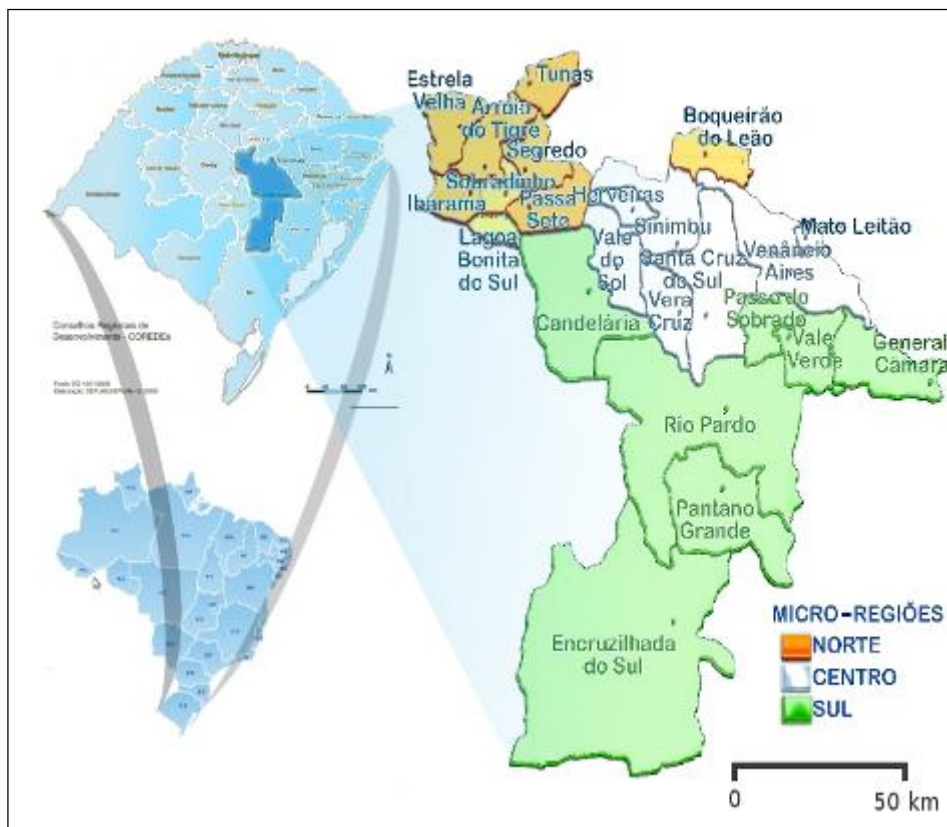
No Rio Grande do Sul, há diversas regionalizações, dependendo de qual é a instituição que faz uso de determinados dados, tal como a Educação e a Saúde que têm regiões diferentes entre si e diferentes dos COREDEs, bem como a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que apresenta as macro-regiões, que também se distinguem dos COREDEs. Para a população em geral, que normalmente não tem acesso aos jornais e aos estudos acadêmicos, são considerados relevantes os dados e as informações transmitidos pelas rádios e, principalmente, pela televisão, sendo predominante a RBS TV dos Vales, com sede em Santa Cruz do Sul, filiada à Rede Globo. Diferentemente das demais, a regionalização apresentada pela emissora é baseada na região de cobertura da transmissora de Santa Cruz do Sul, também chamada de região dos Vales, que abrange além do Vale do Rio Pardo, a região do Vale do Taquari e a região Central (COREDE Jacuí-Centro), isto é, uma região de 64 municípios e uma população de aproximadamente 880 mil habitantes.

Os estudos acadêmicos têm priorizado a abordagem sobre o Conselho Regional de Desenvolvimento, inclusive com trabalhos que permitiriam estabelecermos algumas considerações evolutivas dos últimos anos, com a Agenda 21 (COREDE-VRP, 2003) e o Plano Estratégico da Região do Vale do Rio Pardo (COREDE-VRP, 2010). A análise comparativa possibilitaria encontrarmos prováveis causas do alcance, ou não, dos objetivos estabelecidos na Agenda 21, além de ser possível dialogar diretamente com os autores do documento, tendo em vista que muitos desses pesquisadores são ainda professores da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, RS. Entretanto, os dados do plano estratégico (COREDE-VRP, 2010), principalmente os relativos ao tema desta dissertação (resíduos sólidos), não puderam ser atualizados, pois a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico,

prevista pelo IBGE e pelo Ministério das Cidades para o ano de 2008, não foi publicada a tempo e os dados estão em nível agregado, não permitindo comparações entre os municípios.

O Vale do Rio Pardo, localizado mais ao centro do RS, na divisão do COREDE do ano de 2008, está constituído de 23 municípios, com uma população de mais de 418 mil habitantes (IBGE, 2010a), sendo 36,86% dos habitantes classificados como moradores da zona rural. O número de municípios tem variado, pois a adesão ou o desligamento de um município a um COREDE se dá, em algumas vezes, devido a um novo cenário político desenhado com a eleição e as mudanças de partidos no poder municipal. Os municípios, neste momento, pertencentes à região são: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Ilustração 1 - Mapa do COREDE do Vale do Rio Pardo e suas Microrregiões



Fonte: NARA et al (2007); RIO GRANDE DO SUL (2010). Elaborado pelo Autor.

Santa Cruz do Sul, o maior município da região com 118.287 habitantes (IBGE, 2010a), o que representa mais de 25% da população regional, apresenta uma das maiores renda *per capita* do estado, R\$ 25.562 (FEE, 2007), devido, em grande parte, à força econômica das grandes empresas multinacionais do setor do fumo, sendo que a média do estado para o mesmo ano era de R\$ 16.689 e de Lagoa Bonita do Sul, a menor renda da região, R\$ 12.664. A alta renda *per capita*, que se reflete em uma imagem de município rico para os demais municípios do estado, não se confirma na realidade local, pois apenas 31,93% (PAIVA, 2007) do Produto Interno Bruto (PIB) municipal fica como renda no território (Taxa de Absorção Territorial Privada do PIB), em função de atividades que, como o fumo produzido no local, não receber beneficiamento local e ser exportado, tendo seu valor agregado em outras regiões do país ou nos países produtores de cigarros. O valor das Exportações Totais (FEE, 2009b) de Santa Cruz, por exemplo, foi de US\$ 1.106.250.080, enquanto que o de Porto Alegre foi de US\$ 1.228.626.776 no ano de 2008, mesmo que a capital tenha uma população quase 12 vezes maior.

Com as distorções de valores como o PIB, alguns indicadores, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do PNUD (2000), apontaram Santa Cruz do Sul como um município de elevado desenvolvimento (0,817), enquanto que, simultaneamente, esse município convive com índices inaceitáveis de Saneamento Básico. A região apresenta “desigualdades sociais e econômicas relativamente acentuadas [...] [e] não há homogeneidade do ponto de vista físico-geográfico (SOTO; VALENTIM, 2002). Os problemas estruturais são brandamente representados nos índices de desenvolvimento socioeconômico referentes ao ano de 2006 (Ilustração 2), principalmente com escasso tratamento de esgotos, por volta de 7% (SNIS, 2006), e também com inadequações quanto à destinação de grande parte dos resíduos sólidos gerados pela população. A *posição* apresentada na tabela abaixo refere-se à comparação com os 496 municípios do estado do RS.

Ilustração 2 - Tabela com IDESE da Região do VRP - 2006

MUNICÍPIO	IDESE	SANEAMENTO E DOMICÍLIOS
	ÍNDICE / POSIÇÃO	ÍNDICE / POSIÇÃO
Arroio do Tigre	0,671 / 289º	0,268 / 335º
Boqueirão do Leão	0,607 / 440º	0,181 / 405º
Candelária	0,662 / 313º	0,328 / 280º
Encruzilhada do Sul	0,652 / 345º	0,364 / 237º
Estrela Velha	0,613 / 429º	0,060 / 479º
General Câmara	0,679 / 262º	0,418 / 185º
Herveiras	0,582 / 477º	0,173 / 412º
Ibarama	0,584 / 474º	0,079 / 448º
Lagoa Bonita do Sul	0,606 / 443º	0,055 / 494º
Mato Leitão	0,619 / 412º	0,061 / 476º
Pantano Grande	0,725 / 135º	0,536 / 82º
Passa Sete	0,590 / 464º	0,101 / 439º
Passo do Sobrado	0,633 / 379º	0,206 / 388º
Rio Pardo	0,678 / 264º	0,420 / 179º
Santa Cruz do Sul	0,766 / 45º	0,526 / 90º
Segredo	0,593 / 459º	0,171 / 414º
Sinimbu	0,632 / 387º	0,175 / 409º
Sobradinho	0,719 / 151º	0,486 / 127º
Tunas	0,638 / 371º	0,284 / 322º
Vale do Sol	0,618 / 418º	0,232 / 366º
Vale Verde	0,584 / 475º	0,072 / 452º
Venâncio Aires	0,713 / 173º	0,376 / 223º
Vera Cruz	0,734 / 118º	0,541 / 80º

Fonte: FEE (2009a).

Percebe-se que apenas 3 municípios (Pantano Grande, Santa Cruz do Sul e Vera Cruz) dos 23 têm médio desenvolvimento no item Saneamento e Domicílio, ou seja, valor entre 0,500 e 0,799. Os demais, estão na linha do baixo desenvolvimento. No item agregado Saneamento e Domicílio, houve baixo crescimento nos valores dos últimos anos, e esse ínfimo crescimento se deu em função da diminuição nas médias de moradores por domicílio no RS na década de 2000 (FEE, 2009a), a mesma tendência nacional e internacional, e não pela melhoria dos serviços de saneamento. Além disso, os critérios para definição do IDESE – Saneamento e Domicílios não levam em consideração variáveis relevantes como o tratamento do esgoto e a coleta, tratamento e disposição dos resíduos sólidos, pois o indicador é baseado em apenas **três** variáveis: **moradores por domicílio, domicílios ligados à rede pública de água tratada e domicílios ligados à rede pública de esgoto.**

A existência de coleta, tratamento e disposição em aterros sanitários dos resíduos sólidos gerados são condições mínimas para que haja um processo regular de reciclagem em um município, sendo explicitado, com a Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS (BRASIL, 2010), o crime com a manutenção de lixões (espaços de depósito de lixo que não recebem adequada gestão, causando poluição ao ambiente). A partir dessas ações mínimas, pode-se considerar que a atividade de reciclagem, quando ocorre em um local ou região, aponta que há a possibilidade de um melhor gerenciamento dos resíduos do que a maioria dos municípios e, conseqüentemente, que há um melhor índice de saneamento para a população.

Diante dos trabalhos acadêmicos sobre a reciclagem na região (KIPPER, 2005; SILVEIRA, 2001; SILVEIRA, 2000) e no município de Porto Alegre (ROSADO, 2009; ZANETI, 2006; MARTINS, 2004), que apontam para a relevância da articulação política entre os atores responsáveis pela reciclagem de materiais (como plástico e papel/papelão), pretendemos traçar os padrões de comportamento desses atores. Os resultados dos trabalhos anteriores mostram que há uma rede estruturada com a população, catadores, poder público, atravessadores, universidade e empresas recicladoras. Porém, ainda há problemas nessa rede que impedem uma consolidação da reciclagem na região, pois há muito material não reciclado que poderia ser reaproveitado no sistema produtivo e não necessitaria de altos custos de transporte até o seu destino final, no caso da região de estudo, o aterro sanitário de Minas do

Leão (localizado na região carbonífero do RS, fica por volta de 110 km de distância de Santa Cruz do Sul). Isso nos possibilita afirmar que muito dinheiro público é desperdiçado através do não aproveitamento dos resíduos sólidos. No caso de Santa Cruz do Sul, somente 10% dos resíduos recolhidos pela empresa que realiza a coleta no município é triado (separado o material reciclável dos demais resíduos) e encaminhado para reciclagem (KIPPER, 2005).

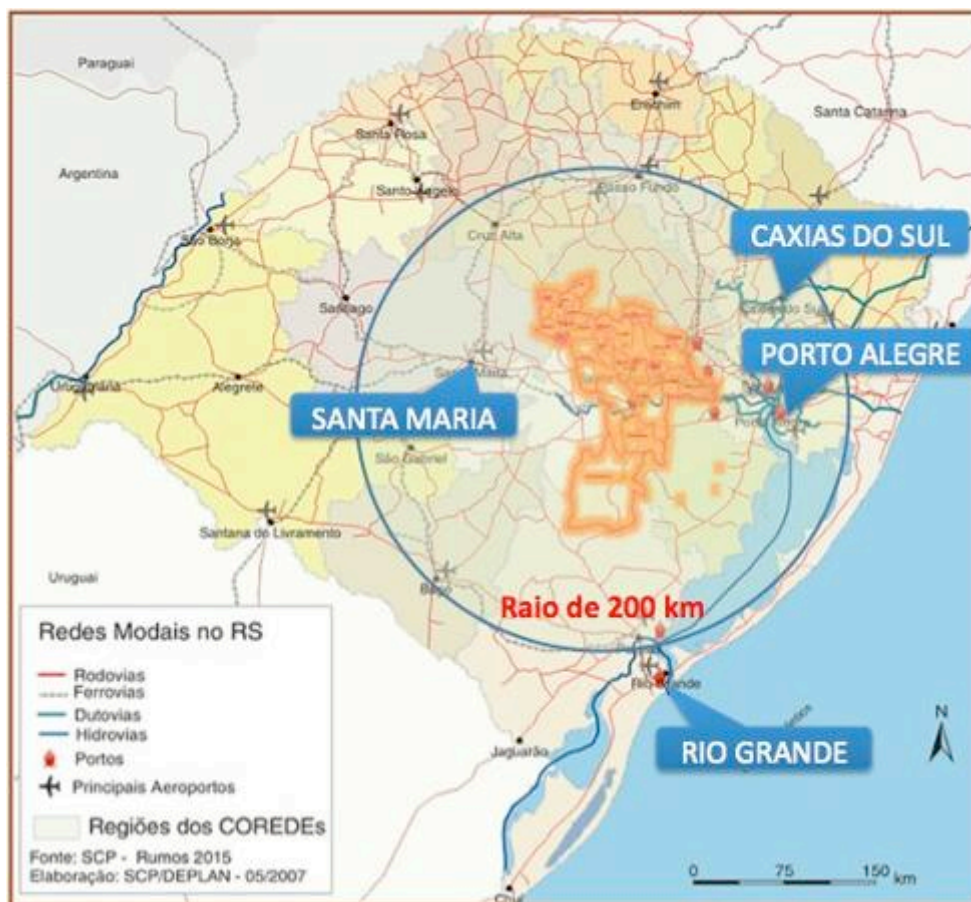
Principalmente nas últimas décadas, os trabalhos com material reciclável começaram a se mostrar rentáveis. Mais importante que isso foi ver que muito do lixo levado aos aterros sanitários (ou aos lixões, em muitos lugares) custam muito aos cofres públicos, ou seja, à população (CALDERONI, 2003 e IPEA, 2010a), deixando de gerar renda e de se tornar uma riqueza, caso pudesse entrar novamente no processo industrial, para ser reaproveitado como nova matéria-prima. De acordo com o Relatório do IPEA (2010a), o Brasil deixa de economizar mais de R\$ 8 bilhões anuais sem a reciclagem adequada. Entretanto, o próprio estudo do IPEA faz análise apenas das matérias mais tradicionais da reciclagem, como papel, vidro, plástico e metais, desconsiderando itens que são altamente rentáveis, cujo descarte tem crescido, como lâmpadas fluorescentes, baterias, pilhas e aparelhos eletrônicos, que possuem materiais nobres como mercúrio, ouro, prata, cobre, etc. O reaproveitamento de muitos desses materiais também é eficiente para construções alternativas de casas ou materiais reaproveitados da construção civil, além da fabricação de pequenos móveis, feitos de garrafas PET (Polietileno Tereftalato), ou então feitos de caixas de leite, ou pneus, entre tantos outros materiais.

Na última semana da Copa do Mundo de Futebol, em julho de 2010, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na apresentação da Copa de 2014, afirmou que a copa no Brasil seria a “Copa Verde”, destacando que seriam priorizados os cuidados com o meio ambiente na preparação e na execução do evento (OLIVEIRA, 2010; RAMIL, 2010). Dentro desta perspectiva, e considerando que Porto Alegre será sede dos jogos que serão realizados no estádio *Beira Rio*, apresenta-se uma oportunidade de uma região próxima de pontos estratégicos do estado, como é o caso da Região do Vale do Rio Pardo, para se tornar referência em reciclagem, ao menos com os restos da construção civil, que têm volume diário de produção maior que o dos resíduos sólidos urbanos – variando de uma média de 450 kg/hab./ano (CUNHA JÚNIOR, 2005) e alguns países, como a Holanda, podem chegar a

gerar 4 mil kg/hab./ano (PINTO, 1999), sendo que 85% dos resíduos podem ser reutilizados (SPOSTO, 2006).

Na Ilustração 3, a seguir, pode-se verificar a posição estratégica apresentada pela Região do Vale do Rio Pardo em relação a Porto Alegre e região metropolitana, bem como os principais polos do estado como Santa Maria, Caxias do Sul, Passo Fundo ou ainda a região portuária de Rio Grande, por onde são enviados todos os produtos exportados do estado. Devido a esta posição geográfica, surge a possibilidade de elaboração de estudos de viabilidade, principalmente nos próximos anos, para que a região se torne uma central de reciclagem, tanto de materias simples (plástico, papel, etc.) ou mais específicos (eletrônicos, construção civil, lâmpadas fluorescentes, etc.), podendo liderar um processo único no país, de uma região especializada em reciclagem com a oportunidade apresentada com a Copa de 2014 (OLIVEIRA, 2010; RAMIL, 2010).

Ilustração 3 - Proximidade da RVRP dos principais polos do RS



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2006a). Adaptado pelo Autor.

Considerando todos esses aparentes benefícios à sociedade e às administrações públicas municipais, decidi estudar quais seriam os motivos pelos quais não se desenvolvem empresas que realizam o processo industrial de reciclagem, nem ao menos os programas de coleta seletiva na região. Lembrando, por exemplo, que o primeiro programa de separação de resíduos domiciliares em Santa Cruz do Sul foi implantado em 1993, mas ganhou pouca adesão da população (KIPPER, 2005). Talvez isso possa mudar com novos projetos, tal como vem ocorrendo com uma nova empresa, aberta em 2008, que produz telhas com o reaproveitamento das caixas de leite TetraPak (MACHADO, 2007), ou então, com a abertura de uma Usina de Produção de Biodiesel, que aproveita óleo usado (SEVERGNINI, 2009), ou ainda a Coleta Seletiva estruturada de uma forma mais participativa, discutida através do Fórum de Ação pela Coleta Seletiva Solidária em Santa Cruz do Sul - FACS (BOROWSKY, 2010).

Com a estruturação de um processo de coleta seletiva, é possível fazer o aproveitamento tanto dos resíduos tradicionais como papel, plástico, vidro, metais, quanto dos resíduos orgânicos, sendo, inclusive, uma alternativa interessante para regiões fortes em agricultura, como é o caso do Vale do Rio Pardo, por ser possível seu reaproveitamento como adubo. Para buscar alternativas nas relações ou na constituição de organizações ou movimentos que centralizem esforços para o desenvolvimento da reciclagem na região, detalharemos as características de cada um dos atores envolvidos com o setor.

1.2 Atores Envolvidos

A vida em sociedade é desenvolvida por meio de práticas sociais, isto é, interações entre os cidadãos. Quando um cidadão desenvolve ações que influenciam na realidade da sociedade, é quando ele é definido como um ator social, representando seus interesses definidos através de sua identificação na sociedade (VAN LEEUWEN, 2008, p. 23). Um ator social pode desempenhar diferentes papéis no cenário em que atua. Os cenários podem ser ambientes como a Câmara Legislativa, a sala de reuniões da prefeitura, as ruas onde se expressam os movimentos sociais ou as reuniões das associações de bairros. Em um cenário amplo como o do setor de reciclagem de resíduos sólidos da região do Vale do Rio Pardo, todos os cidadãos têm a possibilidade de contribuir no estabelecimento das interações referentes ao processo de reciclagem, tornando-se atores, ou seja, cidadãos atuantes que influenciam na política pública. Isto é, o simples ato de um cidadão em sua residência separar o lixo seco do orgânico em sacolas plásticas diferentes já se configura como uma atuação relevante para o funcionamento minimamente adequado da reciclagem.

A configuração do cenário do setor de reciclagem de resíduos sólidos na região do VRP é responsabilidade de todos os atores sociais. E os atores envolvidos nesse processo são todos os cidadãos? Poderiam ser, entretanto, consideraremos atores protagonistas no cenário atual aqueles que participam contribuindo com pequenas ações que podem modificar as estruturas sociais, seja de forma individual ou coletiva. Os atores sociais podem ser classificados como formais ou informais, sendo os formais como os partidos políticos, os prefeitos, secretários e vereadores, a burocracia, entre outros, enquanto os informais seriam

os movimentos sociais, as empresas e os meios de comunicação (BANCO INTERAMERICANO DE DESAROLLO, 2006).

Essas ações são consideradas simples, são todas legítimas na democracia e envolvem um engajamento, mesmo que inconsciente, pela melhoria da situação em comum de muitos cidadãos, o que implica em ações políticas. Baquero e Baquero (2007, p. 127) consideram que:

[...] o afastamento consciente da esfera pública, por parte dos cidadãos, compromete o bom funcionamento do sistema democrático, na medida em que possibilita a monopolização do poder pelos grupos de pressão economicamente mais fortes, além de permitir a economização da política”.

Perceba que um mesmo cidadão poderá desenvolver ações como diferentes “personagens”, isto é, classificado como mais de um tipo de ator.

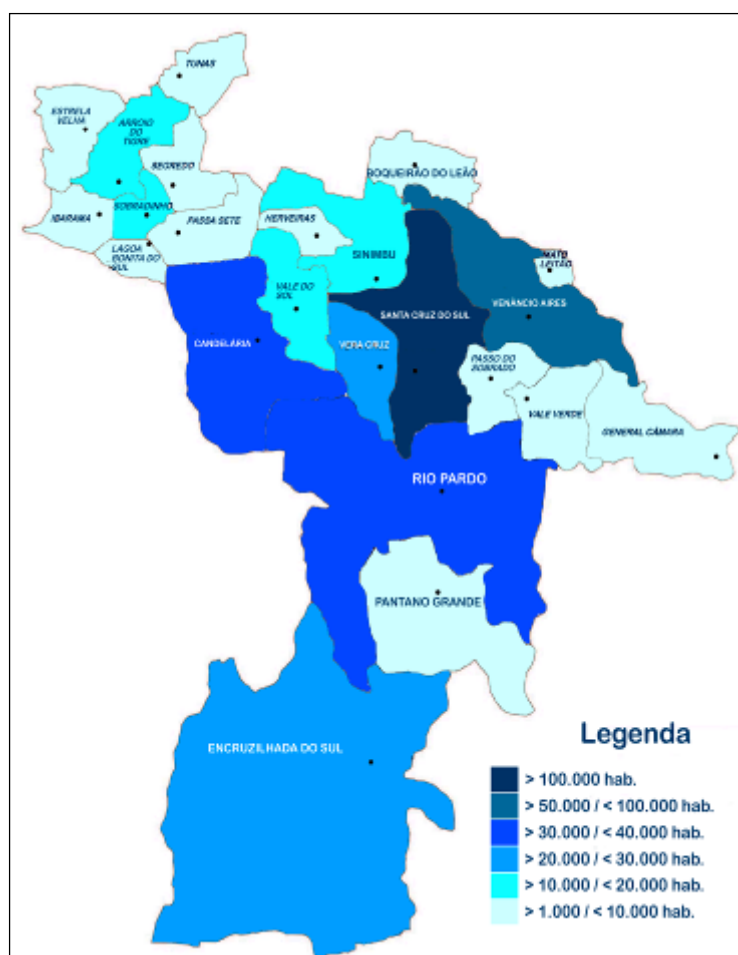
População

Com dados secundários (IBGE, 2002; 2010a), faremos um breve retrato da população que atua no cenário da reciclagem na região do Vale do Rio Pardo, considerando que a características culturais desse ator são fundamentais para a qualificação do processo de reciclagem dos resíduos sólidos. O ideal seria termos realizado questionários com uma amostra estatisticamente significativa e atualizada, mas, devido ao escasso tempo e às delimitações necessárias da dissertação, não foi possível realizarmos um estudo mais detalhado desse ator. Entretanto, há estudos relevantes já realizados, como o de Kipper (2005) para Santa Cruz do Sul e, no caso de Porto Alegre, Zaneti (2006). Neste último, foram respondidos questionários por mais de 600 moradores, e consideramos que algumas respostas podem ser semelhantes à realidade do VRP.

Conforme estudo realizado em 2009 para elaboração da segunda versão da Agenda 21 para a região do VRP (COREDE-VRP, 2010), um dos principais problemas identificado e apontado pela população regional é o da infraestrutura, tanto na questão de saneamento quanto na questão das rodovias. As vias de acesso aos municípios da microrregião norte são

as mais precárias e a população é predominantemente - com uma exceção (Sobradinho) - moradora da zona rural. Desta forma, esta microrregião se apresenta como merecedora de uma maior atenção em estudos acadêmicos, tendo em vista suas especificidades, e lembrando da tendência de um município “líder”, chamado de polo regional, como Santa Cruz, priorizar as ações coordenadas com os municípios mais semelhantes, ou seja, prioritariamente urbanizados e com perfil industrial. Veja, abaixo, a distribuição da população do VRP, destacando a microrregião centro que concentra mais de 50% da população total.

Ilustração 4 - Distribuição populacional da região do Vale do Rio Pardo – 2010



Fonte: IBGE (2010a). Elaborado pelo Autor.

Quanto ao conhecimento e à opinião da população em geral (neste caso não é específico da população do VRP, mas uma média do país) sobre questões estruturais, como o

saneamento, foi realizada uma pesquisa que avaliou a percepção da população dos municípios de mais de 300 mil habitantes sobre o Saneamento Básico (TRATA BRASIL, 2009). Fica claro nos resultados da pesquisa que, embora o Saneamento seja a 4ª área mais problemática para a população (depois de saúde, segurança e educação), sendo lembrado em 35% das respostas, ele é uma área que pouco se leva em conta para a escolha de um candidato, aparecendo em 4% das respostas. Em questionamento sobre o conhecimento pessoal a respeito de quais são os itens do Saneamento Básico, em resposta múltipla, apenas 15% sabia que coleta de lixo e 14% que limpeza pública fazem parte da área, enquanto que 31% não sabia responder o que é Saneamento Básico. Diante dessas informações, merece consideração a questão de que as políticas públicas de um governo são mais fortemente guiadas para conquistar votos para a próxima eleição e, por essa razão, os programas relacionados ao saneamento e, conseqüentemente, aos resíduos sólidos, não são prioridade (TRATA BRASIL, 2009).

Para apresentarmos a população da região, em função da escolha de não tentar “impor” questionários aos atores, induzindo respostas que poderiam ser consideradas representativas, mas distintas da realidade (indutivas de considerações equivocadas), não realizamos pesquisas específicas (questionários, entrevistas semi-estruturadas, etc.) para o presente estudo, limitando a apresentação de dados específicos e atualizados da população. Portanto, consideramos apenas os estudos de Kipper (2005), embora limitado aos entrevistados da população de Santa Cruz do Sul, e ainda limitados por terem sido escolhidos por estarem participando de Seminários que debatiam assuntos relacionados aos resíduos sólidos e meio ambiente, em 2002. Através de questionários, buscou-se conhecer o que a população (os interessados no assunto) entendia pelos seguintes itens:

- conhecimento da população em relação ao conceito de lixo;
 - separação e disposição do lixo gerado;
 - dificuldades na separação;
 - responsabilidade pela destinação do lixo domiciliar;
 - existência de coleta seletiva no município; e
 - percepção sobre o resíduo que vem apresentando maior volume no lixo gerado.
- (KIPPER, 2005, pp. 137-138)

Na análise das respostas dadas em Santa Cruz do Sul, considerou-se que 70% da amostra considerava resíduos ou lixo algo de valor, diferentemente do que costuma ser referido sobre a população em geral, tal como os dados que indicam que, dos respondentes,

“36,17% optaram por classificar lixo como sendo o que se varre da casa, da rua, se joga fora, entulho; e 17,02% acreditam ser coisa imprestável” (KIPPER, 2005, p. 139). Nos trabalhos de Kipper (2005) e Zaneti (2006), destacou-se que a Educação Ambiental seria um dos principais fatores para que houvesse uma mudança significativa no sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos nas prefeituras do país. Desta forma, grande parte da responsabilidade pela mudança ficaria por parte dos cidadãos.

Em 2000, o percentual de resíduos que eram enterrados ou queimados na região do Vale do Rio Pardo era de 29% (IBGE, 2002b) das 119 toneladas diárias produzidas, sendo que alguns municípios, que têm uma grande parcela dos moradores da zona rural, tinham esse índice em torno de 75% (Passa Sete – 77%, município com 90% da população rural), enquanto que Santa Cruz do Sul, com apenas 12% da população rural, tinha 5% dos resíduos queimados ou enterrados. A população rural da região do VRP tem contato com diversos projetos que visam à melhoria da gestão ambiental no meio rural, mas no âmbito de discussão do COREDE, não há preocupação com projetos específicos para o morador rural.

Um exemplo de projeto trabalhado com os produtores de fumo e que obteve resultados expressivos foi detalhado em Paula (2008), em que da necessidade de diminuir o lixo enviado junto com as folhas de fumo vendidas a uma das maiores multinacionais da região, em diversas partes do RS, SC e PR, surgiu uma ação de coletar os resíduos recicláveis com regularidade. A partir dessa rotina, os resíduos coletados começaram a aumentar em volume, pois as mais de 46 mil famílias mantinham tantos resíduos na propriedade que não se davam conta daquele material no meio das propriedades, somando em três safras o montante de 832.799 kg (PAULA, 2008).

O nível de educação na região é equivocadamente considerado alto, pois o IDH Educação de Santa Cruz do Sul é de 0,939 (PNUD, 2000), sendo que o máximo seria 1,000 e o menor índice seria o de Tunas com 0,785, próximo de alto desenvolvimento que é igual ou maior a 0,800 (apenas Tunas, Passa Sete, com 0,788, e Estrela Velha, com 0,799, não têm alto desenvolvimento em educação na região, de acordo com o índice). Isso se deve, principalmente, devido ao desvio gerado pela formação superior regional resultante do desempenho da universidade (UNISC), que se distribui em 3 campi na região (Santa Cruz do Sul, Sobradinho e Venâncio Aires) e mais um campus no litoral do estado, com mais de 11

mil estudantes no total (UNISC, 2009). Apesar disso, o percentual de reciclagem no município mais urbanizado e com melhores índices de reciclagem não passa de 10% (SCHÜLER, 2008; KIPPER, 2005), podendo representar que o discurso de que a reciclagem começará a funcionar eficientemente apenas após a “conscientização” da população pode não ser necessário, exigindo-se explicações mais detalhadas sobre essas ações de “educação ambiental”.

A simples qualificação escolar não garante a coesão entre a população e ações coletivas que contribuam com o bem coletivo. O trabalho de diagnóstico da situação da região do Vale do Rio Pardo (COREDE-VRP, 2010), demonstrou a fraqueza (a partir da Matriz FOFA) de lideranças regionais e a necessidade de atuações políticas e coordenadas, em busca de um ambiente mais colaborativo no nível regional. Neste ponto, o papel de atores representativos de uma maior coletividade, como associações de bairro, movimentos sociais, organizações não-governamentais, igrejas. Até mesmo a participação dos cidadãos em instituições como o COREDE, pode ser um caminho para que sua atuação seja aprimorada, para que seja fortalecido seu papel de articulação entre os municípios, no nível regional, bem como para os municípios entre os governos dos níveis estadual e federal.

Poder Público

O poder público é o ator que, conhecedor e formulador da legislação sobre o assunto, deve ser tanto o regulador das relações entre os diferentes interesses dos atores no setor da reciclagem, quanto ser o propulsor de políticas públicas inovadoras que transformem a cultura e a estrutura das ações relativas ao gerenciamento dos resíduos sólidos. Na região do VRP, esses atores são as prefeituras e as secretarias e departamentos responsáveis pela área do meio ambiente, saneamento, obras públicas, ou, algumas vezes, saúde. Em geral, todos os municípios apresentam estrutura precária para tratar dos assuntos referentes ao meio ambiente, pois não há, na maioria dos municípios, secretaria específica para tratar do assunto, além de que quando há informações e dados relativos à área, são precários ou inconsistentes.

Há uma grande disparidade entre os municípios maiores da região e os demais, havendo uma espécie de exclusão dos pequenos municípios em debates estratégicos e também a exclusão, mesmo nos municípios maiores, de políticas específicas para o meio rural,

principalmente os relativos aos resíduos sólidos. Cabe destacar que o nome, resíduos sólidos, frequentemente vem acompanhado da qualificação de “urbanos”, sendo reforçado o diferencial e, a princípio, excluído o rural.

Um dos itens relevantes para o fortalecimento de ações ligadas à questão ambiental é a institucionalização de um fórum onde possam ser debatidas as políticas adotadas e a serem adotadas pela prefeitura, como por exemplo os Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Em Santa Cruz do Sul, para tentar compreender o que é debatido e em que nível são debatidas as questões ambientais, procurei as Atas referentes às reuniões do Conselho, mas elas não se encontravam na Prefeitura e apenas o Secretário de Meio Ambiente, participante do Conselho, soube dizer quem era a pessoa (um dos integrantes da Comissão) que estava com o livro de atas. As atas estão em estado tão desqualificado que não foi possível fazer uso delas nesse estudo, pois não há, em algumas delas, nem sequer a listagem de presentes na reunião, ou seja, nem uma frase foi completada.

Em alguns dos municípios menores, o recolhimento dos resíduos sólidos era executado pela própria prefeitura e os dados do IBGE (2002b) ainda apontavam a destinação final em lixões. Há municípios que ainda possuem lixões (lugares com resíduos jogados ao céu aberto, com alto grau de poluição local) próximos à área urbana, mas nos últimos anos tem crescido os municípios que contrataram empresas para executar a coleta e essas empresas pagam à SIL – Soluções Ambientais para dispor os resíduos no aterro de Minas do Leão. De acordo com os dados do COREDE-VRP (2010), todos os municípios da região têm dado a destinação de seus resíduos no referido aterro.

Um dos fóruns para discussão entre as prefeituras da região é o COREDE, que deve ser composto pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDEs. Entretanto, as discussões a respeito de soluções ambientais tem baixa adesão, na verdade, poucas atividades são desenvolvidas no decorrer de um ano.

Nos níveis estadual e federal, o poder público não exerce muita influência, apresentando apenas algumas ações pontuais que acabam por não ter efetividade nem eficácia. Apenas quando há uma lei federal que estabelece exigências para novos financiamentos aos municípios é que efetivamente são cumpridas. Um exemplo é o desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento para Santa Cruz do Sul que está sendo

estudado para o ano de 2010 e foi realizado devido à “exigência do Estatuto das Cidades” (GAZETA DO SUL, 2010b). Durante a produção desta dissertação, ocorreu um evento que deve marcar uma mudança na responsabilidade de todos os atores envolvidos com os resíduos sólidos, que foi a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), em julho de 2010 (ADEODATO, 2010), o que será mais debatido no decorrer do texto.

Dois projetos relevantes que encontramos foram: um da Assembleia Legislativa (COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR A QUESTÃO DO LIXO NO RIO GRANDE DO SUL, 2008); e outro do Tribunal de Contas do Estado (Gestão Ambiental – Resíduos Sólidos Urbanos: Análise Estatística), embora ambos não terem obtido êxito, no nível estadual, na consecução de seus propósitos iniciais. O relatório gerado pela comissão especial da Assembleia Legislativa, embora tenha sugerido novas leis para o gerenciamento dos resíduos sólidos para o RS, conseguiu apenas implantar um programa de coleta seletiva na sede da instituição (Palácio Farroupilha), sendo explorado no canal da Assembleia Legislativa como uma das ações pioneiras no país. Já o Tribunal de Contas do Estado apresenta, em sua página na internet, uma referência ao projeto de *Gestão Ambiental*, que se refere a uma tentativa de conhecer e discutir os custos referentes à coleta, transporte e disposição dos resíduos nos municípios do estado, mas após uma ligação ao órgão, fui informado que o projeto parou devido à falta de respostas dos municípios e às inconsistências nas respostas, embora seja limitado o número de empresas que trabalhem com o gerenciamento dos resíduos sólidos no RS.

As Câmaras de Vereadores não se mostraram atuantes e nem de forte apoio a movimentos diferentes aos que o poder executivo costuma propor, isto é, normalmente não há iniciativa por parte do legislativo de que ocorram ações alternativas ao modelo proposto de gerenciamento dos resíduos sólidos. Nos últimos anos, há uma expectativa geral dos especialistas pela aprovação do Projeto de Lei sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em debate no Congresso Nacional há mais de 21 anos. Em julho de 2010, o Projeto de Lei foi aprovado em 4 comissões do Congresso Nacional e, agora, aguarda apenas regulamentação (ADEODATO, 2010).

Catadores de Materiais Recicláveis

Os catadores de materiais recicláveis são atores que tradicionalmente atuam de forma individualizada, pois são trabalhadores informais. No país, em média apenas 10% são organizados e 90% trabalham por conta própria, coletando desde os resíduos deixados na calçada pela população para ser recolhido pela prefeitura até os resíduos “doados” por empresas e/ou repartições públicas (MNCR, 2010). Esse material coletado é para ser vendido para empresas, ou, principalmente, para atravessadores/intermediários, que trabalham na área também informalmente. Normalmente, o preço é calculado por centavos a cada quilo de material vendido, na faixa de R\$ 0,03 a R\$ 0,75, sendo o alumínio das latas de refrigerante e cerveja um dos mais valorizados, que chegou a valer R\$ 3,00, mas, em 2009, estava valendo apenas R\$ 0,80 (PATTA; RIBEIRO, 2009).

No Brasil, a partir do início dos anos 2000, quando foi constituído o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, foram surgindo pequenas ações de organização dos catadores que vão de pequenos grupos que separam em um mesmo espaço a grandes cooperativas que vendem material transformado em matéria-prima para outras indústrias. Os catadores de materiais recicláveis têm tido uma forte atuação nos municípios de todo o país, principalmente passando antes do horário de coleta da empresa contratada para o serviço e retiram os principais produtos recicláveis, muitas vezes abrindo as sacolas plásticas. O material que é considerado mais valioso para os catadores é a lata de alumínio, que é bastante valorizada no comércio de recicláveis, chegando a mais de R\$ 4.000,00 a tonelada em determinados lugares do país, antes da crise econômica mundial de 2008 (CEMPRE, 2008).

Na região do Vale do Rio Pardo, é significativo o trabalho do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), uma organização que representa quase 1 (um) milhão de trabalhadores no Brasil. O MNCR foi criado no nível nacional em 2001 da necessidade de representação e posição política para que se conquistassem direitos mínimos aos, anteriormente chamados, papeleiros. Os catadores são indivíduos, na maioria excluídos socialmente, algumas vezes abandonados pela família, com baixa ou nenhuma escolaridade, que se viram obrigados a trabalhar com um serviço, que não é prestado eficientemente pelo poder público, e que permite, no princípio sem a necessidade de formalidades, um trabalho com o mínimo de rendimento para que seja possível a compra de itens mínimos para sua

sobrevivência. Uma grande parte dos catadores informais são confundidos, ou até mesmo são, moradores de rua que passam nas calçadas com aparência de mendicância e cheiro de bebida, o que muitas vezes reforça preconceitos da população sobre essa categoria de trabalhadores.

A organização do MNCR se faz com diversos níveis de representatividade, sendo eles no nível nacional, estadual, regional, municipal e individual (cooperativa e associação), que são consideradas constituídas quando há a organização de um pequeno grupo de trabalhadores que coletam material reciclável. No VRP, formalmente são apenas 4 (quatro) os municípios que têm uma estrutura ligada ao MNCR (Encruzilhada do Sul, Santa Cruz do Sul, Sobradinho e Vera Cruz), embora a região também seja diferenciada do COREDE e seja mais semelhante à região de abrangência da televisão, aumentando para 7 (sete) o número dos municípios com representatividade do MNCR.

Em Santa Cruz do Sul, o MNCR está mais estruturado com coordenadores da recém-criada (2010) Cooperativa Mista de Coleta e Reciclagem de Materiais Orgânicos e Inorgânicos Reaproveitáveis, Produção e Industrialização de Hortigranjeiros, Floricultura, Educação Ambiental e Aquisição de Bens Necessários à Vida dos Catadores de Santa Cruz do Sul – COOMCAT – que substituiu a Associação de Catadores Ecológicos de Materiais Recicláveis – ASECMAR, que está engajada em lutas contra as ações da prefeitura local e ainda incentivadora da organização dos movimentos das demais associações e cooperativas nos demais municípios da região. Em 2009, com o apoio do grupo de Santa Cruz, constituiu-se uma organização no município de Vera Cruz, que até então não se mantinha em estrutura suficiente para coordenar as ações que garantam conquistas de direitos aos trabalhadores no município. Na página nacional do MNCR, fica mais claro o destaque das ações da organização de Santa Cruz, pois há um *blog* específico para as notícias referentes à região Sul do país e a maioria das notícias são dos movimentos locais (MNCR, 2010).

Em 2009, o MNCR foi agraciado com o prêmio Direitos Humanos 2009, na categoria Enfrentamento à Pobreza, promovido pelo Governo Federal. Pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o MNCR recebeu “Ordem ao Mérito Getúlio Vargas” pelas ações para desenvolvimento de políticas públicas de inclusão dos catadores de materiais recicláveis em todo o Brasil. Ainda em 2009, o MNCR assinou um acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, que objetiva capacitar 10.600 catadores em 18 estados do país. Os investimentos

são no valor de R\$ 16,8 milhões e estão programadas a divisão em 9 regiões do RS, sendo que os catadores receberão auxílio de transporte, hospedagem e cestas básicas, pois para o movimento, é preciso haver incentivos para que os catadores deixem de recolher seu material e conseguir o dinheiro que garante o mínimo de seu sustento. Em 2010, o relato dos catadores é de que o curso é de suma importância para as pessoas e para a categoria como um todo, pois abre uma real oportunidade de qualificar o trabalho e de encorajá-los a investir em ações como a industrialização de recicláveis. Foram capacitados 150 catadores da região do VRP (GAZETA DO SUL, 2010c).

Na maioria dos casos, os catadores sobrevivem apenas com a venda dos restos dos resíduos gerados pela sociedade. Não foi constatado, neste estudo, que houvesse ainda lixão com pessoas morando nele na região (COREDE-VRP, 2010), mas sabemos que o Rio Grande do Sul ainda apresenta essa realidade (COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR A QUESTÃO DO LIXO NO RIO GRANDE DO SUL, 2008), mesmo em um mercado tão promissor como o da reciclagem dos resíduos sólidos.

Em Patta e Ribeiro (2009), são citados os rendimentos dos triadores de material reciclável em Santa Cruz do Sul, em um ambiente em que há uma maior estabilidade de fornecimento de material se comparado com a situação dos demais catadores da região, pois havia o descarregamento de materiais pelos caminhões coletores de Santa Cruz e Vale do Sol no galpão da associação. Antes da crise, era possível conseguir R\$ 120,00 por semana/pessoa, mas em 2009, o rendimento era de até R\$ 70,00 (PATTA; RIBEIRO, 2009). Entre os catadores de Santa Cruz, há casos de alguns que acabam gastando, somente com o transporte, R\$ 8,00 ao dia, ou seja, R\$ 40,00 semanais, por isso se justificam contratos com a prefeitura: “Às vezes não tenho nada para colocar na mesa” (idem), desabafou uma catadora entrevistada.

Universidade

No Vale do Rio Pardo, a instituição de ensino que se apresenta como grande representante da região é a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), criada em 1992. A

UNISC possui o campus central em Santa Cruz e ainda possui dois campi na região (Sobradinho e Venâncio Aires), além de um campus no litoral gaúcho (Capão da Canoa).

A universidade pode ser considerada como principal ponto de articulação dentre todos os atores envolvidos na área, pois além de ter (ex-)funcionários e (ex-)alunos atuando no meio político, empresarial, entre outros, também tem compromisso, após a elaboração de Planos de Desenvolvimento Institucional, com pressupostos que vão ao encontro de ações coletivas na região:

Missão

Produzir, sistematizar e disseminar o conhecimento, visando à formação de indivíduos que sejam cidadãos livres e capazes, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade solidária.

Visão

Ser uma Universidade comunitária e democrática, reconhecida por relevantes contribuições ao desenvolvimento da região e do país, capaz de responder criativa e agilmente às transformações do contexto educacional.

Objetivos institucionais

Os objetivos institucionais, que dizem respeito às finalidades da Instituição, são os seguintes:

- oferecer educação integral, proporcionando formação profissional e cultural, para o exercício do trabalho e da cidadania;
- buscar permanentemente a excelência acadêmica ao desenvolver de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão;
- consolidar a eficiência e a eficácia da Instituição por meio de uma gestão participativa, empreendedora e profissional;
- manter uma relação constante e dinâmica com as comunidades das regiões em que atua, atendendo às suas necessidades e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico;
- promover a produção e a difusão do conhecimento científico e a transferência de tecnologia, visando ao bem-estar e à qualidade de vida dos cidadãos;
- estimular a inovação e o empreendedorismo no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- incentivar o desenvolvimento da cultura, do esporte, do lazer e das artes nas suas diferentes manifestações; e
- atuar com responsabilidade social e ambiental em todas as dimensões da Universidade.

(UNISC, 2009)

Além disso, a UNISC definiu compromissos institucionais:

» Compromissos institucionais

A concepção de universidade e a missão da UNISC, articuladas aos seus princípios norteadores, sustentam o seguinte conjunto de compromissos básicos que são o substrato de sua operação e de seu funcionamento:

» Compromisso com a qualidade universitária, que se expressa através de uma política de ensino, pesquisa e extensão, alicerçada num programa permanente de

avaliação institucional e num programa de capacitação docente em constante aperfeiçoamento, e de uma política de gestão de pessoas que assegura boas condições de trabalho e qualidade de vida a docentes e técnicos administrativos.

» **Compromisso com a democracia**, que se expressa em mecanismos institucionais democráticos, como a exigência estatutária de eleições diretas para todos os cargos de direção, na gestão democrática, no aprofundamento cotidiano da prática participativa e através de todas as relações estabelecidas pela Instituição com a sociedade.

» **Compromisso com a responsabilidade social e ambiental**, que se expressa por meio de ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano, realizadas coerentemente em relação aos objetivos e valores institucionais, com respeito, diálogo e transparência para com a sociedade.

» **Compromisso com a comunidade e realidade regional**, que se traduz em um perfil institucional definido a partir de características, demandas e necessidades da região, em políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão e na participação do poder público e da sociedade civil organizada nos órgãos colegiados da Universidade.

(UNISC, 2009)

As principais estruturas institucionalizadas na UNISC, que consideramos como de grande potencial para uma efetiva articulação e busca de soluções para a questão social apresentada são as seguintes: o Polo de Modernização Tecnológica, a Pró-reitoria de Extensão, e os Programas de Pós-Graduação (PPG em Desenvolvimento Regional e PPG em Tecnologia Ambiental).

A partir de uma iniciativa coordenada da Extensão com o MNCR, foi elaborado um Fórum para discutir políticas públicas para ser implementada uma coleta seletiva solidária no município de Santa Cruz, que será detalhada no item *Sociedade Civil Organizada – FACS (Fórum de Ação pela Coleta Seletiva Solidária e Reciclagem em Santa Cruz do Sul)*. Apesar desse movimento de apoio, o material coletado nas dependências da UNISC já foi motivo de discussão junto aos catadores, sendo que apenas em 2010, o material deixou de ser enviado a uma empresa que faz o papel intermediário (tal como os atravessadores), e passou a ser destinado à cooperativa local.

Empresas ligadas à área

Esse ator é bastante diversificado, pois pode ser tanto a empresa que recolhe os resíduos sólidos na porta das casas, quanto as empresas que transformam os resíduos em nova matéria-prima, ou seja, uma empresa recicladora. As empresas recicladoras são fundamentais

para garantir as vantagens econômicas do sistema, pois é delas que surge a possibilidade de serem reutilizados os restos do consumo em sociedade.

Embora haja o reconhecimento de haver empresas que de uma forma ou de outra trabalham com material reciclável na região do VRP, não há grandes empresas que executam a reciclagem industrial propriamente dita, isto é, empresas recicladoras que transformam resíduos triados em nova matéria-prima. Há, na grande maioria, pequenas empresas responsáveis pelos processos-meio, que, ou simplesmente coletam o material e passam adiante, ou recebem o material já separado e o trituram para ser vendido com melhor preço diretamente para a empresa recicladora. Uma das pequenas empresas de Santa Cruz, que agora entrou no mercado como recicladora, utiliza os restos de caixas TetraPak para produzir telhas “ecológicas” (MACHADO, 2007). Também houve a inauguração de uma Usina de Produção de Biodiesel, que aproveita óleo usado para a geração de combustível (SEVERGNINI, 2009). Embora ainda esteja em pequena escala, é uma possibilidade de encadear uma cadeia de reciclagem na região.

Uma das empresas ligadas aos resíduos sólidos que mais se destaca na região é responsável pela coleta de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, pelo menos, em 12 municípios da região (Conesul Soluções Ambientais). Por outro lado, em Santa Cruz, a empresa se apresenta com fortes relações junto à prefeitura, indicando um alto grau de poder sobre o sistema de reciclagem. Esse ponto será detalhado no capítulo da análise crítica dos discursos.

Sociedade Civil Organizada

A sociedade, segundo Toennies, “é o grupo derivado de um acordo de vontades, de membros que buscam, mediante o vínculo associativo, um interesse comum impossível de obter-se pelos esforços isolados dos indivíduos” (BONAVIDES, 2010, p. 57). Diferentemente da população em geral, as ações da sociedade civil organizada conseguem um maior grau de efetividade de mudanças no cenário em que se propõem atuar. Dentre os distintos representantes desse tipo de ator, destacamos os que apresentaram maior influência na estrutura durante a pesquisa e alguns que apresentam um grande potencial.

FACS – Fórum de Ação pela Coleta Seletiva Solidária e Reciclagem de Santa Cruz do Sul

Criado em maio de 2009, o FACS é uma iniciativa conjunta de grupos ligados aos catadores, à universidade, às associações de moradores e, na tentativa de envolver também o setor público, à prefeitura para debater alternativas a serem implementadas na gestão dos resíduos sólidos no município de Santa Cruz do Sul, pensando em servir de parâmetro para o resto dos municípios da região. Mostrando ser um caminho importante na conquista de políticas públicas construídas coletivamente, o FACS já apresentou resultados, pois, devido às reuniões, no intervalo de apenas um ano, que contaram com a participação de representantes prefeitura, dos catadores, de diversas organizações da sociedade civil e ainda da empresa responsável pela coleta dos resíduos de Santa Cruz, foi constituído um grupo de trabalho para implantar a coleta dos resíduos recicláveis pelos catadores.

No primeiro semestre de 2010, o FACS já havia conquistado compromissos junto à prefeitura, influenciando na agenda da política pública sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos. No principal compromisso acordado, buscou-se a formalização do trabalho de coleta seletiva de porta em porta realizado pelos catadores e também a gestão da Usina de Triagem de materiais recicláveis pela Associação de Catadores do município, que teve um projeto de lei enviado à Câmara de Vereadores em 30 de junho de 2010 (SANTA CRUZ DO SUL, 2010) e aprovado por unanimidade no dia 18 de julho de 2010.

COREDE-VRP – Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo

O COREDE-VRP é um dos atores que possui uma posição estratégica relevante, pois mantém boa relação com todos os atores aqui delimitados, embora tenha sido relatado pela Presidente da instituição que há grandes dificuldades de fazer com que os prefeitos pensem no nível regional, prevalecendo os interesses locais. A mesma constatação foi feita durante o diagnóstico da região em 2009/2010, em que a população teria apontado como uma fraqueza da região o “bairrismo, cada município pensa em si” (COREDE-VRP, 2010). O COREDE é mantido por projetos e está lotado junto à UNISC, carecendo, na maioria das vezes, de

recursos e da boa vontade dos apoiadores do Conselho. Muitos dos projetos são executados com os alunos da universidade, que não têm as habilidades políticas necessárias para um articulador de um COREDE no diálogo com os prefeitos e secretários.

Atualmente, o principal papel desempenhado pelo COREDE tem sido o de articulação para a escolha das demandas a serem votadas na Consulta Popular (destinação do Governo Estadual para a região), bem como o gerenciamento de como as demandas serão executadas. Nos últimos anos, houve um significativo aumento na participação da população no processo de eleição das demandas, tendo em vista que é uma votação “voluntária” e que ocorre em dia útil (em 2010 foi no dia 23 de junho, uma quarta-feira). Em 2010, 19% dos eleitores aptos a votar na região do Vale do Rio Pardo participaram da votação para definir as demandas para o recurso de mais de R\$ 7.8 milhões para 2011 no Vale do Rio Pardo. Destaca-se que a demanda “estratégica” votada foi ligada à Agricultura. (TESCHE, 2010).

Em relação a um conhecimento coletivo sobre resíduos sólidos (problemas de classificação, formas de tratamento e de disposição), Kipper (2005, p. 202) aponta para a grande necessidade de planejamento, execução, análise e acompanhamento de projetos, de forma que sejam integrados todos os atores, almejando “a melhoria contínua e a construção de ações estratégicas sistêmicas, formando elos entre os agentes da rede”. Tais ações deveriam ser conseguidas através do COREDE. Mas como ele é uma instituição que não pode impor ações aos membros, precisa contar com a palavra e o comprometimento individual dos gestores.

Na Agenda 21 Regional do VRP (COREDE-VRP, 2003), durante o levantamento dos problemas e das potencialidades regionais, foi apontado como *potencial* o gerenciamento regional de resíduos sólidos, bem como *problema* a falta de projetos para o reaproveitamento de resíduos agroindustriais. No documento, para os planos de ações da área de *Cidades Sustentáveis e Infraestrutura e Integração Regional*, discutidos desde o ano de 2001, foram propostos, para o período de quatro anos, avaliação e estudos de viabilidade para soluções coordenadas e cooperativas entre municípios na elaboração de projetos para gerenciamento integrado de resíduos na região.

Um fato político importante ocorrido na região, resultado do estudo da Agenda 21 (COREDE-VRP, 2003), foi a aprovação na Consulta Popular de um recurso Estadual no valor

de R\$ 500 mil para um projeto que previu a construção de uma Usina Regional de Reciclagem de Lixo (SANTA CRUZ DO SUL, 2007b). O projeto que era para ser regional foi defendido pela gestão municipal anterior (2004-2007), mas quando houve a troca de governo, o projeto passou a ser defendido apenas com caráter municipal. A justificativa foi a de que não seria possível levar o lixo de toda a região para Santa Cruz do Sul, tendo em vista o grande volume e o provável aumento nos custos de vários municípios em escolher tal alternativa, bem como os custos de construir tal estrutura seria muito maior do que o recurso previsto. Entretanto, uma possibilidade que poderia ser trabalhada para uso deste recurso, e que poderia contemplar todos os municípios, seria o de criar uma Central Regional de Material Reciclável, onde seriam levados até Santa Cruz apenas o material já selecionado e enfardado para ser armazenado e vendido mais valorizado, conquistando ganho de escala e confiabilidade no mercado. Tal proposta foi apresentada em uma reunião do COREDE, mas novas propostas precisam ser mais trabalhadas e disseminadas antes de serem incorporadas pelos gestores.

Devido a essas diferenças de gestão, aproveitamos os estudos do COREDE para a Agenda 21 regional, que abrangem os últimos nove anos (2001-2009), para tentarmos encontrar uma evolução na situação diagnosticada (COREDE-VRP, 2003 e 2010). Conforme já apontado anteriormente, a população participante de ações como o diagnóstico realizado pelo COREDE consideram haver carência de uma liderança no nível regional, como apontado no último relatório (COREDE-VRP, 2010). Desta constatação, desenha-se uma necessidade de fortalecer o COREDE para que a instituição seja utilizada como um ator com posição de intermediário para qualificar as demandas regionais para com os níveis estadual e federal, focando as demandas regionais, principalmente nesses instrumentos de participação popular, nas demandas definidas como estratégicas a médio e longo prazo.

COMITÊ PARDO – Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo

O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo – Comitê Pardo – é um órgão deliberativo, criado em 1999, baseado nas leis 9.433/97 (BRASIL, 1997) e 10.350/94 (RIO GRANDE DO SUL, 1994a), para a gestão das águas da referida Bacia

Hidrográfica. Com 50 vagas, o Comitê é constituído por 40% dos usuários da água, 40% de representantes da sociedade civil e de 20% de órgãos públicos federais e estaduais.

Dentre as instituições citadas nessa dissertação, o Comitê Pardo pode ser considerado como um dos mais atuantes e que tem uma maior aceitação entre os atores, embora não seja o seu principal objetivo o gerenciamento dos resíduos sólidos. Há uma categoria de *Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos e Drenagem*, onde pode haver representação de 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes. Houve reuniões do Comitê com debate entre os principais atores dos resíduos sólidos (prefeitura, empresa e usuários), mas não foram estruturados projetos específicos sobre o assunto.

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil

A AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil), através do Projeto *Verde é Vida*, contribui para que as crianças nas primeiras séries escolares possam pensar e agir de uma maneira que respeite os bens naturais. A instituição, com sede em Santa Cruz do Sul, tem 12 regiões de atuação divididas pelos três estados do Sul do país, atendendo, anualmente, mais de 60 mil crianças em mais de 250 escolas (AFUBRA, 2007).

No trabalho realizado nas escolas, são distribuídos pequenos livros (feitos em papel reciclado) que incentivam e informam às crianças, possibilitando passar em casa as lições que aprenderam com o Projeto. Os livros contemplam assuntos da realidade das crianças, incentivando fortemente a ação pró-ativa dos cidadãos, futuros adultos. Os livros possuem temas relevantes e viáveis de serem aplicados no dia-a-dia regional: Ações Socioambientais: o papel de cada um no seu ambiente social; Agenda 21 Verde é Vida – Uma proposta para a Agenda 21 Escolar; Agrotóxicos: uso racional e descarte correto; Água: economizar para preservar; Aquecimento global: de olho no futuro do Planeta Terra; Área Rural, um sistema vivo – a valorização da propriedade rural; Áreas degradadas: manual de recuperação; Bolsa de Sementes: manual de coleta, beneficiamento e armazenamento; Ervas Medicinais: o poder das plantas; Florestas: da preservação ao caminho da recuperação; Grupos Ambientais: resgatando a cidadania; Horta: ações na escola e na comunidade; Jornada Ampliada: complemento ao processo ensino-aprendizagem; Patrimônio Natural e Cultural:

desenvolvimento turístico ambiental; Pesquisa Científica: o método científico e as ações socioambientais; Plantas Medicinais; e Propriedade rural: da diversificação à sustentabilidade.

Nas palavras da própria instituição:

[...] a AFUBRA resolveu, em 1991, criar o Projeto Verde é Vida, programa permanente de educação ambiental que levasse às comunidades, por meio das escolas, informações, conceitos e práticas de preservação ambiental. O Verde é Vida atua nas comunidades rurais onde a AFUBRA está presente, defendendo os interesses dos pequenos agricultores na fumicultura e na diversificação da propriedade rural.
(AFUBRA, 2009)

FUPASC – Fundação de Proteção Ambiental de Santa Cruz do Sul

Apesar do nome indicar que a instituição se destina a trabalhar em todo o município, ela é uma iniciativa do setor privado, pensada desde 1991, mas definitivamente organizada em 1997, sendo composta pelas 10 maiores empresas do ramo do fumo, plástico, metalurgia e alimentos. De acordo com o responsável pelo gerenciamento do local, após duas visitas à Fundação, as empresas-membro encaminham seus resíduos para o local, situado na divisa do município com Rio Pardo, em uma área de 36,5 hectares. São recebidos de 250 a 300 toneladas por mês de resíduos, sendo de 60 a 80 deles recicláveis que são vendidos para uma empresa de Caxias do Sul, com filial em Santa Cruz. O material não aproveitável é enterrado em valas construídas no local, controladas frequentemente por 200 perfurações para o controle de poluição dos lençóis freáticos que cruzam a área.

Devido à Fundação ser também de empresas ligadas ao fumo, são recebidas embalagens de agrotóxicos de toda a região, totalizando o recebimento do material vindo de mais de 12 mil propriedades rurais. São recebidos também materiais tóxicos de todas as empresas, que ficam armazenados em pavilhões que respeitam todas as exigências da legislação ambiental. Lâmpadas fluorescentes também são recebidas no local e posteriormente são vendidas para uma empresa de São Paulo que recicla o material.

Santa Cruz do Sul - Novos Rumos

O Projeto Santa Cruz do Sul – Novos Rumos é um projeto iniciado pelo setor privado – ligado ao Projeto Agenda 2020 no nível estadual (Polo RS, ligada à Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul - FIERGS) – que visa “mobilizar a população santa-cruzense” para:

Estabelecer uma Agenda Estratégica para o Desenvolvimento Econômico e Social de Santa Cruz do Sul, com um amplo mecanismo de consulta à sociedade sobre as prioridades do município;

Operacionalizar e implementar a Agenda Estratégica, traduzindo-a em: Objetivos, Indicadores, Metas e Linhas de ação estratégica;

Desenvolver mecanismos para promover a mobilização da sociedade para atingir os objetivos e metas de desenvolvimento para a cidade; e

Implementar um processo de gestão da estratégia para a cidade de Santa Cruz do Sul, formalizado e permanente, com acompanhamento de resultados e avaliação de desempenho.

(POLO RS, 2010)

Duas vezes procuramos iniciar contato com a Organização, via *e-mail*, mas não foi dado nenhum retorno até junho de 2010. Especificamente sobre a gestão dos resíduos sólidos, para o ano de 2020, o projeto visa apenas uma ação: “Implantar coleta seletiva do lixo em todo o município” (POLO RS, 2010), embora sem o detalhamento para o alcance da meta.

Atravessadores / Intermediários

Enquanto os catadores de materiais recicláveis recolhem e vendem de 10kg a, no máximo, 100kg por dia, há um ator que consegue armazenar uma maior quantidade de material para conseguir lucrar em escala: o atravessador, também chamado de intermediário. Os atravessadores ou intermediários desempenham um papel que é ambíguo para os catadores, isto é, ao mesmo tempo em que eles são os principais compradores daquelas pequenas quantidades de material coletado por qualquer catador, eles são o explorador direto, pois conseguem vender o material com pelo menos 50% de valorização. A maior parte dos atravessadores também trabalha de maneira informal, alguns deles são aposentados que possuem um caminhão suficiente para fazer o transporte até a empresa que compra seu

material. O atravessador, devido à quantidade mínima de pelo menos 2 toneladas ao mês (KIPPER, 2005), pode estabelecer uma relação mais estável com empresas compradoras de material para ser reciclado, ou até mesmo atravessadores maiores, pois tem os meios de comercializar essa quantidade um pouco maior.

Segundo Kipper (2005, p. 135), os atravessadores são atores que embora estejam presentes na atividade “não apresentam muita contribuição para com a sustentação das relações [pois] se baseiam apenas na mais valia, isto é, no seu próprio lucro”, havendo, em alguns casos, parecer existir uma “formação de cartel”. Após a crise do final de 2008, muitos dos atravessadores pararam de comercializar material reciclável, mantendo-se principalmente aqueles que trabalhavam exclusivamente com sucata. Essa situação fragilizada dos atravessadores se mantinha até fevereiro de 2010.

Um caminho para a qualificação dessas relações é a organização dos catadores, através da construção de locais de armazenamento de material reciclável, podendo ser posteriormente levado a uma central regional de comercialização de material reciclável que pode ser vendido diretamente a empresas recicladoras ou até mesmo, pode haver a construção de uma indústria pelos próprios catadores que venderiam o material transformado em uma nova matéria-prima.

Organizações Não-Governamentais

FUNDAÇÃO GAIA - JOSÉ LUTZEMBERGER

A instituição criada em 1987 por um dos mais respeitados ambientalistas do estado do Rio Grande do Sul, José Lutzemberger, localiza-se no município de Pantano Grande, em uma sede rural chamada Rincão Gaia. A Fundação Gaia é a ONG mais conhecida da região, reconhecida como de utilidade pública, e que se destaca principalmente pela representação e as ações de seu fundador. Ela oferece, de forma constante, cursos de educação ambiental voltados desde a pessoas que querem mudar suas atitudes pessoais até movimentos sociais e instituições públicas, proporcionando um longo alcance de seus ensinamentos. A Fundação

também presta Consultoria na área ambiental, “para auxiliar municípios e estados a implantar o desenvolvimento sustentável” (FUNDAÇÃO GAIA, 2010).

Embora tivéssemos entrado em contato (via *e-mail*) duas vezes com a ONG durante as pesquisas, para receber as percepções da instituição quanto ao gerenciamento dos resíduos sólidos na região, não recebemos retorno.

BANCO DE RESÍDUOS DA FIERGS

A Organização, inicialmente criada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, é mantida pelo Banco Regional de Desenvolvimento – BRDE, pela CaixaRS e pelo Governo Estadual. O *slogan* atual da ação é “Transformando Desperdício em Riqueza”. “A Bolsa de Recicláveis da FIERGS é um portal eletrônico de compra, troca e venda de resíduos, que busca fortalecer e criar novas oportunidades para o setor de reciclagem, não somente no Rio Grande do Sul mas em todo o país” (BOLSA DE RECICLÁVEIS, 2010).

Essa organização, aparentemente, é uma ação de grande aceitação e abrangência junto às empresas que podem fazer parte do Banco, porém, os dados fornecidos não são amplamente divulgados e as cooperativas e associações de catadores não fazem parte do banco, limitando as funcionalidades de articulação da organização.

Mídia

As mídias são grandes propulsoras de opinião pública, e matérias e reportagens podem incentivar ações do poder público frente a determinados assuntos. Conforme Charaudeau (2006b), “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público”. No VRP, como já foi comentado sobre a regionalização diferenciada da transmissora de TV, ela é um dos atores mais influentes quando o assunto é informar e formar a opinião da população em geral. Nesse sentido, uma educação ambiental produzida pela televisão seria de grande alcance e de efetiva mudança na rotina da população

regional. Entretanto, a TV ainda não apresenta propagandas e reportagens que incentivem a separação dos resíduos sólidos, apenas alguns projetos de educação ambiental de propagandas de 30 segundos.

Quanto à rádio e ao jornal, a Gazeta Grupo de Comunicações se destaca no Vale do Rio Pardo, pois a rádio Gazeta é uma das mais ouvidas do interior do estado e o jornal Gazeta do Sul possui uma tiragem diária de 18 mil exemplares, sendo ambos veículos sediados em Santa Cruz do Sul. Embora haja mais jornais na região, eles ou fazem parte da mesma empresa ou são de circulação muito menor ou são de frequência muito baixa.

Para a presente dissertação, os jornais são os principais veículos para percebermos como andam os debates sobre os assuntos relacionados aos resíduos sólidos, pois são neles onde são armazenados os relatos, reclamações, denúncias e agradecimentos pelas ações nos municípios da região, principalmente na seção de Opinião. Por outro lado, grandes reportagens que identifiquem quem são os atores envolvidos e quais as responsabilidades da população frente ao assunto não foram encontradas para serem estudadas nesta dissertação. Portanto, a principal fonte de discurso que possa expressar um pouco dos pensamentos de alguns dos atores será o texto dos jornais da região, que serão detalhados na seção 3.2, da *Análise crítica dos discursos*.

Como dado relevante a ser discutido na dissertação, no nível nacional, os 44 principais jornais, que correspondem a mais de 90% da mídia impressa nacional, dedicam menos de 2% de seu conteúdo aos temas ligados à pobreza, explicitando a exclusão política do pobre no país. Nas principais revistas, o percentual fica em torno de 0,7% (ANDI, 2003 *apud* CATTANI, 2007a). Desta forma, percebemos ao nível de elitização que esse ator relaciona-se, destacando, novamente, nossa limitação na dissertação, mas ao mesmo tempo, mostrando que deste material é possível tirar considerações sobre os principais atores “formadores de opinião” e socialmente privilegiados.

Entidades religiosas

Embora não se destaquem atualmente em Santa Cruz do Sul, as entidades religiosas costumam ter um papel relevante em grande parte das associações e cooperativas de catadores espalhadas pelo país, prestando um tipo de assessoria às organizações (KIPPER, 2005, p.155; MARTINS, 2004, p. 149-150). Não procuramos contatar esse ator, tendo em vista essa baixa representatividade na região. Houve relatos de que havia uma igreja que incentivou a criação de uma ONG para fazer projetos com material reciclável em Santa Cruz, mas quando o projeto recebeu recursos internacionais, a organização foi fechada e o investimento dos recursos não foram abertamente declarados. Também houve depoimentos de que em alguns dos outros municípios, tal como Rio Pardo, grupos de catadores iniciaram organização em espaços cedidos pelas igrejas.

No nível estadual, o MNCR conta com a colaboração da igreja, por meio de apoio da Fundação Luterana de Diaconia (FLD), que participa da elaboração de projetos sociais desde a constituição do movimento no Rio Grande do Sul. De acordo com a FLD, o papel da instituição em alguns projetos era de “coordenar, junto com o MNCR-RS, a implementação da articulação e organização estadual dos catadores e organizar os catadores numa cadeia produtiva da reciclagem” (FLD, 2010). A FLD também participou do projeto de capacitação dos catadores para o ano de 2010.

Escolas de Ensino Básico

As escolas públicas e privadas, na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio, têm se destacado como defensoras do meio ambiente, debatendo constantemente as mudanças climáticas e abrindo espaço para que movimentos de “conscientização ambiental” sejam trabalhados no âmbito escolar. Há projetos, embora acordados informalmente, de colaboração entre o MNCR e as escolas da região, além das centenas de projetos executados pelas escolas através da parceria com a AFUBRA, conforme o exemplo já apresentado.

A educação ambiental definida na Política Nacional de Educação Ambiental, embora esteja previsto seu desenvolvimento de forma contínua e integrada entre as práticas

educativas, não deve ser veiculada através de disciplina específica para tratar do assunto (BRASIL, 1999), principalmente devido a seu caráter multidisciplinar. Desta forma, os trabalhos de educação ambiental nas escolas são inúmeros atualmente, sendo trabalhados os conceitos de preservação dos recursos naturais e sustentabilidade do planeta a partir da perspectiva de que muitos dos recursos naturais atuais podem se acabar. Portanto, os alunos recebem instruções sobre o que fazer com os resíduos gerados, conhecendo as ações corretas, entretanto, os índices de reciclagem continuam baixos, mostrando que ainda há falta de políticas públicas que mudem a cultura da reciclagem em Santa Cruz e na região, não bastando haver a tão propagada “conscientização” da população.

1.3 Os atores e suas responsabilidades

Afinal de contas, quem são os responsáveis que fazem com que a reciclagem não se desenvolva significativamente na região? É a partir desse questionamento que entram em cena os atores que influenciam no cenário atual. Conforme a Lei Estadual nº 9.921, de 27 de julho de 1993 (RIO GRANDE DO SUL, 1993), que dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos, no seu artigo 1º, a “segregação dos resíduos sólidos na origem, visando seu reaproveitamento otimizado, é de responsabilidade de toda a sociedade”. Na continuação da referida Lei, o texto indica ações para o alcance, ao menos no médio prazo, de um alto índice de segregação dos resíduos:

Art. 1 - “a segregação (...) deverá ser implantada gradativamente nos municípios, mediante programas educacionais e projetos de sistemas de coleta segregativa.

Parágrafo 1º - Os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado ficam obrigados à implantação da coleta segregativa interna dos seus resíduos sólidos.

Parágrafo 2º - Os municípios darão prioridade a processos de reaproveitamento dos resíduos sólidos, através da coleta segregativa ou da implantação de projetos de triagem dos recicláveis e o reaproveitamento da fração orgânica, após tratamento, na agricultura, utilizando formas de destinação final, preferencialmente, apenas para os rejeitos desses procedimentos.

(RIO GRANDE DO SUL, 1993)

Com essa situação de um texto legal indicando caminhos, percebi a possibilidade de me aprofundar nos estudos que abordam a linguagem, mais especificamente o discurso,

principalmente nas relações de poder. Configurava-se, com uma breve análise da situação e dos atores envolvidos, uma relação conflitante entre dominantes e dominados. Para mim, surpreendentemente, já havia uma forte corrente de estudos, intitulada Análise Crítica do Discurso (ACD), ou Análise de Discurso Crítica (RESENDE e RAMALHO, 2006) que trabalha com essas questões. Essa vertente de estudos do discurso prioriza debater o ponto de vista dos mais fracos, tendo em vista que estes não costumam ter recursos suficientes para dialogar de modo equânime com os “donos do poder” (sejam eles políticos ou empresários) (VAN DIJK, 2008). A Análise Crítica do Discurso visa, portanto, proporcionar um recurso discursivo, contribuindo com argumentos nos debates aos considerados excluídos da sociedade, ou seja, tanto as pessoas que não compreendem os processos políticos da vida em sociedade quanto aqueles que lutam da forma mais valente possível para conquistar seus direitos, no caso específico deste trabalho, os catadores de materiais recicláveis.

Essas questões de poder começaram a nos esclarecer sobre aquele questionamento do porquê de haver tão poucas empresas que trabalham com reciclagem na região e por que ainda não há uma constante e forte coleta seletiva na região? A resposta não é fácil e depende tanto de fatores estruturais quanto conjunturais, lembrando que o *estrutural* corresponde às bases que vão sendo construídas ao longo do tempo e caracterizam uma sociedade, sua hierarquia e a dominação de alguns indivíduos no poder local, mesmo sem fazer parte do poder público. Já o *conjuntural* diz respeito àquilo que se apresenta no momento, em termos dos movimentos e da fisionomia mutável desse campo de relações problemáticas, seja uma empresa que faz a diferença e exige novas atitudes, seja de um político que está no poder e tem consciência da importância de trabalho que beneficia a sociedade como um todo, ou ainda um forte movimento social que possibilita o diálogo e conquista políticas públicas que beneficiam a todos.

Até o momento, superficialmente, as justificativas de cada um dos atores pela pouca contribuição com as etapas iniciais do processo de reciclagem, recaiam sobre a responsabilidade do outro ator, e não sua. Essas são as estruturas que poderíamos chamar de “cognição social” (VAN DIJK, 2008), ou seja, práticas que não são cientificamente comprovadas, mas são conhecidas por todos e acabam sendo consideradas como características e parte do retrato social. Por exemplo, a população declara que não faz a separação domiciliar do lixo seco e do orgânico porque o caminhão de coleta do lixo, ao

recolher o material, mistura e prensa tudo. Já a empresa responsável pela coleta justifica que não consegue executar uma boa separação porque a população precisa de mais educação ambiental para deixar o lixo separado, discurso similar ao do Poder Público municipal. Este último justifica ainda que educar a população e realizar a coleta seletiva é muito caro, haja vista que muitos projetos de educação ambiental visando a separação dos resíduos foram propostos e implementados pela prefeitura de Santa Cruz nos últimos anos e não surtiram efeitos estruturais na atitude da população (KIPPER, 2005).

A partir da publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), foi proposto o conceito de *responsabilidade compartilhada* pelos atores envolvidos no ciclo de vida dos produtos de consumo, listados como fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. Dentre os produtos que obrigatoriamente deverão ser reciclados, a Lei n. 12.305/10 (BRASIL, 2010) destacou: agrotóxicos (resíduos e embalagens); pilhas e baterias; pneus; óleos lubrificantes (resíduos e embalagens); lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; e produtos eletrônicos e seus componentes.

Durante a maior parte desses dois anos de mestrado, fui considerando que a principal razão para que não houvesse uma rede bem estruturada de comercialização de recicláveis era a desconexão entre os atores, que são todos responsáveis pelas diversas etapas do processo. Um processo que vai desde o consumo e descarte, passa pela separação e vai até a reciclagem, que propriamente dita é industrializada, e o reúso do reciclado como um novo produto. Essa desconexão era vista, por mim, como falta de conhecimento e dificuldade de comunicação entre os atores envolvidos. Entretanto, ao aprofundar o estudo, foram se revelando fortes relações entre os atores da região do Vale do Rio Pardo. Mas essas conexões não são aparentes, pois, por parte de alguns atores, elas nem devem ser públicas. A princípio, essas conexões são estabelecidas para suprir mais aos interesses privados que os públicos, refletindo apenas pequenas “desconexões”, talvez propositais, tal como ocorre em tantas outras relações políticas e que se refletem nas estruturas sociais precárias de discriminação e exclusão.

Mas de qual conexão estamos falando? Conexão em forma de contatos e/ou conhecimento sobre outros atores ou demais tipos de reciclagem. Em visitas prévias a alguns

atores, fomos informados de que muitos serviços são executados por atores de fora da região ou então por atravessadores/intermediários, o que caracteriza uma falta de comunicação e conhecimento por parte de todos os atores envolvidos com a reciclagem na região, por realizar serviços ineficientes. Além disso, as conexões explicitamente conhecidas, como as dos atravessadores e catadores se mostraram muito fragilizadas, principalmente após a crise do final de 2008, pois muitas das empresas e atravessadores, ou repassaram as perdas diretamente aos catadores, ou simplesmente fecharam o negócio em 2009.

As conexões necessárias para mudar a estrutura de favorecimento privado precisarão de engajamento político da população, da sociedade civil organizada e das organizações não-governamentais, conquistando lugares nos debates e nas relações que envolvem o interesse coletivo. A partir dessa situação, o bem público é debatido, seja com ações organizadas de pressão ou de luta, de tal maneira que as relações estreitas entre os ocupantes de cargo público e as instituições e figuras com poder e/ou status no território sejam aos poucos minimizadas e constrangidas no poder público.

Portanto, é importante aproveitarmos as recomendações da Política Nacional de Resíduos Sólidos para a elaboração de Planos Nacional, Estaduais e Municipais, pois isso envolve um grande planejamento, colaboração entre diversos atores, diferentemente deste atual número de programas pontuais, descontínuos, fragmentados e incompletos e que mostraram modestos resultados à área de saneamento no estado do RS (IBGE, 2010b). Uma das ações que pode ser realizada é a de buscar novos mecanismos de racionalidade da gestão na ação pública e o controle da sociedade sobre a aplicação dos recursos, permitindo influir na implementação de políticas públicas por meio de estímulo para o monitoramento e controle social e da capacitação de gestores públicos e de organizações da sociedade civil (VIEIRA, 2004).

Nos últimos meses de 2009, enquanto havia uma preparação internacional para o debate de Copenhague - COP15 (ABRANCHES, 2010), foi apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul um projeto de lei que caminharía no sentido contrário às tendências mundiais (WEISSHEIMER, 2009). O referido Projeto revogaria outras nove leis ambientais estaduais, desconsiderando o histórico das discussões envolvendo os diferentes atores desde os anos de 1980 no estado. De acordo com os defensores da nova

lei, ela possibilitaria ao Estado o crescimento das áreas plantáveis no território gaúcho, sendo exigido para isso, a redução das áreas de preservação ambiental nas propriedades rurais, ou seja, possibilitaria aos produtores rurais explorar ao máximo seus estabelecimentos, favorecendo ao processo capitalista de exploração da propriedade rural.

Os temas de interesse público ainda carecem de maior difusão e apoio das mídias, com vistas à formação de uma opinião pública bem informada, preparada e acostumada a ser crítica – tanto a urbana quanto a rural. Por enquanto, isso não é prioridade estratégica do poder público, mas pode ser da sociedade. Podemos fazer parte da decisão de interesse público, pois os mecanismos de transparência, participação e controle social vêm se apresentando como os ideais para que o Estado comece a trabalhar de maneira mais coerente com a vontade da população. Essa disparidade tem se mostrado em temas relevantes na sociedade, tal como as demandas por decisões mais efetivas na educação, na saúde, na segurança, ou então no gerenciamento dos resíduos sólidos. A responsabilidade deve ser, portanto, assimilada por cada um e, ao mesmo tempo, por todos os atores.

2 ELEMENTOS PARA UM BOM DISCURSO (Apontamentos para uma revisão teórica e metodológica)

Neste capítulo, apresentaremos pesquisas científicas que representam as diferentes visões e contribuições sobre a realidade social, sobre o tema resíduos sólidos e as quatro dimensões consideradas neste trabalho (social, ambiental, econômica e política) que envolvem o gerenciamento desse material e sua posterior reciclagem, contando com trabalhos acadêmicos de pesquisadores da nossa região, que permitirão observarmos as diferenças de perspectiva sobre um mesmo objeto de pesquisa. A principal intenção com este capítulo, além da necessidade acadêmica de encontrar produção científica que corrobore as afirmações e considerações apresentadas na dissertação, é o de suprir os atores envolvidos com a reciclagem, em especial os atores com menor influência de mudança no cenário (catadores e população em geral), de uma série de itens para qualificar seu discurso. Isto é, os entraves para mudança normalmente impostos pelos “donos do poder”, detentores de conhecimento e dos meios de manutenção da estrutura através do apoio do poder público, com habilidade política e discursiva, que impõem dificuldades justificadas como técnicas ou legais às demandas sociais, mantendo uma estrutura de desigualdade social e de pouca liberdade de ação dos atores sociais.

Para Krasilchik e Marandino (2004, p. 34)

O conhecimento e as informações são a base necessária para analisar questões controversas que incluem conflitos de interpretações e decisões, dependentes de valores pessoais e sociais. Preparar o cidadão para pensar sobre as questões que permitem várias respostas – muitas vezes conflitantes – demanda que ele seja alfabetizado em ciências. Considerando que, de um lado, há um crescimento marcadamente amplo da ciência e da tecnologia e, de outro, situações que agravam a miséria, a degradação ambiental e os conflitos étnicos, sociais e políticos, é preciso que os cidadãos estejam em condições de usar seus conhecimentos para fundamentar suas posições e ações.

Para embasar a discussão dos cidadãos quanto aos temas mais relevantes para argumentar ações políticas, na primeira parte será abordada a *dimensão ambiental*, um dos temas mais discutidos no nível global dos últimos 30 anos. Como há interesse na qualificação

no debate local, serão abordados os assuntos de maior relevância e que carecem de políticas públicas mais qualificadas na região: *Saneamento Básico e Educação Ambiental*.

Na segunda parte, será abordada a *dimensão social*, principalmente a partir de um novo paradigma de medição de desenvolvimento, a *felicidade interna bruta*, por percebermos que a discussão da “sustentabilidade” já não consegue mais ser qualificadamente justificada. Outro ponto que, muitas vezes, é ignorado pelos atores e/ou omitido do debate público é a exclusão social e a exclusão territorial, que serão tratados na seção 2.2.2.

Na *dimensão econômica*, serão apresentadas as sempre requisitadas vantagens econômicas com a reciclagem, detalhando alguns números dos materiais mais reciclados, destacando o desperdício ocasionado pela não realização da reciclagem. Na abordagem sobre a *dimensão política*, são apresentados os *Movimentos Sociais*, e, brevemente, como é o processo de formulação e implementação das *Políticas Públicas*.

Por fim, será apresentada a linha de estudos da *Análise Crítica do Discurso* que trata de disputas de poder entre os atores, cuja metodologia embasará esta dissertação e tem como principal enfoque em seus estudos, como no presente trabalho, *as formas de poder*.

Embora muitos dos temas sejam considerados demasiadamente “técnicos”, ele deverá servir ao menos de uma base de conhecimento mínimo para a qualificação do discurso dos atores sobre a reciclagem de resíduos sólidos.

2.1 Dimensão Ambiental

A partir da inter-relação e integração do homem no ecossistema, surge a necessidade de se valorizar de forma mais cuidadosa a degradação causada pela estrutura social na natureza. Curiosamente, embora o homem seja considerado como o único animal racional, somente após milhares de anos, percebeu-se que sua forma de vida é praticamente irracional, pois é degradante e destrutiva de seu próprio *habitat*, diferentemente dos demais animais. Considerando o meio ambiente não somente pela perspectiva antropocêntrica (o homem como centro do planeta), também é fundamental o papel do ser humano como parte integrante do

ecossistema, porém como peça importante na manutenção da biodiversidade, buscando a preservação da qualidade e da maior quantidade de vidas no planeta. Conforme Capra (2006), o pensamento sistêmico se aplica aos princípios da ecologia, princípios da sustentabilidade e princípios da comunidade. Nessa linha de pensamento, o autor lembra que “nenhum ecossistema produz resíduos, já que os resíduos de uma espécie são o alimento de outra”.

Cabe aqui refletirmos sobre os problemas que devem ocorrer ao longo prazo com o resultado da relação diferenciada do homem com o seu meio. Normalmente, como citado anteriormente, os resíduos gerados por uma espécie são reaproveitados por outra, algo que não ocorre com os resíduos da nossa sociedade. Esgoto não tratado e chorume formado a partir da decomposição do lixo são exemplos contrários ao ciclo ecológico, pois são ocasionadores de morte de um grande número de espécies, sejam bactérias ou animais mais complexos. O desmatamento e a poluição em geral também são degradantes ao sistema da biodiversidade do planeta.

Entretanto, alguns questionamentos ainda precisam ser mais debatidos, tal como se as mudanças climáticas que vêm ocorrendo no planeta não são parte de um ciclo natural, sendo os impactos da ação humana apenas um fator não decisivo para as chamadas “catástrofes” naturais. Antes de mais nada, cabe aqui esclarecer que nossa abordagem visa iniciar discussões na sociedade que impliquem considerações quanto ao bem-estar dos cidadãos, desenvolvendo habilidades políticas da sociedade e cuidados ambientais, trabalhando cooperativamente para intervir decisivamente em processos que reproduzem as desigualdades sociais e incentivar o desenvolvimento social e econômico para todos os habitantes do território. Como apontado por Acselrad (2004), “o debate sobre sustentabilidade tem se pautado predominantemente pelo recurso a categorizações socialmente vazias”. Em trabalho mais recente, Acselrad (2010, p. 109) afirma que

ao evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio denominar de “conflitos ambientais”.

Na continuação de seu raciocínio, complementa:

[...] o ambiente passa assim a integrar as questões pertinentes à cultura dos direitos – o direito metafórico de gerações futuras, num primeiro momento, constitutivo de um conflito também metafórico entre sujeitos presentes e sujeitos não nascidos; mas, em seguida, a percepção de que, para além da metáfora do conflito intergeracional, haveria que se considerar também a concretude dos “conflitos ambientais realmente existentes”, protagonizados por sujeitos copresentes. (ACSELRAD, 2010, p. 109)

Nesse ambiente de conflitos, iniciaremos com a apresentação do assunto que já se nomeia como *básico*, uma das principais carências estruturais do país e também da região do Vale do Rio Pardo, o saneamento básico, que tem sua completa atividade como um privilégio de poucos brasileiros.

2.1.1 Saneamento Básico

Saneamento Básico, segundo a Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007), é considerado como um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais para abastecimento de água, esgotamento sanitário (coleta, transporte e disposição do esgoto), limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (coleta, transporte e disposição final do lixo) e, por fim, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Já a definição de *Saneamento Ambiental*, elaborada pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA (2006, p. 15), complementa a definição anterior:

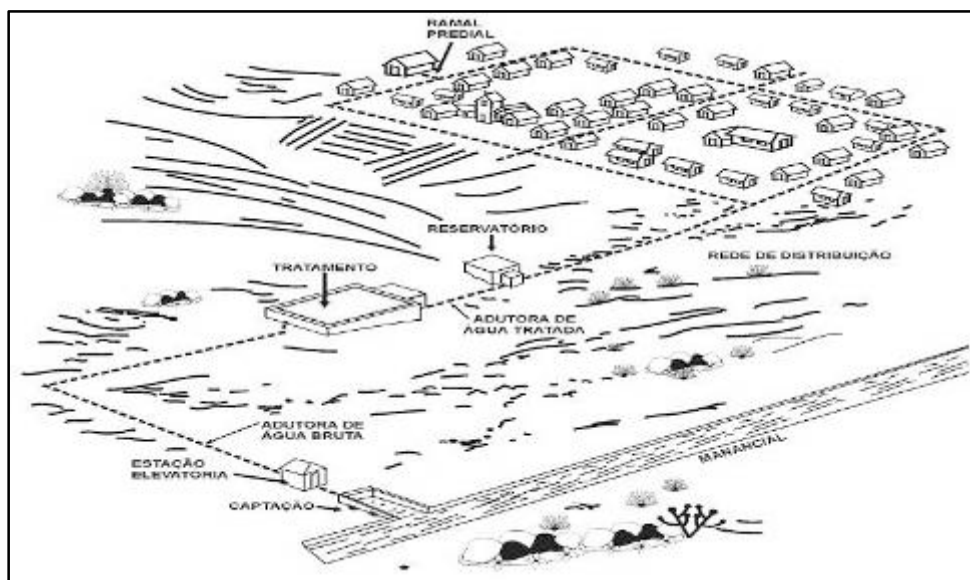
[...] conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar Salubridade Ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural.

A Lei que estabelece a Política estadual de saneamento no Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2003) mantém o mesmo padrão de discurso, apresentando como um de seus princípios um ambiente salubre, sendo indispensável à qualidade de vida e um direito de todos, “impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de assegurá-lo”. No artigo 9º da referida lei, são definidos os agentes do Sistema Estadual de Saneamento (o sistema é um dos

instrumentos para a execução da política), sendo o usuário dos serviços públicos de saneamento o primeiro, seguido de outros 11 agentes, principalmente instituições (órgãos públicos, associações e demais entidades).

Analisando o saneamento da água como um sistema, seu início se dá a partir do processo de abastecimento da água. O sistema de abastecimento é dividido pelas seguintes etapas: manancial; captação; adução; tratamento; reservação; rede de distribuição; estações elevatórias e/ou ramal predial.

Ilustração 5 - Esquema de Saneamento da Água



Fonte: FUNASA, 2006, p. 82.

As condições da água captada são muito importantes, pois sua inadequação pode ser responsável por diversas doenças ao ser humano, exigindo um mínimo de potabilidade. E nessa questão, é importante que se mantenham os mananciais limpos, sem descargas de lixo, esgoto, etc. Na determinação da qualidade das águas, são analisados 33 parâmetros físicos, químicos e microbiológicos em laboratório, embora nove compõem o Índice da Qualidade das Águas (IQA): Oxigênio Dissolvido; Demanda Bioquímica de Oxigênio; Coliformes Fecais;

Temperatura da água; pH da água; Nitrogênio Total; Fósforo Total; Sólidos Totais; e Turbidez¹.

Conforme estiverem os índices de turbidez, de cor, etc., o próximo passo é o tratamento da água a partir de captação superficial. O tratamento se faz em oito fases, tais como: Oxidação; Coagulação; Floculação; Decantação; Filtração; Desinfecção; Correção de pH; e Fluoretação. Quanto maiores forem os índices de contaminação, maior será o gasto com o tratamento devido à quantidade de substâncias utilizadas para purificação da água.

Por essa razão, torna-se muito importante no saneamento o esgotamento sanitário seguido do tratamento do esgoto gerado. Os tratamentos de esgoto podem ser individuais, construídos no próprio terreno do domicílio, prediais ou então coletivos, abrangendo uma rede completa que escoar o esgoto até uma central de tratamento. Para cada uma dessas estruturas, há diversos tipos de construções que necessitam de informações para uma melhor adequação, como o índice de infiltração do solo, as dimensões adequadas para o volume de esgoto gerado, etc.²

No Brasil, a maioria do esgoto volta diretamente aos corpos d'água sem tratamento, propiciando condições de insalubridade nas populações mais pobres, além de manter o risco de enchentes ocasionadas pelo acúmulo de lixo, por exemplo, nos esgotos abertos nos municípios brasileiros. Como contribuição para esse problema de saneamento, surge a necessidade de gestão dos resíduos sólidos urbanos, ou lixo doméstico.

O processo de gestão dos resíduos sólidos, integrante do ciclo do sistema de saneamento, é subdividido em varrição, coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final do lixo gerado no município. Destacaremos neste trabalho a pouca importância dada pelos órgãos públicos ao processo de tratamento, posterior à triagem (separação em galpões) dos resíduos para que sejam encaminhados à reciclagem, bem como a quase exclusividade de atenção aos resíduos sólidos urbanos, sendo pouco discutido e priorizado o resíduo rural.

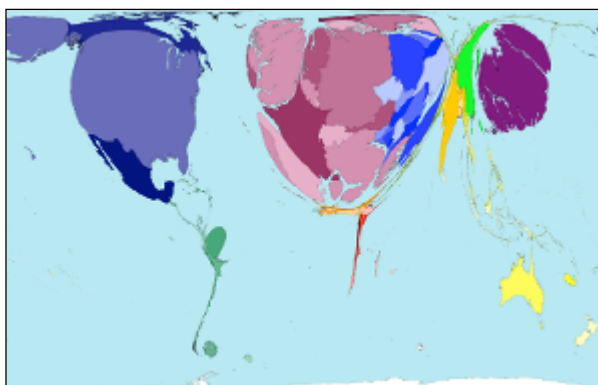
¹ Material simplificado para realizar medições está disponível no site: <http://www.funasa.gov.br>

² O detalhamento de cada um dos tipos de construções é encontrado em FUNASA, 2006.

Percebe-se, entretanto, que as vantagens advindas do melhoramento de todos os processos de saneamento, que vão desde a distribuição de água, passando pelo tratamento do esgoto e pela reciclagem ou reintrodução dos resíduos no setor produtivo, embora pareçam custar muito, contribuem com os índices de qualidade de vida da população. Em Silveira (2010), é defendida a insustentabilidade do saneamento da Região do Vale do Rio Pardo, mostrando que o desenvolvimento, sem ser feito o básico pelo poder público, jamais será real na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Baseado em dados da UNEP (PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e UNDP (PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), os mapas abaixo, que representam através de uma suficiência ou insuficiência das ações na proporção dos países, permitem percebermos a carência do saneamento e da reciclagem em nosso país, embora os índices de coleta de resíduos tenham indicadores satisfatórios:

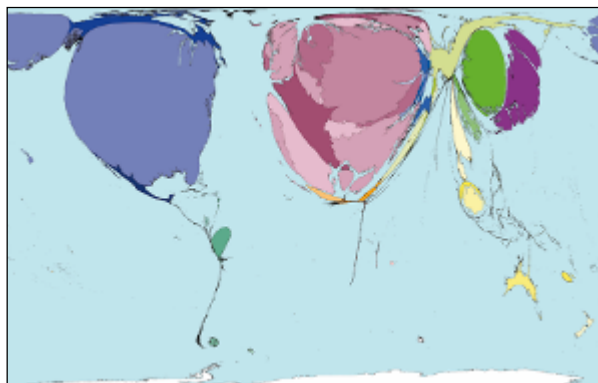
Ilustração 6 - Mapa demonstrativo do percentual relativo de Saneamento no mundo



Fonte: SASI GROUP; NEWMAN, 2006.

Ressalta-se a desproporção dos países do hemisfério sul, com uma faixa quase invisível na América do Sul, dificultando inclusive a visualização da área delimitada como Brasil na figura acima. Na Ilustração 7, repete-se quase a mesma proporção, sendo considerado relevante informar que a coleta de resíduos sólidos não é um indicador suficiente para qualificar a gestão dos resíduos sólidos, pois pode haver descarte incorreto. Além disso, o reaproveitamento dos resíduos através da reciclagem é uma das ações que dá qualidade ao saneamento de qualquer município ou país, mesmo que as pesquisas não considerem e/ou não consigam coletar essas informações para seus indicadores.

Ilustração 7 - Mapa demonstrativo do percentual relativo de Reciclagem de Resíduos



Fonte: SASI GROUP; NEWMAN, 2006.

Em Gonzalez, Couto e Santagada (2008), um estudo que analisou a evolução dos municípios do Rio Grande do Sul quanto ao atingimento dos 8 (oito) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) - programa criado pela Organização das Nações Unidas para que fossem medidas as ações para o desenvolvimento sustentável, com parâmetro até 2015 - constatou-se que a dimensão ambiental está longe de ser considerada aceitável no RS. Em relação à meta, não tão exigente, de reduzir pela metade a proporção da população sem acesso à rede de esgoto e pluvial, “89,5% do total dos municípios estão classificados como **Avanço Lento** e **Nenhuma Mudança** ou **Mudança Negativa**” (GONZALEZ, COUTO e SANTAGADA, 2008, p. 28).

No Portal ODM (portalodm.com.br), há uma análise individualizada dos municípios brasileiros, através dos *Relatórios Dinâmicos de Indicadores Municipais*, para o acompanhamento das ações que devem ser realizadas para que os objetivos sejam alcançados. Para os municípios da região do Vale do Rio Pardo, são apresentados breves diagnósticos quanto ao item 7 (sete), que se refere especificamente à área pertinente ao tema da dissertação, *Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente*. Percebe-se, entre os índices considerados, que não há preocupação quanto aos resíduos sólidos e o impacto gerado pelo seu mau gerenciamento, reforçando as considerações de Silveira (2010). Além disso, os dados são apresentados a partir das respostas dadas pelas prefeituras, indicando que não há certificação de que as respostas enviadas estão completas, embora deva ser destacado, positivamente, que a atualização dos dados é de 2008 (ODM, 2010).

2.1.2 Educação Ambiental

A justificativa para se incentivar e disseminar a educação ambiental à população, visando agir de maneira a manter as condições do meio ambiente para as gerações futuras, se dá em função do artigo 225, § 1º, inciso VI da Constituição Federal, que objetiva “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988). As discussões da Educação Ambiental estão atualmente focadas na teoria da complexidade (ZANETI, 2006; KIPPER, 2005; LEFF, 2000).

Capra (2006), em um projeto que envolve a aprendizagem sistêmica para crianças, fazendo uso de técnicas e práticas de plantações em hortas escolares, ressalta que a “exposição precoce a um ambiente rico em experiências sensoriais e desafios cognitivos tem efeitos benéficos e duradouros”. Para o autor, esse método é “uma das melhores formas de tornar as crianças ecologicamente alfabetizadas e, desse modo, aptas a contribuir para a construção de um futuro sustentável” (CAPRA, 2006).

Surge, a partir dessa visão, uma possibilidade de educação de qualidade que considere a complexidade das relações entre as disciplinas no estabelecimento de novos padrões nas relações sociais e conexões neurais mais complexas para as crianças nas escolas, trabalhando com a interdisciplinaridade e o pensamento sobre o ambiente (LEFF, 2000). Saídas ao ar livre podem ser trabalhadas com os alunos nas diferentes disciplinas escolares: fazer um texto sobre o local visitado (Português); calcular o peso de determinado tipo de lixo (Matemática); conhecer a formação dos bairros onde moram (História); conhecer a flora e a fauna do bairro (Ciências), entre outros questionamentos, como a política, que fazem pensar nas ações cidadãs e no amplo debate (comunicação) desde criança. A educação ambiental precisa ser vista como uma forma de permitir uma formação cidadã à sociedade que vai se definindo para o século XXI, embora apresente tantos conflitos e contradições (SULAIMAN, 2010).

De acordo com a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), a definição de educação ambiental é a seguinte, conforme seu Art. 1º:

[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Para reforçar a importância desse assunto, no Art. 2º, a educação ambiental é caracterizada como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

Na tese de Izabel Zaneti (2003), intitulada “Educação Ambiental, resíduos sólidos urbanos e sustentabilidade: um estudo de caso sobre o sistema de gestão de Porto Alegre, RS”, a autora faz analogias das questões ambientais com a *sobra*, a *sombra* e a *luz*, referindo-se ao termo *sombra* utilizado na psicologia de Carl Gustav Jung. Tão forte foi essa visão em seu trabalho que a publicação de sua tese em livro foi chamada de “A *sobra* da modernidade” (ZANETI, 2006). Nesse trabalho, a *sobra* é lembrada como os resíduos sólidos urbanos, ou o que resta a partir do consumo social; dela surge a *sombra*, que refere-se às relações que não se expõem no sistema de gestão dos resíduos, como a população que não consegue se mostrar, excluída, ou ainda, a visão do meio ambiente sobre o processo exploratório do homem; já a *luz*, que iluminaria todo o campo, todo o sistema de gestão dos resíduos sólidos, é definida como a Educação Ambiental, capaz de mudar a prática, a concepção e o comportamento da população. Porém, para Zaneti, a consciência ambiental está presente somente nos atores que atuam diretamente com o manejo dos resíduos, constatando, portanto, a carência de “conscientização” por parte da população geradora dos resíduos, geração de resíduos que se acentua com o crescimento constante do poder de compra da população brasileira.

Contudo, nos apontamentos feitos após as conversas/entrevistas com os diferentes atores de Santa Cruz para a presente dissertação, ficou claro que não basta para o cidadão saber, ou “ter a consciência”, ou se “conscientizar” de que precisa contribuir com a reciclagem fazendo a separação dos resíduos, pois sempre há outros motivos “negativos” que justificam a não contribuição com o processo. Esses motivos podem ser, por exemplo, a questão de haver catadores que reviram o lixo em frente a suas residências, deixando o resíduo não aproveitado jogado no chão, e esse material não é recolhido pelos garis que recolhem as sacolas plásticas rapidamente, desconsiderando a sujeira jogada.

Na visão dos pesquisadores que defendem o desenvolvimento sustentável como sendo alcançado pela ação particular, de cada indivíduo, para remover aquilo que está à sombra, é necessário o uso de uma forte iluminação. A Educação Ambiental surge nesse contexto como:

[...] uma fonte de luz capaz de iluminar e proporcionar meios de diminuir os danos sociais e ambientais causados pela sombra do sistema. Na pesquisa realizada, constatou-se que a Educação Ambiental está presente na atuação dos atores sociais, no entanto, de forma pontual e instrumental agindo no final do processo, na triagem das sobras – os resíduos – e não com tanta intensidade na redução do consumo e na busca de novos estilos de vida como seria necessário.
(ZANETI, 2006, p. 232)

Poderíamos considerar ainda, conforme vemos neste trabalho, que a sombra deveria se referir também às relações entre os atores que beneficiam os interesses corporativos e privados, fazendo uso da máquina pública para manter determinadas vantagens pelo maior prazo possível. Essa abordagem sobre a sombra, mas que enfatiza o poder das massas é feita no livro “À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o início das massas”, de Jean Baudrillard (1993). Em um texto da empresa Conesul, o termo sombra é utilizado em “Porque, na verdade, só faz sombra quem constrói” (Texto 27 – ANEXO B), mas esse discurso será analisado na seção 3.2.

Na pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião e coordenada por Crespo (2006), levantou-se dados, em dois momentos distintos, da evolução da “consciência ambiental” do povo brasileiro em 1992, logo após a RIO-92 e em 2002, completando mais de uma década do processo evolutivo cultural. A pesquisa aponta uma melhora na “consciência” da população, embora haja muitas ações que efetivamente contribuam para a diminuição da degradação ambiental. Um dos pontos levantados pela pesquisadora é a falta de engajamento da população pelas questões ambientais, algo que ela tenta justificar desse modo:

Possivelmente fortalecer os laços entre fatores que determinam melhor qualidade de vida, saúde e meio ambiente seja mais eficiente do que os apelos a uma consciência que busque estabelecer uma certa essencialidade na natureza ou um valor demasiadamente econômico aos recursos naturais.
(CRESPO, 2006, p. 69)

Nessa mesma pesquisa, foi pedido à população que fizesse um *ranking* de problemas que mais careciam de cuidados na sociedade. Nas primeiras colocações, como era de se

esperar, ficaram os problemas como desemprego, violência, carências de saúde e educação. O meio ambiente ficou em 11º lugar com apenas 4% dos votos (contra 66% dos votos para o desemprego). Para a população mais escolarizada, os indicadores não mudaram significativamente, tendo em vista que o meio ambiente ficou em 9º lugar com 7% dos votos (e desemprego com 53%).

É importante também ressaltar que a educação ambiental, dividida entre a *formal*, a *não-formal* e a *informal*, ainda hoje “é extremamente diversa e raramente articulada” (LEONARDI, 1997, p. 406). Para Leonardi (1997, p. 407), a educação ambiental precisa fazer uma autocrítica, “saindo da retórica e da ingenuidade, aprofundando sua ação, conseguindo novos aliados, mas sem perder de vista seus objetivos, sua utopia”.

Cabe como observação sobre esse assunto, o apontamento de autores sobre a necessidade de articulação entre o maior número possível de disciplinas ou de pessoas para uma melhor efetividade de projetos que visem à mudança de atitude da população a respeito do meio ambiente. Nas palavras de Leonardi (1997, p. 407), essa necessidade fica explicitada: “Assim como os educadores ambientais precisam ser mais responsáveis, também outras categorias profissionais necessitam entrar em ação, sair de uma postura especializada e setORIZADA e juntarem-se a outras, aprendendo a comunicar-se em outra linguagem que não a sua”.

No final do ano de 2002, foi estabelecida pela Organização das Nações Unidas - ONU a *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014*, introduzindo o conceito distinto da *Educação Ambiental*, o de *Educação para o Desenvolvimento Sustentável*. A resolução n. 57/254 que institui a Década, a define como “um instrumento de mobilização, difusão e informação [...] e uma rede de responsabilidades” (UNESCO, 2005, p. 09). O *Tratado de Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* (2002), já em 1988, percebia o papel da educação na mudança individual e social, ao fazer a consideração de “que a educação ambiental deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida”.

Nalini (2008, p. 114) considera que o

[...] avanço na conscientização da importância, necessidade e benefícios ambientais, econômicos e sociais da redução do desperdício, da coleta seletiva e da reciclagem de resíduos, por parte de todos os agentes, associada à maior organização da sociedade civil, pressionando as autoridades públicas ao cumprimento do seu papel, alavancarão o mercado de reciclagem no Brasil, levando os nossos índices de reciclagem na direção dos índices europeus.

Nesse sentido é que queremos incluir a dimensão política, pois a ação em um nível maior que o particular traz o engajamento, a participação e a preocupação com o coletivo, com toda a população. Destacamos, portanto, a questão de que o discurso da “conscientização” é cômoda para a maioria dos atores sociais, pois ela implica em uma mudança cultural, que sempre é lenta e que “isenta” muitos atores de suas responsabilidades, justificando suas poucas ações em prol de um bem comum, coletivo, que acaba por melhorar até mesmo sua qualidade de vida.

A seguir, será abordada a dimensão social, que, muitas vezes, juntamente com a dimensão ambiental, é lembrada apenas para aparentar a preocupação ou a chamada “responsabilidade socioambiental”, mas que na verdade serve como uma oportunidade de “vender” uma boa imagem, aos clientes das empresas, ou aos eleitores dos políticos. Isso surge, em boa parte, em função de uma conceituação sobre o termo social, culturalmente, equivocada.

2.2 Dimensão Social

A dimensão social costuma ser compreendida como um dos fundamentais princípios para que seja alcançado o tão aclamado desenvolvimento sustentável. E este alcance define-se, principalmente, pela diminuição, erradicação, combate (entre outras “nominações”) à pobreza. Isto é, intui-se que somente seremos “desenvolvidos” se “acabarmos com a pobreza”, sendo, conseqüentemente, a pobreza percebida como o maior “entrave” da

sociedade. Desta forma, o leitor um pouco mais ingênuo ou em situação social de conforto, ao constatar que todo e qualquer documento que discuta o *desenvolvimento sustentável* lista a questão da pobreza como um dos principais desafios, concluirá que ela é o problema da sociedade, e não um produto dos problemas culturais da estrutura social.

Recentemente, o desenvolvimento econômico no país tem apresentado dados positivos, como os apresentados pelo IPEA (2010b) em julho de 2010, que mostrou uma projeção para o ano de 2016 em que “o Brasil terá superado a miséria e diminuído a 4% a taxa nacional de pobreza absoluta”. Entretanto, o Rio Grande do Sul ainda apresenta um índice de Gini de 0,500 (o índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade de renda), o que não implica em desconsiderarmos as forças impostas pela elite sobre os, agora, assalariados, mas sem condições de ter excelente qualidade de vida. O índice de Gini no Brasil em 2009 era de 0,543 (IPEA, 2010b). Nesta situação, surge a necessidade de tirar a população da “pobreza política” (DEMO, 2006), como será debatido na seção 2.4.

A adequação das ações de interesse público aos interesses coletivos, bem como às características da população (históricas e culturais) e das instituições consolidadas na região, são fatores que contribuem de forma contundente no desenvolvimento da qualidade de vida da população, aliada às condições econômicas favoráveis. Eis um problema: a distância das políticas públicas para a real necessidade e a defesa do bem público, ocasionada pela supremacia dos interesses privados no poder público, mantendo distante o clamor da população da arena decisória das políticas públicas, através da *exclusão social* e também *territorial*.

Em 2010, por exemplo, o efeito do mercado capitalista decorreu-se em Santa Cruz do Sul, o município mais “privilegiado” (principalmente economicamente) no Vale do Rio Pardo. O município recebeu a notificação de uma das maiores empresas multinacionais instaladas em seu território, informando que ela seria fechada no município para ir para Santa Catarina, onde há maior incentivo fiscal para sua instalação (GAZETA DO SUL, 2010a). Essa discussão é feita por Acselrad (2010, p. 110), segundo o qual uma

segmentação socioterritorial tem se aprofundado com a globalização dos mercados e a abertura comercial – a saber, com a maior liberdade de movimento e deslocalização dos capitais, queda do custo de realocização e incremento do poder de exercício da chantagem locacional pelos capitais, que podem usar a carência de

empregos e de receitas públicas como condição de força para impor práticas poluentes e regressão dos direitos sociais.

[...] a denúncia da operação desses mecanismos e a construção de capacidade organizativa e de resistência à chantagem de localização serão, consequentemente, instrumentos de pressão pela redefinição das práticas sociais e técnicas correntes de apropriação do meio, de localização espacial das atividades e de distribuição do poder sobre os recursos ambientais.

Uma relevante corrente que vem se desenhando, e que será inclusive frente da ONU após os Objetivos do Milênio (ALKIRE, 2010; UNDP, 2010), em 2015, será a Felicidade Interna Bruta, ou seja, uma forma de contabilizarmos e criarmos indicadores que valorizem itens que são realmente importantes para as pessoas, para o social. O ponto que levantamos é que as dimensões e os indicadores que avaliamos nas políticas públicas se parecem mais com números para justificar ações do que verdadeiramente números para melhorar a vida das pessoas, o dia-a-dia de todo o cidadão.

2.2.1 Uma nova discussão de desenvolvimento: Felicidade Interna Bruta

Diante da situação de conflito sobre a questão ambiental e de ações do poder público beneficiando principalmente os socialmente incluídos, encontramos um trabalho que deverá ser o princípio dos debates no nível internacional sobre desenvolvimento. Na França, em 2009, o Presidente Nicolas Sarkozy iniciou um questionamento sobre os indicadores como o PIB e, a partir dessa discussão, solicitou a criação de uma Comissão para trabalhar novos indicadores. A Comissão foi formada principalmente por Joseph Stiglitz e Amartya Sen – dois economistas que ganharam o prêmio de Ciências Econômicas em homenagem a Alfred Nobel (2001 e 1998, respectivamente) por introduzir novos paradigmas na questão do desenvolvimento (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009) – e destacou a importância de indicadores que avaliem o bem-estar dos indivíduos. Há também outro ganhador do prêmio, que, embora seja psicólogo, foi vencedor do prêmio de economia no ano de 2002: Daniel Kahneman (KAHNEMAN; KRUEGER, 2006), aponta que há centenas de estudos nas áreas da economia e da psicologia que permitem afirmar que tem como ser medido o bem-estar subjetivo das pessoas - a principal crítica ao novo paradigma de desenvolvimento, apresentado como um aprimoramento dos debates sobre a sustentabilidade (afinal, é a sustentabilidade do quê?).

De acordo com Veiga (2010, p. 46-7), a primeira grande contribuição da Comissão encomendada pelo governo francês foi mostrar, com muita clareza, que existem três problemas bem diferentes, que não deveriam ter sido misturados nem isolados, como fizeram todos os indicadores ao longo de quase 40 anos. Uma coisa é medir desempenho econômico, outra é medir qualidade de vida (ou bem-estar), e uma terceira é medir a sustentabilidade do desenvolvimento. Para essas três questões, o relatório deu orientações muito mais radicais do que supunham quase todos os observadores:

- 1) o PIB (ou PNB) deve ser inteiramente substituído por uma medida bem precisa de renda domiciliar disponível, e não de produto;
 - 2) a qualidade de vida só pode ser medida por um índice composto bem sofisticado, que incorpore até mesmo as recentes descobertas desse novo ramo que é a economia da felicidade;
 - 3) a sustentabilidade exige um pequeno grupo de indicadores físicos, e não de malabarismos que artificialmente tentam precificar coisas que não são mercadorias.
- (VEIGA, 2010, p. 47)

A partir desses apontamentos, Veiga (2010) afirma não ser mais “possível falar a sério de indicadores de sustentabilidade sem ter como ponto de partida as mensagens e recomendações” especificadas no Relatório gerado pela Comissão (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009). Vai se desenhando no mundo, finalmente, uma visão de que o fim de todas as ações humanas deve ser o bem-estar, a alegria, a felicidade das pessoas. E essa deve ser a nova ação a ser priorizada pela ONU, após os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 2015 (ALKIRE, 2010; UNDP, 2010).

Em meio às questões quanto às variáveis mais adequadas para definirmos o desenvolvimento, têm-se discutido indicadores para se calcular a felicidade, a satisfação das pessoas, da sua população, de seu território. A discussão sobre a felicidade de um povo surgiu da vontade do ainda rei do Butão (pequeno país localizado entre o sul da China e o norte da Índia), Jigme Singye Wangchuck, no ano de 1972, que afirmou que a governança deveria buscar a felicidade das pessoas e que essa deveria ser sua riqueza e não o PIB. Com isso, o Centro de Estudos do Butão (BUTÃO, 2008) elaborou 9 indicadores, intitulados de *Gross National Happiness* (Felicidade Nacional Bruta, chamada aqui no Brasil de Felicidade Interna Bruta), constituídos por 73 variáveis, para avaliar a felicidade da população, sem ordem de prioridades e com a maior inter-relação possível, que estão classificados pelas seguintes áreas:

- Bem-estar Psicológico;
 - Boa Governança;
 - Educação;
 - Saúde;
 - Vitalidade Comunitária;
 - Ecologia;
 - Cultura;
 - Uso do Tempo; e
 - Padrão de Vida.
- (BUTÃO, 2008)

No Canadá (2009), os indicadores foram adaptados para a realidade ocidental, mantendo a relevância dos indicadores relativos à vida social, ao engajamento político e às ações solidárias na sociedade (*Engajamento Democrático; Vitalidade Comunitária; Educação; Meio Ambiente; Populações Saudáveis; Lazer e Cultura; Padrões de Vida; e Uso do Tempo*). O único item que recebeu menos destaque nos indicadores canadenses foi o de *Bem-estar Psicológico*, embora esteja incluído com menor detalhamento no indicador *Populações Saudáveis*, do Canadá. Esse destaque no indicador de Butão se deve, principalmente, ao fator de ele ser um indicador subjetivo, e mais particularizado, sendo necessário haver uma avaliação individual para ser contabilizado. Curiosamente, esse indicador (psicológico) aparenta carecer destacadamente de ser trabalhado na sociedade do século XXI, tendo em vista que é da insatisfação e do contínuo desejo por consumir e por acumular dinheiro, que a depressão e os distúrbios sociais têm sido tão frequentes nos países, tradicionalmente intitulados, desenvolvidos (STIGLITZ, 2002).

Na mesma linha dos trabalhos de Butão e Canadá - destacando a “descrença” em indicadores psicológicos - o relatório francês sugeriu os seguintes grandes indicadores:

- i. Padrões materiais (renda, consumo e riqueza);
 - ii. Saúde;
 - iii. Educação;
 - iv. Atividades pessoais, incluindo trabalho;
 - v. Voz política e governança;
 - vi. Redes sociais e relacionamentos;
 - vii. Meio ambiente (condições presente e futura);
 - viii. Insegurança, de natureza econômica e/ou física.
- (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI; 2009)

A discussão sobre um novo paradigma de desenvolvimento cabe no momento em que se ressurgem os impactos do limite de “desenvolvimento” econômico, insustentável como demonstrado pela grave crise do final do ano de 2008. Furtado (1996) já previa isso,

inclusive, com as implicações do desequilíbrio da vida no planeta. Com o uso do verbo “levaria”, ele indicava não acreditar que levaríamos adiante essa “tentativa”:

O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova cabal de que o desenvolvimento econômico - a idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* - é simplesmente irrealizável.
(FURTADO, 1996)

Nessa nova perspectiva, se desenha uma real preocupação com o social, com a população, com o cidadão, com o bem público. A felicidade tem fortes relações com o grau de satisfação da população, com o alcance do sucesso, tal como culturalmente desenvolvemos em ser bem-sucedido ao ter mais dinheiro, ou aumentarmos o Produto Interno Bruto. Não será melhor se colocarmos a felicidade pessoal como uma meta global, nacional, estadual, regional ou municipal? Em 1788, James Madison (presidente americano de 1809-1817), ao escrever artigos discutindo a constituição americana (*The Federalist Papers*, n. 62), afirmou que “Um bom governo implica duas coisas: primeiro, fidelidade ao objetivo do governo, que é a felicidade do povo; segundo, conhecimento dos meios para melhor alcançar o objetivo” (MADISON, 1788).

Durante a IV Conferência Internacional sobre Felicidade Interna Bruta, realizada no Brasil em 2008, o Primeiro Ministro do Butão fez o seguinte questionamento em seu discurso:

Como que se pode criar uma sociedade iluminada na qual os cidadãos sabem que a felicidade individual é fruto da felicidade e ação coletivas - que a duradoura felicidade está condicionada pela felicidade dos indivíduos à sua volta - e que se esforçar pela felicidade dos outros é o caminho mais seguro para se desfrutar de experiências gratificantes que trazem a verdadeira e duradoura felicidade? Como poderemos persuadir as pessoas para que adotem um novo paradigma ético que rejeite o consumismo? Como poderemos convencê-las de que o paradigma de crescimento ilimitado num mundo finito não é apenas insustentável e injusto com as futuras gerações, mas também espreme para fora as nossas buscas sociais, culturais, estéticas e espirituais?
(THINLEY, 2008).

Ao considerarmos que os pontos a serem aprimorados nas nossas discussões a respeito do planejamento, do nosso futuro, das nossas políticas públicas, são relativos à felicidade do cidadão, entramos na arena de debate de que a felicidade é um bem público. Seu caráter de

bem público se dá em função de um interesse de todos - sermos felizes -, cabendo ao Poder Público, encabeçar, com a colaboração do próprio povo, a construção de políticas mais solidárias, engajadas nos princípios do FIB butanês. Helliwell e Huang (2008), ao fazerem análises econométricas do impacto de variáveis como qualidade do governo ou renda *per capita* sobre os índices internacionais de satisfação da vida, apontaram que, principalmente nos países ainda considerados “em desenvolvimento”, *políticas eficazes*, alta *confiança mútua*, e *baixa corrupção* são fatores determinantes para o bem-estar coletivo da população, não sendo necessário viver em um país “rico”. Ou seja, o estudo mostra que a variável “qualidade do governo” é o principal fator de variação na satisfação dos cidadãos, enquanto que a renda *per capita*, em nível global, não tem significativa correlação na melhora da percepção de qualidade de vida (HELLIWELL; HUANG, 2008, p. 617).

Além do Canadá e do Brasil - que também sediou, em 2009, a V Conferência Internacional sobre Felicidade Interna Bruta -, demais países como África do Sul, Austrália, Estados Unidos, Inglaterra, Tailândia, França (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009), entre outros, já iniciaram projetos para discutir os indicadores da felicidade de sua população. Como apontado anteriormente, a ONU está se preparando para introduzir os indicadores da felicidade em nível mundial após 2015 - prazo do término dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM (ALKIRE, 2010; UNDP, 2010). Essa proposta vai se iniciando no nível do discurso, buscando as melhores sociedades para o engajamento, como a brasileira, e ampliando o espaço de discussão com a organização de eventos internacional, nacionais e locais, para que o FIB possa ser considerado como um novo rumo, um novo roteiro para que os atores sociais trabalhem colaborativamente, buscando a felicidade coletiva na prática. Ou seja, um país considerado pobre (com baixos índices de renda) com uma população razoavelmente educada e com grande integração, valorização de sua cultura e governo participativo pode ser indicado como mais “rico” e feliz do que o que aquele que tem um maior PIB. Como defendido por Halpern (2010, p. 5), a felicidade, desenvolvida em constante troca de ideias, propostas e demandas entre Estado e cidadão, pode ser considerada como a “riqueza escondida das nações”.

Os questionamentos que certamente surgem com uma nova proposta de desenvolvimento ou de indicadores que auxiliem na formulação de novas políticas públicas, devem ser aos poucos introduzida nos debates, buscando a quebra dos paradigmas anteriores,

mas ao percebermos a importância que o FIB dá a cada um dos indivíduos e a importância da inter-relação deles com as pessoas e os meios (incluindo o ambiental) que os cercam e os representam no poder, parece-nos um modelo diferenciado e, de fato, indutor de um debate de desenvolvimento mais justo e “sustentável”. Não utilizaremos o FIB na nossa análise, mas a justificativa da felicidade ou da satisfação de cada cidadão será apresentada em todo o trabalho.

2.2.2 Exclusão do município, do rural e do cidadão

O atual contexto mundial em que vivemos, caracterizado pela acumulação flexível do sistema capitalista, é um constante processo de mudanças que, segundo Harvey (2007), vem ocorrendo de forma intensa desde mais ou menos 1972 nas práticas culturais e político-econômicas no mundo. Esse constante processo ocorre com uma forma de inclusão e de exclusão constante, que pode ser tanto de um município, do meio rural ser esquecido nas políticas da cidade, no nível territorial, quanto dos cidadãos, no nível social.

Como já abordado anteriormente, a região do Vale do Rio Pardo, tal como demais territórios do mundo e seu sistema capitalista, prioriza determinadas áreas, como ocorre no presente trabalho, como a polarização de Santa Cruz do Sul. Dessa forma, os estudos acadêmicos priorizam o território destacado, o polo regional, embora haja exceções que acabam por estudar demais municípios, mas mesmo assim, que eram parte do polo, os emancipados de Santa Cruz do Sul (BAUMGARTEN, 2005), ou os demais municípios como Encruzilhada do Sul (BISOGNIN, 2008). Para Milton Santos (2006, p. 163), o território é hoje “um território nacional da economia internacional”, tal como se apresenta a região estudada, como apresentado anteriormente, que exporta tanto quanto a região metropolitana, mas absorve apenas 30% do que produz (PAIVA, 2007).

Embora a população aponte para uma necessidade de liderança regional (COREDE-VRP, 2010), falta uma liderança mais representativa das pequenas localidades, dos pequenos municípios e também do meio rural. Santos (2008) aponta que “a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização”. Ele continua afirmando que “os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros”.

Desse poder da cidade, percebemos a carência do meio rural, que normalmente tem sido representada na forte votação dos moradores da zona rural em suas grandes participações e suas escolhas por demandas da agricultura na Consulta Popular³ (TESCHE, 2010).

Os estudos acadêmicos, tal como os mais debatidos em 2010 (ABRELPE, 2010; IPEA, 2010a), priorizam os dados urbanos (excluindo o rural) e fazem suas afirmações e considerações apontando que suas escolhas são feitas devido aos problemas na coleta dos dados e às facilidades das estatísticas já apresentadas. A própria recente Lei 12.305/10 (BRASIL, 2010), que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos acaba, na parte de definições, excluindo os resíduos gerados pela zona rural quando especifica apenas os “resíduos sólidos urbanos”. Contrário a esse “concenso coletivo”, o estudo de Paula (2008) apresenta números que afirmam haver uma quantidade relevante de resíduos sólidos sendo gerados no meio rural, passíveis de serem reciclados, e que tem sido, na maioria das vezes, enterrados ou queimados (IBGE, 2010b). Além disso, os problemas no levantamento dos dados também são destacados no início de estudos acadêmicos, como no seguinte trecho, onde são citadas as estatísticas mais utilizadas nas pesquisas atualmente - ABRELPE (2009) e SNIS (2009):

[...] nem sempre essas fontes eram consistentes entre si, uma vez que apresentavam agrupamentos de cidades por classes distintas de população, tratavam de forma diversa resíduos domiciliares e resíduos públicos e agrupavam alguns materiais diferentemente – por exemplo, separando ou não metais ferrosos e não ferrosos. (IPEA, 2010a, p. 7)

Estamos todos constantemente excluídos de determinado processo (tal como a exclusão da sociedade acadêmica em determinados setores da sociedade), e ao mesmo tempo também estamos incluídos todos no mesmo sistema político-econômico mundial. O cálculo do FIB, por exemplo, é um processo de inclusão de valores antes desconsiderados no debate público, como o bem-estar psicológico e de relacionamentos interpessoais do cidadão. Portanto, a discussão a respeito de inclusão e exclusão deve ser trabalhada com todo cuidado,

³ A Consulta Popular é um mecanismo que o governo estadual do RS usa para que a população possa participar da decisão de como será feito o investimento na região do COREDE. Há uma lista de alternativas para o cidadão possa escolher em investimentos em educação, saúde, agricultura, segurança pública, etc., para serem incluídos no orçamento do ano posterior. Os valores dessas escolhas somaram apenas R\$ 180 milhões para 2011, mas contaram com a participação de 1,2 milhão de votantes gaúchos.

pois há dimensões no processo que podem ser consideradas relevantes para alguns, enquanto que para outros não.

O padrão de desenvolvimento discutido e aceito pela maioria dos países e sociedades ainda é o econômico, que tem sido negativamente apresentado pela hegemonia capitalista, principalmente após a crise de 2008. Neste regime, defende-se a teoria dos neoliberais em que a pobreza (um dos principais fatores da exclusão social) será erradicada quanto maior for o crescimento econômico de uma nação. Entretanto, a atualidade mostra que não basta haver cifras estratosféricas para que não haja mais pobreza, tal como debatido por Amartya Sen (2001), que defende um desenvolvimento como a liberdade para as pessoas poderem decidir sobre o futuro de suas vidas. A distribuição da renda de maneira mais igual, sim, pode influenciar positivamente na diminuição dos números da pobreza.

Salama (1999) coloca como fator positivo para o crescimento “fracas desigualdades de renda”, o que “agiria a longo prazo sobre a diminuição da pobreza”. Entretanto, ele questiona: “como obter um crescimento forte em países onde as desigualdades de renda são particularmente importantes, como é o caso da maioria das economias latino-americanas?” (SALAMA, 1999, p. 181).

Percebemos, com isso, que o trabalho é um fator crucial na luta por uma colocação social no mínimo satisfatória para a maioria da população. Mas como é a sensação de quem tem um emprego considerado informal? Essa resposta depende muitas vezes das convicções individuais, não podendo ser respondida convictamente. O que se sabe é que a informalidade atinge altos índices na América Latina e, naturalmente, no Brasil. As origens do setor informal no Brasil, segundo Salama (1999, p. 191) vêm a partir da “nova inserção na divisão internacional do trabalho e o estabelecimento de economias exportadoras”, o que levou a “uma desestruturação das relações de produção que existiam nas comunidades indígenas, e em alguns casos a uma importação em massa de mão-de-obra escrava”.

As condições impróprias para a manutenção da saúde de um indivíduo são encontradas no “trabalho” de muitos catadores de lixo em lixões, ou em ruas das metrópoles. Zaneti (2006, p. 227) aborda a questão da exclusão, da má inclusão e da reciclagem social quando fala dos catadores de rua de Porto Alegre, considerados sombra do sistema de gestão de resíduos. Os catadores estudados são pessoas que enfrentam dificuldades na relação social

quanto a sua imagem, pois ainda há a percepção de que o que é lixo não presta, logo, aqueles que lidam com ele possuem características muito semelhantes.

Mas mesmo essa parte da população que sofre diariamente com a exclusão de uma sociedade capitalista, que é por essência excludora, encontra possibilidades de se incluir. E muitas vezes, a ação de inclusão não vem do Estado, mas, sim, deles próprios ou da colaboração de grupos organizados na sociedade, o que atualmente tem sido chamado de economia solidária. Todas as categorias de atores sociais devem estar mobilizadas em um amplo trabalho coletivo que tenha como propósito debater e buscar soluções para esse problema em toda a sua complexidade, através de uma atitude transdisciplinar (ZANETI, 2006).

O reconhecimento de que a associação e o cooperativismo sejam meios de se conquistar um empoderamento desses 'excluídos' (MARTINS, 2004), embora devam ser consideradas complexas relações e condições culturais, históricas e sociais em determinados locais para que se consiga efetividade nestas iniciativas. Para Zaluar (1997), em uma “cidadania ativa, não se trata apenas do direito à vida, mas do direito à vida *em sociedade*, ou seja, à participação civil e política que implica, em primeiro lugar, contrapartidas da parte de quem é atendido”. Essa cidadania ativa se diferencia da passiva, principalmente por não tentar apenas incluir os excluídos, mas por fazer com que eles sejam participantes ativos das decisões públicas, minimizando a influência dos incluídos, dos mais poderosos nas políticas públicas.

Na realidade, é possível encontrar exemplos de associação espontânea e colaboração generalizada entre os mais pobres. Inúmeros casos de iniciativas de “autoajuda”, estratégias familiares, tentativas informais de cooperação com vizinhos para a realização de tarefas básicas de sobrevivência ou o cuidado de crianças, etc., podem ser mencionados. Entretanto, a analogia com o familismo amoral se sustenta exatamente porque essas iniciativas são mantidas na esfera privada e definidas em termos limitados. Isoladas da arena pública, fazendo lembrar “famílias adotivas”, essas formas de solidariedade não se configuram em termos públicos. Poderíamos definir melhor esses tipos de ação como uma forma de reciprocidade de base pessoal. Os custos de oportunidade envolvidos na generalização de tais iniciativas como empreendimentos coletivos seriam exorbitantes, pois seus participantes não confiam em interações anônimas, nem dispõem dos recursos organizacionais necessários.
(REIS, 1995)

Diante das condições impostas no sistema de reciclagem, os catadores são os atores menos favorecidos pelas políticas públicas, merecendo, portanto, analisar qual seu discurso e qual o discurso dos outros atores sobre eles que se organizam para ganhar poder através de associações e cooperativas. Para pensarmos sobre o assunto, conforme a visão ideal de Alexis Tocqueville, num contexto do século XIX, citado por RODRIGUES (1999),

[...] são as associações que, nos povos democráticos, devem tomar o lugar dos particulares poderosos que a igualdade de condições fez desaparecer. [...] Para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e aperfeiçoe na mesma medida em que cresce a igualdade de condições.

Na linha de analogias de Zaneti (2006), “a sombra do sistema pode ser interpretada de duas maneiras: a) como a sombra inconsciente, manifestada em nível pessoal e coletivo e, b) como a expressão de uma parte da sociedade que é tratada com preconceito, exclusão ou má-inclusão social”. No debate realizado através de artigos no jornal local, a empresa responsável pela coleta dos resíduos sólidos do município de Santa Cruz do Sul, justificando sua conduta frente à responsabilidade social, credita as críticas feitas tanto pelos catadores (Texto 25, Anexo II) quanto pelo pesquisador (Texto 24, Anexo II), como descabidas e, de certa forma, preconceituosas, quando faz a seguinte afirmação: “Só faz sombra quem constrói” (Texto 27, Anexo).

A posição da empresa reflete o princípio do capitalismo, da eterna obtenção de mais-valia, do lucro, e a consequente conquista de poder:

Independentemente da localização geográfica, da nacionalidade do capital, de profissões de fé em valores morais ou de declarações de princípios éticos, os objetivos do capitalismo são sempre os mesmos: agenciar as forças produtivas para obter mais-valia; investir, reinvestir para acumular e para obter mais-valia; revolucionar o processo de trabalho para obter mais-valia; produzir mais e mais mercadorias para obter mais-valia e, com isso, mais-poder.
(CATTANI, 2007b, p. 224)

Cattani ainda complementa,

A contribuição das Ciências Sociais para a construção de sociedades mais justas, democráticas e solidárias passa, entre outras dimensões, pela produção de conhecimento sobre essas “elites de fruição”, sobre os “perpetradores”, sobre esses segmentos minoritários que não são, em absoluto, auto-referentes e auto-suficientes,

mas encarnações de relações de poder assentadas na conjugação de processos de apropriação da riqueza e, conseqüentemente, de produção de pobreza substantiva e relacional.
(CATTANI, 2007b, p. 236)

Nessa linha de pensamento, encontramos a linha de ação do empresário, principal representante da elite da sociedade, e dos formadores de opinião que constroem determinadas significações na sociedade. Desta forma, devemos construir uma ressignificação do conceito de trabalho, minimizando o valor dado ao grande empresário, ao “homem de sucesso”, e valorizando o trabalho útil para a sociedade como um todo:

A própria concepção de trabalho tem que ser modificada, recuperando as propostas de Keynes no início do século: não a ideia do trabalho produtivo economicamente, que resulta em um produto que gera mais-valia, mas a ideia do trabalho socialmente útil, que pode ser desde vender suco de laranja na rua ou ajudar a limpar um bairro pobre, a reflorestar áreas em iniciativas estatais para diminuir o desemprego, até atender doentes, idosos, crianças ou pessoas em diversas situações de risco sem ser um profissional da área. Essa desprofissionalização das ações de solidariedade é acompanhada pela descentralização das decisões sobre os que devem receber e continuar recebendo os diversos tipos de auxílio. Essa descentralização, contudo, não se limita a uma transferência do poder federal para o municipal, mas supõe a criação de um sistema reticular em que cidadãos comuns, trabalhadores representantes de suas categorias profissionais e seus bairros, associações patronais, religiosas e outras participem do mesmo fórum de discussão sobre os critérios e sobre as pessoas a serem incluídas no plano
(AFFICHARD, 1995 *apud* ZALUAR, 1997).

Da forma como se apresenta a relação da empresa com a prefeitura em Santa Cruz, bem como o seu discurso de que “é feito o que a lei exige”, Cattani (2007b, p. 234) aponta a culpa também da academia nessa situação, pois “as elites econômicas valem-se de todos os expedientes legais e ilegais, contando, para tanto, com a impunidade, com as relações privilegiadas com os aparelhos de Estado, com a discrição dos meios de comunicação e, é necessário dizer, com a complacência da academia”. A partir disso, justifica-se a identificação dos atores da elite dentro desse contexto.

2.3 Dimensão Econômica

Os catadores de material reciclável, embora sejam trabalhadores informais, são responsáveis pela coleta da maior parcela de resíduos reciclados, 80% do material reciclado

no país (CEMPRE, 2008) e ainda são os que recebem o menor rendimento no processo de reciclagem - por volta de 10% (PATTA; RIBEIRO, 2009), ficando encarregados pela coleta e pela primeira seleção do lixo. Numa etapa seguinte do sistema de reciclagem, o material é vendido a atravessadores, que pré-beneficiam o material e agregam valor ao produto, permitindo um lucro um pouco maior; mas o beneficiamento, que resulta em matéria-prima para novas produções, permite ao reciclador, ou empresa recicladora, o ganho mais significativo. A empresa que compra matéria-prima reciclada também pode ter uma alta economia de custos, pois o material reciclado necessita de menos energia para ser gerado, além de exigir menos consumo de água e ainda evita o desgaste das máquinas produtoras da matéria-prima.

Um sistema de reciclagem eficiente para a região do Vale do Rio Pardo, que pode ser executada em curto prazo, conseguiria fazer com que menos de 15% de todo o resíduo gerado pela população fosse descartado em aterro sanitário, o que equivaleria a uma redução de 85% nos custos de transporte até seu destino final, atualmente a Central de Resíduos Recreio, em Minas do Leão. Diferentemente deste mundo possível, Santa Cruz do Sul gastou, em 2008, R\$ 3,5 milhões e já para 2010, previu R\$ 4 milhões, para a coleta e o transporte até o aterro sanitário do resto que não foi reaproveitado pela sociedade. Isso porque houve boa parte do trabalho desempenhado pelos catadores que, na luta para conseguir ganhar alguns poucos reais por dia, acabam colaborando com o reintrodução de material reciclável comercializado para atravessadores (pessoas ou pequenas empresas que possuem espaço para armazenar o material reciclável) que então vendem a empresas recicladoras por quase o dobro do preço da compra.

Segundo Calderoni (2003), com dados de 1997, o Brasil já desperdiçava US\$ 4,2 bilhão por ano por não aproveitar a enorme quantidade de matéria considerada 'lixo'. Se atualizado para os valores de 2007, isso representaria mais de R\$ 12 bilhões. Em 2008, o mesmo autor, em Projeto junto à Universidade de São Paulo - USP, estimou um desperdício nacional na faixa de R\$ 17,8 bilhões anuais.

Ao considerarmos que a produção nacional e até mesmo que o poder de compra do brasileiro cresceu significativamente nos últimos dez anos, concluímos que o consumo cresceu na mesma proporção, aumentando também a produção de lixo. O estudo do IPEA

(2010a), mesmo sem considerar uma variedade de materiais devido a poucas estatísticas no país, apontou para um valor de mais de R\$ 8 bilhões anuais desperdiçados sem a reciclagem. O estudo também não considerou os resíduos orgânicos, nem mesmo os produzidos no meio rural, apenas os urbanos.

Dadas a complexidade do problema proposto e as limitações de algumas informações, foram necessárias simplificações para realizar esses cálculos; dessa forma, todos os valores apresentados devem ser entendidos como estimativas e utilizados com cautela.
(IPEA, 2010a, p. 11)

Diante disso e mais as considerações a seguir, vamos desenhando uma realidade que nem mesmo a academia, com todas suas projeções “científicas” consegue determinar, pois os dados que são considerados na maior parte das pesquisas no Brasil apresentam inconsistências. Um exemplo se refere à quantidade de resíduos sólidos gerados no país, pois no ano 2000 haveria uma produção maior de resíduos do que em 2009, conforme os principais números utilizados nas pesquisas atualmente, IBGE (2002b) e ABRELPE (2010), respectivamente.

De acordo com o IBGE (2002b), a produção de lixo domiciliar no Brasil, em 2000, correspondia a 161,8 mil ton/dia, ou seja, 59 milhões ao ano. Para os estudos mais atualizados e utilizados como referência em grande parte das pesquisas da academia - como o próprio estudo do IPEA (2010a) -, a ABRELPE (2009) apresenta em seus dados que, em 2008, o Brasil produziu uma média de 140 mil toneladas ao dia, ou seja, 51,1 milhões de toneladas no ano. Já em 2009 (ABRELPE, 2010), foi alarmado o crescimento da produção de resíduos sólidos no país, crescendo 6,6% em comparação ao ano anterior, passando para um número recorde de 57 milhões de toneladas, ou 156 mil ton/dia. Isto é, o valor de 2009 foi menor que o do ano 2000, que contava com uma população de 169,8 milhões, comparado com 2009, que eram 191,5 milhões - 12,7% maior.

Em suas considerações, a ABRELPE (2010) informa que suas projeções são baseadas em estudos estatísticos, realizados através de amostras por municípios, com uma abrangência de mais de 51,4% da população urbana do país, fazendo a análise em 364 municípios. Talvez, a diferença entre os números sejam ocasionados principalmente pelo fato da pesquisa representar 82,7% da população brasileira – que, no caso, é exclusivamente urbana -, ignorando/excluindo 17,2% da população brasileira que é moradora da zona rural.

Os dados apresentados, mesmo sem apresentar precisão quanto aos valores e volumes, permitem a formulação de considerações quanto às políticas a serem adotadas, principalmente quanto à urgente necessidade de novas políticas, no mínimo com intensa coleta seletiva. Para saber se os municípios pesquisados desenvolvem algum programa de coleta seletiva, a ABRELPE envia questionários para os gestores municipais, tal como fez o IBGE em 2000 (IBGE, 2002b) e em 2008, nas Pesquisas Nacionais de Saneamento Básico – esta última, prevista para ser publicada em agosto de 2010. Em grande parte dos casos, o município diz que desenvolve um programa de coleta seletiva, mas, na verdade, apenas disponibiliza pontos de entrega ou firma convênios com cooperativas, sem abranger toda a cidade ou sem iniciativas de reciclagem. Um levantamento feito em 2008 (ABRELPE, 2009) mostra que somente 405 municípios brasileiros (7,2% dos 5.565 municípios do país) desenvolvem de fato programas de coleta seletiva.

Quando há coleta seletiva, até 45% do lixo gerado pela população pode ser reciclado e reintroduzido no mercado industrial. Os entulhos da construção civil têm uma média diária de geração de mais de 1 kg por habitante, mas também já há casos de sucesso no reaproveitamento desse material, tal como em Belo Horizonte (TRIGUEIRO, 2005, p. 55-58). Esse material também costuma ser excluído dos cálculos, com exceção dos estudos específicos (CUNHA JÚNIOR, 2005; PINTO, 1999; SPOSTO, 2006). Além disso, mais de 50% dos resíduos são orgânicos, isto é, podem sofrer um processo de decomposição que permite seu posterior uso como adubo orgânico em jardins ou plantações (SCHNEIDER *et al*, 2008; DALPIAN, 2004). Como a região do Vale do Rio Pardo apresenta grande parte de sua população vivendo na e da zona rural, esse é um material com potencial de ser reutilizado em diversos tipos de plantações (LOVATTO, 2007; LAUSCHNER, 2005). Um ator específico em incentivar a produção orgânica é o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA (CAPA, 2010).

Em um estudo que analisou as políticas relacionadas à reciclagem (NALINI, 2008), ficou evidente, para o autor - de forma semelhante aos estudos preliminares de minha dissertação para o Vale do Rio Pardo -, que existem alguns fatores impeditivos para o desenvolvimento do mercado de reciclagem no Brasil. Por isso, destacamos os pontos apontados por Nalini e reforçamos os pontos desenhados na nossa região, aqui estudada:

a) Falta de foco das prefeituras nos programas de coleta seletiva. A ABRELPE (2010) destaca que houve um decréscimo no número de municípios com coleta seletiva. O número foi de 496 municípios, que deixaram de realizar a coleta seletiva entre os anos de 2007 (3.593 – 65%) e 2009 (3.152 – 56,6%). Além disso, a escala e o orçamento ainda são muito pequenos, como no caso da cidade de São Paulo, que não chega a atingir 1% de todo o lixo gerado, deixando esse trabalho para o contingente de catadores. Nenhum município da região do VRP, até junho de 2010, tem a política da coleta seletiva com abrangência de todo seu território;

b) Grande quantidade de intermediários/atravessadores: a quantidade varia para cada tipo de material. Essa estrutura de mercado trava também o desenvolvimento do mercado de reciclagem, pois eleva os preços finais dos materiais para a indústria, e por outro lado, impede o avanço das cooperativas na cadeia produtiva. O mesmo continua ocorrendo na região do VRP;

c) Falta de gestão profissional nas cooperativas ainda persiste, muitas delas não seguem os princípios do cooperativismo, pois geralmente são geridas por representantes de órgãos públicos ou instituições não-governamentais, não permitindo assim o sistema de autogestão, e também pela falta de capacitação e informação dos cooperados. Essa é uma preocupação também do lado da indústria, à medida que evita a proximidade da mesma com as cooperativas, pois possíveis passivos trabalhistas e ambientais podem ser de co-responsabilidade da mesma. O projeto de capacitação dos catadores, do MNCR, tem trabalhado exatamente para suprir essa lacuna do sistema;

d) *Lobby* das empresas responsáveis pela coleta e disposição dos resíduos. Os contratos de limpeza urbana são milionários, e seus custos só tendem a crescer, principalmente pelo esgotamento dos aterros sanitários existentes. Com isso, os novos aterros serão mais distantes e o custo de transporte também o será. Portanto, essas poucas empresas exercem uma grande influência sobre as Prefeituras, ou melhor, resistência contra a reciclagem dos resíduos. Como apontado no trabalho do COREDE-VRP (2010), todos os municípios, mesmo que sejam distantes, têm um contrato e depositam seus resíduos em um único aterro, o de Minas do Leão, beneficiando e monopolizando o processo de gerenciamento dos resíduos sólidos na região e no estado do RS;

e) Maior pressão e atuação da sociedade na coleta seletiva e no consumo consciente: o setor privado já percebeu que a gestão ambiental traz reduções de custos e produtividade, mas há muito a ser feito por eles ainda, como a Análise de Ciclo de Vida para cada produto novo, por exemplo. Porém, a sociedade precisa pensar na importância do consumo consciente, da separação dos materiais recicláveis e, finalmente, exercer pressão sobre as autoridades municipais para que a coleta seletiva mereça a devida atenção. Neste ponto, a região do VRP saiu na frente ao institucionalizar e apoiar um fórum de discussão, que é o FACS, criado em 2009 em Santa Cruz do Sul. O movimento já tem contado com conquistas, como o PL para a gestão da Usina de Reciclagem Municipal (SANTA CRUZ DO SUL, 2010);

f) Pouco interesse pelo lixo orgânico para geração de energia e adubo: o lixo orgânico, apesar de representar cerca de 60% de todos os resíduos sólidos urbanos gerados, muitas vezes é deixado de lado das discussões e estudos. Entretanto, há nele um grande potencial, praticamente inexplorado, seja através das usinas de compostagem para fabricação do adubo, da incineração ou da utilização do gás metano para geração de energia elétrica, atualmente recicla-se somente cerca de 1,5%. Estudos para este material ainda estão pouco avançados. São milhões ainda desperdiçados, principalmente na região do VRP, forte em agricultura;

g) Falta de uma Política Nacional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos: o Projeto de Lei que estava em tramitação há 21 anos, e somente em julho de 2010 foi aprovado no Congresso Nacional (BRASIL, 2010) e aguarda regulamentações. Essa regulamentação em nível nacional é imprescindível para se criar um novo paradigma de sustentabilidade ambiental, para que o setor possa se organizar, atrair novos investimentos e, conseqüentemente, crescer de forma inclusiva, principalmente para os catadores;

h) Infraestrutura capitalista para o setor (negócio lucrativo/leis ambientais): como há em muitos países desenvolvidos, principalmente na Europa, Estados Unidos e Japão, com a participação de todos os agentes públicos, privados e da sociedade. No Brasil, essa infraestrutura ainda é incipiente, a maioria das ações ou iniciativas ainda não isoladas, evidenciando esse negócio no Brasil ainda não é tratado de forma estruturada e capitalista.

A coleta do material reciclável desempenhada pelos catadores, considerando algumas práticas, como é o caso de Londrina, no Paraná, confirmam a economia para os cofres públicos com a coleta seletiva. Foi comprovado que os custos da coleta seletiva, que na média

nacional estão em torno de R\$ 450,00 por tonelada, foram de apenas R\$ 37,00 por tonelada de material reciclável coletado no município, ou seja, Londrina teve um custo 12 vezes menor que a média do país (PINTO; GONZALES, 2008; LIMA, 2007).

Os custos reduzidos no caso paranaense se devem, em grande parte, ao trabalho “gratuito” executado pelos catadores, que mesmo sem capacitação - apenas com um apoio restrito da Prefeitura -, fazem a coleta de porta em porta, dialogando com o cidadão, que recebe um saco de lixo especial, que será buscado pelo mesmo catador na semana seguinte. Neste caso, há a oportunidade de o catador educar a população, prestando esclarecimentos quanto ao processo de separação dos resíduos sólidos. Deixamos claro, desde já, que o modelo de Londrina não é considerado como excelência, pois problemas como a falta de incentivo e de formalização do trabalho dos catadores são graves (LIMA, 2007), mas mesmo assim não desmerecem o volume de material reciclável coletado - em um município de 500 mil habitantes - maior que o do município de São Paulo, que tem 10 milhões de habitantes (CEMPRE, 2008).

Cabe aqui analisarmos as diferenças de valores do comércio de recicláveis, tendo em vista que no primeiro quadrimestre de 2009, os preços do material pago aos catadores teve uma forte queda (PATTA; RIBEIRO, 2009). Em abril, o valor pago pelo quilo do alumínio, por exemplo, caiu de R\$ 3,00 para apenas R\$ 0,80, o que representa 75% menos, mesma redução do papelão que passou de R\$ 0,30 para R\$ 0,08 o quilo. Já a sucata, que era comprada por R\$ 0,20, estava sendo vendida a R\$ 0,06, redução de 70%, igual aos jornais que passaram de R\$ 0,10 para R\$ 0,03 o quilo. As garrafas PET passaram de R\$ 0,90 para R\$ 0,50, redução de 45% e o plástico também baixou, passando de R\$ 0,40 para R\$ 0,30, uma redução de 25%.

No mercado direto, com as indústrias recicladoras, a queda não se mostrou tão expressiva. Isso se comprova com os valores comparativos de três períodos distintos, o primeiro, num mercado valorizado, o segundo no momento de grave crise mundial e o último, já em um momento de quase total recuperação da economia nacional, no meio do ano de 2010:

Ilustração 8 – Valores de venda direta recicladoras em Porto Alegre (2008-2010) - R\$/ton

MATERIAL	ALUMÍNIO	VIDRO	PAPEL/ PAPELÃO	PLÁSTICO RÍGIDO	PET	PLÁSTICO FILME
Mai/Jun 2008	2.700,00	50,00	550,00/320,00	700,00	1.150,00	500,00
Jan/Fev 2009	1.400,00	40,00	450,00/140,00	300,00	700,00	400,00
Mai/Jun 2010	2.200,00	60,00	500,00/350,00	450,00	900,00	450,00
Queda até Jan/Fev	48%	20%	19% / 56%	57%	39%	20%
Queda para os catadores	75%	-	70%/75%	25%	45%	

Fonte: CEMPRE (2008, 2009, 2010); PATTA; RIBEIRO (2009)

O avanço no debate referente à importância, necessidade e benefícios ambientais, econômicos e sociais da redução do desperdício, da coleta seletiva e da reciclagem de resíduos, por parte de todos os agentes, associada à maior organização da sociedade civil, pressionando as autoridades públicas ao cumprimento do seu papel, alavancarão o mercado de reciclagem no Brasil, levando os nossos índices de reciclagem na direção dos índices da reciclagem do alumínio e dos países europeus (NALINI, 2008, p. 116).

2.3.1 Reciclagem

O sistema de reciclagem compreende uma complexidade de relações e processos que são fundamentais para o aproveitamento adequado do material consumido com potencial de voltar ao sistema produtivo como nova matéria-prima. Em KRIEGER et al. (2006), *reciclagem* se define como:

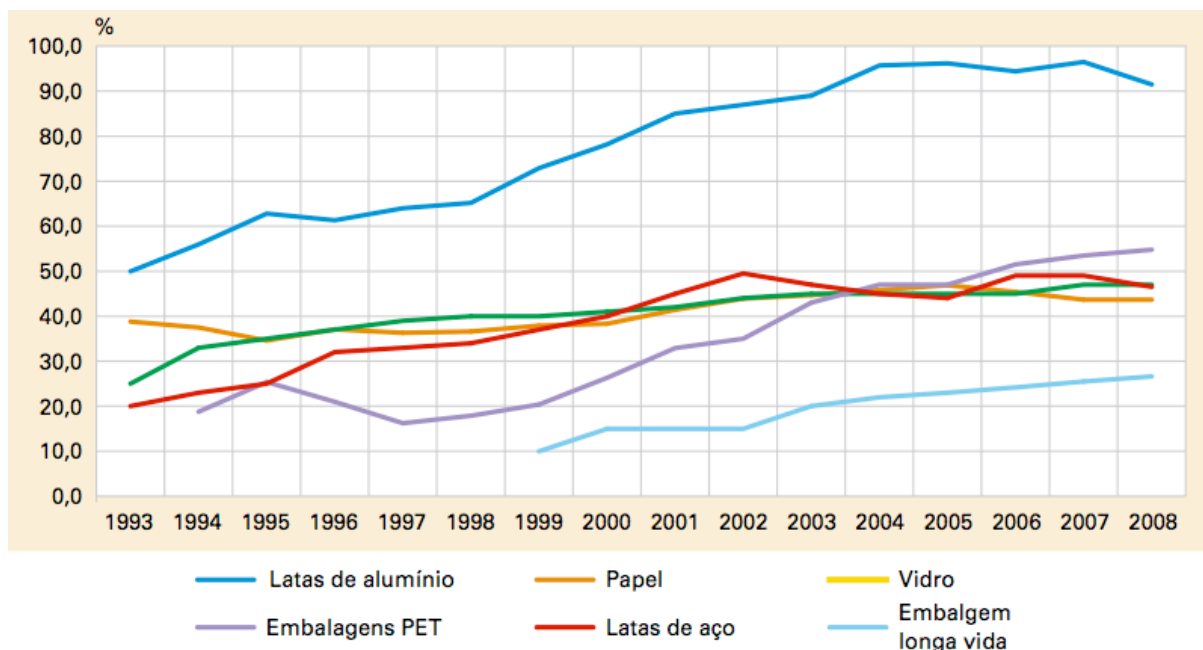
Conjunto de atividades através das quais materiais considerados resíduos ou que foram descartados são coletados, separados e submetidos a processos de transformação para serem utilizados como matérias-primas na manufatura de bens.

Fundamentalmente, o material a ser reciclado parte da extração da matéria-prima na natureza para uma indústria. Lá, essa matéria é transformada em produto, que é levado aos estabelecimentos de venda, sendo adquiridos pela população. Ao ser consumido, o que não é considerado aproveitável é jogado no lixo. Se mantidas as condições de limpeza, o limite de reutilização, bem como os cuidados de manuseio o material pode ser separado através de uma triagem e encaminhado para venda de uma empresa recicladora que transformará o produto em uma nova matéria-prima para a indústria.

Os principais materiais reciclados no Brasil são o alumínio, o papel, o plástico e o vidro. Entretanto, há uma demanda reprimida de materiais que tem se tornado problema no país, como as pilhas e baterias, as lâmpadas fluorescentes, os celulares e aparelhos eletrônicos em geral, os rejeitos das construções e demolições, os resíduos orgânicos, entre tantos outros. Esse material mais excluído, e ainda não contabilizado economicamente, tem um grande diferencial por não ter muitos casos de empresas recicladoras especializadas no país, e que se fossem amplamente trabalhados no Vale do Rio Pardo, possibilitariam um diferencial competitivo no mercado, como vem ocorrendo com os casos do uso das caixas TetraPak (MACHADO, 2007) e da produção de combustível com óleo usado (SEVERGNINI, 2009).

Na publicação sobre os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2010 (IBGE, 2010c), há um gráfico que mostra a tendência de crescimento de todos os materiais recicláveis, mesmo sem ter havido ainda os reflexos da mudança estrutural conquistada neste ano com a publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010).

Ilustração 9 – Proporção de Material Reciclado em Atividades Industriais – Brasil 1992-2008



Fonte: IBGE, 2010c

Mas antes da reciclagem, que conceitualmente só é realizada industrialmente, para se manter as condições de ‘reciclabilidade’, é essencial a colaboração por parte dos consumidores, em uma atitude individual, dentro de casa, que atualmente não pode ser imposta pelo Estado. A separação e a limpeza dos resíduos em casa é uma atitude considerada de colaboração ao sistema de reciclagem, uma ação “solidária”, pois a geração de renda não chega diretamente ao bolso da dona-de-casa, que somente realiza a coleta seletiva sem conhecer os benefícios diretos por essa ação. Outro fator de relevância para adesão à reciclagem é a possibilidade de redução na Taxa de Coleta de Lixo, que acompanha a cobrança do IPTU (Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana) e que acaba por corresponder por volta de 60% do valor total cobrado.

Baseado nos dados da população municipal estimada pelo IBGE para o ano de 2009 (IBGE, 2009) e a média de produção diária de lixo por pessoa de acordo com o tamanho dos municípios (IBGE, 2002a), calculamos uma produção diária de 254 toneladas diárias na região do Vale do Rio Pardo (SILVEIRA, 2010). Contrastando com estes valores, SILVEIRA

(2001) e NARA et al. (2007), usaram os valores do ano de 2000, de 119 toneladas diárias, como ainda sendo o total produzido atualmente pela população regional.

Com a proporção do tipo de resíduos gerados pela população de Santa Cruz do Sul sendo utilizada como parâmetro (KIPPER, 2005), estimamos uma produção diária de 115 toneladas de lixo orgânico (misturado com resíduos potencialmente recicláveis e que se tornam todos rejeitados e levados ao aterro sanitário), 43 toneladas de plástico, 41 toneladas de papel/papelão, 10 toneladas de metais e mais 10 toneladas de vidro. Com uma separação adequada destes resíduos, garantindo um padrão de limpeza, os quatro últimos tipos de material supostamente poderiam ser vendidos no mercado de recicláveis de Porto Alegre. Abaixo, segue uma tabela demonstrativa dos valores potencialmente gerados com o comércio do material:

Ilustração 10 - Tabela com valores do potencial comércio de materiais recicláveis na região do VRP – Cotação em Porto Alegre – R\$/tonelada – Junho de 2008

	METAL	VIDRO	PAPEL/ PAPELÃO	PLÁSTICO RÍGIDO 52%	PET 21%	PLÁSTICO FILME 27%	TOTAL
Valor em Jun 2008	1.098,00	50,00	550,00/320,00	700,00	1150,00	500,00	
Valores dia	11.243	512	17.817	15.841	10.510	5.875	61.799
Valores mês*	280.863	12.800	445.440	396.025	262.750	146.875	1.544.753
Valores ano	3.370.356	153.600	5.345.280	4.752.300	3.153.000	1.762.500	18.537.036

Fonte: CEMPRE (2008); Elaborado pelo Autor. * Mês contado em 25 dias.

Desconsiderando os custos com o transporte até o aterro sanitário em Minas do Leão, que dista mais de 100 km da maioria dos municípios da região, mais os custos da gestão do aterro que são pagos pelas prefeituras, percebemos um valor total de mais de R\$ 18,5 milhões anuais perdido com o não aproveitamento dos resíduos gerados pela população regional. O município de Santa Cruz do Sul, responsável por 28% da população total da região, teve os

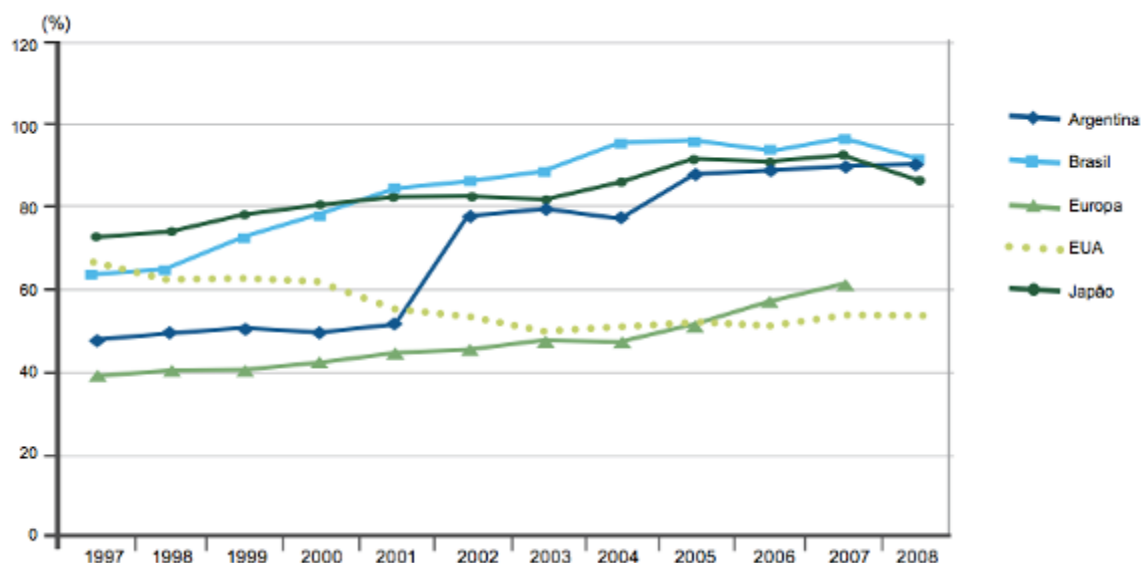
custos totais de R\$ 3,27 milhões (SANTA CRUZ DO SUL, 2007a) com os serviços de limpeza municipal, coleta e disposição final dos resíduos gerados somente da sociedade.

No Brasil, em 2005, havia 3.544 empresas trabalhando no ramo da reciclagem, sendo 3.417 delas com um número máximo de 29 empregados, totalizando 24.589 empregados. Desse total de empresas, 27% das empresas são especializadas em reciclagem de sucatas metálicas e os 73% restantes em reciclagem de sucatas não-metálicas (IBGE, 2007). A seguir, serão apresentados alguns números da reciclagem no país, que demonstram a perspectiva de crescimento “sustentável” que tem o setor para os próximos anos.

Alumínio

Em 2007, o Brasil bateu novamente o recorde mundial de reciclagem de latas de alumínio para bebidas, com o índice de 96,5%. Foram 160,6 mil toneladas de sucata de latas recicladas, o que corresponde a 11,9 bilhões de unidades – 32,6 milhões por dia ou 1,4 milhão por hora. Atualmente, em aproximadamente 30 dias, uma latinha de alumínio pode ser comprada no supermercado, utilizada, coletada, reciclada e voltar às prateleiras para o consumo (ABAL, 2009). Na Ilustração 11, é demonstrada a evolução da reciclagem da lata de alumínio no país e comparativamente a os países com melhores índices no mundo.

Ilustração 11 - Índices de reciclagem de lata de alumínio no Brasil e no mundo – 1997 a 2008



Fonte: ABAL (2009).

A partir da constatação do papel do Brasil de líder mundial no processo de reciclagem de latas de alumínio, a análise das potencialidades e o aprimoramento da triagem e separação dos demais tipos de material reciclável podem ser mercados de grande potencial de desenvolvimento econômico regional e local em todo o país.

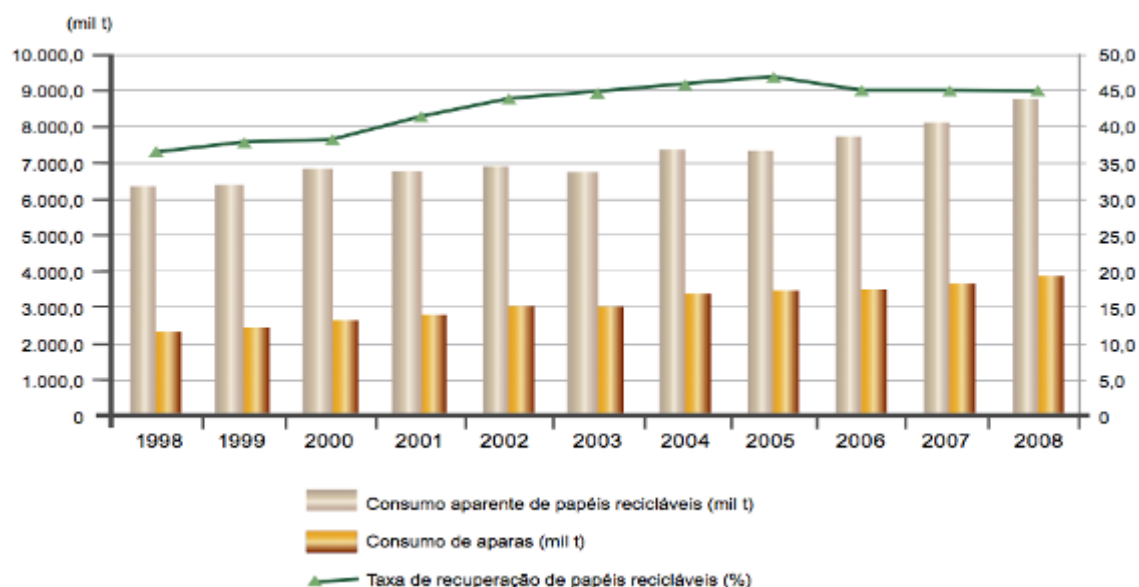
Papel

No Brasil, a produção de papel em 2008 foi de 9,4 milhões de toneladas, enquanto que o consumo foi de 46,2 kg/hab. Do total produzido, 43,7% foi reciclado nesse ano, posicionando o país na 10ª lugar dos países recicladores, ficando atrás de França, que reciclou 80,7%, Japão, 73,7% e Alemanha, 72,8% (BRACELPA, 2009). Para o caso específico da região do Vale do Rio Pardo da reciclagem do papel, foi realizado o estudo da Professora Rosi Silveira (2000), intitulado *Rede de reciclagem de papel a partir de Santa Cruz do Sul*.

A definição das matérias-primas recicláveis utilizadas para a fabricação de papel compreende dois grandes grupos: as aparas e os papéis usados. O grupo das aparas, que também é chamado de **pré-consumo**, é formado pelo material refugado ou não utilizado, resultantes do processo industrial. Já o grupo dos papéis usados, também chamado de **pós-consumo**, é resultante dos diferentes tipos de papéis e artefatos de papel descartados pelos

usuários finais, após utilização. Portanto, apenas o material que faz parte do segundo grupo, que é comercializado tem a possibilidade de ser reaproveitado e de gerar renda para catadores e empresas de comercialização de material reciclável.

Ilustração 12 - Índice de reciclagem de papel no Brasil – 1999 a 2008



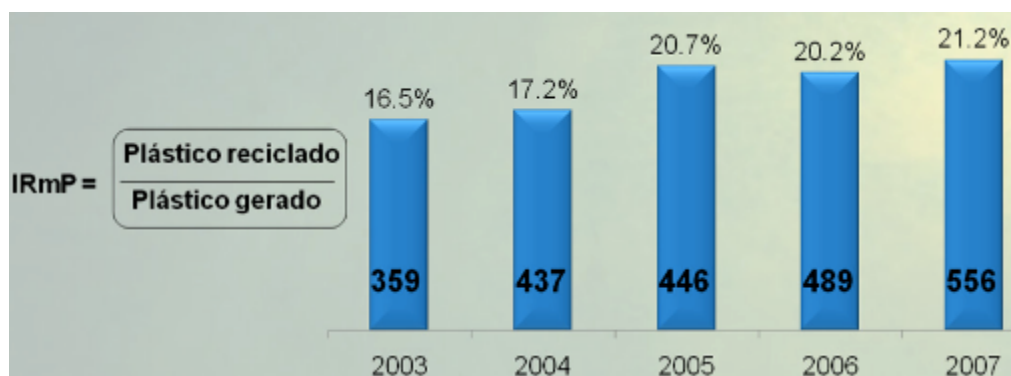
Fonte: BRACELPA, 2009, p. 93.

De um conjunto de ações que mantenham a qualidade do papel, e considerando o limite de processos de reutilização do papel, percebemos que há uma margem de pelo menos 30 pontos percentuais de aumento de reciclagem do papel no Brasil – o Reino Unido recupera mais de 75% do papel consumido (ABRELPE, 2010).

Plástico

O plástico é uma das principais matérias da reciclagem, principalmente o plástico do tipo PET (Polietileno Tereftalato), pois é um mercado de reciclável que já está estabelecido no país e que não apresenta misturas que impossibilitariam manter a qualidade no processo de reciclagem. Para a região do Vale do Rio Pardo, foi realizado o estudo da Professora Liane Kipper (2005), intitulado *Ações Estratégicas Sistêmicas para a Rede Sustentável de Reciclagem de Plásticos*, em que são detalhados todos os processos e os valores referentes ao material encontrado principalmente nos resíduos de Santa Cruz do Sul.

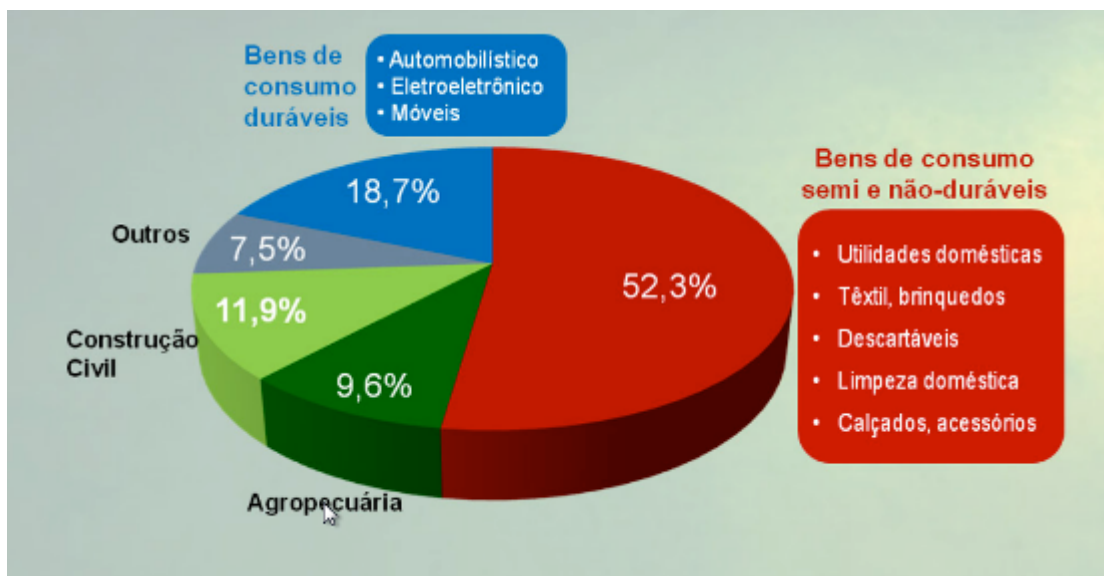
Ilustração 13 - Índice de Reciclagem Mecânica Pós-consumo no Brasil (2003-2007)



Fonte: PLASTIVIDA, 2008, p. 20.

Com intuito de levantar a situação da indústria de reciclagem de plásticos, a Plastivida (2008) realizou uma pesquisa sobre o Índice de Reciclagem no Brasil, no período de 2003 a 2007, de acordo com os critérios do IBGE. Destacamos que o índice apresentado na Ilustração 13 define o plástico como o material com uma das menores estruturas de reaproveitamento, embora o plástico tenha muito maior resistência à decomposição que o papel, por exemplo. De acordo com a ABRELPE (2010), as empresas de reciclagem mecânica do plástico brasileiras país tinham uma capacidade ociosa de 34,1% no ano de 2007. No mesmo ano, os bens de consumo foram os que mais demandaram o plástico reciclado:

Ilustração 14 - Uso da matéria plástica reciclada no Brasil



Fonte: PLASTIVIDA, 2008.

O Rio Grande do Sul apresentava, em 2007, 88 empresas de reciclagem de plástico, representando 11,3% do total de empresas no país, com um total de 962 mil toneladas recicladas (PLASTIVIDA, 2008). O número de empresas no estado que trabalham com plástico é de 1.256, empregando mais de 28.000 trabalhadores.

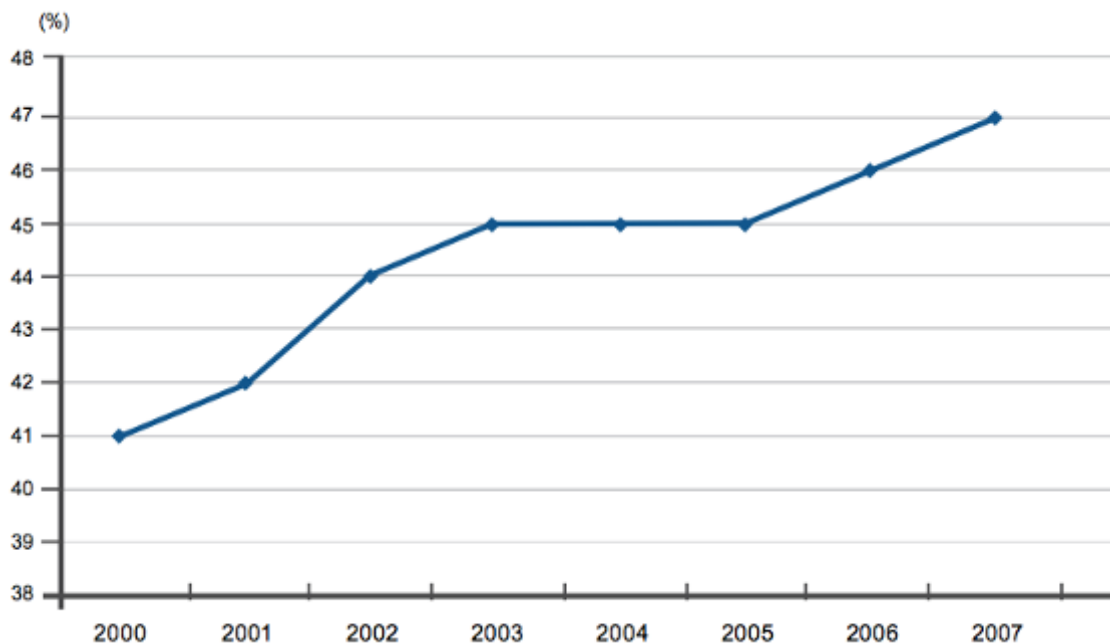
No meio rural, há uma grande geração de resíduos plásticos, principalmente o material resultante dos agrotóxicos utilizados nas lavouras. De acordo com o INPEV (2010), somente no Rio Grande do Sul, são destinados mais de 800.000 embalagens anuais para reciclagem ou incineração, representando 7% do volume nacional, com um crescimento médio anual de 10%. Portanto, há uma grande capacidade de crescimento da recuperação do plástico em todo o país, com uma possibilidade de especialização a partir dos resíduos rurais no RS.

Vidro

O vidro apresenta 48% de sua produção como de ciclos longos de consumo (ABRELPE, 2008), além disso, grande parte de sua matéria é reutilizada informalmente. De

acordo com IPEA (2010a), para a produção a partir de caco de vidro, o consumo energético é 35% inferior que a produção a partir da matéria-prima virgem.

Ilustração 15 - Índice de reciclagem de vidro no Brasil – 2000 a 2007



Fonte: ABIVIDRO – Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (2009).

Não há intenção, nesta dissertação, de esgotar os indicadores sobre a reciclagem, apenas apontar para uma tendência que é de forte crescimento para os próximos anos, principalmente com a Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil e a publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010). Caso houver interesse por parte do leitor em entrar em contato para tirar dúvidas sobre demais tipos de materiais e possibilidades de novas alternativas de reciclagem, coletamos uma bibliografia de mais de uma centena de publicações científicas, além de documentos em vídeo, que normalmente estão disponíveis na internet. Mais adiante, falaremos de um endereço eletrônico (blog) para discutirmos os pontos de vista e algumas dúvidas quanto aos dados da dissertação.

2.4 Dimensão Política

A dimensão política que pretendemos destacar neste trabalho implica em habilidades que não são de exclusividade dos “agentes políticos” (vereadores, deputados, governadores, etc.). É uma habilidade que se desenvolve com amplo diálogo e capacidade de construção coletiva em prol de benefícios compartilhados, incluindo infraestrutura necessária para o desenvolvimento institucional. Como destacado na obra de Pedro Demo (2006), a “pobreza política” que a sociedade brasileira continua a viver é fruto de uma falta de formação cidadã (KRASILCHIK; MARANDINO, 2004), de discussão e compreensão de que o bem público é de cada cidadão, não é dos ocupantes do “poder público”, seja nos poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário. Esses ocupantes são cidadãos também e devem ser cobrados, responsabilizados pelo bem público.

Queremos um Congresso que trabalhe seis dias por semana, tenha um mês de férias, perceba remuneração compatível com o que ganha o brasileiro trabalhador, não alimente nepotismos, renove-se no tempo (suprima-se o Senado, diminua-se o número de deputados), não favoreça o “político profissional”, não seja uma ilha da fantasia.

Queremos um Judiciário imune, não impune, sem qualquer privilégio, que não julgue em causa própria, não invente “direitos adquiridos”, que são descaradamente roubados, não pretenda remunerações absurdas, não só porque incompatíveis com a realidade social, mas principalmente porque retiram toda autoridade confiável.

Queremos um Executivo que cuide do bem comum e esteja rigorosamente sob controle democrático, cumpra a responsabilidade fiscal, seja responsabilizado por desmandos como falta de qualidade mínima em saúde e educação, não use assistência como arma clientelista.

(DEMO, 2006, p. 2)

A gestão dos resíduos sólidos no Brasil é de responsabilidade do poder público municipal, conforme definido no artigo 30 da Constituição Federal, que estabelece sua competência para “organizar e prestar assistência direta ou indiretamente sob regime de concessão ou permissão aos serviços públicos de interesse local” (BRASIL, 1988). Romani (2004, p. 13) aponta que “o grande trunfo de uma boa administração é conquistar o apoio popular. Mas para que isso ocorra, a população tem de ser informada, sensibilizada e envolvida nas ações [de gestão dos resíduos]”.

Há um papel desempenhado pelos indivíduos, cidadão trabalhador ou não, que é relevante tratarmos aqui. Pensar no bem comum, no benefício ao maior número de pessoas

possível deveria ser sempre lembrado, minimizando a diferença entre dominantes e dominados. Porém, quando uma corporação ou indivíduo conquista o domínio sobre determinadas pessoas ou situações, seus objetivos passam a ser a manutenção desse poder, ignorando-se as necessidades dos outros. Tal como trata Dupas (2005, p. 37-38),

[...] o universo corporativo não precisa mais se opor ao espaço e à sociedade, [...]; ele se apropriou do controle direto do espaço social circundante. [...] Sociedade civil e política, e mesmo a vida privada, acabaram por ser internalizados no sistema corporativo, que tende a substituir a própria sociedade e suas formas de regulação.

A corporação é uma forma intermediária de ação, na qual indivíduos se agrupam com outros indivíduos que possuem objetivos afins para conquistar benefícios. Assim, acabam sendo identificados socialmente de forma diferenciada, transformando-se em figuras não mais individualizadas, mas sim como simbólicas, tais como do *político*, do *trabalhador*, do *professor*, do *empresário*, do *estudante*, do *catador*. As corporações podem conseguir muitos benefícios por força de sua influência no cenário político da sociedade em que atuam. Bonavides (2010, p. 461) os define como “grupos de pressão”, que exercem “influência sobre o poder político para obtenção eventual de uma determinada medida de governo que lhe favoreça os interesses”. Ao mesmo tempo, elas costumam ocasionar desarmonias no convívio social devido à busca incessante de seus benefícios. Dessa forma, contrastam as vantagens historicamente conquistadas pelas corporações poderosas, que vivem em uma relação de clientelismo com o poder público, e as poucas possibilidades de muitas corporações, que não têm como pretensão a busca incessante pelo poder, ou que “não se importa com a política”. Segundo Bursztyn (2003, p.75),

[O] clientelismo possibilitado pelo fortalecimento político de prefeitos, que se convertiam em mediadores de prebendas e favores, associados ao acesso a condições de vida e habitação (lotes, infraestrutura e depois alimentos)” [...] e “seu poder já não estava mais atrelado ao patrimônio, como no coronelismo, mas ao caráter de operadores de ações governamentais que resultavam em assistencialismo.

Os cidadãos “comuns”, que optam por não discutir política (que se referem a esse assunto como “aquela roubalheira”, “monte de bandidos”, etc.), fazem política quando decidem votar em determinado candidato, ou até mesmo quando decidem não votar em

ninguém. Todos os cidadãos têm a possibilidade de contribuir, quando o assunto é o desenvolvimento da reciclagem de resíduos, se tornando atores, atuantes. Essa postura, característica da maioria da população, muito se deve ao fato de não haver uma massa crítica engajada nas questões políticas do país, fruto de nossa frágil política educacional.

Conhecer o que deve ser feito, ou debatido, apresentando um discurso bem fundamentado pode contribuir com uma mudança estrutural na sociedade, através de uma cultura de questionamento e cobranças sobre as responsabilidades dos gestores públicos. Neste sentido, van Dijk (2008, p.16) afirma que os analistas críticos do discurso “podem também tentar influenciar e cooperar com **agentes de mudança** ou **dissidentes** cruciais dos grupos dominantes”.

Em um trabalho sobre o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos, a UNEP (2005) cita as distintas responsabilidades nos níveis nacional, estadual, regional, municipal, comunitário e também a estrutura institucional para um trabalho eficiente e eficaz. O papel a ser desempenhado pelo governo no *nível nacional* se refere a três pontos: 1) Legislação estabelecendo os grandes parâmetros para a preservação do meio ambiente e principalmente a gestão dos resíduos sólidos, algo que ainda está em debate na política nacional e que deve ser estabelecido com a Política Nacional de Resíduos Sólidos; 2) Ministério ou Secretaria especial para desempenhar as ações relativas àquela legislação; e 3) Pesquisa e desenvolvimento relativos à área (tal como deve ser essa dissertação e mais pesquisas fomentadas pelas instituições federais CAPES e CNPq). O *nível estadual* se assemelha bastante com o nacional, embora o estadual é mais específico conforme as demandas locais. Já no *nível municipal*, as responsabilidades têm sido focadas na implementação dos programas, principalmente quanto à decisão de executar a política diretamente ou contratar empresas para executar os serviços de gerenciamento dos resíduos sólidos, mas também a criação de indicadores para medir a qualidade dos serviços (UNEP, 2005, p. 10).

No estudo, o *nível comunitário* deve atuar diretamente no planejamento e na implementação dos programas de gerenciamento dos resíduos sólidos, ou seja, a população deve ter uma boa parcela de seus representantes construindo colaborativamente as políticas públicas locais. Além disso, em conjunto com as diversas instituições locais (*nível institucional*), deve-se exigir o controle através dos indicadores para o alcance das metas

estabelecidas no planejamento dos programas (UNEP, 2005). O que a pesquisa científica tem apontado é que embora haja uma complexidade de relações e fatores contextuais que influenciam no processo de implementação de uma Política Pública, normalmente o processo é levado a cabo por um ator que acredita fortemente em uma forma de Política, tal como Bresser-Pereira na reforma da administração pública dos anos de 1990 (CAPELLA, 2004).

Em Viveiros (2006, p. 104), na elaboração de um Programa Municipal de Coleta Seletiva de São Paulo, é necessária a elaboração de conceitos construídos colaborativamente, chamados no trabalho de “matrizes discursivas”, para se compreender o que seria a sustentabilidade. As premissas de sustentabilidade dos programas municipais de coleta seletiva em parceria com organizações de catadores devem, portanto, contemplar as seguintes categorias:

- I - A inserção da coleta seletiva como etapa da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos;
 - II - A existência de instrumento legal e/ou jurídico que estabeleça o vínculo e as regras entre as partes envolvidas;
 - III - A remuneração pelo serviço prestado pelas organizações, como parte do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos, proporcional à quantidade de resíduos coletada e triada;
 - IV - A universalização dos serviços, com qualidade;
 - V - A existência de política pública e de mecanismos de incentivo que induzam à autonomia das organizações de catadores;
 - VI - A existência de ações ou de um programa de educação e de informação à sociedade, visando ao aumento do grau de adesão à coleta seletiva, com qualidade na segregação dos materiais; e
 - VII - O aumento significativo da quantidade de materiais encaminhados para reciclagem e a redução do montante de resíduos sólidos destinado aos aterros sanitários;
- (VIVEIROS, 2006, p. 104-105)

Por outro lado, para as organizações de catadores especificamente, a equipe do projeto estabeleceu que as bases definidas como ideais para a sustentabilidade devem contemplar as seguintes categorias:

- I - Constituição formal da organização e sua inserção no escopo da política pública municipal de resíduos sólidos, formalizada por meio de instrumento legal firmado com o município;
- II - Existência de infraestrutura, equipamentos e capacitação para o desempenho satisfatório das diversas atividades inerentes à coleta, segregação e comercialização dos materiais recicláveis;
- III - Garantia de renda e benefícios para os membros das organizações;

- IV - Condições adequadas de higiene, segurança e saúde do trabalhador, nos aspectos de infraestrutura, equipamentos e conforto ambiental;
 - V - Existência de rede de apoio, representada pelas parcerias necessárias à realização das diversas atividades da organização.
- (VIVEIROS, 2006, p. 105)

No trabalho do IPEA (2010a), que propõe um modelo de Pagamento por Serviços Ambientais, são apresentados pressupostos, considerados como os mais importantes levantados no estudo para definição dos pagamentos aos catadores, destacados em 3 principais formas: a) O pagamento deve se dirigir às cooperativas de catadores, e não a catadores individualmente; b) O pagamento deve ter a contrapartida do serviço ambiental prestado; e c) Os mecanismos devem premiar a eficiência na prestação do serviço ambiental. Outro ponto destacado no estudo é que “os municípios possuem papel fundamental na minimização dos problemas associados à gestão dos resíduos sólidos e no desenvolvimento de programas de coleta seletiva com inclusão social” (IPEA, 2010a, p. 8).

Devido à atual desigualdade de lucros na reciclagem e ao pouco incentivo dado aos catadores, se mostra importante a organização estratégica das associações e cooperativas nas comunidades carentes, pois passar de catadores de lixo para uma cooperativa de reciclagem - como ocorreu em Santa Cruz do Sul (BOROWSKI, 2010), pode garantir uma mudança de *status* legal, tornando-os membros-quotistas responsáveis pelo patrimônio da entidade, adquirindo novos direitos e novas obrigações (MARTINS, 2004). Esse processo começou em 2009 com os catadores de Vera Cruz, que iniciaram, com apoio da Prefeitura Municipal e do Movimento dos Catadores (MNCR), fortalece tanto os catadores locais, quanto o movimento e a categoria dos catadores da região (GAZETA DO SUL, 2009). A antiga associação de catadores de Santa Cruz do Sul, que já era referência na luta e na conquista de políticas públicas até mesmo nos outros municípios, acabou por se transformar em uma cooperativa, para garantir mais direitos e melhor posição no debate da agenda das políticas públicas. Para Martins (2004), é a partir desse momento que os trabalhadores partem em busca de garantias pela prefeitura para seu trabalho e lucro, buscam novas tecnologias para agregação de valor dos produtos, possuem maior chance de negociar os valores no mercado e, com isso, adquirem sua identidade, seu empoderamento dentro do sistema, iniciando, neste momento, um relevante desenvolvimento social e político.

2.4.1 Movimentos Sociais

Os movimentos sociais são atores importantes na luta pelo direito dos mais fracos ou esquecidos nas políticas públicas. Para Gohn (2006, p. 255), devemos estudar os movimentos sociais com seu interior e exterior, complementarmente. Devemos analisar suas demandas e reivindicações e os tipos de ações coletivas que geram sua composição social e suas articulações (ideologia, projetos, organização, práticas), característica interior, que também estão relacionadas com seu exterior (cenário sociopolítico e cultural, redes externas, opositores, etc.).

Em Gohn (2006, p. 266), são listadas fases que podem ser observadas nos movimentos sociais, tais como:

1. Situação de carência ou ideias e conjunto de metas e valores a se atingir;
2. Formulação de demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias);
3. Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas;
4. Transformação das demandas em reivindicações;
5. Organização elementar do movimento;
6. Formulação de estratégias;
7. Práticas coletivas de assembleias, reuniões, atos públicos, etc.;
8. Encaminhamento das reivindicações;
9. Práticas de difusão (jornais, conferências, representações teatrais, etc.) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento de uma comunidade religiosa, por exemplo);
10. Negociações com os opositores ou intermediários por meio dos interlocutores;
11. Consolidação e/ou institucionalização do movimento.

Desde 1990, no Brasil, se destacam os movimentos como o do MST (Movimento Sem-Terra), que se mantém como a mais significativa instituição de oposição às decisões do governo quanto às políticas públicas adotadas, carentes de suprir as necessidades populares. Outra relação social que se destacou a partir da década passada, principalmente nos últimos anos devido ao crescimento no número de políticas de incentivo, foi a influência das organizações não-governamentais (ONGs) nas políticas públicas. Entretanto, algumas ONGs perderam um pouco de credibilidade frente a opinião pública devido às suspeitas de fraudes em contratos realizados com o governo federal propagadas na mídia e que ocasionaram abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para tratar do assunto, a CPI das ONGs,

no Congresso Nacional, uma relação que se mostra contraditória, pois um grande número das organizações agora só sobrevivem com o apoio governamental, são “sustentadas”.

Um dos principais atores envolvido com a reciclagem na região do VRP é o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que se articula com os movimentos ligados às comunidades carentes, principalmente no município de Santa Cruz do Sul. O movimento possui ramificações em outros municípios da região, tais como Encruzilhada do Sul, Venâncio Aires e Sobradinho, além de outros municípios considerados também da região mas não contemplados pelo COREDE-VRP, que são Cachoeira do Sul (Jacuí-Centro) e Lajeado (Vale do Taquari). Devido ao princípio de luta contra as forças políticas locais, esse movimento é o principal representante da oposição da elite responsável pelas ações da rede de reciclagem na região. Nas várias participações, durante os dois anos de estudo, aos eventos e encontros internos do MNCR, podemos afirmar que se verificam as mesmas onze fases expostas acima por Gohn.

Cabe ressaltar aqui que pequenas conquistas do MNCR do Vale do Rio Pardo foram fruto de árduo trabalho de articulação, uma rede estruturada de relações com mídia, apoiadores e membros, mesmo que não sejam muito engajados na luta. Além dessas ações, o movimento precisa conhecer quais são os possíveis conflitos que podem se desenhar ao realizar ações que afetem os ocupantes do poder, mais especificamente os beneficiários diretos das políticas públicas, como a empresa contratada para gerenciar os resíduos sólidos em Santa Cruz do Sul.

Em uma visão de que as relações são conflituosas entre incluídos e excluídos socialmente, Dupas explicita o seguinte:

Os novos movimentos sociais – e suas reivindicações – são centrados em uma problemática de identidade e afirmação, na busca de reconhecimento da sua diferença e autonomia. O meio no qual eles evoluem não é mais o espaço público político e institucional, mas aquele formado por organizações especializadas com estratégias autônomas. Nenhum desses movimentos tem como objetivo elaborar uma nova concepção de sociedade, de existência coletiva das suas finalidades e limites.

(DUPAS, 2005, p. 38)

Sendo assim, esperamos deixar claro que o papel dos movimentos sociais é fundamental na conquista de políticas públicas mais justas, que impliquem uma maior efetividade aos que realmente carecem de auxílio do poder público, e evitando que as relações obscuras, que privilegiam as conexões particulares, sejam realizadas sem a pressão e a revolta da população.

Justiça ambiental é, portanto, uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos. Na experiência recente, essa noção de justiça surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais que alteraram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produziram mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental.
ACSELRAD (2010, p. 111)

Para Cattani (2007b) “a correlação de forças entre capital e trabalho definirá a dinâmica desse processo e, sobretudo, a repartição do excedente”. Por fim, “a existência de sindicatos fortes e atuantes e o poder de pressão de movimentos sociais e de partidos progressistas forçam uma repartição menos injusta” (CATTANI, 2007b, p. 224).

2.4.2 Políticas Públicas

O Relatório de Pesquisa (IPEA, 2010a), intitulado *Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos*, apresentado em maio de 2010 ao público brasileiro, é uma tentativa de se reforçar, dentro do contexto cultural e social do país, a grande necessidade de incluir os catadores de materiais recicláveis no debate e na participação das políticas públicas, principalmente as referentes aos “serviços ambientais”. O trabalho aponta as desigualdades impostas aos catadores e sugere alternativas aos novos modelos de gestão de resíduos sólidos no Brasil, principalmente após a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (ADEODATO, 2010; BRASIL, 2010).

Neste novo contexto que vai se desenhando, parecem-nos caber as palavras de Acselrad (2010) sobre a possibilidade de se construir novas políticas, em acordo com o local e seu ambiente, com o social:

[...] esboçam-se caminhos alternativos de uma articulação territorial das formas locais de produção com o mercado interno, sem submissão aos agentes fortes no mercado mundial. as lutas que evocam tais alternativas politizam a questão ambiental e colocam em discussão o modelo de desenvolvimento que articula as diferentes práticas espaciais.
(ACSELRAD, 2010, p. 113)

No campo de estudos de políticas públicas, há um processo, que não é linear e sistemático, mas que pode representar esse ciclo, que é dividido em três grandes etapas: a construção da agenda (aquilo que é visto como problema e é priorizado pelo governo), a formulação da política e sua implementação. Em um processo de retroalimentação do sistema, ainda há a etapa de avaliação das políticas, que permitem reavaliar todas as outras etapas do ciclo.

No trabalho de Ana Capella (2004), onde foi feito um estudo principalmente sobre a definição da agenda de governo, especificamente o do Governo Fernando Henrique Cardoso, ficou explicitado que boa parte das escolhas não são priorizadas por demandas sociais, ou problemas sociais definidos como focais pelo governo, mas especificamente a opção de um determinado gestor, que argumenta e institucionaliza o que ele considera como problema prioritário como uma necessidade coletiva, por meio de definição de problemas, geração de alternativas e dinâmica política (CAPELLA, 2004). Isto é, no caso estudado por Capella, Bresser-Pereira, baseado em estudos e a experiência internacional, definiu como problema do país a Crise do Estado, a crise da Administração Pública e ele já tinha a solução para o problema: a Reforma da Administração Pública, através de um novo modelo de gestão.

Nos atuais estudos das ciências políticas, em que são classificados os novos institucionalismos, ou neo-institucionalismos – que são fortemente categorizados em *escolha racional*; *histórico*; e *sociológico* – surge o institucionalismo que compreende um pouco de todas essas categorizações, o *institucionalismo discursivo* (SCHMIDT, 2010). Tal como a abordagem interdisciplinar, em que as partes são ouvidas e consideradas na construção de uma nova abordagem “disciplinar”, o institucionalismo discursivo é a construção de uma instituição que seja menos restrita do que as abordagens anteriores, que seja mais dinâmica, desenvolvendo através das ideias e dos discursos dos atores um padrão que respeite e “internalize” as instituições já formadas: as escolhas racionais dos atores, o histórico do

território onde estão todos localizados e as considerações sobre a realidade sociológica apresentada (SCHMIDT, 2010, p. 21).

A partir dessa nova abordagem política que se inicia nas ciências políticas, descreveremos um pouco mais da análise crítica do discurso, que se aproxima do institucionalismo discursivo, mas tem um princípio que é um pouco menos dinâmico: a luta por inibição do uso do poder.

2.4.3 Análise Crítica do Discurso e as formas de poder

Discurso pode ser entendido tanto como fala quanto escrita, mas também representa a trajetória individual além do contexto cultural, histórico e ideológico social. Os discursos são formas representativas da vida social. O discurso se mostra importante em uma pesquisa social devido ao seu caráter representado por conversas e textos na cognição, interação, contexto social e cultural carregados de significações nas relações sociais. No entanto, o discurso dos pobres e das pessoas dominadas na estrutura social somente é representado por diferentes discursos através de práticas sociais do governo, da política, da medicina, das ciências sociais, cada um representando ao mesmo tempo e prioritariamente a posição social de seus atores, ou seja, os profissionais são representantes de suas atividades sociais (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 124).

A Análise Crítica do Discurso, com um enfoque diferenciado da tradicional Análise do Discurso, analisa o texto e as interações, e várias formas das ações sociais, tentando demonstrar como a linguagem se apresenta nos processos sociais. O título de crítico se deve ao fato de tentar analisar o modo implícito da linguagem se apresentar nas relações sociais de poder, ideologia e dominação (FAIRCLOUGH, 2001b). A Análise Crítica do Discurso teve início nos anos de 1980 na Europa, tendo como principais pesquisadores Norman Fairclough, Teun van Dijk e Ruth Wodak, autores que reforçam a importância de se utilizar a Análise Crítica do Discurso como uma fonte teórica e metodológica para estudar não somente os discursos, ou os textos nos quais os discursos são produzidos, mas também como uma fonte para a pesquisa social (FAIRCLOUGH, 2003).

A Análise Crítica do Discurso é um tipo de investigação analítica cujos recursos teórico e metodológico permitem estudar o modo como o abuso de poder, o domínio e a desigualdade são praticados, reproduzidos e combatidos na fala ou em textos, no contexto social e político, que surge também como uma oportunidade de mudança via discurso (VAN DIJK, 1999, p. 23). Como a Análise Crítica do Discurso tem estudado o abuso do poder, o controle social, as desigualdades sociais e a exclusão social no uso da palavra por meio dos discursos dos dominadores, nessa perspectiva, a “língua passa a se tornar um meio de colocar em prática o papel da linguagem como eixo de compreensão e estudo dos processos sociais” (IÑIGUEZ, 2004, p. 105). A estrutura do poder é uma das características mais marcantes da realidade social.

Para Galbraith (1984),

[...] o papel essencial do poder na organização social está ligado aos inevitáveis conflitos de interesses. Em virtude da nossa capacidade de afirmar nossas preferências e determinar por elas as nossas escolhas, os conflitos de interesses surgem inevitavelmente em qualquer comunidade humana; e o poder é o meio pelo qual esses conflitos são resolvidos.

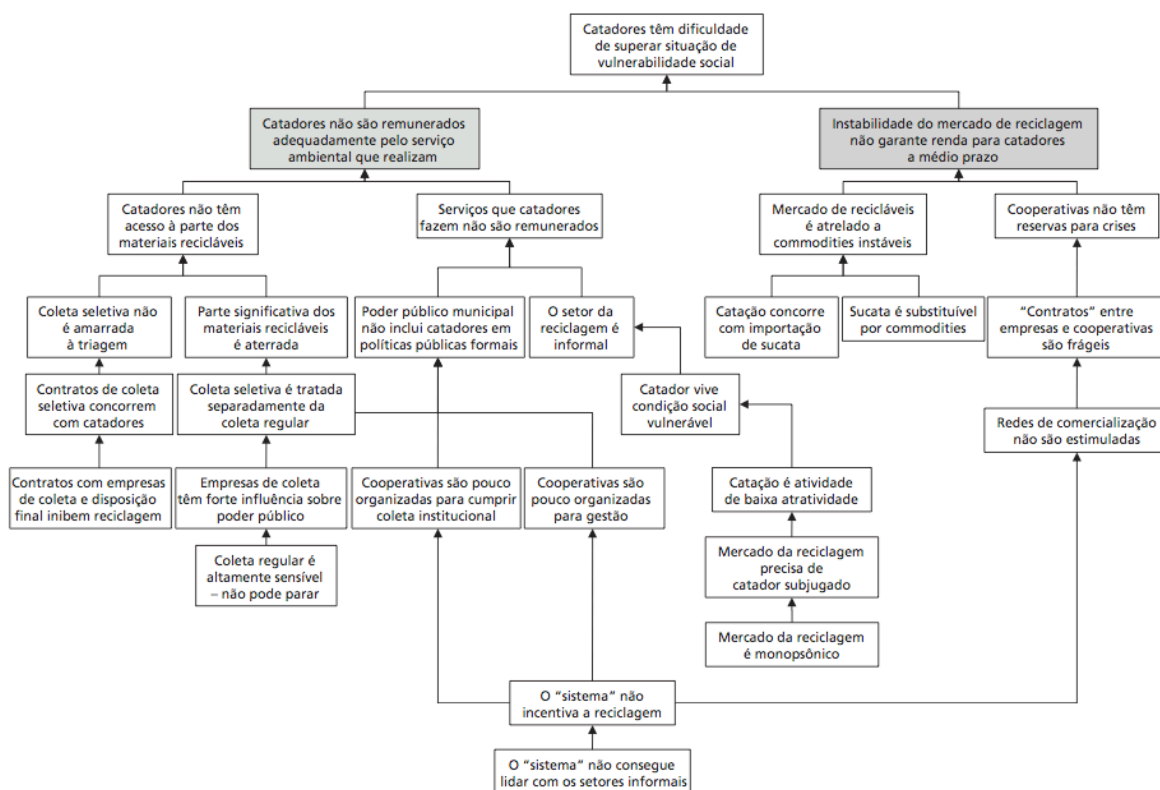
Galbraith ainda distingue três tipos de poder, diferenciando-se conforme os meios pelos quais o poder é exercido: a) **coercitivo** – exercido pela imposição de sanções efetivas ou só enquanto ameaças; b) **compensatório** – oferecimento de incentivos ou recompensas; c) **condicionado** – exercido pela mudança de crenças mediante a persuasão ou a educação. Portanto, “a arte da política está em encontrar a medida certa de cada um desses três tipos de poder em vista de resolver conflitos e promover o equilíbrio entre os interesses opostos” (GALBRAITH, 1984).

Segundo van Dijk (1993), o poder social é baseado no acesso à saúde, educação, trabalho, posição, status e poder, mas o social é dissolvido se analisado particularmente em uma única pessoa, ou seja, ele é ao mesmo tempo pessoal e contextual, formando um modelo social. Segundo o mesmo autor, os modelos textuais nos permitem relacionar o pessoal e o social, pois através de ações e interpretações individuais é construída a ordem social, com opiniões individuais baseadas na experiência, na atitude e na relação do grupo.

Para Fairclough (1989), para entendermos a relação entre linguagem e vida social, é necessária, antes de tudo, uma abordagem interdisciplinar da análise do discurso em situação em que não ocorra interferência da produção (análise), através de concepções teóricas e metodológicas de pesquisa que considerem a relevância social e os aspectos históricos implicados. Segundo Fairclough (2001b), a análise crítica do discurso foca tanto na estrutura quanto na ação, que se representa através do discurso.

Portanto, com essa abordagem, pretendemos analisar as questões estruturais e ideológicas das relações entre os atores da reciclagem na região do Vale do Rio Pardo. No estudo do IPEA (2010a, p. 33), foi realizada uma oficina com os pesquisadores do Ipea e os decisores do Ministério do Meio Ambiente, desta oficina, foi criado o seguinte quadro, representando o problema da política de cobrança da reciclagem.

Ilustração 16 - Esquema das políticas de reciclagem nos municípios



Fonte: IPEA, 2010a, p. 33

Desse quadro, podemos tirar o mesmo desenho que no cenário encontrado na região do Vale do Rio Pardo, e apontarmos a importância da luta contra a desigualdade social e a valorização do ambiente, das particularidades locais, dos atores locais e dos interesses por conquistas locais, inibindo as exigências da elite e as imposições do capital, “desapegado” com o território, como ocorrido recentemente (GAZETA DO SUL, 2010a), e como explicitado por Acselrad (2010, p. 113):

[...] se não obtiverem vantagens fiscais, terreno de graça, flexibilização de normas ambientais, urbanísticas e sociais, também se “deslocalizam”, penalizando, conseqüentemente, os estados e municípios onde é maior o empenho em preservar conquistas sociais e ambientais.

3 O DISCURSO DOS ATORES ENVOLVIDOS

A abordagem realizada pelos trabalhos anteriores sobre a reciclagem da região do Vale do Rio Pardo (KIPPER, 2005; SILVEIRA, 2000 e SILVEIRA, 2001), bem como sobre a reciclagem em Porto Alegre (ZANETI, 2006), foi baseada na Teoria Geral dos Sistemas (VON BERTALANFFY, 1968). O que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010) apresentou também foi desenhada na tentativa de relacionar os diferentes atores e as diferentes fases do ciclo de vida dos produtos a serem consumidos e descartados. Na perspectiva apresentada pela teoria sistêmica, o conhecimento científico não deve se reduzir às análises específicas e altamente especializadas que tem sido a maior parte da produção acadêmica, ela precisa ter uma visão do todo, uma visão holística para tentar encontrar os padrões, as relações existentes entre os diferentes comportamentos específicos. Ressaltamos que nas pesquisas acadêmicas sobre reciclagem, são pouco estudados os conflitos que inibem e enfraquecem as conexões do desenvolvimento, devido, principalmente, às disputas de interesses políticos e econômicos envolvidos nas atividades ligadas ao setor, que inibem o impacto dos estudos na estrutura social.

Com enfoque um pouco diferenciado, nosso estudo pretende descrever especialmente as relações sociais entre os atores envolvidos com a reciclagem e identificar o contexto ambiental, social, econômico e político regional. Em seguida, serão analisadas as conexões entre o atual sistema de reciclagem, realizando um mapeamento das condições relacionais entre os diferentes atores. Dessas relações, serão analisadas as formas com que o poder é demonstrado através do discurso dos privilegiados e as reivindicações dos “desassistidos” pela políticas dos ocupantes do poder público.

Como minha formação é relacionada à linguagem, necessitava encontrar uma área de estudos que visasse ser bastante ligada à importância do uso da palavra na realidade social. Ao iniciar as aulas do mestrado, aproveitei o maior tempo possível para me inteirar da situação da rede de reciclagem na região, construindo uma rede de contatos com pessoas relacionadas aos projetos ambientais, pois essa é a primeira ideia que todos têm quando se fala em reciclagem, um trabalho sobre o meio ambiente.

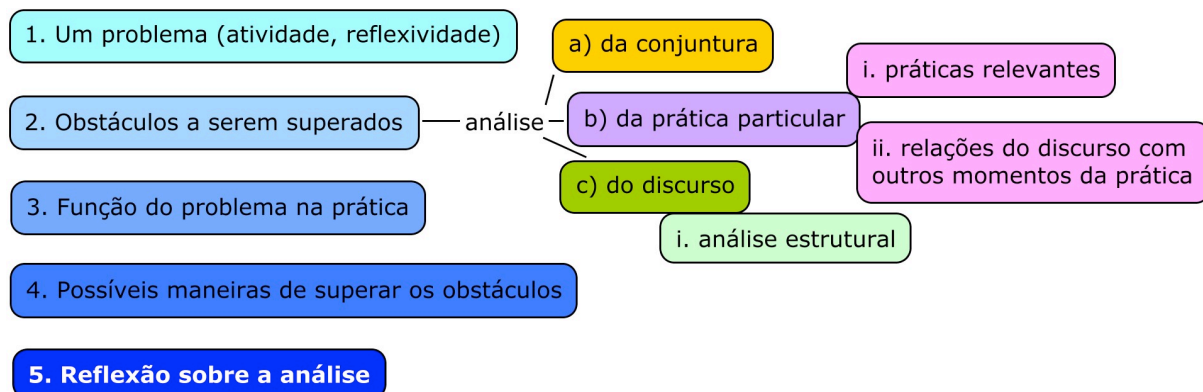
Surgiu, a partir desse momento, um desafio de me tornar crítico quanto às escolhas de abordagem acadêmica utilizadas para esta dissertação, fazendo uso do conhecimento adquirido pelas distintas disciplinas de um mestrado interdisciplinar. Seria necessário, por exemplo, para conseguir compreender os contextos, as representações (conhecimentos e atitudes) e os discursos das relações dos atores, uma observação participante, atuando ora como cidadão, ora como pesquisador, ora como apoiador dos catadores, embora algumas vezes tentei também ser colaborador específico do poder público, sem muito sucesso.

Segundo a antropóloga Alba Zaluar (1997), o pesquisador não deve esquecer que a relação que se estabelece entre o observador (pesquisador) e o observado (cada um dos atores) é uma relação social e política. Muitas vezes, é atribuída maior importância à pesquisa a ser feita, sendo os grupos sociais vistos como informantes (meros “objetos” de pesquisa), ou seja, devem fornecer os dados que são “fundamentais”, na verdade, para a carreira do pesquisador. O papel dos pesquisadores pode, no entanto, ser o de fornecedor de um conhecimento que ajude o outro a se fortalecer como sujeito autônomo capaz de elaborar seu próprio projeto político (RESENDE, 2008). Não cabe ao pesquisador reforçar ideologias existentes, mas fornecer instrumentos para desvendá-las e superá-las, em caso de conflitos. Isto é, o principal argumento é o de que o desejo de objetividade científica ceda lugar ao desejo de solidariedade aos atores participantes (ROSADO, 2009, p. 26).

3.1 Metodologia para compilar material a ser analisado

De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999), a pesquisa da Análise de Discurso Crítica “parte da percepção de um problema que baseia-se em relações de poder, na distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos em práticas sociais, na naturalização de discursos particulares como sendo universais”, dado o caráter crítico da teoria. Chouliaraki e Fairclough sintetizam o enfoque da ACD em um quadro composto pelas etapas de reflexão na pesquisa, conforme quadro abaixo:

Ilustração 17 - Etapas do enfoque para análise crítica do discurso



Fonte: CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH (1999, p. 60), adaptado de RESENDE e RAMALHO (2006)

A presente dissertação será abordada de acordo com esse quadro, tendo em vista que a Análise Crítica do Discurso tem foco em situações nas quais há atores que estão em situação de subordinação a outros atores que através de relações fortes, mas “obscuras” aos olhos da população, com os atores influentes do setor público. Van Dijk (2008, p.16) considera que os estudiosos da ACD, “não meramente estudam os problemas ou formas sociais de desigualdade porque são coisas ‘interessantes’ para estudar, mas também estudam com o propósito explícito de contribuir para uma mudança social específica em favor dos grupos dominados”.

Na pesquisa-ação, após a constatação do problema, o papel do pesquisador acadêmico consiste em ajudar o grupo a problematizá-lo, ou seja, situá-lo em um contexto teórico mais amplo e assim possibilitar a ampliação da consciência dos envolvidos, com vistas a planejar as formas de transformação das ações dos atores e das práticas institucionais (THIOLLENT, 1998). As etapas da pesquisa-ação são: a exploratória, a principal, a ação e a de avaliação, embora haja, tradicionalmente, a necessidade de haver um planejamento para que a pesquisa seja aplicada sobre uma realidade para avaliar a mudança com a aplicação dos métodos. Como o pesquisador e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1998), conduzimos, neste trabalho, a aplicação na realidade através do principal gargalo do tema da reciclagem, a comunicação e a articulação entre os atores, com o Fórum de discussão pela Ação de Coleta Seletiva em Santa Cruz do Sul, o FACS (mais detalhes, veja o item 1.2).

Nos primeiros passos das pesquisas para essa dissertação, iniciei contato com os professores da UNISC que trabalham com assuntos relacionados à reciclagem, além de também procurar por autoridades e empresas ligadas a este ramo da economia. Fiz contato também com professores de outras universidades, tal como da UNIVATES (MAZZARINO, 2010), da Universidade de Caxias do Sul - UCS (SCHNEIDER *et al*, 2008), que realizaram projetos relacionados aos resíduos sólidos. Entretanto, o caminho mais difícil de estabelecer diálogos produtivos, no sentido de constituir uma nova rede de atores e de informações com uma relação mais natural e harmônica, foi com o poder público e a empresa contratada para gestão dos resíduos sólidos pela prefeitura de Santa Cruz.

Logo nos primeiros contatos, havia recebido três indicações de que havia um movimento de catadores que se mostrava atuante, principalmente no município de Santa Cruz do Sul. Antes mesmo de conversar com o representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), também se desenhava, com os diálogos realizados, uma forte relação de poder entre a empresa que desde 1998 (KIPPER, 2005) – há 15 anos, de acordo com texto da própria empresa na mídia (CONESUL, 2008) – executa os serviços de limpeza urbana, responsável pela coleta dos resíduos sólidos no município, e os catadores, pessoas que executam a coleta dos resíduos recicláveis, sem contrato com o poder público.

Foi a partir dessa situação desigual que descobri a possibilidade de me aprofundar nos estudos que abordam a linguagem, mais especificamente o discurso, detalhando-se nas relações de poder entre atores que são excluídos de determinados cenários sociais e os detentores do poder. Ao configurar-se, portanto, uma relação conflitante entre dominantes e dominados, descobri, pessoalmente de forma inesperada, que já havia uma respeitada corrente de estudos que aborda os discursos e os conflitos sociais, intitulada Análise Crítica do Discurso (ACD), ou Análise de Discurso Crítica (RESENDE e RAMALHO, 2006). Dentro desse desenho de pesquisa, houve um contato realizado com Resende (2008), cuja tese foi desenvolvida também junto à realidade de um movimento social, com o uso da metodologia da ACD com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Em um evento ocorrido em Porto Alegre, em 2008, organizado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), o VI Simpósio Internacional de

Qualidade Ambiental, encontrei uma professora da UNISC que havia realizado trabalho sobre a Rede de Reciclagem em Santa Cruz do Sul (KIPPER, 2005). Percebi então que já havia mais trabalhos preocupados com o desenvolvimento da reciclagem regional. Mas então me questioneei qual era o motivo de não ter alavancado o debate e os incentivos no setor? Foi então que ela me indicou, de sua leitura do cenário, certa incapacidade de comunicação entre os atores para que as boas informações cheguem aos que precisam delas para aprimorar seu trabalho, o que poderia ser chamado de habilidade política. Será que ninguém teve acesso aos trabalhos acadêmicos realizados (SILVEIRA, 2000; KIPPER, 2005; BAUMGARTEN, 2005; SCHÜLER, 2008)? Isso, ou é problema de comunicação na linguagem utilizada pela universidade/academia, ou não há ambiente que propicie a formulação de políticas a partir das considerações acadêmicas e técnicas existentes, ou então não há interesse em democratizar e distribuir os lucros com a gestão dos resíduos sólidos? Por isso a necessidade de um ambiente de discussões em que os diferentes conhecimentos pudessem ser comunicados e discutidos entre todos os interessados.

Tendo em vista que os catadores não costumam ter recursos suficientes para dialogar de modo equânime com os “donos do poder”, sejam eles políticos ou empresários (VAN DIJK, 2008), a Análise Crítica do Discurso visa, portanto, proporcionar um recurso discursivo, contribuindo com argumentos nos debates aos considerados excluídos da sociedade. Ou seja, esperamos que este trabalho seja um argumento tanto às pessoas que não compreendem os processos políticos da vida em sociedade quanto àqueles que lutam da forma mais valente possível para conquistar seus direitos, no caso específico deste trabalho, os catadores de materiais recicláveis.

Discursos analisados e dinâmica das relações

O trabalho realizado para a obtenção de informações e dados, nesses dois anos, segue alguns dos princípios da pesquisa-ação, de investigação participante e da etnografia, não se limitando às técnicas tradicionais, tendo em vista que estas técnicas são fortemente percebidas durante os estudos pelos atores analisados, e por isso tentamos utilizá-las minimizando os estranhamentos e barreiras de diálogo com os atores e cenários observados.

Agenda 21 do VRP – um segundo diagnóstico regional (COREDE-VRP, 2010) não foi publicada nos moldes da Agenda 21 (COREDE-VRP, 2003), mas o que podemos informar é que o acompanhamento previsto para cada um dos programas da primeira edição não foi cumprido em sua grande maioria, considerando ainda que os *Responsáveis* não deram continuidade ao projeto (COREDE-VRP, 2003);

Cartas do MNCR – na análise das Cartas resultantes dos congressos dos catadores, podemos ressaltar o cuidado de lembrar da garantia dos direitos humanos a qualquer cidadão, além do destaque para a categoria de catadores que é historicamente discriminada pela sociedade;

Tentativas de entrevistas com os atores (Prefeituras, empresa) – algo que pode ser documentado é a dificuldade que qualquer cidadão tem de conseguir contatos importantes e pessoas que estejam interessadas em colaborar com cidadãos que precisam de informações, mesmo sendo para um pesquisador, de uma instituição considerada neutra, como a UNISC no contexto local. Foram enviados questionários com 9 questões para as 23 prefeituras (ANEXO A), mas nenhum foi respondido. Essa falta de resposta pode ser justificada pela falta de cuidado com o texto produzido por mim, pesquisador, pois há expressões como “desconexões” e “culpado” por não haver coleta seletiva. A tentativa de contato com a empresa responsável pela gestão da maior parte dos municípios da região foi constrangedora quando a visita foi direto na sede, pois fui informado que o contato deveria ser feito por *e-mail*, mesmo já tentado contato por esse meio;

Tentativa de fazer reportagem com o jornal local – houve três tentativas de conseguir a colaboração do principal jornal local - Gazeta do Sul - para que fosse desenvolvida uma reportagem, ou uma sequência de reportagens que retratassem a situação do gerenciamento dos resíduos sólidos na região do Vale do Rio Pardo. Tendo em vista que há uma seção intitulada Regional, me ofereci para colaborar e quem sabe construir conjuntamente a reportagem, mas recebi a resposta de que era interessante o assunto, mas não havia, naquele momento, tempo para desenvolver tal trabalho. Deve-se considerar que em muitas edições a seção apenas reporta quatro ou cinco itens dos municípios da região, sem a necessidade de complexa elaboração e trabalho de campo, sendo apenas informativos sobre eventos ou acontecimentos locais;

Conversa com professores da UNISC – uma das conversas que tive com os professores da universidade merece destaque. Um professor de disciplina sobre Resíduos Sólidos, afirmou que há inúmeros problemas com a gestão municipal. Quando questionado sobre os diferentes valores de material recolhido nos municípios ele afirmou que, na realidade, os números considerados oficiais fornecidos pelo IBGE (2002b) são quase o dobro do que realmente é gerado em Santa Cruz do Sul. Um dos conhecimentos informais que mais de uma vez foram explicitados para mim, foi de que a empresa que executa os serviços de gerenciamento dos resíduos sólidos molharia os resíduos após a coleta nas ruas. Em outro caso, teria havido uma distribuição de melancias demasiadamente maduras à população carente, sendo posteriormente esse material jogado no lixo, aumentando o peso e os valores finais para a empresa. Também houve relatos de que seguidas vezes o motorista do caminhão pesaria a carga, daria uma longa volta, e pesaria novamente a mesma carga. Embora não tenha sido possível encontrar provas a respeito desses casos, cabe aqui a consideração de que há diversos cidadãos que têm “informações negativas” sobre a empresa e seu relacionamento com a prefeitura de Santa Cruz do Sul;

Denúncia no Ministério Público - em maio de 2009, foi protocolada junto ao Ministério Público Estadual pela Associação de Catadores de Santa Cruz do Sul uma denúncia quanto ao não cumprimento dos quesitos do Edital de contratação de serviços de limpeza urbana no município (SANTA CRUZ DO SUL, 2007a). O descumprimento seria tanto por parte da Prefeitura, quanto da empresa contratada para gerenciar os resíduos sólidos de Santa Cruz do Sul. No processo, destacam-se os dados da pesagem dos caminhões na balança da prefeitura, em que os valores são preenchidos a mão e os valores são todos arredondados, provavelmente, para cima. Outro dado interessante foi a listagem de nomes dos funcionários enviados para comprovação dos números de funcionários trabalhando na Usina de Reciclagem Municipal. Na lista comparativa de duas épocas distintas, completando um ano, os nomes dos funcionários são diferentes em mais de 50% dos casos. Entretanto, o número total de funcionários é bem acima do solicitado no Edital, embora não tenha ficado claro se é devido ao número de funcionários destinados às demais atividades da empresa.

O problema dos dados do IBGE – fica destacado que as informações “oficiais” divulgadas pelo IBGE (IBGE, 2010b), como aquelas sobre os dados de saneamento, não são conferidas *in loco* pelos pesquisadores da instituição – tal como a pesquisa da ABRELPE (2010). São enviados questionários às prefeituras, que informam, quando há uma empresa

responsável pelo serviço, o contato da mesma e então a instituição repassa o questionário para ela e, se informado pela prefeitura, também repassa para uma associação ou cooperativa de catadores, sendo estes dados considerados para a pesquisa. Criticamos aqui que os dados de geração dos resíduos podem ser alterados, pois não há fiscalização nem mesmo em grandes municípios quanto aos valores informados nas balanças de pesagem do material recolhido. Além disso, o número de catadores, que são organizados, é aproximadamente de apenas 10% do número total de que realmente coletam nas cidades do país, sendo, portanto, os valores informados pelos catadores, quando há respostas, subestimado. Por fim, a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008 (IBGE, 2010b) teve um nível muito alto de agragação dos dados, não permitindo comparações com a pesquisa de 2000 (IBGE, 2002b);

Gravações das reuniões – durante reuniões da gestão municipal de Santa Cruz do Sul, quando ainda recém empossada, com os catadores, para resolver às demandas da categoria, foi importante ver os pronunciamentos dos gestores quanto a suas responsabilidades, sendo analisado, mais a frente, nos discursos.

Relação da empresa responsável pela coleta dos resíduos com o MNCR – houve duas ocasiões em que, na preparação de manifestações públicas dos catadores, um dos funcionários da empresa ligou para o presidente da ainda Associação de catadores questionando “o que eles estavam pensando em fazer”, em um tom intimidatório;

Santa Cruz – Novos Rumos – no ano de 2008, iniciou-se um processo de construção coletiva e colaborativa do futuro de Santa Cruz, encabeçado por representantes da classe empresarial do município. Foi realizado um evento em que buscou-se definir as diretrizes com os representantes da sociedade, tal como empresários, políticos e professores da universidade. Como já explicitado anteriormente, seção 1.2, a tentativa de contato por meio eletrônico não surtiu efeito;

Legislação (Federal, Estadual e Municipal) – Recém aprovada Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010); Lei 12.037, de 19 de dezembro de 2003 (RIO GRANDE DO SUL, 2003), que dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento, do RS; Lei 9.921 de 27 de julho de 1993 (RIO GRANDE DO SUL, 1993), que dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos no RS; em uma visita à Câmara de Vereadores de Santa Cruz do Sul, fui muito bem atendido por um dos poucos funcionários efetivos da casa, e lá recebi cópias da legislação relacionada ao tema – para pesquisar sobre o assunto dos resíduos sólidos, ou qualquer outro

sobre qualquer um dos municípios, é possível fazer busca na página do Tribunal de Contas do Estado, item Base de Legislação Municipal;

ABRELPE – a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais tem publicado um documento anual, desde 2003, apresentando valores razoavelmente confiáveis e considerados como referência por estudos técnicos (ABRELPE, 2010, 2009 e 2008), embora haja bastante diferença comparado com os dados do IBGE (2002b) – este problema foi discutido na seção 2.3 - *Dimensão Econômica*;

Relatórios SIGA – Sistema Integrado de Gestão Ambiental do RS (55 textos) - buscando capacitação para as licenças ambientais para liberação de obras, por exemplo, as prefeituras do RS têm podido se qualificar, indicando sua infraestrutura (de saneamento, institucional, etc.) para licenciar, o que antes era de exclusividade do Estado. Nesse material apresentado, verificamos que a infraestrutura de saneamento continua muito precária nos municípios do estado, tanto nos pequenos quanto nos médios e grandes;

Relatório da Assembleia Legislativa – o relatório elaborado pela Comissão Especial da Assembleia Legislativa que trata sobre os RSU do estado apresentou os dados possíveis de serem interpretados dos 228 municípios que responderam aos questionários enviados aos 496 municípios gaúchos;

Diagnósticos (Encruzilhada, Candelária, Venâncio Aires) – em todos os casos, mesmo os diagnósticos produzidos em 2008 ou 2009 utilizaram os dados sobre a geração dos resíduos sólidos no município baseados no levantamento realizado em 2000 (IBGE, 2002b);

Jornais (80 textos) – foram recolhidos mais de 80 textos publicados nos jornais locais referentes ao assunto dos resíduos sólidos, sendo compilados através de sua disponibilidade na internet (ANEXO II e mais textos);

Relatórios Estaduais - dois trabalhos relevantes no âmbito estadual foram realizados pelo Estado (RIO GRANDE DO SUL 2008; 2006b) referentes ao gerenciamento de resíduos sólidos. O de 2006, foi resultado de convênio internacional, mas não está disponível para a população, embora seja de grande detalhamento quantitativo e qualitativo sobre a situação e o futuro dos resíduos no RS. Em geral, não percebemos haver debate público sobre os trabalhos nem ações de incentivo para utilização do conhecimento e das propostas dos materiais nos municípios do estado. Embora os trabalhos sejam focados no RS, não houve levantamento de dados primários, apenas o uso dos dados do (IBGE, 2002b) e projeções a partir disso;

Relatórios do Tribunal de Contas do Estado - foram analisados relatórios de alguns municípios dos últimos 10 anos, quanto ao cumprimento da legislação de responsabilidade fiscal e encontramos casos envolvendo inconformidades com cobranças e/ou pagamentos dos serviços de gerenciamento dos resíduos sólidos;

IBAM – o Instituto Brasileiro de Administração Municipal é um órgão que apresenta materiais de relevância aos municípios, como trabalhos para aprimorar o saneamento no âmbito municipal, mas as prefeituras não demonstraram conhecer o material disponível no Portal (IBAM, 2010);

Poluidor Pagador – em estudo realizado pela FEE (MARTINS; OLIVEIRA, 2005), constata-se que Santa Cruz do Sul está entre os 10 municípios “críticos” de potencial poluidor, devido principalmente à atividade industrial predominante no município: a de fumo;

Atravessadores fecharam – após a crise do final de 2008, segundo os catadores, a maioria dos atravessadores encerrou o trabalho e, em 2010, poucos deles voltaram a trabalhar novamente com a comercialização do material reciclável;

Resumo das saídas de campo

- **E-mail à Deputada Estadual** – entrei em contato com a então Deputada Estadual Kelly Moraes, via *e-mail*, apresentando meu trabalho e meu interesse em colaborar nas questões sobre os resíduos sólidos em Santa Cruz, tendo em vista que ela havia participado na condição de vice-presidente da comissão do trabalho sobre os Resíduos Sólidos do estado na Assembleia Legislativa (COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR A QUESTÃO DO LIXO NO RIO GRANDE DO SUL, 2008), mas não recebi resposta;

- **Plenárias com os candidatos (2008)** – há menos de um mês das eleições ao pleito municipal de 2008, os movimentos sociais organizaram uma plenária com os candidatos e, nesse evento, buscaram firmar compromissos com os candidatos à prefeitura, tal como a construção de 1.000 moradias, assistência a iniciativas comunitárias, ampliação de vagas nas creches aos filhos de catadores e inclusão dos catadores na política municipal dos resíduos sólidos. Destacamos que o último item foi o que realmente foi conquistado (SANTA CRUZ DO SUL, 2010);

- **Reuniões dos catadores com a Prefeitura** – no primeiro ano da gestão atual (2009-2012) da prefeitura, os catadores conseguiram marcar reuniões para debater a inclusão deles na gestão dos resíduos sólidos municipais, buscando incentivos da prefeitura tal como a construção de um galpão mais próximo ao centro para triagem do material recolhido nessa área da cidade, bem como as vagas na creche, local para descanso dos animais que trabalham com os catadores, cestas básicas às famílias de catadores, maior volume de resíduos recolhidos pela coleta seletiva e a gestão da Usina Municipal pela organização de catadores, e não mais pela empresa contratada pela prefeitura. A implementação de uma coleta seletiva realizada pelos catadores ainda não foi implementada, mas as tratativas estão mais avançadas, tal como com a Lei recém aprovada (SANTA CRUZ DO SUL, 2010);

- **Ida à CONESUL** – na tentativa de receber as informações precisas sobre quantos municípios têm contrato com a empresa e qual a quantidade de resíduos coletada em todos os municípios, fui até à sede da empresa. Fiquei falando pelo interfone e sendo filmado por uma câmera próxima ao meu rosto. A secretária me questionou se eu havia agendado algo. Fui informado de que só conseguiria informações por *e-mail*, o que eu já havia feito e não havia recebido resposta. Enviei novamente *e-mail* e recebi resposta curta, sem a possibilidade de aproveitar os dados;

- **Idas à Usina de Triagem** – quando tentamos ir à Usina Municipal de Triagem sem autorização, apenas para fazer uma simples visita, fomos impedidos. Era preciso autorização da empresa contratada pela prefeitura. Conseguimos uma autorização do Secretário do Meio Ambiente. No dia anterior ao marcado para fazer a visita, fizemos uma visita às escondidas, procurando verificar se havia o mesmo padrão de trabalho. Foi então que conseguimos fotos com poucos trabalhadores na esteira de triagem. No dia marcado para visita, o grupo teve de aguardar mais de 30 minutos para entrar;

- **Reuniões preparatórias para Assembleias do MNCR** – antes de cada reunião importante do movimento, são elaborados, pela direção da então Associação de Catadores de Santa Cruz, os passos para o melhor aproveitamento do encontro. Nesses momentos, parte representativa do grupo discutia o que deveria ser tratado na assembleia geral;

- **Conversas com Professores da UNISC** – fiz várias visitas a diversos professores da UNISC, sendo eles desde funcionários do Programa de Extensão até professores da biologia, das engenharias e da economia. Minha intenção sempre foi de encontrar estudos que muitas

vezes não são publicados na internet ou se transformam em dissertação, mas que são importantes instrumentos de análise;

- **Reunião de apoio dos outros movimentos** – foram feitas reuniões em demais grupos de catadores, inclusive em município fora da região do Vale do Rio Pardo, como Lajeado, para incentivar a formação de uma associação ou cooperativa de catadores para lutarem por direitos e conseguir, com organização, melhores resultados coletivos com a catação;

- **Visitas à FUPASC e à vizinhança** – para conhecer a FUPASC (um dos atores representantes da Sociedade Civil Organizada, ver p. 49), fomos direto ao local, sem prévia permissão e acabamos sendo bem recebidos e bem informados sobre o funcionamento e a quantidade de resíduos trabalhados pela instituição. A vizinhança do local não conhecia muito bem o que era levado de lixo e de quem era o empreendimento. Entretanto, o que era de maior importância na visita à vizinhança era a possível construção da Usina Regional de Reciclagem que estava sendo prevista para ser instalada do lado da FUPASC. A prefeitura já havia comprado e descarregado o material para construção da Usina, mas não havia se reunido com os moradores, produtores rurais, alguns que cultivavam produtos orgânicos, além dos produtos de alimentação familiar;

- **Denúncia à sociedade** – foi apresentado à sociedade um resumo dos problemas identificados com a gestão dos resíduos sólidos urbanos de Santa Cruz, com dados contraditórios e fotos mostrando problemas, como o não uso de equipamento de proteção dos triadores da Usina Municipal de Triagem. Desse material, foi feita a Denúncia ao Ministério Público local;

- **Ministério Público – Processo 1** – com algumas informações desconhecidas e com fotos que mostravam algumas irregularidades na execução do serviço pela empresa contratada pela prefeitura de Santa Cruz, foi encaminhada denúncia pela Associação de Catadores junto ao Ministério Público sobre o caso. Em março de 2010, o caso ainda não havia sido encerrado;

- **Ministério Público – Processo 2** – A FUPASC fez uma denúncia junto ao MP devido à previsão de construção da Usina de Triagem de Recicláveis, escolhida na Consulta Popular de 2007, ao lado da estrutura onde a FUPASC tem controle sobre a contaminação local. A prefeitura, mesmo antes de ter o acordo no nível regional sobre a definição da

construção da Usina, já havia contratado a METROPLAN para execução do projeto e até mesmo o material já havia sido descarregado ao lado da estrutura da FUPASC.

- **Condições de trabalho dos catadores** – em geral, a situação dos catadores é precária, pois alguns deles têm de levar seus filhos junto às ruas ou então junto ao galpão de triagem, tendo em vista que há muitos casos de dificuldade em conseguir vagas nas creches públicas ou então não ter com quem deixar os filhos no turno inverso à escola. Além disso, os materiais de proteção para separar os resíduos é quase que inexistente, restando, em boa parte, restos encontrados no próprio lixo ou luvas velhas de pano, inadequadas para sua proteção. Também não são utilizadas máscaras pelos catadores, considerando que seria caro para todos comprar todo o material de proteção;

- **Passeata e apoio da sociedade** – em meio às reuniões com a Prefeitura, quando os catadores percebiam que havia indícios de que ficariam sem respostas por muito tempo, eram, e continuam sendo organizados movimentos para pressionar os gestores, tal como ocorrido em maio de 2009 (MNCR, 2009);

- **Notícia na TV local às 19h (RBSNotícias)** – um momento importante para a mobilização foi quando uma das passeatas, inesperadas pela Prefeitura, o noticiário da TV local (RBS TV Santa Cruz do Sul) mostrou o ato e relatou a intenção dos catadores de gerenciarem a Usina Municipal de Triagem;

- **Participação debate COREDE (Usina Regional)** – das vezes em que participei das reuniões e dos debates do COREDE sobre a questão da Usina Regional de Reciclagem fui ouvido, mas o processo de convencimento da importância do diálogo regional é muito difícil, tal como fomos informado pela presidente do COREDE. Por fim, como os recursos de R\$ 500 mil já estavam nos cofres do município de Santa Cruz, os pequenos municípios não conseguiram um acordo satisfatório para que a Usina fosse trabalhada no âmbito regional. Atualmente, 2010, a Usina Municipal de Santa Cruz do Sul está sendo negociada para ser a futura instalação para a Cooperativa de Catadores do município (COOMCAT);

- **Conversa com representantes dos demais municípios (diferença do rural para o urbano)** – após uma das reuniões do COREDE em que foi decidido que Santa Cruz ficaria com o recurso para construção do Galpão, que era para ser regional e acabou ficando municipal, conversei com representantes de alguns dos municípios menores da região, como Vale do Sol e Rio Pardo e eles afirmaram que normalmente as políticas sobre saneamento e

resíduos sólidos são destinadas aos moradores dos municípios maiores e principalmente aos moradores da zona urbana, sendo excluídos tanto os pequenos quanto os moradores rurais;

- **Visita a atravessador** – em um bate papo com um dos maiores atravessadores de Santa Cruz, localizado próximo ao centro da cidade, ele afirmou que havia outros atravessadores e ainda relatou a venda de maior parte de seus resíduos para municípios fora de Santa Cruz e da região. Ele mostrou bastante interessado no caso de haver uma rede bem estruturada na região, além da usina regional de reciclagem, o que, para ele, afirmaria a reciclagem como importante na região, sendo que esta possui um grande número de indústrias;

- **Conversa com funcionária da Prefeitura** – após uma das reuniões com a Prefeitura, uma funcionária que atendia na recepção, quando viu o empresário, dono da empresa que realiza o trabalho de gestão dos resíduos no município, afirmou: “É esse aí?... Ele vem aqui quase todos os dias”, demonstrando a influência que os empresários podem exercer por manter contato constante com os gestores públicos, diferentemente dos catadores que tinham, quando cumprida a palavra da prefeitura, uma reunião, formal, por mês;

- **Santa Cruz Novos Rumos** – foram feitas três tentativas de diálogo (por *e-mail*), sempre congratulando a iniciativa, mas em nenhuma das vezes recebi resposta. Não consegui participar do evento inicial, que teve participação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional;

- **Diálogo com Secretário do Meio Ambiente** – nas tentativas de entrevista com os secretários do Meio Ambiente de Santa Cruz, acabei por realizar diálogos simples, buscando apenas algumas informações que me possibilitariam encontrar dados concretos. Quando apresentava algumas propostas de iniciativas já utilizadas em alguns municípios do país, mas ainda inovadoras no estado, os secretários comentaram sobre algumas dificuldades nas tratativas e nas possibilidades de ação, o que indicava pouca autonomia para inovações que implicariam desconforto, talvez com os gestores maiores, talvez com alguns empresários ligados a contratos com a prefeitura. Cabe ressaltar que houve, no ano de 2008, a constituição da Secretaria Municipal específica do Meio Ambiente, sendo que ela era apenas um departamento na Secretaria de Obras Públicas;

- **Caso de sucesso de coleta dos resíduos rurais** – quando fiz contato com o autor do trabalho sobre os resíduos nas lavouras de fumo (PAULA, 2008), ele me informou que teve

de fazer um longo trabalho de convencimento na indústria fumageira na qual ele trabalhava, para que os seus superiores permitissem o trabalho de coleta dos resíduos nas propriedades, visando diminuir as impurezas do material enviado pelos fumicultores à empresa. Curiosamente, após 3 anos, o volume de material que deveria diminuir com o passar do tempo (pois muito do material estava há anos jogado nas propriedades) acabou crescendo, segundo o autor, devido à percepção do que antes estava invisível, os resíduos gerados diariamente. Essa iniciativa foi realizada nos três estados do Sul do país: PR, SC e RS;

- **Considerações informais da população** - Alguns moradores, quando sabiam do trabalho da dissertação, afirmavam, sobre a empresa responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos em Santa Cruz, coisas do tipo: “Eles molham o lixo”; “Eles financiam as campanhas”; “Eles misturam tudo”, demonstrando um descrédito quanto ao serviço público prestado;

- **FACS** – a partir de discussões sobre a implementação de coleta seletiva com foco na inclusão dos catadores, em grande parte encabeçada pela Pró-Reitoria de Extensão da UNISC, foi constituído um fórum para debater, junto com o poder público e todos os interessados no assunto, como empresas e sociedade civil, na proposta de um programa forte de coleta seletiva no município. Criado em maio de 2009, já em 2010 houve avanços na constituição da ação no município de Santa Cruz, como a Lei para gestão da Usina Municipal pelos Catadores (SANTA CRUZ DO SUL, 2010);

- **Tentativas com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA)** – na busca por informações sobre os assuntos e a capacidade de decisão do Conselho de Santa Cruz, ficou constatada uma grande dificuldade de participar da reunião, sendo necessário procurar vários componentes do conselho, mas sem efetiva participação minha. Quando procurei pelas Atas do CMMA, os funcionários da Prefeitura se mostravam surpresos por alguém procurar por esses documentos. Somente quando falei com o então Secretário Municipal do Meio Ambiente, fui indicado a procurar, via *e-mail* e celular, o secretário do Conselho e atual presidente, com quem estava o Livro de Atas. As atas não serão utilizadas neste trabalho, a não ser para informar que são de baixa qualidade para se extrair informações relevantes sobre o objeto dessa dissertação;

- **Câmara técnica da Secretaria Estadual do Meio Ambiente para o SIGA-RS** – um ponto a ser ressaltado nas análises para aprovar os municípios gaúchos a se tornarem

aptos a realizar Licenciamento Ambiental (Projeto SIGA-RS) é a indicação da necessidade de elaboração do Plano Municipal de Saneamento de grande parte dos municípios avaliados;

- **Trabalho do Tribunal de Contas do Estado** – há um projeto de Gestão Ambiental do TCE que, conforme diálogo com a funcionária responsável para coletar os dados, foram enviados formulários aos municípios, mas como as informações não puderam ser consideradas, por estar inconsistentes, o projeto foi cancelado;

- **Relatório da Assembleia Legislativa** (COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR A QUESTÃO DO LIXO NO RIO GRANDE DO SUL, 2008) – o trabalho da Comissão Especial também enviou formulários aos 496 municípios gaúchos, mas apenas 228 devolveram as respostas. Houve grande dificuldade para conseguir os dados (respostas dos formulários), tendo em vista que o andamento deles não eram protocolados, tendo que visitar 4 pessoas diferentes até encontrar o material na Secretaria Estadual de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano;

- **AFUBRA** – quando fui buscar informações sobre os projetos da AFUBRA, recebi detalhes dos projetos e ganhei exemplares dos livros utilizados nas escolas e nas comunidades rurais. Os livros têm linguagem simples e são cheios de gravuras, facilitando a leitura tanto das crianças quanto dos produtores rurais;

- **E-mails SIL** – a empresa onde são depositados os resíduos de grande parte dos municípios gaúchos é a SIL Soluções Ambientais e, dela, recebi uma resposta sobre algumas dúvidas, como o número de aproximadamente 140 municípios que enviavam, em abril de 2009, seus resíduos para serem aterrados nas cavas resultantes do processo de mineração, na divisa dos municípios de Minas do Leão e Butiá. Outros dois *e-mails* enviados pela página da empresa, visando atualizar os dados, não foram respondidos;

- **E-mails CONESUL** – a empresa CONESUL Soluções Ambientais é a responsável pela coleta e transporte dos resíduos sólidos de Santa Cruz do Sul e mais alguns outros municípios da região do Vale do Rio Pardo. Dela, não consegui confirmação exata dos nomes dos municípios com os quais ela tem contratos. Em todas as vezes, as respostas foram curtas e incompatíveis com as informações apresentadas em jornais e na internet. Em 4 de Julho de 2007, no Diário Oficial de Porto Alegre, há uma informação de que a “Conesul atende 52 municípios gaúchos”, ou seja, mais de 10% dos municípios do estado.

- ***E-mails COOPERFUMOS*** – foi enviado *e-mail* à COOPERFUMOS, pois havia recebido notícias de que estava em construção uma usina de biodiesel. Recebi resposta prontamente e eles se prontificaram a colaborar com a pesquisa, embora não tenha sido possível marcar uma visita técnica. Por fim, em 2009, foi inaugurada, em parceria com o Movimento de Pequenos Agricultores do RS (MPA), o Centro de Formação e Produção de Alimento e Biodiesel São Francisco de Assis (SEVERGNINI, 2009);

E agora?

A partir desses materiais, seria possível esboçar um planejamento estratégico situacional - PES (MATUS, 1996)? Especificamente para a presente dissertação, não. O PES se baseia no princípio da “prática social horizontal”, ou seja, os problemas sociais devem ser vistos como problemas comuns a todos, não sobressaindo a visão de verticalidade do poder. E para isso, não posso “criar” um planejamento para todos, poderia, no máximo, coordenar, mas não usar do “poder” de pesquisador para influenciar os trabalhos. Para fazer o trabalho da Agenda 21 do Vale do Rio Pardo (COREDE-VRP, 2003), a equipe responsável pela gestão do trabalho utilizou como referência o autor chileno Carlos Matus, que indica em suas obras que devemos evitar a improvisação para conquistarmos objetivos previamente planejados e isso se faz com a teorização dos inerentes problemas gerados pela interação social. Como propostas da “teoria do jogo social” de Matus (2005), são enumerados 12 problemas da prática social:

1. Compreender a realidade global por dentro, como ator participante do jogo;
2. Compreender o papel da linguagem na ação prática;
3. Identificar e analisar problemas ainda não bem estruturados;
4. Identificar possibilidades de ação;
5. Avaliar possibilidades técnicas de ação;
6. Avaliar a viabilidade da ação;
7. Lidar com incertezas e surpresas;
8. Exercer o juízo humano para avaliar a conveniência das possibilidades;
9. Treinar para ensaiar a realidade antes de atuar;
10. Acompanhar o impacto da ação na realidade para corrigir falhas;
11. Organizar-se para a ação;
12. Explorar o futuro para fundamentar a ação presente.

Podemos afirmar que, nas três primeiras etapas, a presente dissertação responde parcialmente a essas questões, servindo de subsídio para possíveis continuações de

planejamentos governamentais. Entretanto, essa fase neste trabalho servirá apenas para reforçar o planejamento realizado para a Agenda 21 regional (COREDE-VRP, 2003), tendo em vista que os princípios do trabalho de Matus foram realizados com a participação da sociedade na definição de metas para a região. Para o diagnóstico do ano de 2009 (COREDE-VRP, 2010), foram realizadas reuniões junto à comunidade, subdividida entre as micro-regiões (norte, centro e sul), onde foram discutidos os pontos fracos e fortes e os fatores que influenciam positiva e negativamente a situação regional (Matriz SWOT/FOFA). A partir da finalização da dissertação e do ambiente que tem se desenhado com a criação do FACS (Fórum para discutir a Coleta Seletiva Solidária) e, principalmente, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010) os últimos 4 itens destacados por Matus (2005) já se mostram em processo de ação.

A partir da compilação do material, são feitos os questionamentos quanto às perspectivas tanto sociais quanto individuais, buscando encontrar os padrões relacionais entre os atores e uma sinergia de metas que possibilite a colaboração e a cooperação entre todos em prol de um bem comum, um bem para toda a região. Mas para isso, será analisado, de forma crítica, o discurso controverso dos atores. Como explicitado no capítulo anterior, na Análise Crítica do Discurso pretende-se encontrar padrões cognitivos, discursivos e interativos nos discursos, tentando identificar os conflitos ocultos que envolvem disputa de poder, nesse contexto, na área dos resíduos sólidos.

Primeiramente, na metodologia proposta por Fairclough (2001a), para a Análise Crítica do Discurso, devem ser seguidas as seguintes etapas:

- ETAPA 1: Focar em um problema social;
- ETAPA 2: Identificar os obstáculos ao problema social abordado;
- ETAPA 3: Considerar se a ordem social (rede de práticas) necessita deste problema;
- ETAPA 4: Identificar possíveis caminhos para se ultrapassar o obstáculo;
- ETAPA 5: Refletir criticamente sobre a análise;

O destino inadequado dado aos resíduos, bem como a situação precária em que vivem os catadores dos municípios estudados são grandes *problemas sociais*, e este trabalho, portanto, pretende identificar os *obstáculos* e os possíveis *caminhos* que podem ser seguidos pelos atores para que a situação se torne a mais positiva para todos. A descrição da forma com

que o poder é exercido no nível regional ou local permite que a sociedade seja mais crítica quanto às decisões tomadas pelos líderes políticos, o que permite criar um ambiente social mais democrático, visando atender aos mais latentes problemas da sociedade.

Como afirmado anteriormente, neste trabalho, na etapa da auto-crítica, afirmamos que o *autor* que escreve esta dissertação é apenas um *ator* que representa o papel de *acadêmico*, estudante do Mestrado do PPGDR da UNISC. Entretanto, simultaneamente, sou um cidadão, um ator social que questiona as políticas públicas e acredita que não é somente com votos que devemos nos contentar na ação política. Alguns papéis como *cidadão* foram desempenhados com a publicação de artigos de opinião no jornal local (ANEXO B), visando a reflexão da população que tem acesso aos jornais, potenciais críticos sociais. Além disso, participei também do Fórum de Ação pela Coleta Seletiva Solidária de Santa Cruz do Sul – FACS, acreditando que este é um caminho importante para que a sociedade inicie constantes pressões por políticas atinentes às reais necessidades da sociedade. Como ator *servidor público*, parte integrante do Poder Público, busquei compreender a lógica estrutural de uma máquina enorme e lenta, de difícil mobilidade, no sentido de mudar seus padrões burocráticos.

Nos órgãos públicos do estado, percebi que há diferenças significativas entre servidores públicos que recém iniciaram a carreira no setor público e os que já estão há 5 anos ou mais. Uma dessas diferenças se refere à visão de que as irregularidades constatadas na rotina do Estado são comuns e que, na visão da maioria, não cabem muitas alternativas para que se mude essa realidade. Em minha percepção, há sintomas em diversos servidores de um certo “distúrbio”, resultantes, em grande medida, às constantes vivências das ações incabíveis de dezenas de servidores, tanto dos efetivos quanto dos temporários (Cargos Comissionados – que trabalham, na maioria das vezes, devido à conveniência de amigos ou colegas de partido), além das decisões políticas dos gestores que acabam repentinamente com projetos resultantes de grande esforço e dedicação dos servidores. O que chamamos de decisão política, na maioria das vezes, parece não fazer sentido com a realidade social, pois vai contra a vontade da população ou de determinado grupo técnico, que pode ser composto por servidores, assessores ou consultores que indicaram decisão distinta da tomada pelo ocupante do cargo público.

Entretanto, o motivo dessa decisão pode não ser revelada devido aos acordos feitos entre os políticos do partido, ou entre os ocupantes do cargo público e pessoas que mantêm contato constante com a prefeitura ou com o governo estadual ou federal, visando manter contratos com o principal “gastador” de grande parte dos municípios do país. Grande parte dessas fortes relações, mais particulares que públicas, se dão a partir do financiamento das campanhas eleitorais. Assim, os milhares de contratos firmados pelo poder público com pessoas jurídicas, desde aluguéis de imóveis, compra de material escolar ou de construção, podem estabelecer um acordo firmado entre atores que se comprometeram a colaborar entre si, ocultando da população as reais relações entre eles. Essas razões ocultas não permitem aos pesquisadores muito menos aos servidores públicos descreverem racionalmente muitas das decisões políticas.

3.2 Análise crítica dos discursos

Inicialmente, poderíamos supor, na análise dos discursos dos atores envolvidos com a reciclagem no VRP, que há traços de um discurso ideal (HABERMAS, 1999, p. 46), isto é, um discurso em que os interlocutores têm o mesmo tempo para falar, criticar e serem influenciados por forças externas. Mas esse tipo de discurso é raro ou, na visão de Wang (2009), “inalcançável em uma investigação empírica, pois o poder é algo inerente a toda interação verbal, que encarna a distribuição de poder entre os participantes”, ou seja, há uma consideração de que o grau de influência dos discursos não é o mesmo para todos os atores. Para o mesmo autor,

Uma argumentação ideal primária por haver interesse mútuo, sendo o melhor argumento bom para ambos interlocutores, e sendo os efeitos negativos minimizados para todos e os efeitos positivos e coletivos explicitados no discurso, mostrando que para cada um dos atores o que importa é a “busca coletiva da verdade”.
(WANG, 2009)

Para a ACD, o analista (ou seja, *eu*, o pesquisador desta dissertação) deve ser crítico, primeiramente, consigo. Desta forma, devo explicitar as limitações que encontrarei e as lacunas que certamente deixarei no desenrolar deste trabalho, tal como a escolha por uma

visão de análise de um problema social (gestão dos resíduos sólidos e as consequentes desigualdades sociais) por meio dos discursos. Embora eu busque argumentar que este trabalho seja compreendido e utilizado em uma mudança nas relações entre todos os atores, não significa que minhas considerações e análises não possam estar equivocadas, pois serão uma leitura possível, mas com certeza, a que mais claramente foi explicitada na minha análise, mais crítica possível, dos discursos.

Cabe ressaltar que as questões sociais são complexas e é impossível a listagem de todas as variáveis que influenciam a realidade social de qualquer município, muito menos a de uma região. Possibilitarei, inclusive, que os leitores deste trabalho possam opinar e fazer suas considerações através de um *blog*, criado especialmente para discutir os discursos apresentados na dissertação⁴. Isso, na certeza de que minha leitura e minhas considerações, mesmo embasadas em técnicas científicas como a pesquisa-ação, a etnografia e a Análise Crítica do Discurso, não são e nem deverão ser consideradas a “verdade” sobre a realidade analisada.

Categorias de Análise

Somado às análises feitas anteriormente sobre o discurso, que muitas vezes não é verbal, como os resumidos nos itens 3.1 (*Discursos analisados e dinâmica das relações* e *Resumo das saídas de campo*), faremos análise específica dos textos que expressam a opinião dos atores na seção específica para isso no jornal local, nos textos dos catadores e compará-los, quando possível com o texto da PNRS (BRASIL, 2010). Consideramos estes textos estratégicos, pois, por mais trabalhado que seja o texto para tentar expressar e transmitir uma imagem positiva pessoal, e normalmente negativa sobre outro ator, não é possível neutralizar as linhas ideológicas na produção de seus textos.

No trabalho do filósofo Aristóteles sobre a retórica, há 2300 anos, discurso e argumentação estão relacionados ao modo como o orador/autor/ator, apresenta uma imagem de si ao público (*ethos*), buscando se mostrar sinsero, confiável, respeitável, influenciando o meio psicológico (CHARAUDEAU, 2006a) do auditório/público que o ouve/lê/vê. No

⁴ Blog para discussão sobre o tema e a dissertação em <http://reciclagempolitica.blogspot.com>

mesmo nível de influência psicológica, há o *pathos*, que seria a relação entre o auditório e o ator, bem como o que o auditório está construindo sobre o que os demais estão achando do mesmo ator. Do lado da razão, o discurso apresenta o *logos*, isto é, o argumento lógico, podendo ser constituído através de um consenso, coletivo, podendo aos poucos constituir-se em um padrão social. Tendo em vista que na presente dissertação trabalhamos com os atores, ou melhor atores sociais, que desempenham seus papéis na sociedade, essa representação aristotélica de público/plateia e orador/ator parecem adequados para a análise dos discursos.

Fairclough (2003) adaptou a *Linguística Funcional Sistêmica* de Halliday (1985) - conforme amplamente discutido em Resende (2008) e Resende e Ramalho (2006) -, como formas de apresentação do discurso em três pontos, que configuram a ordem do discurso: a *ação*, manifestada através do *gênero*; a *representação*, manifestada através do *discurso*; e a *identificação*, manifestada através do *estilo*.

As três macrofunções são inter-relacionadas, e os textos devem ser analisados sob cada um desses aspectos. Isso significa que todo enunciado é multifuncional em sua totalidade, serve simultaneamente a diversas funções. Nesse sentido, a linguagem é funcionalmente complexa. As estruturas linguísticas não ‘selecionam’ funções específicas isoladas para desempenhar; ao contrário, expressam de forma integrada todos os componentes funcionais do significado.
(RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 58)

A discussão a respeito dessa retórica parece-nos pertinente em função das ações do poder público que devem ser questionadas e debatidas, precisando ter argumentos fortes para que a população não se sinta lesada pelas escolhas, aparentemente “irracionais”, dos gestores públicos, por não parecer considerar as condições históricas, culturais e as demandas explicitadas pela sociedade. O principal ponto a se destacar é que pretendemos analisar o quanto que os discursos pretendem oferecer ou demandar ações por parte dos atores que exijam mudanças mentais (como mudanças psicológica, ou ainda, a chamada “conscientização”) ou materiais (reivindicações, criação de instituições, participação nas esferas de discussão na sociedade) e que impliquem mudanças no âmbito público ou privado. O modo como nos identificamos, agimos e representamos, em relação à realidade social.

Textos como elementos de eventos sociais têm efeitos causais – ou seja, acarretam mudanças. Em primeiro lugar, textos podem acarretar mudanças em nosso conhecimento (aprendemos coisas por meio deles), em nossas crenças, atitudes, valores e assim por diante. Eles também têm efeitos causais em longo prazo –

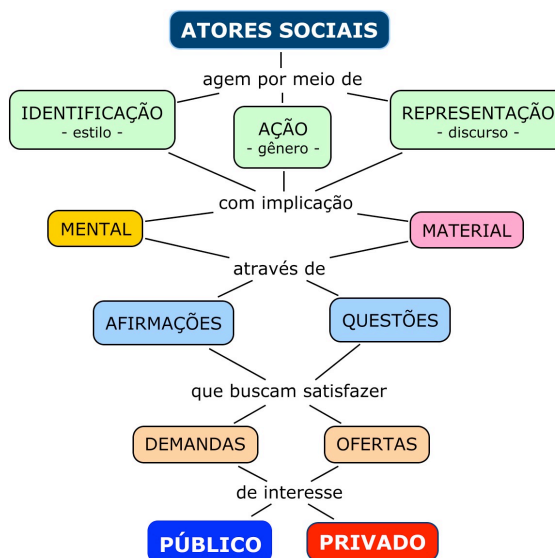
acredita-se, por exemplo, que a exposição prolongada a textos publicitários contribui na formação das identidades das pessoas como ‘consumidoras’. Textos também podem iniciar guerras, contribuir com mudanças na educação, nas relações industriais etc. Seus efeitos podem incluir, então, mudanças no mundo material. Em suma, textos têm efeitos causais sobre as pessoas (crenças, atitudes), as ações, as relações sociais e o mundo material. Esses efeitos são mediados pela construção de significado. É necessário, contudo, tornar clara essa causalidade. Não se trata de uma simples causalidade mecânica – não podemos, por exemplo, sugerir que traços particulares de textos acarretam mudanças particulares no conhecimento ou no comportamento das pessoas, ou efeitos sociais e políticos particulares. A causalidade não implica regularidade: pode não haver um padrão regular de causa-efeito associado a um tipo particular de texto ou traços particulares em textos, mas isso não significa que não haja efeitos causais. (FAIRCLOUGH, 2003: 8)

Resende (2008) reforça os argumentos desse pensamento crítico,

Assim como textos podem ter efeitos causais identificáveis, também há causas sociais implicadas na construção de textos, isto é, a relação de causalidade entre práticas sociais e textos é de mão dupla, o que está ligado ao conceito de ordens do discurso. Ainda, outro conceito central à discussão das relações causais entre textos e práticas sociais é o das representações discursivas, já que diferentes representações de práticas e eventos podem acarretar diferentes modos de legitimação de ações e de identificação de atores sociais. Fairclough, Jessop e Sayer (2002) listam alguns aspectos discursivos que, em práticas sociais contextualizadas, podem ser identificados como mecanismos capazes de ativar ou bloquear poderes causais. Entre eles, está a seleção de determinados discursos para a interpretação de eventos, que pode implicar a legitimação de ações particulares; configurar modos de conduta, como procedimentos organizacionais específicos; resultar na inculcação desses discursos na construção de identidades; influenciar a construção de estratégias de ação. (RESENDE, 2008, p. 49)

Para podermos encontrar padrões nos discursos dos diferentes atores, se faz necessária a definição de critérios próprios para identificar as diferenças ideológicas de cada um dos deles, através das categorias de análise. As seguintes categorias serão avaliadas nos eventos discursivos coletados:

Ilustração 18 - Categorias de Análise para a dissertação



Fonte: Elaborado pelo Autor

Mapeamento das Relações entre os Atores

Abaixo, apresentamos um quadro síntese que pretende sistematizar as relações entre os atores envolvidos com a reciclagem de resíduos sólidos na região do Vale do Rio Pardo. Percebe-se que há relações estreitas entre alguns atores, mas alguns que deveriam ser parte integrante do outro, na realidade, tem dificuldade de relações, como são, em muitos casos, as relações da sociedade civil organizada com o Poder Público. Com a explicitação desses tipos de desconexões, ou às vezes confrontos, existentes, pretendemos inibi-los ao torná-los conhecidos de todos e pretendemos incentivar uma maior colaboração, através de um maior diálogo, de uma articulação política em prol do bem comum.

Ilustração 19 - Relação entre os principais atores da área da reciclagem de resíduos sólidos

	POPULAÇÃO	UNIVERSIDADE/ FACS/COREDE	CATADORES	PODER PÚBLICO	MÍDIA	EMPRESAS
DISCURSO	Melhorar a situação do que pessoalmente se acredita ser o melhor	Melhorar a qualidade de gestão nos âmbitos público e privado	Melhorar as condições de vida dos trabalhadores e possibilitar aprimoramento do trabalho	Melhorar a gestão, sem criar conflito com os acordos já realizados	Pressionar os atores a atuarem da maneira mais recomendada pela "opinião global"	Melhorar o serviço e tornar-se referência nacional
AÇÃO POLÍTICA	Participação em fóruns legais de debate; opinião mais elitista	Participação em movimentos propositivos de Políticas Públicas; instigador da opinião pública	Movimentos por direitos mínimos ao trabalhadores e tentativa de acordos para garantir a quantidade e a qualidade do trabalho	Decidir qual a política a ser adotada para os próximos 4 anos e os acordos que podem ser feitos	Publicar, quando conveniente, a posição adotada por cada um dos atores, influenciando e pressionando por ação de cada um	Tomada de decisão quanto onde investir e variedade de contratos com o Poder Público, por diferentes serviços
INTERESSE (PÚBLICO x PRIVADO)	+/- público, conforme tem sido levada a opinião pública	+ público, com alguns casos de interesse privado levados por suas lideranças	+ público, com interesses no coletivo/corporativo	+ público, com relações privadas que garantem a manutenção do poder	+/- público, com informações sendo divulgadas com vieses de acordo com relações privadas	+ privado, com ações justificadas públicas com interesse de contratos com o Poder Público
MEIOS DE AÇÃO COLETIVA (LOCAL E REGIONAL)	Voto, controle social, opinião	Conselhos e Organizações; Consultorias; Colaboração com todos os outros atores	Movimentos sociais; tentativas de acordos com a mídia e poder público; acordos com a Sociedade Civil e apoio da população, possibilidade de acordo com empresas	Tomador de decisão (forte), Fomento a investimentos, Infraestrutura física e humana	Meios de comunicação para pressionar ação de todos os atores, em nome da "opinião pública"	Relações diretas com Governos, Recursos para publicidade (médio), Disputa de licitações sem limites geográficos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Discursos

A análise dos discursos de opinião publicados nos jornais locais, a partir das categorias definidas anteriormente, será o principal foco nesta parte da dissertação. Destacamos que a análise dos textos não são os únicos itens que representam as relações entre os atores envolvidos com o tema dessa dissertação, mas as constatações e considerações, apresentadas no item 3.1 desse capítulo, bem como a própria caracterização dos atores no primeiro capítulo, são tão constituintes quanto os textos que ainda serão analisados. Quanto aos itens destacados nos discursos, dividiremos, quando possível, por atores e procuraremos não estender muito, mas deixamos espaço para mais discussões e sugerimos a crítica aos equívocos e às lacunas desta análise no *blog* - reciclagempolitica.blogspot.com - criado com este fim.

PODER PÚBLICO

Com a Constituição Federal de 1988, conforme apresentado no Art. 24, a proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais foi atribuída como competência legislativa concorrente pelos governos federal e estaduais. Ainda assim, a descentralização assumiu significados e conteúdos distintos – conforme o desenho de cada política específica, a distribuição prévia de competências e do controle sobre os recursos - entre os três níveis de governo. Descentralização poderia significar transferência parcial ou total de responsabilidades do governo federal para os Estados; do governo federal para o nível local ou do governo estadual para o local. Poderia significar, também, mudança de funções entre níveis de governo, ou de um nível do governo para outras organizações públicas ou privadas, por exemplo: do governo estadual para as escolas; ou do governo para organizações assistenciais, cooperativas, ONGs. (ALMEIDA; CARNEIRO, 2003).

O MNCR levantou questões quanto às possíveis irregularidades no contrato da empresa de coleta de resíduos sólidos e a prefeitura de Santa Cruz, no processo de investigação aberto junto ao Ministério Público. As respostas dadas pela prefeitura foram as mesmas que a empresa anexou ao processo. Da mesma forma, quando foram feitos pedidos de acesso aos dados das balanças que fazem a pesagem dos resíduos sólidos, que servem de indicador para o pagamento do trabalho de gestão dos resíduos sólidos no município, nunca foi possível termos acesso a tais dados públicos. Desta forma, evidencia-se que a fiscalização quanto ao cumprimento dos requisitos do contrato não é devidamente realizada, sendo fornecidas informações públicas apenas quando solicitados pela justiça ou Ministério Público, além de que o dado apresentado ser de origem da própria empresa contratada, não sendo possível certificarmos de que há fiscalização municipal sobre os documentos de interesse público.

Nos documentos anexados ao processo de denúncia no Ministério Público, mostra-se que as marcações quanto aos valores referentes à pesagem dos caminhões é sempre arredondada, não sendo contado números menores que a dezena. Neste ponto, já podemos perceber a diferença de valoração dos recursos quando eles são públicos, pois, para os catadores, quando da pesagem de seu material, são contadas as gramas do material recolhido e carregado nas ruas.

Dentre as *atribuições da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento* de Santa Cruz há um item como o seguinte: “XII – criar um polo regional e políticas públicas de gestão ambiental. A especificação desse item nas atribuições demonstra a visão de alguns formuladores, que o município deve encabeçar as políticas regionais, embora não esteja clara nas ações e nos discursos essa preocupação por parte dos atores ocupantes dos cargos do executivo. Não foram encontradas, através do discurso e da prática do poder público de Santa Cruz do Sul, estratégias de longo prazo para a área dos resíduos sólidos, nem para uma maior atuação, coordenada, no nível regional.

Considerando a especificação de criação de um polo regional, cabe aos demais atores articular e pressionar aos responsáveis pela Secretaria do Meio Ambiente a institucionalização deste polo, definindo claramente quais são as ações a serem coordenadas e lideradas por uma instituição no nível regional para que conquistem novas políticas na agenda.

Em 2009, durante uma das reuniões para discutir a implantação da coleta seletiva solidária e a solução da Prefeitura sobre algumas demandas dos catadores (cesta básica, local para descanso dos cavalos utilizados na coleta do material reciclável), havia representantes da Prefeitura e de dois grupos de catadores. Nesta reunião, não foi possível utilizar os argumentos discursivos das discussões por não ter sido previamente autorizada pelos participantes, considerando também que a análise muito detalhada seria cansativa e improdutiva em um trabalho curto como uma dissertação.

Como houve uma matéria a respeito da reunião entre os catadores e a prefeitura (SANTA CRUZ DO SUL, 2009), abordaremos brevemente alguns itens relevantes desse evento. Um dos grupos dos catadores era organizado (com número no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ) e o outro era um grupo familiar (chamado de associação, mas sem registro) que se sustenta, sem organização legal e sem infraestrutura mínima para trabalhar, ou seja, em uma situação com maior carência de ações urgentes por parte da prefeitura que o primeiro grupo. O segundo grupo, chamado de “Catadores do 2001” (o nome “2001” se deu em função do uso, por um longo tempo, desses catadores, de um terreno ao lado do posto de combustível intitulado “Posto 2001”), reivindicou que em dia de chuva não havia local para separar seu material, que sobrevivia exclusivamente dos recursos da catação do material reciclável e que tinha de levar suas crianças no percurso de seu trabalho.

Enquanto que para os catadores organizados o discurso da Prefeitura foi uma “enrolação”, pois não garantiu nenhum compromisso por parte do poder público, para os catadores que mantêm uma menor concepção sobre a organização política, foi positiva a posição da gestão municipal, tal como explicitado na declaração do representante da “Associação de Catadores 2001”: “Tivemos uma ótima acolhida às nossas ideias e vamos aguardar a concretização de algumas delas” (SANTA CRUZ DO SUL, 2009). Após essas reuniões, os catadores do 2001 se organizaram para utilizar o local disponibilizado há mais tempo pela Prefeitura no mesmo terreno onde trabalham os catadores organizados, local alagado pelo Poder Público no Faxinal Velho, em Santa Cruz.

Quanto a questionamentos sobre a construção de um local mais próximo da cidade para os catadores, para o poder público, no discurso, a situação nunca parece ser difícil: “Estamos disponibilizando um terreno no prolongamento da rua 28 de Setembro, próximo ao Berçário Industrial do Município, basta para isso termos a certeza de que o ponto tem condições para abrigar os catadores” (SANTA CRUZ DO SUL, 2009), garantiu o vice-prefeito. Podemos perceber que na representação da prefeitura, não há grandes dificuldades para a construção do local, sendo o maior limitador da entrega aos catadores a definição deles se o local é o mais adequado. No decorrer das discussões, houve informações de que o local não seria o mais adequado, pois havia frequentemente alagamento na área, algo que afetaria fortemente o rendimento dos catadores. Nessa mesma ocasião, o vice-prefeito confirmou também que o município tem ideia de realizar um Projeto de Incentivo aos Catadores: “Não temos dúvidas da importância do trabalho realizado pelos catadores, precisamos trabalhar em projetos para implantar a coleta seletiva e facilitar o trabalho dessas pessoas” (SANTA CRUZ DO SUL, 2009).

Conforme descrito por Kipper (2005), o padrão de coleta de resíduos se mantém há mais de uma década (desde 1998):

Os resíduos são pesados e o serviço de inspeção é realizado mensalmente por encarregados da prefeitura. O recolhimento é feito integralmente e a separação ocorre na usina de lixo. O caminhão recolhe os resíduos na frente das residências na condição em que os moradores os colocam, mesmo que estejam misturados, não existindo veículo específico para coleta seletiva.
(KIPPER, 2005, p.155)

Desde a situação descrita por Kipper em 2004, o que poderíamos afirmar que havia mudado no dia-a-dia da coleta seletiva foi a existência de um veículo específico que permite recolher separadamente o material recolhido nas casas da cidade, embora ele seja utilizado em um limitado número de bairros de Santa Cruz. A compra do veículo foi algumas vezes destacada como uma das melhores inovações no que se refere à gestão dos resíduos sólidos entre os municípios gaúchos (CONESUL, 2008). Essas argumentações fragilizadas, por não serem questionadas pela população, são ações constantes dos atores com maior poder no cenário social:

É importante que se observe que, embora as relações de dominação sejam objetivadas, ao longo desse processo, por mecanismos de exercício do poder bastante similares, a forma pela qual se validam transmuta-se de acordo com o paradigma vigente, adaptando-se continuamente.
(SOUZA, 2006, p. 122).

Propostas de inovação não ocorreram significativamente por parte do poder público, ao contrário, a proposta de coleta seletiva solidária apresentada pelo FACS, juntamente com os catadores do município, não foi abertamente apoiado pela empresa contratada para a coleta dos resíduos, nem mesmo uma grande mudança no sistema era prevista pelos representantes do poder público.

Os responsáveis pretendem continuar com a terceirização do recolhimento, da triagem e da venda do lixo e realizar campanhas de coleta seletiva, algo que não está funcionando em Santa Cruz do Sul, destacando como principais agentes as escolas, a comunidade (moradores dos bairros) e as igrejas.
(KIPPER, 2005, p. 155).

Na referida reunião da prefeitura com os catadores, devemos destacar dois pontos relevantes e também contraditórios: a prefeitura afirmara que não poderia definir para a empresa contratada a disposição do material resultante da coleta seletiva para os catadores, mesmo com a previsão dessa atividade junto ao Edital de Contratação (SANTA CRUZ DO SUL, 2007a); e, na mesma reunião, afirma que a construção da Usina aprovada na consulta popular não seria de âmbito regional, somente municipal. Quanto a este último item, cabe informação de que o projeto havia sido defendido pela gestão municipal anterior e aprovada pela população regional como que se abrangesse a coleta de resíduos de todos os municípios do COREDE, algo que foi rapidamente rejeitado pela gestão mais recente, que já dispunha

dos recursos de R\$ 500 mil do governo estadual e mais da contrapartida de R\$ 150 mil do município junto ao cofre local. O discurso municipal quanto a ser um polo regional não implica uma externalização de responsabilidades de apoiar os demais municípios, apenas, de forma implícita, qualifica o status superior comparativamente aos demais vizinhos.

CATADORES

Os catadores de materiais recicláveis destacam-se quanto ao seu caráter de propositores de mudanças às estruturas postas na realidade social e de apoiadores da cidadania aos mais necessitados, como os moradores de rua e os mais pobres, e a um maior número possível de parceiros, como explicitados nas cartas do MNCR (Textos do ANEXO C). O Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, dentre suas publicações, destaca Boletins sobre Resíduos Sólidos, detalhando a importância da parceria do Poder Público com os catadores, incentivando inclusive a iniciativa de organização de catadores coordenada pelas prefeituras (IBAM, 2010). Com a publicação recente do IPEA (2010a), essa necessidade de parcerias legais com os catadores foram reforçadas, tendo em vista que o trabalho dos catadores é de interesse público e deve ser legalizado.

Em 2002, no 1º Fórum Regional de Catadores de Materiais Recicláveis, foram identificadas apenas 2 cooperativas e 2 associações nas regiões do Vale do Rio Pardo e Taquari juntas, mesmo num total de 65 municípios, considerando ainda que havia por volta de 2 mil catadores atuando nas cidades (KIPPER, 2005, p. 135). A criação no nível local do FACS (Fórum de Ação pela Coleta Seletiva Solidária) representa a força com que os catadores têm tido ao estabelecer relações com os mais distintos atores sociais. A iniciativa teve grande apoio da UNISC e também de associações de bairros, demais instituições atuantes no município e até mesmo da prefeitura. Quanto à publicação de notícias na imprensa local, por exemplo, sobre as reuniões do FACS, foram utilizados os contatos junto aos jornalistas que apoiam as ações do MNCR, conseguindo, com isso, matérias nos principais jornais locais.

Além dos contatos institucionais, o MNCR estabelece relações com “apoiadores”, que são cidadãos que firmam acordo informal de compromisso com o movimento e, durante alguns eventos dos catadores, esses apoiadores se apresentaram decisivos para conquistas,

como mobilizações, redação de projetos para arrecadação de recursos, espaços para discutir junto à mídia ou à prefeitura, entre outros. Desse estabelecimento de relações, a estrutura do MNCR se reforça e possibilita uma construção coletiva das conquistas, como foi o caso da Lei de uso da Usina Municipal em Santa Cruz do Sul (SANTA CRUZ DO SUL, 2010).

Discursivamente, os catadores representam fortemente sua estrutura apoiada em relações nos níveis municipal, estadual, nacional e até mesmo internacional (ANEXO C). Os integrantes, normalmente pais e mães de família que trabalham com a catação de recicláveis por falta de alternativa causada também por baixa escolaridade, entre outros fatores, têm um discurso reforçado pela defesa do interesse coletivo, na importância do trabalho desenvolvido como atores sociais de relevância nos âmbitos ambiental, econômico e social. Esse discurso se confirma em entrevistas, em documentários e os discursos oficiais: “Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas” (CARTA DE BRASÍLIA, ANEXO C).

POPULAÇÃO

Os discursos da população nos textos de opinião são propositivos, sendo justificados para melhorar a qualidade de vida da população, entretanto baseam-se em sentimentos construídos a partir de sua avaliação de relatos, opiniões gerais, reportagens da mídia, entre outras fontes. Dessas impressões, a população julga, em alguns casos com afirmações preconceituosas (Texto 10, Anexo B), os demais atores como culpados por determinados problemas sociais. Em determinados trechos é expressa sua posição de responsável pela situação, mas com uma proposta de solução sendo encaminhada para os demais atores, não ficando bem claro qual o seu papel dentro do cenário discutido.

Há muito tempo temos acompanhado pela imprensa a opinião de pessoas da comunidade que gostam e se preocupam com o bem-estar dos animais [...] [...] por parte dos carroceiros, que açoitam, mutilam e muitas vezes matam esses pobres animais indefesos, de fome, sede e cansaço. Ou simplesmente os abandonam à própria sorte, como vimos na matéria veiculada neste jornal no sábado (02/08). Fico abismada com essa “gente”, se é que assim podemos chamá-los, pois conseguem fazer isso com quem os ajuda a ganhar o próprio sustento. Vamos dar um basta a toda essa violência! Não é possível querer justificar as agressões contra equinos em prol dos chamados “problemas sociais”. Os animais não podem pagar por problemas criados pelo ser humano.

(Texto 10, ANEXO B)

Nós cidadãos, de certa forma, somos todos responsáveis pela inclusão social, mas entendo e sugiro que neste caso o poder público poderia, através de suas secretarias ou de nosso prefeito, bastante identificado com o meio ambiente, desenvolver algum programa de extensão à coleta seletiva do lixo, já implantada, absorvendo uma oportunidade mais digna e humana de trabalho neste projeto, para que estas pessoas não fiquem à margem da sociedade. Assim resgataria não só a imagem esquecida de cidade mais limpa do Estado, mas quem sabe, também, a mais humana e organizada.

(Texto 8, ANEXO B)

Em um dos discursos, a opinião de um grupo se mostra defensor dos animais e acaba por clamar por soluções mais urgentes a eles do que aos catadores de materiais que se utilizam dos cavalos para realizar suas coletas.

Queremos melhores condições de trabalho para os carroceiros, queremos uma perspectiva de futuro melhor para eles e para seus filhos, queremos uma mudança, que não se limita a situações singelas e previsíveis, mas, ao contrário, queremos um “produtivo caos”, propulsor de uma transformação em relação aos velhos paradigmas, queremos a renovação das velhas concepções.

Uma coleta seletiva de lixo eficiente e um galpão de reciclagem que oferecesse condições dignas de trabalho aos catadores seria um ganho e um progresso humano e social. Entretanto, é mais fácil, cômodo e conveniente defender o uso dos VTA como oportunidade de sustento. Essa posição nada mais é que uma pseudodefesa da condição dos carroceiros, uma atitude superficial de permanecer na letargia política. E para mudar essa situação, a quem deveríamos recorrer, senão aos representantes eleitos pelo povo? Onde está o compromisso ético, onde está a sensibilidade, a compaixão pelas outras espécies animais? O meio ambiente é o que temos de mais importante no nosso planeta e precisamos preservá-lo. Ecologia não é só árvore!

(Texto 14, Anexo B)

De uma maneira geral, sem ter havido pesquisa específica para constatar qual a percepção da população quanto ao assunto dos resíduos sólidos, alguns moradores de Santa Cruz do Sul, quando questionados informalmente sobre a coleta seletiva, se disseram desmotivados a separarem, tendo em vista que o serviço prestado, mesmo que terceirizado, não prima pela constante qualidade e satisfação do cidadão, como é o caso da mistura dos tipos de resíduos nos caminhões e no relato abaixo sobre o caminhão de varrição:

Sim, porque a rua, o meio-fio em frente à casa e nesta quadra nunca, mas nunca foi limpo. Aliás, uma única vez, faz anos, em que telefonei, falei, implorei, me incomodei, vieram e nem assim fizeram um serviço bem-feito.

Nossos administradores sabem que muita gente reclama e já prometeram dar um jeito... Mas quando? Até quando?
(Texto 18, Anexo B)

MÍDIA

A mídia, através de seu discurso, tanto escrito, quanto falado ou visto, exerce, principalmente na realidade local, uma influência que acaba por definir o rumo de diversas ações da política pública. Porém, essa influência pode ser tanto positiva quanto negativa para a população, dependendo das relações estabelecidas entre os envolvidos e o meio de comunicação responsável pela divulgação da notícia. No processo de denúncia feito pela Associação de Catadores quanto às possíveis irregularidades na prestação do serviço de coleta dos resíduos de Santa Cruz do Sul, bem como em outro processo que tratava da construção do galpão para uma nova usina, uma demanda regional vencedora da consulta popular, os artigos publicados no jornal local são utilizados como referência quanto aos fatos ocorridos, ou seja, servem de comprovação das arguições dos atores envolvidos nos processos.

Um dos principais discursos argumentativos dos atores ligados à mídia é a afirmação de que seu trabalho é “imparcial”, ou seja, pretende apenas informar aquilo que é realmente necessário e importante ao receptor da mensagem, o cidadão comum, sem a eventual interferência de linhas ideológicas, partidárias ou de interesse privado na informação transmitida. No entanto, a omissão de determinadas informações em alguns casos e o detalhamento em outros, nos permite afirmar que na maioria das reportagens, após passar pelo crivo da equipe de editores do meio de comunicação, ou simplesmente pelas escolhas textuais de um simples autor do texto, há influências tanto pessoais quanto sociais nas afirmações ou nas imagens reproduzidas.

No último dia do ano de 2009, no Jornal da Band, da TV Bandeirantes, foram apresentadas, antes dos intervalos comerciais, mensagens de gratificações e felicitações por pessoas anônimas ou famosas. Mas após uma falha em que o áudio ficou aberto após a vinheta de intervalo do telejornal, o apresentador substituto disse a seguinte frase sobre a mensagem de dois garis, vestidos com seus uniformes laranjas, e um deles segurando sua

vassoura: "Que merda... dois lixeiros desejando felicidades... do alto de suas vassouras. Dois lixeiros... o mais baixo da escala do trabalho". Essa frase foi dita por Boris Casoy, um dos jornalistas "símbolo televisivo" das indignações da população quanto às injustiças e escândalos ocorridos na nossa sociedade. Diariamente, nos telejornais que ele trabalhou, após a apresentação de questões polêmicas, ele discursava e, por fim, dizia o seguinte bordão: "Isso é uma vergonha!".

O que devemos destacar aqui é que mesmo alguém que mostrou-se por muitos anos defensor do bem público e indignado com os casos de apropriação privada desse bem, considera pessoas que trabalham com lixo trabalhadores inferiores, "o mais baixo da escala do trabalho". Mas o problema maior é que os referidos garis são trabalhadores formais, isto é, são contratados e possuem carteira assinada, diferentemente dos catadores de materiais recicláveis. Desta forma, mesmo sendo definidos na Classificação Brasileira de Ocupações, na visão de muitos e expressada pelo apresentador, os catadores nem são considerados trabalhadores, pois há padrões sociais que indicam quem é trabalhador ou não, tendo em vista que entre os catadores, poucos chegam a ganhar o equivalente a um salário mínimo e poucos mantêm rotina de horário. Além disso, mesmo as pessoas que não são trabalhadoras não devem ser humilhadas ou rebaixadas, tal como feito pelo apresentador, caso contrário, seriam excluídos da sociedade também as crianças, as donas-de-casa, os idosos, entre tantos outros. Apesar desses casos correntes, a mídia também desempenha um papel investigativo e de denúncias, que mesmo que seja feito para tentar enfraquecer o partido político contrário ao simpatizado pelos "donos da empresa de comunicação", acabam sendo benéficos a toda população.

No *blog* que manterá a discussão desta dissertação (reciclagempolitica.blogspot.com), são apresentados mais de 80 textos divulgados nos jornais locais, entre outros de interesse ao debate regional, que divulga as informações conforme a necessidade de debate público sobre determinado assunto, sendo desconsideradas reportagens que possam "gerar conflito" com demais atores da elite local, tal como foi meu pedido de reportagem sobre a situação dos resíduos sólidos na região do Vale do Rio Pardo.

UNISC

Quanto ao discurso da universidade, utilizaremos novamente parte do planejamento institucional da UNISC e a opinião de alunos formados ou em formação na instituição. Percebemos que os textos dos alunos estão consoantes com as linhas institucionais da universidade:

Missão

Produzir, sistematizar e disseminar o conhecimento, visando à formação de indivíduos que sejam cidadãos livres e capazes, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade solidária.

Visão

Ser uma Universidade comunitária e democrática, reconhecida por relevantes contribuições ao desenvolvimento da região e do país, capaz de responder criativa e agilmente às transformações do contexto educacional.

(UNISC, 2009)

Das diretrizes apresentadas, alunos e ex-alunos expõem suas opiniões em consonância com a instituição, como nos exemplos a seguir:

Precisamos aprender a analisar a situação de cada um: Prefeitura, o que pode ser feito? Há projetos mais consistentes para a reciclagem em Santa Cruz do Sul? Catadores, há alternativas de trabalho para vocês? Vocês por acaso precisam de apoio da população? Sociedade, o que podemos fazer por todos? [...] Devemos exigir que os catadores sumam da nossa frente, como sempre achamos que acontecia com o lixo? O lixo não reciclado causa morte de minúsculos animais que garantem a biodiversidade, ou seja, a continuação da vida na Terra. Vamos defendê-los!

(Texto 15, ANEXO B)

Na mesma linha de argumentação, a autora conclui:

Não deveríamos apoiar propostas em que essas pessoas possam ser também recicladas, possam receber educação e qualificação para não viverem eternamente em condições lastimáveis de sobrevivência?

(Texto 15, ANEXO B)

Em outro exemplo discursivo, percebemos os mesmos princípios de defesa dos problemas estruturais da sociedade em que vivem, apresentando sua defesa da solidariedade aos mais necessitados:

Nesse sentido, revertendo-se à realidade de Santa Cruz do Sul, percebe-se a incoerência na busca de minimizar os maus-tratos contra animais através da proibição de carroças utilizadas pelas famílias de catadores. O que urge como

questão central são os maus-tratos, fatos que infelizmente ultrapassam a utilização dos animais de tração. Atinge indistintamente todos os níveis da sociedade, constituindo um problema emergente para os órgãos públicos, considerando o grande número de animais abandonados e sujeitos a diversas atrocidades nas vias municipais. [...] Pelo exposto, soluções legítimas exigem a tomada de medidas que envolvam a elaboração de programas de educação sobre posse responsável de animais e a formulação de políticas de regularização e fiscalização para atividade dos carroceiros. Contrariamente a isso agiremos com imprudência diante das questões sócio-ambientais enquanto animais humanos, categoricamente especiais e diretamente influenciados por nossas atitudes precipitadas e inconsistentes. Por último, deseja-se que os novos legisladores a serem eleitos em outubro atuem com cumplicidade e ética na elaboração e aprovação de projetos que beneficiem os catadores, estes nobres trabalhadores, guerreiros a favor da vida.

(Texto 16, ANEXO B)

Apesar desses exemplos, sem termos para este estudo os dados comprobatórios, havia uma incoerência quanto à destinação do material coletado seletivamente nas dependências da universidade. Não havia doação do material à Associação de Catadores, sendo, nos período de 2008 e 2009, o material vendido à uma empresa local.

COREDE-VRP

Uma das questões chave que ocorreu durante a elaboração da presente pesquisa foi a vitória de um projeto da Consulta Popular para criação de um Galpão Regional de Reciclagem. A proposta fora apresentada pelo Secretário do Meio Ambiente de Santa Cruz do Sul, em 2008, e foi aprovada pelos membros do Conselho, pois havia uma proposta de que todos os municípios poderiam enviar seus resíduos para serem reciclados neste galpão. Entretanto, houve troca de gestão nos municípios, principalmente em Santa Cruz, e a gestão 2009-2012 afirmava não realizar nenhuma usina regional, alegando ser inviável.

Os recursos para construção do galpão eram da ordem de R\$ 500 mil e, para ser depositado pelo Governo Estadual na conta de alguma entidade, era necessária uma contrapartida de R\$ 150 mil, somando R\$ 650 mil, o que foi oferecida pela gestão anterior da prefeitura de Santa Cruz. Com o recurso em caixa, a nova gestão fez uma contraproposta para os municípios do COREDE: aceitar que fosse feito um galpão apenas municipal (para Santa Cruz) ou então o recurso seria devolvido para o estado. Houve tentativas de negociação por parte dos municípios pequenos que não queriam perder a oportunidade de minimizar os problemas com resíduos em suas localidades, mas não tinham propostas suficientemente

debatidas e com possibilidade de persuasão a todos os integrantes da Comissão do Meio Ambiente, que debateu essa questão.

Para definição da área a ser construído o Galpão, foi proposto um local com mais de 30 km de distância do centro da cidade de Santa Cruz em viagem de ida e volta, com a proposta de que os catadores pudessem levar o material reciclável para o local. Antes mesmo da definição política junto ao COREDE, a prefeitura de Santa Cruz já havia estabelecido um contrato junto ao órgão estadual METROPLAN e já havia comprado as bases de concreto para a construção do galpão e deixado ao lado da estrutura da FUPASC, na divisa com Rio Pardo. A partir dessa situação, percebe-se que o grau de influência do COREDE junto aos demais atores é bastante limitado, servindo principalmente de orientação quanto às reuniões de definição das demandas da Consulta Popular estadual, mas sem conseguir o cumprimento dos compromissos estabelecidos junto às prefeituras.

Além disso, os compromissos estabelecidos na Agenda 21 (COREDE-VRP, 2003), inclusive com a definição de responsáveis por ações específicas, não foram cumpridos nos prazos definidos e nem mesmo são revistos e discutidos entre os atores participantes do COREDE. Apesar desses problemas, o COREDE apresenta um grande potencial junto ao estabelecimento de relações harmônicas entre os diferentes atores, precisando talvez para isso, de uma reforma institucional e um apoio financeiro para que ele possa funcionar como um órgão de apoio aos municípios para conquistar demandas junto ao governo estadual, bem como apoiador na definição das políticas estratégicas para o desenvolvimento da qualidade de vida dos moradores locais.

CONESUL

Para a Conesul Soluções Ambientais, sua “Filosofia Empresarial”, para o triênio 2008-2010, era a seguinte:

VISÃO (2010): Manter e conquistar novos mercados alicerçado na competitividade, buscando a satisfação dos Clientes e das Comunidades envolvidas.

MISSÃO: Oferecer soluções ambientais e de manutenção urbana com competitividade, pontualidade e responsabilidade socioambiental.

VALORES: Honestidade, humildade, iniciativa, cordialidade, comprometimento, responsabilidade socioambiental.

(CONESUL, 2008)

A empresa responsável pela coleta, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e comerciais de Santa Cruz do Sul desde 1998 apresentou-se como o ator mais difícil de se manter um diálogo aberto. Várias tentativas foram feitas, obtendo-se respostas curtas e incompletas. Ao ser questionada, por exemplo, em quantos municípios da região do Vale do Rio Pardo ela executava serviços, foi respondido que era apenas Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, sendo que ela também executava serviços em Venâncio Aires, Vale do Sol, Sinimbu, entre outros (conforme os jornais locais).

Uma das questões que levantamos é o porquê dessa atitude de retaguarda. Não foi possível realizar um estudo detalhado para entender como a empresa ganhou todos os processos de licitação desde 1998, mas com um comentário da secretária da Prefeitura, ficou evidenciado o *lobby* executado pelos dirigentes da empresa: “Ah, esse [proprietário da empresa CONESUL] aí? Ele tá todos os dias aqui [na Prefeitura]”. Essa frase foi dita em frente ao prédio da Prefeitura numa quinta-feira à tarde, por volta das 15 horas.

Ainda para a empresa, podemos verificar uma visão muito forte sobre o lucro, sobre a possibilidade de gerar novos empreendimentos, quando a resposta oficial, no site diz o seguinte (CONESUL, 2008):

Por quê reciclar?:

A segregação de materiais do lixo tem como objetivo principal a reciclagem de seus componentes. Reciclagem é o resultado de uma série de atividades, pela qual materiais que se tornariam lixo, ou estão no lixo, são desviados, coletados, separados e processados para serem usados como matéria-prima, na, manufatura de novos produtos.

A RECICLAGEM PODE TRAZER VÁRIOS BENEFÍCIOS:

- diminuição da quantidade de lixo a ser aterrada;
- preservação de recursos naturais;
- economia de energia;
- diminuição de impactos ambientais;
- novos negócios;
- geração de empregos diretos e indiretos;

IMPORTANTE:

A reciclagem é uma atividade econômica que deve fazer parte de um conjunto de ações integradas que visam um melhor gerenciamento do lixo.

Sobre a COLETA SELETIVA, a empresa declara (CONESUL, 2008):

TODO MUNDO SAI GANHANDO (O que a gente ganha com a coleta seletiva?)
A coleta seletiva e a reciclagem proporcionam uma série de benefícios. Entre outros, podemos destacar:

- diminuição do lixo e maior vida útil do aterro sanitário;
- melhoria da limpeza e higiene urbana;
- melhor qualidade de vida e mais saúde para a população;
- geração de renda para os colaboradores envolvidos;
- redução da poluição nos aterros sanitários;
- aumento da conscientização ambiental;
- redução dos problemas ambientais causados pela disposição inadequada do lixo;
- diminuição da extração de matérias-primas (árvores, minérios, etc...);
- economia de energia e combustível.

Por outro lado, há rumores no município e também suposições na mídia (FREIRE, 2009) de que haja uma forte conexão entre a empresa e os atores ligados ao setor público. Neste sentido, a conexão acaba por privilegiar as relações de cunho privado a longo prazo, inibindo o desenvolvimento em maior nível no médio prazo, o que beneficiaria a população como um todo, ou seja, a coisa pública. Souza (2006), para o caso de Encruzilhada do Sul, afirma que o vínculo do representante do poder público com a iniciativa privada se dá da seguinte forma: a “base das alianças é o desempenho de uma função pública com vínculo de subordinação administrativa e política” (SOUZA, 2006, p. 122).

Na seção Resíduos Sólidos Urbanos, subtítulo Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos está o seguinte trecho (CONESUL, 2008):

É considerada uma das melhores empresas privadas de coleta domiciliar do Estado do Rio Grande do Sul e para manter essa condição, investe continuamente em veículos, equipamentos e pessoal, mantendo-os atualizados buscando a evolução técnica da atividade.

Precisamos destacar que no processo junto ao Ministério Público, os catadores questionaram o número de trabalhadores nas esteiras da Usina Municipal e também de garis nos caminhões que passam pelas casas e, para provar o número de funcionários, foram apresentadas listas de mais de 60 nomes de funcionários. Entretanto, se compararmos os nomes dos funcionários de 2008 e os de 2009, veremos que há uma mudança de pelo menos 50% de pessoal, bem como um indício de redução do número de trabalhadores em determinados locais, como a Usina, embora o discurso indique investimento contínuo e os

números apresentem um crescimento normal da quantidade de resíduos gerados pela sociedade santa-cruzense.

Outro ponto a destacar é a Seção Triagem de Resíduos, onde a empresa declara o seguinte:

A empresa entende que um dos primeiros passos para a minimização dos estrados ambientais provocados pelo depósito de resíduos em lixões deve ser dado através da implementação da Triagem de Resíduos.
[...] Usinas de triagem que são bem administradas conseguem taxas de até 50% na segregação de resíduos [para reciclagem].

PONTOS POSITIVOS DE UMA TRIAGEM DE RESÍDUOS:

- não requer alteração do sistema convencional de coleta, apenas a mudança no destino do caminhão que passa a parar em uma usina de triagem, ao invés de seguir direto para o lixão ou aterro.
- possibilita o aproveitamento da fração orgânica do lixo, pela sua compostagem.
- [...]
- técnicos treinados coordenam e fiscalizam o processo qualificando o resultado do investimento.”

Devido a Santa Cruz do Sul ser o polo regional e muito do que é bem sucedido no município é “copiado” para o restante dos municípios, podemos considerar que a ação da empresa de limpeza urbana tomada frente ao município, inibindo a autonomia dos pequenos atores, tais como os catadores, influi na desconexão e conflito entre os atores e impossibilitando uma rede coesa e solidária que pudesse beneficiar um maior número de atores, incluindo a própria população. Essa influência é tão forte que, com o conhecimento de que a melhor alternativa para a disposição dos resíduos é no aterro sanitário, que, em 2009 (COREDE-VRP, 2010), foi constatado que todos os municípios da região já dispõem seus resíduos em aterros.

Na entrevista de Kipper (2005, p. 158), a empresa afirmou haver por volta de “50 cooperadores” que trabalhavam na usina desde julho de 1999 até dezembro de 2002. No edital de Contratação (SANTA CRUZ DO SUL, 2007a), há a definição de 13 triadores para trabalharem na esteira de triagem dos resíduos (onde passam as sacolas plásticas coletadas nas residências). Entretanto, durante uma visita “às escondidas” (em uma estrada ao lado da Usina) em maio de 2009, foram tiradas fotos que mostravam haver um número menor de

funcionários, bem como menor era o número de garis que fazem a coleta junto aos caminhões.

Embora não seja obrigação da empresa estabelecer estreitas relações com principais atores envolvidos com o tema dos resíduos sólidos na região, seu discurso institucional aponta para a itens como: “responsabilidade sociambiental”; “melhor qualidade de vida e mais saúde para a população”. Como a visão para 2010 da empresa era a de “Manter e conquistar novos mercados alicerçado na competitividade, buscando a satisfação dos Clientes e das Comunidades envolvidas”, a competitividade se sobressaiu e quando alguns atores questionaram a postura da empresa quanto à precária coleta seletiva no município a resposta foi, com a frase final, não parecendo ser “humilde” como explicitado entre um de seus valores:

Estaremos sempre sensibilizados com os movimentos sociais e as comunidades onde atuamos, respeitando a lei e a segurança jurídica de nossos contratados. Em nossa parceria junto a diversas empresas privadas e Prefeituras, nunca sofremos qualquer penalidade ou ação por algum tipo de litígio. Endossa o nosso trabalho a presença em mais de 50 cidades do Rio Grande do Sul e fora dele. Inclusive receberemos, este ano, o Oscar do Meio Ambiente, na 5ª edição do Prêmio de Responsabilidade Ambiental RS, promovido pelo Instituto Borboleta Azul. Porque, na verdade, **só faz sombra quem constrói.**
(TEXTO 27, Anexo B, destaque nosso)

Esperamos que a empresa conquiste seu espaço com as possibilidades surgidas com a publicação da PNRS e as vantagens fiscais previstas a empresas (BRASIL, 2010), principalmente, estabelecendo parcerias com a população e com os catadores locais, apesar de alguns indícios de conflito entre os atores defensores dos catadores com a empresa Conesul. Tal como explicitado em seu texto no jornal local, mas implícito em sua relação com a Cooperativa de Catadores que assumiu a Usina Municipal, seu discurso defende a colaboração e a construção coletiva de políticas públicas mais justas:

Defendemos o desenvolvimento sustentável de nossa sociedade, com respeito a todos os trabalhadores que hoje já atuam na cadeia que envolve a coleta e a reciclagem do lixo. Que se busquem políticas de incentivo e priorização na utilização de materiais reciclados que inclusive hoje têm carga tributária altíssima. Que se oportunizem empregos muito além de um trabalho quase desumano de puxar carroça.
(TEXTO 27, Anexo B)

O que se pode destacar é que as oportunidades de desenvolvimento da empresa é uma das maiores entre os atores, devido sua autonomia de inovações junto ao setor de reciclagem de resíduos sólidos, não limitando seu funcionamento ao serviço de coleta e transporte de resíduos sólidos, diferentemente dos catadores, que devido sua restrita formação e reduzida possibilidade de investimento em alternativas econômicas como fonte de sobrevivência e desenvolvimento.

EM SUMA

Esperamos que um quadro resumo possa minimamente sintetizar as influências que os principais atores conseguem gerar no cenário, a partir da metodologia de análise crítica dos discursos, e as possibilidades que esse cenário dinâmico tem apresentado com as recentes conquistas local e nacional (SANTA CRUZ DO SUL, 2010 e BRASIL, 2010), bem como as oportunidades internacionais (OLIVEIRA, 2010; RAMIL, 2010), visando o constante aprimoramento político do cenário que envolve o desenvolvimento da reciclagem de resíduos sólidos na região do Vale do Rio Pardo:

Ilustração 20 – Quadro resumo da disposição e dos níveis de influência dos principais atores

	POPULAÇÃO	UNIVERSIDADE /FACS/COREDE	CATADORES	PODER PÚBLICO	MÍDIA	EMPRESAS
ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE	Baixa	Média	Média/Alta	Baixa/Média	Média	Baixa
NÍVEIS DE INFLUÊNCIA	Atual: Baixo Potencial: Médio/Alto	Atual: Médio Potencial: Médio/Alto	Atual: Médio Potencial: Médio/Alto	Atual: Alto Potencial: Alto/Médio	Atual: Médio/Alto Potencial: Alto/Médio	Atual: Alto Potencial: Alto
JUSTIFICATIVA	Embora haja exemplos positivos desse ator, suas ações implicam em baixo impacto na estrutura social, ao menos que sejam ações organizadas.	Esses atores desempenham importante papel no cenário, mas precisam cada vez mais ganhar apoio da população e, consequentemente serem chamados a colaborar na elaboração das políticas públicas.	Principal interessado na qualificação da reciclagem, estão dispostos a lutar por qualquer conquista, pois essa é sua fonte de renda e uma boa bandeira a ser defendida.	Ator com maior influência no desenvolvimento do cenário, compromete-se apenas quando pressionado por mobilização, por ganhos dos parceiros privados ou por possibilidade de restrições nas relações com os entes estadual e federal, como estabelecido na PNRS.	Com grande capacidade de mobilização da sociedade e dos atores políticos, compromete-se com assuntos que não impliquem em polêmicas explícitas, ou colaboram com os atores que estão mais próximos das relações diretas da alta direção.	Devido sua sustentabilidade ser o lucro e seu principal mérito ser a geração de empregos, têm fortes influências na definição das políticas, mas não prioriza o bem comum ou o ganho regional sem lucrar mais com isso.
EXEMPLO	Nós cidadãos, de certa forma, somos todos responsáveis pela inclusão social, mas entendo e sugiro que neste caso o poder público poderia, através de suas secretarias ou de nosso prefeito, bastante identificado com o meio ambiente, desenvolver algum programa de extensão à coleta seletiva do lixo, já implantada, absorvendo uma oportunidade mais digna e humana de trabalho neste projeto, para que estas pessoas não fiquem à margem da sociedade. (Texto 8 – ANEXO B)	Missão Produzir, sistematizar e disseminar o conhecimento, visando à formação de indivíduos que sejam cidadãos livres e capazes, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade solidária. Visão Ser uma Universidade comunitária e democrática, reconhecida por relevantes contribuições ao desenvolvimento da região e do país, capaz de responder criativa e agilmente às transformações do contexto educacional. (UNISC, 2009)	O movimento defende a proposta de construção de uma política pública social voltada às famílias dos catadores, que contemple todos os temas envolvidos com a nossa categoria. Através de um amplo processo de debate e construção coletiva da sociedade e com participação efetiva na tomada de decisões por parte dos catadores e da sociedade civil. (Texto 13 e 25– ANEXO B)	O Poder Público, como referido, “não deve apenas atender aos interesses de quem está no poder e de seus aliados”, mas também não deve deixar-se pautar por pressões políticas principalmente porque tem oferecido de forma permanente o espaço para o diálogo. [...] E não queremos fazer apenas mais uma experiência de coleta seletiva que termine frustrada como outras três ou quatro tentativas já realizadas. Por isso, é necessário que o processo comece em cada casa, com a separação dos materiais na origem. Só assim teremos uma coleta eficiente. (Texto 26 – ANEXO B)	<i>Publicação da maioria dos textos utilizados nesse trabalho, permitindo uma boa leitura dos pontos de vista menos comprometedores dos principais atores, mas com omissão por parte da equipe editorial quanto à elaboração de uma reportagem que pudesse tomar posição sobre a situação dos resíduos sólidos em Sant Cruz do Sul e região do Vale do Rio Pardo. (Exemplos textuais disponíveis no ANEXO B)</i>	Considerando que o grande desafio da sociedade e da municipalidade é a geração de empregos dignos, nós, da Conesul, estamos fazendo a nossa parte em nome de uma Santa Cruz melhor. [...] Em nossa parceria junto a diversas empresas privadas e Prefeituras, nunca sofreremos qualquer penalidade ou ação por algum tipo de litígio. Endossa o nosso trabalho a presença em mais de 50 cidades do Rio Grande do Sul e fora dele. (Texto 27 – ANEXO B)

Fonte: Elaborado pelo Autor

4 ESSE DISCURSO SERVIRÁ PARA ALGO? (Considerações)

O conhecimento adquirido nesses mais de dois anos de estudos, as relações estabelecidas e toda a extensiva bibliografia pesquisada (embora tenhamos coletado bibliografia extra, optamos por não utilizá-la para manter a dissertação um pouco menos extensa), não serão pessoalmente compensatórios se não forem utilizados na prática. Felizmente, no âmbito local, o FACS e as conquistas como a gestão da Usina Municipal de Reciclagem pelos catadores, já são, mesmo que em pequena escala, fruto desse trabalho. No âmbito nacional, a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010) é outra conquista que, podemos afirmar, modificou amplamente a perspectiva futura sobre o tema. E para que essas conquistas tivessem ocorrido e para que a reciclagem de resíduos sólidos seja, definitivamente, uma política pública forte, é necessário o desenvolvimento, em especial, de uma das quatro dimensões apresentada na dissertação: a *política*.

Atualmente, a região do Vale do Rio Pardo pode ser considerada referência com as reciclagens de TetraPak (MACHADO, 2007) e de óleo usado (SEVERGNINI, 2009). Esperamos que a publicidade, e os inevitáveis “olhos do mundo” para o Brasil em 2014, com a Copa do Mundo de Futebol - a Copa Verde -, possam ser fonte de inspiração para que todos os atores relacionados com a reciclagem de resíduos, e os futuros empresários da reciclagem – talvez os próprios catadores, como apontado pelo IPEA (2010a) -, invistam em modelos ainda carentes de empresas especializadas em: a) rejeitos da construção e demolição; b) lixo eletrônico (computadores, aparelhos celular, televisores, etc.); c) lixo orgânico e dejetos da produção animal; d) lâmpadas fluorescentes; e) pilhas e baterias; entre tantos outros materiais que podem nos fazer pioneiros na área com uma variedade de tipos de reciclagem. Mas essa construção de uma região referência se faz através da articulação da academia, dos empresários, dos catadores, do conhecimento popular e do dinamismo de um novo Poder Público, aberto a ideias e a compreender os discursos (SCHMIDT, 2010). Isso se faz através da comunicação, da troca de ideias e da discussão e convergência dos interesses, ou seja, através da *habilidade política*.

A partir da exposição dos discursos individualistas (preconceituosos e focados no bem privado) que são a principal fonte de influência e de geração de conflito entre os atores,

esperamos que sejam inibidas as disputas e sejam debatidos, constantemente, os caminhos para o desenvolvimento do bem comum, do bem público, da felicidade de cada um dos cidadãos da região do Vale do Rio Pardo. Esse novo debate deverá ser feito sem exclusão, partindo de uma construção coletiva, a partir das constatações de que há um enorme problema ambiental, social e econômico quando não temos uma ampla política pública de reciclagem dos resíduos ou de qualquer outra política pública que deve ser implementada e aprimorada para cada um de nós, seres animais, seres sociais. E a qualificação do debate se faz na ampliação da rede de contatos, parceiros, colaboradores, principalmente, aumentando o uso por todos os atores da Tecnologia da Informação e Comunicação (informática), disponibilizando os dados na internet e abrindo caminho para relações e convênios com instituições de demais estados e municípios, ou até mesmo, outros países. “Informação é um bem público; quanto mais somos informados sobre o que está acontecendo em nossa sociedade, melhor nossas democracias serão capazes de funcionarem” (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009, p. 10).

Quanto aos parâmetros utilizados nos discursos por cada um dos atores, podemos considerar que o esforço de uma identificação consistente e baseada em uma construção coletiva de democracia, permite a constante ação e, para conquistar os objetivos comuns, uma eloquente representação junto aos demais atores. Isto é, a construção do conhecimento particular, aliado às ações e representações de interesse público, resultam em maior satisfação, simultaneamente, individual e coletiva.

Quanto às dimensões abordadas e destacadas em nosso estudo, queremos resumir os bons argumentos, de forma simples:

- AMBIENTAL: a possibilidade de utilizar um material, originado de matéria-prima retirada diretamente da natureza, e que pode ser reaproveitado após sua reciclagem, implica em constantes usos dos recursos naturais já extraídos e que não serão descartados em locais que se tornam futuros terrenos impróprios para qualquer outra atividade, como os aterros e potenciais poluidores devido à decomposição e mistura de substâncias manipuladas pelo homem;

- SOCIAL: benefício a toda a sociedade com redução de custos e maior integração entre atores antes excluídos e que permite uma inclusão mais justa para os catadores e a possibilidade de constituição de cooperativas qualificadas para trabalhar com a reciclagem de nível industrial, fornecendo matéria-prima reciclada, bem como outros empregos ligados ao reuso de material reciclável;

- ECONÔMICA: as pesquisas ainda não conseguiram contabilizar todos os ganhos econômicos com o uso de materiais recicláveis, bem como a consolidação de artesanatos diferenciados - como por exemplo de grandes esculturas com material reaproveitado -, que possibilitariam a criação de um novo e diferenciado atrativo turístico em qualquer lugar do mundo.

POLÍTICA: a principal consideração resultante dessa dissertação foi esclarecer a importância de se aprimorar a habilidade política de todo o cidadão, certamente desde a convivência escolar, qualificando a comunicação, a troca de conhecimento entre as pessoas, a construção da melhoria da vida individual e coletiva e o acesso às condições mínimas para o alcance da felicidade de todos nós.

Portanto, após o esclarecimento de que os ganhos, já comprovados, nas dimensões ambiental, social e econômica permitem fazermos as últimas considerações para os atores que ainda precisam aprimorar a dimensão política, tendo em vista que são os atores principais para o desenvolvimento do cenário da reciclagem regional:

- População: o lento processo de qualificação educacional da população trará o maior engajamento dos cidadãos para os assuntos que são de interesse coletivo. Além da ação de separar em casa os resíduos recicláveis dos orgânicos, a opção de colaborar em movimentos coletivos, como associação de bairro, fóruns de debate local e regional, participação das decisões municipais, entre outros, são meios de conseguir satisfação pessoal e ainda fazer parte das mudanças práticas no dia-a-dia de sua comunidade.

- Catadores: a aprovação da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), bem como a gestão da usina municipal de Santa Cruz do Sul, além do papel de articulação junto ao FACS e às demais organizações de catadores da região, permitem-nos classificar

esses atores como os principais propulsores da mudança no Vale do Rio Pardo. Mas como o desafio de ainda ser um dos elos mais frágeis da cadeia da reciclagem não foi vencido, o estabelecimento de objetivos da gestão tanto da usina quanto do galpão de reciclagem poderão significar sua independência dos atravessadores, sendo, em breve, vendedores diretos às empresas recicladoras. Além disso, conforme tem sido estabelecido em seus marcos fundamentais (ANEXO C), seu forte processo de identificação, representação e ação encaminham seu empoderamento dentro da cadeia e permitem-nos afirmar que logo haverá iniciativas de empresas de reciclagem administradas por catadores e, além disso, deverão ter a oportunidade de produzir embalagens recicladas ou demais itens ao mercado.

- Poder Público: o aprimoramento da gestão pública no país tem caminhado para a qualificação das informações públicas e a ampla divulgação dos dados governamentais para que haja uma maior participação da sociedade no controle dos gastos e no apoio da tomada de decisão de quais políticas devem ser adotadas. Esse aprimoramento implica em qualificação do quadro administrativo, bem como de uma postura de receptividade por parte do governo e de incentivo a projetos inovadores, tal como os novos meios de discussão (como o FACS e o COREDEs), que devem ser valorizados e legitimados, ampliando também as relações com demais entes, como a definição de estratégias junto aos parceiros municipais da região para conseguir apoio financeiro e administrativo estadual e federal. Um exemplo é a elaboração dos Planos de Resíduos Sólidos, previstos na PNRS (BRASIL, 2010), devendo contemplar as distintas perspectivas dos atores, tendo de incentivar ainda mais a reciclagem. Essas ações terão maior efetividade quando os gestores públicos perceberem que não devem privilegiar as relações privadas ao deter o cargo público e que o ganho coletivo implica em uma natural valorização de sua capacidade política.

- COREDE Vale do Rio Pardo: o papel de articulação política do Conselho deveria lhe dar um lugar de destaque no cenário regional, devido a seu potencial estratégico. Entretanto, a estrutura atual, com poucos recursos humanos e financeiros (a principal estrutura é oferecida pela UNISC) não permite uma maior assistência e uma constante inter-relação com a população e as secretarias municipais da região. Uma função que qualificaria o papel do COREDE poderia ser de assessoria aos municípios, conseguindo a captação de recursos para projetos mais pontuais, como os que atualmente são votados na Consulta Popular. O processo

de votação da Consulta Popular seria, com as pequenas demandas supridas, aprimorado para serem definidos investimentos estratégicos para o desenvolvimento regional.

Com essas considerações, esperamos apenas deixar em aberto as ideias que possam fazer todos os cidadãos da região do Vale do Rio Pardo, do Brasil e do mundo, mais articulados e engajados para desempenhar papéis de protagonismo de suas próprias vidas, buscando sua felicidade a todo momento. Por fim, espero a crítica dos leitores dessa dissertação no *blog* (<http://reciclagempolitica.blogspot.com>), pois com ações coletivas e colaborativas, poderemos construir alternativas importantes para melhorarmos a vida de cada um e, sem exclusões, a de todos.

REFERÊNCIAS

ABAL – Associação Brasileira do Alumínio. *Site Institucional*. 2009.

ABIVIDRO – Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro. *Site Institucional*. 2009.

ABRANCHES, Sérgio. A COP15: apontamentos de campo. *Estudos Avançados*, v. 24, 2010. p. 121-132. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: Jul 2010.

ABRELPE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2009*. São Paulo, 2010.

_____. *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2008*. São Paulo, 2009.

_____. *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil – 2007*. São Paulo, 2008.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça social. *Estudos Avançados*, v. 24, 2010. p. 103-120. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: Jul 2010.

_____. Tecnologias sociais e sistemas locais de produção. *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n. 25, p. 117-138. Porto Alegre: UFRGS, jan./jun., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000100007>. Acesso em: Jul 2010.

_____. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. 2004. *Anais do II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul, 2004. Disponível em: <http://www.unisc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/desreg/seminarios/anais_sidr2004/conferencias/02.pdf>. Acesso em: Jul 2010.

ADEODATO, Sérgio. *Senado aprova PNRS: lixo, agora, é problema de todos*. Site Planeta Sustentável. Editora Abril, 07 Jul. 2010. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/lixo/plano-nacional-residuos-solidos-aprovado-lixo-senado-576970.shtml>>. Acesso em: Jul. 2010.

AFUBRA – ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. *Anais do 5º Ano Ambiental AFUBRA*. Santa Cruz do Sul, 2007.

_____. *Projeto Verde é Vida*. 2009. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?u_id=2&i_id=1>. Acesso em: Out. 2009.

ALKIRE, Sabina. *Human Development: definition, critiques, and related concepts*. Background paper for the 2010 Human Development Report. Oxford Poverty & Human Development Initiative. 2010.

ALMEIDA, Maria H. T.; CARNEIRO, Leandro P. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. *Opinião Pública*. Vol. IX. Nº1. Campinas: 2003. pp. 124-147. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v9n1/16154.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2009.

BANCO INTERAMERICANO DE DESAROLLO. *La política de las políticas públicas: progreso económico y social en América Latina*. STEIN, Ernesto; TOMMASI, Mariano; ECHEBARRÍA, Koldo; LORA, Eduardo; PAYNE, Mark. (Coordenadores). Informe 2006. Editorial Planeta Mexicana: Colonia Florida, 2006.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Trazendo o cidadão para a arena pública: Capital Social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina. *Redes*, v.12, n.1, Santa Cruz do Sul, p. 125 -150, jan./abr 2007.

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o início das massas*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

BAUMGARTEN, Renato Luiz. *Gestão de resíduos sólidos urbanos nos municípios emancipados de Santa Cruz do Sul – RS*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2005.

BISOGNIN, Ramiro Pereira. *Estudo diagnóstico do sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos do município de Encruzilhada do Sul – RS*. 2008. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Ambiental) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2008.

BOLSA DE RECICLÁVEIS. *Site institucional*. Disponível em: <<http://www.bolsadereciclaveis-rs.com.br/>>. Acesso em: Fev 2010.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 17ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

BOROWSKY, José Augusto. *Catadores formam primeira cooperativa em Santa Cruz*. *Gazeta do Sul*. Ano 66, nº 06, 01 Fev 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadosul.com.br/arquivos/pdf/234149.pdf>>. Acesso em: Fev 2010.

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel. *Site Institucional*. 2009.

BRASIL. *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2010.

_____. *Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007*. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. 2007.

_____. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental. 1999.

_____. *Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. 1997.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988.

BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos Donos, 20 anos depois... ou a incrível e triste história das populações desfavorecidas e as elites desalmadas*. Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas. vol. 22, nº01, Jan-Jun, Campina Grande, 2003. p. 73-79.

BUTÃO. *Gross National Happiness*. The Centre for Bhutan Studies. 2008. Disponível em: <<http://www.grossnationalhappiness.com/>>. Acesso em: 15 Jun. 2010.

CALDERONI, Sabetai. *Os bilhões perdidos no lixo*. 4. ed. São Paulo: Humanitas, 2003.

CANADÁ. *Canadian Index of Wellbeing*. Institute of Wellbeing: Saskatoon, 2009. Disponível em: <<http://www.ciw.ca>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. *Site Institucional*. 2010. Disponível em: <<http://www.capa.org.br>>. Acesso em: 15 Jun. 2010.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. *O processo de agenda-setting na reforma da administração pública (1995-2002)*. 2004. 234 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

CAPRA, Fritjof. *Alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21*. In: André Trigueiro (org.). *Meio Ambiente no século 21*. Editora Sextante, 2006.

CATTANI, Antonio David. *Desigualdades socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa*. Ano 9, nº 18, Sociologias, Porto Alegre, 2007a. pp. 74-99.

_____. Riqueza substantiva e relacional: um enfoque diferenciado para a análise das desigualdades na América Latina. In: CIMADAMORE, Alberto; CATTANI, Antonio David (Orgs.). *Produção de Riqueza e Pobreza na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007b. pp. 211-238.

CEMPRE – COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. *CempreInforma. Nº 111 – Maio a Junho 2010*. 2010. Disponível em: http://www.cempre.org.br/empre_informa.php?lnk=ci_2010-0506_mercado.php. Acesso em: Jul. 2010.

_____. *CempreInforma. Nº 103 – Janeiro a Fevereiro 2009*. 2009. Disponível em: <http://www.cempre.org.br/empre_informa.php?lnk=ci_2009-0102_mercado.php>. Acesso em: Jul. 2009.

_____. *CempreInforma. Nº 99 – Maio a Junho 2008*. 2008. Disponível em: <http://www.cempre.org.br/empre_informa.php?lnk=ci_2008-0506_mercado.php>. Acesso em: 30 set. 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006a.

_____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006b.

CHARAUDEAU, Patrick, MAINGUENEAU, Dominique (Eds.) *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COMISSÃO ESPECIAL PARA ANALISAR A QUESTÃO DO LIXO NO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório Final*. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul: Porto Alegre. 2008. 129p.

CONESUL. Conesul Soluções Ambientais. *Site Institucional*. 2008. Disponível em: <<http://www.conesulrs.com.br>>. Acesso em: 15 Jan. 2010.

COREDE-VRP – CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo*. Relatório Parcial, Parte 1. CHRISTOFF, Mariza T. da M.; CAMPOS, Heleniza A. (Coordenadoras). 2010.

_____. *Agenda 21 Regional do Vale do Rio Pardo (RS)*. CAMPOS, Heleniza A.; SCHNEIDER, Luiz C. (Coordenadores). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

CRESPO, Samyra. *Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990*. In: André Trigueiro (org.). *Meio Ambiente no século 21*. Editora Sextante, 2006.

CUNHA JÚNIOR, Nelson Boechat. *Cartilha de gerenciamento de resíduos sólidos para a construção civil*. Belo Horizonte: SINDUSCON-MG, 2005.

DALPIAN, Jacir José. *Compostagem de resíduos sólidos contendo gordura e celulose de indústria de produtos cárneos: valoração de resíduos à sub-produto*. 2004. 161 f. Dissertação (PPG em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2004.

DEMO, Pedro. *Pobreza Política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2006.

DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 33-42, jan./abr. 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. Routledge, 2003.

_____. Critical Discourse Analysis as a method in social scientific research. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Orgs.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: Sage Publications, 2001a.

_____. The discourse of new labour: Critical Discourse Analysis. In: YATES, Simeon J.; et al. *Discourse as Data: a guide for analysis*. Sage, 2001b.

_____. *Language and Power*. Longman, 1989.

FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) dos municípios do Rio Grande do Sul – 2006*. Porto Alegre, 2009a.

_____. FEEDADOS. *Exportações Totais 2008*. Porto Alegre, 2009b.

_____. FEEDADOS. *PIB e PIB per capita a preço de mercado 2007*. Porto Alegre, 2007.

FERREIRA, Marcos A. F.; SPERONI, Susana M. Universidades comunitárias do RS, compromissos regionais e relações de mercado: ameaças e desafios de sua reprodução institucional. In: *VII BIENAL DEL COLOQUIO DE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES*, 2008, Curitiba. Desenvolvimento, Integração Regional e Território: marcos conceituais e de integração. Curitiba: Esplendor, 2008. p. 01-20.

FLD – Fundação Luterana de Diaconia. *Site institucional*. Disponível em: <<http://www.fld.com.br/>>. Acesso em: Fev 2010.

FREIRE, Flávio. *Moraes paga a dono de posto de gasolina que tem contratos com sua mulher, a prefeita*. Jornal O Globo. 12 Maio 2009. 2009. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/05/12/moraes-paga-dono-de-posto-de-gasolina-que-tem-contratos-com-sua-mulher-prefeita-755841757.asp>>. Acesso em: Jan 2010.

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde. *Manual de Saneamento*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

FUNDAÇÃO GAIA. *Site institucional*. Disponível em: <www.fgaia.org.br>. Acesso em: Jan 2010.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

GALBRAITH, John K. *Anatomia do Poder*. Trad. de Hilário Torloni. São Paulo: Editora Pioneira, 1984.

GAZETA DO SUL. *Alliance One confirma que vai sair de Santa Cruz do Sul*. Gazeta do Sul. Ano 66, p. 5, 01 Jul, 2010. 2010a. Disponível em: <<http://www.gazetadosul.com.br/arquivos/pdf/239312.pdf>>. Acesso em: Jul. 2010.

_____. *Começa a definição do Plano de Saneamento*. Gazeta do Sul. Ano 66, nº 13, p. 5, 09 Fev 2010. 2010b. Disponível em: <<http://www.gazetadosul.com.br/arquivos/pdf/234389.pdf>>. Acesso em: Fev. 2010.

_____. *Catadores participam de capacitação*. Gazeta do Sul. Ano 66, nº 114, p. 4, 08 Jun 2010. 2010c. Disponível em: <<http://www.gazetadosul.com.br/arquivos/pdf/238469.pdf>>. Acesso em: Jul. 2010.

_____. *Catadores obtêm apoio para formar associação*. Gazeta do Sul. Ano 65, nº 224, p. 6, 15 Out 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadosul.com.br/arquivos/pdf/230274.pdf>>. Acesso em: Jan 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 5ª edição. São Paulo: Editora Loyola, 2006.

GONZALEZ, Hélio P.; COUTO, Ricardo R. S.; SANTAGADA, Salvatore. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos Municípios do RS. *Texto para Discussão – FEE*, n. 28, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2008. 31 p.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa, I – Racionalidad de la acción y racionalización social*. Madri: Taurus Humanidades, 1999.

HALLIDAY, Michael A. K. *An introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

HALPERN, David. *The hidden wealth of nations*. Cambridge: Polity Press, 2010.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. de Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves. 16ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HELLIWELL, John F.; HUANG, Haifang. How's your government? International evidence linking good government and well-being. *British Journal of Political Science*. Vol. 38. pp. 595-619, London: Cambridge University Press, 2008. Disponível em: <http://wellbeing.econ.ubc.ca/helliwell/papers/HH_BJPoS_eletronic_appendix_june7.pdf>. Acesso em: Jul. 2010.

HOGAN, Daniel. Síntese da prática em grupos consolidados. Anexos. In. PHILIPPI Jr, A.; TUCCI, C. E. M.; HOGAN, D. J.; NAVEGANTES, R. (Orgs.). *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. São Paulo: Signus Editora, 2000.

IBAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. *Site institucional*. Disponível em: <www.ibam.org.br>. Acesso em: Jan. 2010. 2010.

IBGE – FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Resultados do Censo 2010*. Rio de Janeiro, 2010a.

_____. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008*. Rio de Janeiro, 2010b.

_____. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2010*. Rio de Janeiro, 2010c.

_____. *Estimativas de População – 2009*. Brasília, 2009.

_____. *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2008*. Rio de Janeiro, 2008.

_____. *Estatística do Cadastro Central de Empresas 2005*. Rio de Janeiro, 2007.

_____. *Censo 2000*. Rio de Janeiro, 2002a.

_____. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000*. Brasília, 2002b.

IÑIGUEZ, Lupicinio. *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Trad. Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

INPEV - INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS. *Destinação Final - Abril de 2010*. Destino de Embalagens - Estatísticas. 2010. Disponível em: <http://www.inpev.org.br/destino_embalagens/estatisticas/br/teEstatisticas.asp>. Acesso em: 15 Jun 2010.

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática. *Climate Change and Water*. Genebra: Secretaria do IPCC, 2008. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/pdf/technical-papers/climate-change-water-en.pdf>>. Acesso em: ago. 2008.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos*. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100514_relatsau.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2010.

_____. *Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil*. Comunicados do IPEA nº 58, 13 Jul. 2010. 2010b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100713_comunicado58.pdf>. Acesso em: Jul. 2010.

JACOBI, Pedro. *Educar para a Sustentabilidade: complexidade, reflexividade, desafios*. In: Revista Educação e Pesquisa, vol. 31 nº2, maio-agosto. São Paulo: FEUSP, 2005.

KAHNEMAN, Daniel; KRUEGER, Alan B. Developments in the measurement of subjective well-being. *The Journal of Economic Perspectives*, 20, 3-24, 2006.

KIPPER, Liane Mählmann. *Ações estratégicas sistêmicas para a rede sustentável de reciclagem de plástico*. 2005. 241 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. *Ensino de ciências e cidadania*. São Paulo: Moderna, 2004.

KRIEGER, M. G.; MACIEL, A. M. B.; BEVILACQUA, C. R.; FINATTO, M. J. B.; REUILLARD, P. R.; *Glossário de Gestão Ambiental*. São Paulo: Disal, 2006.

LAUSCHNER, Marcio Henrique. *Potencial de reciclagem agrícola de resíduos de agroindústria fumageira*. 2005. Dissertação (Ciência do Solo) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. *Revista Educação & Realidade*. Vol. 34, n. 3. Porto Alegre: UFRGS, set./dez. 2009. pp. 17-24. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/download/9515/6720>. Acesso em: Jul. 2010.

_____. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In. PHILIPPI Jr, A.; TUCCI, C. E. M.; HOGAN, D. J.; NAVEGANTES, R. (Orgs.). *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. São Paulo: Signus Editora, 2000.

LEONARDI, Maria L. A. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo. Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

LIMA, Rosimeire Suzuki M. R. *Resíduos sólidos domiciliares: um programa de coleta seletiva com inclusão social*. Ministério das Cidades, Brasília, 2007.

LOVATTO, Patrícia B. *A percepção de agricultores familiares acerca da preservação e utilização de recursos naturais em propriedades rurais do município de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil*. 2007. 275 f. Dissertação (PPG em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.

MACHADO, Dejair. Caixas de leite serão transformadas em telhas. *Gazeta do Sul*. Geral. Santa Cruz do Sul, dez. 2007. Disponível em: http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdConteudo=87392&intIdEdicao=1342 >. Acesso em: 03 abr. 2009.

MADISON, James. The Federalist No. 62. *Independent Journal*, The Senate, 1788. Disponível em: <http://www.constitution.org/fed/federa62.htm> >. Acesso em: Jul. 2010.

MARQUES, Eduardo C. BICHR, R. ; MOYA, M. ; ZOPPI, M. ; PANTOJA, I. ; PAVEZ, T. R. Personal network and urban poverty: preliminary findings. *Brazilian Political Science Review*, v. 2, p. 10-34, 2008. Disponível em: http://www.bpsr.org.br/english/arquivos/BPSR_v2_n3_jun2008_01.pdf >. Acesso em: 03 jun. 2009.

MARTINS, Clitia H. B. Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. *Teses FEE 05*. Porto Alegre: FEE, 2004.

MARTINS, Clitia H. B.; OLIVEIRA, Naia. Indicadores econômico-ambientais na perspectiva da sustentabilidade. *Documentos FEE N. 63*, Porto Alegre: FEE; FEPAM, 2005.

MATUS, Carlos. *Teoria do jogo social*. Trad. Luís Felipe Rodriguez del Riego. São Paulo: FUNDAP, 2005.

_____. *Adeus, senhor presidente: governantes governados*. Trad. Luís Felipe Rodriguez del Riego. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MAZZARINO, Jane Márcia. (Org.). *Práticas Ambientais e Redes Sociais em Resíduos Sólidos Domésticos: um estudo interdisciplinar*. Lajeado RS: Univates, 2010. 211 p.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS, W. W. *Os limites do Crescimento: um Relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o problema da Humanidade*. Perspectiva, 1973.

MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. *Site institucional*. 2010. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br>>. Acesso em: Jan 2010.

_____. *Catadores fazem protesto pela gestão de resíduos*. 2009. Disponível em: http://www.mnrc.org.br/box_2/noticias-regionais/catadores-fazem-protesto-pela-gestao-de-residuos/. Acesso em: Jan. 2010.

MOLION, Luiz C. B. Aquecimento Global: uma visão crítica. *Revista Brasileira de Climatologia*, v. 3/4, agosto, Associação Brasileira de Climatologia, 2008. pp. 7-24.

NALINI, José Eduardo. *Mercado de Reciclagem do Lixo no Brasil: entraves ao desenvolvimento*. 2008. 120 f. Dissertação (Programa de Estudos Pós-Graduação em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

NARA, Elpídio O. B.; RAMOS, Marília P.; AREOSA, Silvia V. C.; SPERONI, Susana M. (Orgs.). *O COREDE do Vale do Rio Pardo: caracterização socioeconômica e ambiental de suas regiões*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

ODM – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. *Portal ODM – Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. 2010. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/>>. Acesso em: Jul. 2010.

OLIVEIRA, José Carlos. *Brasil quer garantir sustentabilidade ambiental para a Copa de 2014*. Rádio Câmara, 07 Jul. 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/149542.html>>. Acesso em: Jul. 2010.

PAIVA, Carlos A. N. *RS em Mapas e Dados: bases georreferenciadas para a comparação do desempenho socioeconômico dos municípios gaúchos entre 1966 e 2006*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: FEE/UNISC, 2007.

PATTA, Roberto; RIBEIRO, José Renato; *Crise financeira atinge os catadores da região*. Gazeta do Sul. Ano 65, nº 18. 14 e 15 Fev. 2009. Disponível em: <www.gazetadosul.com.br/arquivos/pdf/222052.pdf>. Acesso em: Ago. 2009.

PAULA, Alexandre de. *Recolhimento de resíduos sólidos recicláveis em propriedades rurais produtoras de fumo nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, Brasil*. 2008. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Biológicas) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2008.

PINTO, Tarcísio de Paula. *Metodologia para a gestão diferenciada de resíduos sólidos da construção civil*. 1999. 209 f. Tese (Escola Politécnica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PINTO, Tarcísio de Paula; GONZALEZ, Juan L. R. *Elementos para a organização da coleta seletiva e projetos dos galpões de triagem*. 2008. Disponível em: <<http://www.coletaseletivasolidaria.com.br/wp-content/uploads/2010/03/Manual-Coleta%20Seletiva.pdf>>. Acesso em: Jul 2010.

PLASTIVIDA - INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL DOS PLÁSTICOS. *Monitoramento dos Índices de Reciclagem Mecânica de Plásticos no Brasil (IRmP)*. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.plastivida.org.br/2009/Reciclagem_IRMP.aspx>. Acesso em: Jan 2010.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Brasil*. 2000.

POLO RS, Agência de Desenvolvimento. Santa Cruz do Sul – Novos Rumos. *Site institucional*. 2010. Disponível em: <<http://www.santacruznovosrumos.com.br>>. Acesso em: Jan 2010.

RAMIL, Tatiana. *Brasil lança logo e promete Copa 2014 verde e transparente*. Agência Reuters. 08 Jul. 2010. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/marketing/noticias/brasil-lanca-logo-promete-copa-2014-verde-transparente-577249.html>>. Acesso em: Jul. 2010.

RAMOS, Marília Patta; PAIVA, Carlos A. N. Limitações e possibilidades da análise de indicadores regionais: o caso do COREDE do Vale do Rio Pardo. *REDES*, v. 10, n. 2, maio/agosto, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

REIS, Elisa. Desigualdade e solidariedade — uma releitura do 'familismo amoral' de Banfield. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29, ano X, outubro, 35-48, 1995.

RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de Discurso Crítica e Etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise do Discurso Crítica*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul. *Atlas Socioeconômico – Rio Grande do Sul*. 2010. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas>>. Acesso em: Jan 2010.

_____. Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano. Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional. *Gerenciamento de Resíduos Sólidos Domiciliares nos municípios do RS*. Documento Preliminar. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.sehadur.rs.gov.br/portal/index.php?acao=documentos&sessao=corsan&categoria=biblioteca&codsessao=2&codcategoria=2&codsubcategoria=39>>. Acesso em: Jan 2010.

_____. Secretaria de Coordenação e Planejamento. *RUMOS 2015*. Porto Alegre: SCP, 2006a.

_____. Secretaria das Obras Públicas e Saneamento; Ministério da Economia da Espanha. *Estudo de viabilidade para um plano de gestão de resíduos sólidos no Rio Grande do Sul*. Relatório Final – Memória. Madri: intecsa-inarsa, 2006b.

_____. *Lei nº 12.037, de 19 de dezembro de 2003*. Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e dá outras providências. 2003.

_____. *Lei nº 10.350, de 30 de dezembro de 1994*. Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. 1994a.

_____. *Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994*. Dispõe sobre a criação, construção e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. 1994b.

_____. *Lei nº 9.921, de 27 de julho de 1993*. Dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos, nos termos do artigo 247, parágrafo terceiro da constituição do estado, e dá outras providências. 1993.

_____. *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul*, de 3 de outubro de 1989.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Introdução aos Modelos de Intermediação de Interesses: pluralismo e corporativismo em perspectiva*. Campinas: UNICAMP, 1999.

ROMANI, Andréa Pitanguy de. *Mecanismo de Desenvolvimento Limpo aplicado a resíduos sólidos: agregando valor social e ambiental*. Rio de Janeiro: IBAM, 2007, 44 p.

_____. *O poder público municipal e as organizações de catadores*. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA/CAIXA, 2004. 72 p.

ROSADO, Rosa Maris. *Na esteira do Galpão: catando leituras no território cotidiano da reciclagem do lixo de Porto Alegre/RS*. 334 f. Tese (Instituto de Geociências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SACHS, Ignacy. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. VIEIRA, Paulo F. (Org.); São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SALAMA, Pierre. Novas formas da pobreza da América Latina. In: GENTILI, Pablo (Org.) *Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Editora Vozes, 1ª ed., 1999.

SANTA CRUZ DO SUL. *Projeto de Lei nº 128/E/2010, de 30 de junho de 2010*. Prefeitura de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.camarasantacruz.rs.gov.br/>>. Acesso em: Jul. 2010.

_____. *Vice-prefeito recebe comissão de catadores*. Notícias, Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. 2009. Disponível em: <http://www.pmscs.rs.gov.br/index.php?acao=noticias¬icias_id=3244>. Acesso em: Out. 2009.

_____. *Edital de Concorrência nº 40/2007*. Santa Cruz do Sul, 2007a.

_____. *Santa Cruz terá novo local para Usina de Reciclagem de Lixo*. Notícias, Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul. 2007b. Disponível em: <http://www.santacruz.rs.gov.br/index.php?acao=areas&areas_id=23&acao2=noticias¬icias_id=2307>. Acesso em: Jan 2010.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. *A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARTORI, Renata. *O pensamento ambiental sistêmico: uma análise da comunicação científica da ESALQ/USP*. Dissertação (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2005.

SASI GROUP; NEWMAN, MARK. *WorldMapper*. 2006. Disponível em: <<http://www.worldmapper.com>>. Acesso em: Out 2009.

SCHMIDT, Vivien A. Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth ‘new institutionalism’. *European Political Science Review*, 2:1, 2010. p. 1-25. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/article_S175577390999021X>. Acesso em: Jul. 2010.

SCHNEIDER, Vania Elisabete; PANIZZON, Tiago; CONTO, Suzana Maria; SILVA, Maurício D’Agostini. Perfil do Manejo dos resíduos sólidos domésticos rurais nos municípios do COREDE Serra. *Anais do XIII SILUBESA*. Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. 2008.

SCHÜLER, Sandra Cristina. *Inventário de Ciclo de Vida de Sistemas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Santa Cruz do Sul*. 2008. 79 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2008.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEVERGNINI, Cristina. *Complexo do Biodiesel é inaugurado*. Gazeta do Sul. Ano 65, nº 198. 14 de Set. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadosul.com.br/arquivos/pdf/229128.pdf>>. Acesso em: Jan 2010.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Condicionantes político-administrativos do desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul – a experiência dos COREDEs. In: WITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P (Org.). *Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

SILVEIRA, Diônifer Alan da. Saneamento Básico na região do Vale do Rio Pardo: insustentável. In: COSTA NETO, Eraldo M.; LONDERO, Josirene C.; MASSENA, Fábio dos S. *Novos Olhares para o desenvolvimento regional sustentável - caminhos e perspectivas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

SILVEIRA, Diônifer Alan da.; TALASKA, Alcione. *O papel das Universidades Comunitárias na implantação do Desenvolvimento Regional Sustentável*. In: I Encontro Latino Americano de Universidades Sustentáveis, 2008, Passo Fundo, RS. I Encontro Latino Americano de Universidades Sustentáveis: universidades sustentáveis, possibilidades e desafios, 2008.

SILVEIRA, Rosí C. E. da. Produção e gestão de resíduos sólidos domésticos do vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P.; SILVEIRA, R. L. L. da (Org.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001. pp. 301-322.

_____. *Rede de reciclagem de papel a partir de Santa Cruz do Sul*. 189 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2000.

SNIS - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. *Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2007*. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/>>. Acesso em: Ago. 2009.

_____. *Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto. Parte 1: texto*. Visão geral da prestação de serviços. Brasília, 2006.

SOTO, William H. G.; VALENTIM, Rosa. Formação econômica da região do Vale do Rio Pardo. In.: SOUZA, Nali de Jesus (Org.). *Evolução econômica e social da região do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SOUZA, Tânia Santos C. de. *Afirmação e contestação ao patrimonialismo: um estudo das práticas e das representações sociais num território em transformação*. 2006. 146 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SPOSTO, Rosa Maria. *Os resíduos da construção: problema ou solução?* Revista Espaço Acadêmico. N. 61, Ano VI, Jun. 2006.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Editora Futura, 2002.

STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul. *Report by the Commission on Measurement of Economic Performance and Social Progress*. 2009. Disponível em: <www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf>. Acesso em: Jul. 2010.

SULAIMAN, Samia N. *Educação Ambiental à luz da análise do discurso da sustentabilidade: do conhecimento científico à formação cidadã*. 132 f. Dissertação (Departamento de Pós-Graduação da Faculdade de Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TESCHE, Otto. *Projeto da Agricultura obtém mais voto*. Gazeta do Sul. Ano 66, nº 135. 2 Jul. 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadosul.com.br/arquivos/pdf/239363.pdf>>. Acesso em: Jul. 2010.

THINLEY, Jigme Yoser. *Discurso de Abertura*. IV Conferência Internacional sobre Felicidade Interna Bruta. Brasil, 2008.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 1998.

TRATA BRASIL. *Percepções sobre Saneamento Básico*. Rio de Janeiro, 2009.

TRIGUEIRO, André. *Mundo Sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*. São Paulo: Globo, 2005.

UNDP – United Nations Development Programme. *Bhutan - Towards National Gross Happiness: a Journey with UNDP*. Annual Report 2008-2009. UN House: Bhutan, 2010.

UNEP – United Nations Environment Program. *Integrated waste management scoreboard: a tool to measure performance in municipal solid waste management*. 2005.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Década das Nações Unidas da educação para o desenvolvimento sustentável (2005-2014)*. Brasília: Unesco, 2005. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>. Acesso em: Jun. 2010.

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul. *Site institucional*. A Universidade. Compromisso. 2009. Disponível em: <<http://www.unisc.br>>. Acesso em: Out. 2010.

VAN DIJK, Teun Andrius. *Discurso e Poder*. São Paulo: Editora Contexto, 288 p., 2008.

_____. Multidisciplinary CDA: a plea for diversity. In: R. Wodak & M. Meyer (orgs.), *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage, pp. 95-120, 2001.

_____. El análisis crítico del discurso. In: *Anthropos*, 186, pp. 23-36, Barcelona, 1999.

_____. Principals of critical discourse analysis. *Discourse & Society*. Vol. 4(2), pp. 249-283. London: SAGE, 1993.

VAN LEEUWEN, Theo. *Discourse and Practice: new tools for critical discourse analysis*. New York: Oxford University Press, 2008.

VEIGA, José Eli da. Indicadores de Sustentabilidade. *Estudos Avançados*, v. 24, 2010. p. 39-52. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/06.pdf>. Acesso em: Jul 2010.

VEJA. *Yeda: mais um escândalo da governadora*. Revista Veja, 16 de maio de 2009. 2009.

VIEIRA, André Afonso. *Análise, avaliação e reestruturação financeira de uma indústria de médio porte brasileira: um estudo de caso*. 2007. 200 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

VIEIRA, E. *Os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2004, 224 p.

VIVEIROS, Mariana Vieira. *Coleta Seletiva Solidária: desafios no caminho da retórica à prática sustentável*. 2006. 178 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VON BERTALANFFY, Ludwig. *Teoria Geral dos Sistemas*. Trad. de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª ed., 1975.

WANG, Jinjun. Las preguntas y el ejercicio del poder. *Discurso y Sociedad*. Vol. 3(1). 2009. p. 175-201. Disponível em: <<http://www.dissoc.org/ediciones/v03n01/DS3%281%29Wang.pdf>>. Acesso em: Out 2010.

WEISSHEIMER, Marcos Aurélio. *O desmonte da legislação ambiental no Rio Grande do Sul*. Carta Maior, Meio Ambiente, 26 Out. 2009, 2009. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16210> . Acesso em: Ago. 2010.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael (orgs.). *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: Sage Publications, 2001.

ZALUAR, Alba. Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 12, n. 35. São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300003&lng=pt&nrmiso>. Acesso em: Jun 2009.

ZANETI, Izabel. *As sobras da modernidade*. O sistema de gestão de resíduos sólidos em Porto Alegre, RS. Porto Alegre: FAMURS, 2006.

_____. *Educação Ambiental, resíduos sólidos urbanos e sustentabilidade: um estudo de caso sobre o sistema de gestão de Porto Alegre, RS*. Tese (Centro de Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO ENVIADO ÀS 23 PREFEITURAS (sem respostas)

Enviado em 14 de abril de 2009.

Prezado(a) Senhor(a),

Por meio desta, eu, Diônifer Alan da Silveira, solicito sua contribuição com a resposta das questões abaixo para minha pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul, intitulada “*Reciclagem na região do Vale do Rio Pardo: desconexões do desenvolvimento*”, orientada pelo Prof. Dr. Marcos Artemio Fischborn Ferreira.

Certo de contar com sua colaboração, agradeço imensamente.

Atenciosamente,

Diônifer Alan da Silveira

Mestrando em Desenvolvimento Regional, Bolsista CAPES.

E-mail: dionifer@gmail.com

Telefone: (51) 9232-5169

- 1- Qual a principal preocupação do município com o meio ambiente e o Saneamento Básico?
- 2- Qual é o volume de lixo gerado por dia ou por mês, atualmente, no município?

- 3- Quais são os destinos dados ao lixo gerado? Se for levado a aterro, qual é a distância do centro da cidade?
- 4- Quem faz a coleta no município?
- 5- Por que vocês acham que não há uma forte reciclagem no município ou na região do Vale do Rio Pardo?
- 6- Quem é o principal culpado pela coleta seletiva não funcionar perfeitamente?
- 7- Há catadores no município? Relate um pouco a situação deles.
- 8- Haveria apoio político para um projeto conjunto com a Prefeitura, a universidade, os catadores, a população e as empresas recicladoras? O que vocês estariam dispostos a fazer?
- 9- Vocês têm projetos para incentivar a reciclagem no município? Em caso positivo, como ele é?

ANEXO B - TEXTOS DE OPINIÃO NOS JORNAIS LOCAIS

1. <http://www.gazetadosul.com.br/arquivos/pdf/17040.pdf>
Reciclagem evita derrubada de floresta (10/03/2005)

A Cone Sul mostra à comunidade o resultado de dois anos de investimentos no setor do lixo, quando foram reaproveitados 2,5 milhões de quilos de resíduos.

A reciclagem de lixo urbano em Santa Cruz do Sul evitou, nos últimos dois anos, a derrubada de uma floresta de 13 mil árvores. Esse é um dos números apresentados pela Cone Sul Soluções Ambientais, empresa que administra o serviço de recolhimento e destinação final dos resíduos produzidos pelas residências e lojas da cidade.

Santa Cruz do Sul produz, a cada mês, 1,6 milhão de quilos de lixo doméstico e comercial. Afinal, o que é feito com tudo isso? A resposta foi dada por um dos proprietários da Cone Sul, Geferson Tolotti. A empresa tem contrato com a Prefeitura para atuar nessa área. Conforme ele, o material recolhido pelos caminhões, nas ruas do Centro e dos bairros, é levado à usina de Dona Carlota, onde passa por triagem. Todo o resíduo que pode ser reciclado é recolhido, enfardado e vendido para indústrias de beneficiamento.

O que mais chama a atenção são os números apresentados, referentes aos últimos dois anos, quando a Cone Sul assumiu também a antiga usina da Prefeitura. Nesse período, a cidade produziu, por exemplo, 660 mil quilos de papel e papelão. Esse material foi retirado do lixo e reciclado. Com isso, foi evitada a derrubada de 13 mil árvores, que seriam necessárias para produzir essa quantidade de papel.

A empresa ainda separou 1,1 milhão de quilos de plástico que, para serem gerados, exigiriam o gasto de 144 mil litros de petróleo, e reciclou 13,8 mil quilos de alumínio. Com a reciclagem desse minério, foi possível economizar 250 mil kWh de energia, ou seja, o equivalente ao consumo de 100 aparelhos de televisão ligados durante três anos.

De acordo com Tolotti, os números comprovam o acerto de se investir na reciclagem. “Além de evitar as agressões ao ambiente, ainda estamos gerando empregos.” Explicou que 40 pessoas trabalham na esteira da usina, fazendo a triagem do material, a prensagem e outros. “Sem contar que ainda temos 40 garis atuando nos caminhões que recolhem o lixo.”

-Aterro desativado

De acordo com Geferson Tolotti, a Cone Sul faz o recolhimento do lixo de Santa Cruz desde 1998. Há dois, a empresa também passou a administrar a usina, quando começaram a ocorrer os investimentos na reciclagem. “Somente na recuperação da esteira e demais setores do complexo, aplicamos cerca de R\$ 100 mil”.

Destacou que atualmente o município é apontado como modelo nessa área. Todas as ruas contam com recolhimento de lixo, de três a sete dias por semana, e os resíduos passam por triagem. O que não é reciclado é transportado para o aterro sanitário de Minas do Leão, homologado pela Fepam e que já atende cerca de 100 cidades. O antigo aterro que havia em Dona Carlota não existe mais. Diariamente, a Cone Sul conduz seis contêineres, de 36 metros cúbicos cada um, para Minas do Leão.

O empresário ainda esclareceu que o contrato da Cone Sul com a Prefeitura envolve apenas o lixo residencial e comercial. Explicou que, por lei federal, as indústrias devem ter plano próprio de gerenciamento de resíduos. “Até prestamos esse serviço, mas ele não tem vínculo com o município”.

Resíduos podem gerar emprego e renda

O reaproveitamento do lixo em Santa Cruz do Sul pode ser ampliado e se constituir em uma forma de gerar empregos e renda. A idéia é compartilhada pelo prefeito José Alberto Wenzel (PSDB) e pelo empresário Geferson Tolotti.

O trabalho executado pela Cone Sul, que gera 40 empregos diretos na esteira da usina, é a primeira etapa da reciclagem, ou seja, a separação e o prensamento. Se ocorresse a verticalização do processo no município, surgiriam mais oportunidades de trabalho.

No caso do plástico, por exemplo, já acontece aqui a segunda etapa da reciclagem, que é a produção do *flake* (flocos). O trabalho é executado pela Jampet, que tritura garrafas pet e vende para indústrias que processam esse produto (terceira etapa). Ele vai originar, por exemplo, baldes, bacias, vassouras, escovas e outros. “Com certeza, essas terceira e quarta etapas poderiam ser feitas aqui. Estaríamos agregando renda ao nosso lixo e gerando mais empregos”, avaliou Tolotti.

O prefeito Wenzel, que tem uma caminhada política na área ambiental, entende que os resíduos podem e devem ser mais bem aproveitados. “Temos planos nessa área e apoiamos totalmente as iniciativas que surgirem.”

Salientou que um dos grandes desafios desse século é encontrar soluções ambientalmente aceitáveis para o lixo. “E isso passa pelo processo da reciclagem. Quem possuir idéias e tiver dificuldades para implementá-las, poderá buscar o auxílio do município”, concluiu.

José Augusto Borowski

2. http://gazeta.viavale.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdConteudo=38817&intIdEdicao=632

A novela dos papeleiros chega ao final (02 de setembro de 2005)

Acabou. A novela polêmica dos papeleiros agora é parte do passado. Pelo menos no que diz respeito aos episódios envolvendo a Associação Ecológica dos Catadores de Materiais Recicláveis (Asecmar).

Na tarde de ontem, em solenidade no Salão Nobre, a Prefeitura oficializou a cedência de um prédio para a entidade que lutava por um espaço adequado para trabalhar desde fevereiro. O imóvel disponibilizado pelo poder público fica no cruzamento das ruas Conselheiro Serafim Waechter e Henrique Schütz, no Bairro Avenida.

O pavilhão tem cerca de 300 metros quadrados e chegou a ser usado pela Asecmar no começo deste ano. Dividia ele com outra associação de triadores, que foi transferida do local na metade do mês de julho, depois de um incêndio.

Para pôr fim ao impasse, a administração municipal irá desembolsar R\$ 1,7 mil mensais pelo aluguel do prédio que foi reformado para abrigar os papeleiros da Asecmar. As negociações com o proprietário vinham ocorrendo de forma mais intensa desde o começo de agosto.

A intensificação nas tratativas foi motivada pela invasão do ginásio municipal do Bairro Bom Jesus, promovida no último dia 25 de julho por cerca de 30 triadores ligados à Asecmar e ao Movimento

Nacional dos Catadores de Materiais Reciclados (MNCMR).

REAL – A ocupação foi um ato de protesto contra a falta de acerto com a Prefeitura. “Nosso próximo passo será tentar organizar toda a categoria no município”, disse o presidente da entidade local, Fagner Jandrey, durante a solenidade de ontem. Isso logo após deixar sua assinatura no termo de permissão de uso ao lado da do prefeito José Alberto Wenzel, que se mostrou aliviado com o fim do impasse.

Antes do contrato de locação do imóvel do Bairro Avenida encerrar, a Prefeitura deve alugar um pavilhão mais amplo para criar uma espécie de central de triagem.

3. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdEdicao=719&intIdConteudo=45018

Central de separação está na pauta do fim de ano (13/12/2005)

Projeto que pretende acabar com a polêmica em torno da coleta de papelão, plástico, isopor e outros materiais pode começar a sair da gaveta antes da virada para 2006

Os problemas relacionados ao recolhimento de descartados estão mais perto de serem resolvidos. Até o fim deste ano, representantes da Prefeitura e da Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra (Adesg) se reunirão para discutir o melhor funcionamento da cadeia do plástico no município.

O encontro, previsto inicialmente para a próxima sexta-feira, no Salão Nobre, contará ainda com a presença dos distintos grupos de triadores que existem na cidade. E pode ser o primeiro passo efetivo para a criação de uma central global de separação em Santa Cruz, onde outros materiais também seriam reaproveitados de forma mais eficiente. “Vamos aproveitar a ocasião para começar a tirar essa idéia do papel” adianta o prefeito José Alberto Wenzel (PSDB).

Ele vê nesse projeto o remédio para o mal crônico que tem na intensa circulação dos carrinhos de papeleiros na zona central como um de seus principais sintomas.

Pela proposta do poder público, as associações de catadores e pequenas empresas do setor passariam a atuar de forma conjunta, em uma espécie de cooperativa. O objetivo seria o de diminuir as distâncias entre a coleta, a seleção e a venda.

Por meio dela, também haveria horários específicos para recolhimento de materiais descartados no Centro e o uso de uniformes. Esses últimos, para identificar quem faria parte da iniciativa e estaria habilitado ao serviço. “Precisamos sentar ainda com o pessoal da CDL e do Sindilojas para que eles possam dar suas sugestões. Devemos integrar todos. Mas uma coisa é certa: chegou a hora de encarmos isso.”

ESQUINA – Só que enquanto isso não acontece, o problema segue vivo. No começo da noite do dia 30 de novembro, a esquina da Marechal Floriano com a 28 de Setembro estava tomada por papelões. Cena igual podia ser vista no cruzamento da Floriano com a Júlio de Castilhos na tarde do dia anterior.

“Trabalho com isso porque preciso. A culpa da coisa estar deste jeito não é nossa. Quem diz e não faz é a Prefeitura”, afirma a papeleira Olinda dos Santos, 55 anos. A opinião dela está relacionada ao que foi dito por Wenzel em dezembro do ano passado, quando a Gazeta do Sul fez uma radiografia da coleta de materiais descartados na área central.

Diante dos pontos negativos apresentados na ocasião, ele anunciou que, depois de empossado, pretendia criar um pólo de separação e reaproveitamento na usina que fica no Bairro Dona Carlota.

“Saio de casa às 7 horas e só volto perto das 20 horas. Gasto chinelo andando por aí. Se a coisa funcionar mesmo, vou gostar. Irei me cansar menos”, confessa Olinda, mostrando que os motoristas e pedestres não são os únicos que torcem pelo fim dessa novela.

DOR CRÔNICA

A polêmica em torno da coleta de materiais descartados (foto), em especial na zona central do município, não é algo novo. Em setembro do ano passado, por exemplo, a Prefeitura entrou em contato com a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Associação Comercial Industrial (ACI) e Conesul para tentar limitar o horário de descarte no Centro e, conseqüentemente, reduzir a circulação dos carrinhos de papeleiros.

Na ocasião, foi firmado um acordo entre as partes. Por meio dele, um caminhão passaria pela Rua Marechal Floriano das 12 horas às 13 horas e das 17 horas às 19 horas para recolher caixas de papelão, embalagens plásticas e isopores deixados pelos lojistas.

O convênio, porém, não obteve o resultado esperado. E três meses depois, o Ministério Público Estadual passou a notificar os comerciantes, que creditavam o fracasso da parceria ao horário escolhido para a passagem do caminhão.

FOTO E COMENTÁRIO: Apesar da fiscalização, alguns triadores ainda separam os materiais recolhidos nas esquinas do Centro da cidade

Nero Setúbal

4. http://gazeta.viavale.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdConteudo=38818&intIdEdicao=632

Último capítulo foi marcado por imprevistos (02 de setembro de 2005)

Dois momentos atípicos também caracterizaram o evento de ontem à tarde. O primeiro foi o atraso na cerimônia.

A solenidade tinha início marcado para as 14h30, mas só começou por volta das 15h30. Nenhuma novidade, não fosse o fato de o cronograma ter atrasado por causa dos próprios papeleiros, que cobravam uma solução urgente.

A demora para a chegada do grupo, que teria sido causada por uma pane no motor do carro que usaram para ir até a Prefeitura, gerou um alvoroço entre os secretários que aguardavam no Salão Nobre. A euforia era tanta que um repórter foi confundido com um papeleiro.

O segundo episódio se deu no momento em que o prefeito e o presidente da Asecmar foram chamados para assinar o contrato de cedência. Rapidamente, Wenzel assinou o documento. Em seguida, largou a caneta e esperou Jandrey fazer o mesmo. Mas o representante dos papeleiros não o fez. Com todo o direito que tinha, começou a ler o termo e chegou a ameaçar uma mudança de planos, quando se defrontou com dois artigos. Em especial, o que proibia a colocação de bandeiras ou cartazes na parte externa do prédio. “As do movimento de vocês pode. Não queremos de partidos”, explicou Wenzel.

As palavras eram o que faltava para a carta ser assinada pelos dois. Para alívio do secretário municipal

de Transportes e Serviços Públicos, Ari Schwerz, responsável pelo acerto. “É um momento gratificante.”

5. http://gazeta.viavale.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdConteudo=45019&intIdEdicao=719

Praticidade causa a reincidência (13 de dezembro de 2005)

A Prefeitura não está esperando a central de separação e reaproveitamento sair do papel para reduzir os sintomas relacionados à coleta de materiais descartados. A garantia é do secretário municipal de Transportes e Serviços Públicos, Ari Scherwz.

De acordo com ele, o município tem trabalhado de forma intensa na fiscalização do recolhimento feito pelos papeleiros. “Já conversamos com eles e deixamos claro que a separação não pode se dar nas esquinas do Centro.”

Conforme o secretário, os casos registrados pela Gazeta no fim do mês passado são pontuais. Ou seja, ocorrem somente quando há um “afrouxamento”. “Há mais áreas e setores para serem cuidados. Por isso, a intensidade dos trabalhos diminuiu às vezes. Mas ao sermos informados, agimos de imediato.”

Para Scherwz, a reincidência dos casos que prejudicam o fluxo de carros e pedestres está ligada à grande oferta de material e à praticidade. “Eles pegam o que é largado pelas lojas e, para não precisarem ir até as suas casas, fazem a triagem na zona central mesmo. É mais fácil.”

Segundo ele, a instalação da Associação Ecológica dos Catadores de Materiais Recicláveis (Asecmar) em um prédio locado pela Prefeitura no Bairro Avenida também evidencia a disposição do poder público de promover a qualificação do setor. “Estamos trabalhando.”

6. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdEdicao=1133&intIdConteudo=73253

Mentalidade seletiva (14 e 15/04/2007)

Segregar pode ser somar. Pelo menos quando o assunto em pauta é o destino dos resíduos sólidos oriundos da atividade humana, que se costuma denominar de “lixo”. No desafio de proporcionar destinação correta, separar significa uma ação a mais – e ao alcance de todos – no sentido da manutenção da qualidade de vida do planeta e da preservação do meio ambiente.

Os impactos sócio-ambientais causados pelos rumos incorretos dos detritos são preocupantes. O depósito de lixo em locais indevidos ou em áreas não preparadas para isso ocasiona a degradação da paisagem e de seus predados naturais. Além disso, analisa o professor Adilson Ben da Costa, do Departamento de Biologia e Farmácia da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), o desleixo pode resultar na contaminação do solo – e, conseqüentemente, dos alimentos produzidos neste substrato – e da água, o que acaba por afetar o homem de forma direta, no seu consumo, ou também pela ingestão de produtos irrigados.

Intervir na questão é obrigação do poder público municipal, responsável pela coleta e pela disposição final do lixo domiciliar. Mas é compromisso também da sociedade, onde cada cidadão pode e deve contribuir para o adequado encaminhamento dos resíduos que gera. Em Santa Cruz do Sul, uma

iniciativa inédita no País une de forma especial estes dois segmentos. Desde o início de abril, a Prefeitura e a empresa Conesul Soluções Ambientais implantaram a coleta seletiva simultânea do material orgânico e do inorgânico no Centro da cidade. Para viabilizar este diferencial, que tem por meta acabar com a confusão gerada pelo recolhimento em dias alternados, é utilizado um veículo fabricado especialmente para esta finalidade. O caminhão, de cerca de R\$ 300 mil, possui um compartimento convencional para resíduos orgânicos e outro para secos.

Mas fundamental mesmo para o sucesso da inovação é o engajamento de todos. Neste projeto-piloto, conclama o prefeito José Alberto Wenzel, a população contemplada deve colaborar separando os dois gêneros de lixo em sacolas de cores diferentes: brancas para os secos e coloridas para os demais. Até agora, todo o volume captado passava pela usina de triagem, onde, das 1,8 mil toneladas geradas por mês, eram selecionados os materiais recicláveis, como plástico, papel e papelão. Porém, muito se perdia em virtude da contaminação.

O novo processo, com o resíduo sendo segregado já em casa, explica o gerente administrativo da Conesul, Ricardo Muradás, trará um produto mais nobre. A ele será possível agregar valores mais significativos e, assim, melhores resultados para a empresa e também para o município, que recebe 20% do montante arrecadado nas vendas. Além disso, quanto mais lixo seco puder ser destinado à reciclagem, menor o volume de rejeitos encaminhados ao aterro sanitário em Minas do Leão e maior o reaproveitamento de materiais já existentes.

Estas são apenas algumas vantagens do projeto, que ainda contribui em outros aspectos ambientais e sociais, como a sensibilização e a conscientização ecológica da população; a construção de uma sociedade mais educada e comprometida com a natureza; e a melhoria das condições de saúde pública. Depois de consolidada a coleta seletiva simultânea no Centro, o processo deverá ser estendido no decorrer do ano para todo o ambiente urbano.

7. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdEdicao=1397&intIdConteudo=90447

O que muda na coleta e destinação do lixo da cidade (sobre o EDITAL SCS – 20/02/2008)

Embora a Conesul tenha vencido a licitação e permaneça responsável pela coleta do lixo, operação da usina de triagem e transporte dos resíduos até o destino final, em Minas do Leão, o serviço vai mudar em Santa Cruz do Sul. O resultado da concorrência, aberta em novembro, foi oficializado ontem pela Prefeitura, que espera apenas o prazo legal de cinco dias úteis para assinar o contrato com a concessionária.

A única mudança direta para o cidadão será a ampliação da coleta seletiva com o caminhão especial da Conesul. Indiretamente, porém, o santa-cruzense será beneficiado com a economia anual de R\$ 470 mil que a Prefeitura terá com o serviço, vai ajudar na preservação ambiental e colaborar para a geração de emprego e renda aos catadores. É para eles que irá, a partir de agora, todo o material reciclável recolhido pelos caminhões do lixo.

Essa é, conforme o prefeito José Alberto Wenzel (PSDB), a grande novidade imposta pela licitação, cujo edital levou mais de meio ano para ser elaborado. “Foi um trabalho minucioso com foco na economia e preservação ambiental”, resumiu o procurador-adjunto do município, Edson Prochnow. Segundo ele, ao fixar no edital o valor máximo dos serviços, a Prefeitura incentivou as concorrentes a baixarem preços.

Hoje, as cerca de 65 mil toneladas de resíduos produzidas diariamente em Santa Cruz custam R\$ 310 mil por mês aos cofres públicos. Com as novas regras, o custo cairá para aproximadamente R\$ 272 mil mensais, uma diferença de R\$ 39 mil. E a economia poderá ser ainda maior: os catadores deverão absorver mais material reciclável do que é processado pela Conesul, reduzindo o custo com transporte até o aterro de Minas do Leão.

Para o coordenador do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) em Santa Cruz, Fagner Jandrey, a destinação da coleta seletiva para os catadores é resultado de uma mobilização iniciada em 2003. “Isso é resultado de uma luta nossa”, disse. Hoje, segundo Jandrey, 30 pessoas trabalham na triagem do material em um pavilhão alugado pela Prefeitura no Bairro Avenida, número que subirá para 50 a partir da chegada do material recolhido pela Conesul.

A preocupação agora é a falta de espaço. Além do material recolhido nas ruas de Santa Cruz, eles recebem resíduos de Vale do Sol e Sinimbu, volume que já esgotou a capacidade do atual prédio. “A Prefeitura terá que nos ceder um espaço maior com urgência”, cobrou. Conforme o coordenador do Departamento de Meio Ambiente (Dema), Clero Ghisleni, o material passará por uma triagem na usina e, o que for para os catadores, será compactado, reduzindo o volume.

SAIBA MAIS

RECOLHIMENTO

- Como é – Os caminhões da Conesul percorrem a cidade e o interior, onde coletam, em média, 65 toneladas de lixo por dia. O caminhão misto, com compartimento separado para lixo seco e orgânico, passa apenas no Centro e Bairro Higienópolis.
- Como fica – O número de veículos em uso, roteiros e horários continuam os mesmos. O caminhão misto é que, aos poucos, chegará a outros bairros. O próximo a ser beneficiado com a coleta seletiva será o Goiás. Ao mesmo tempo, a futura Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento (Semmas) fará campanhas incentivando os santa-cruzenses a fazerem a separação do lixo doméstico independente do itinerário da coleta seletiva. Isso vai facilitar a triagem na usina.

TRIAGEM

- Como é – Hoje, todos os caminhões da Conesul desembocam na chamada usina de lixo do Bairro Dona Carlota, onde a empresa é responsável pela triagem. Dados da Prefeitura apontam que 40% dos resíduos são recicláveis e 60% orgânicos. Cerca de metade dos recicláveis têm destinação diferenciada.
- Como fica – O material reciclável recolhido pelos caminhões da Conesul passa a ser destinado pela Prefeitura aos catadores. A previsão é que, em poucos meses, eles se estruturam e passem a aproveitar cerca de 90% do lixo seco produzido na cidade.

DESTINAÇÃO

- Como é – Como hoje, conforme a Prefeitura, metade do material reciclável ganha destinação adequada na usina, muitos resíduos que poderiam ir para a reciclagem vão junto com o lixo orgânico para o aterro de Minas do Leão.
- Como fica – Destinando uma quantidade maior de material para os catadores, a Conesul precisará levar um volume um pouco menor de lixo para Minas do Leão, o que vai baratear os custos da Prefeitura também com a destinação final.

IMPACTO

Hoje, conforme Fagner Jandrey, do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável, os

catadores ganham aproximadamente R\$ 150,00 por semana e, as pessoas envolvidas na triagem, R\$ 100,00 por semana. Como o pagamento é por produção, a partir de agora a equipe de triagem vai ganhar mais. Além disso, será ampliada, passando das atuais 30 para mais de 50 pessoas. Jandrey anunciou ainda que, para este ano, a meta é obter, junto à Prefeitura, o pagamento de um subsídio mensal de aproximadamente R\$ 200,00 aos catadores, incluindo a equipe de triagem. “Prestamos um serviço público e podemos ganhar um subsídio do governo municipal. Temos bons exemplos disso aqui mesmo no Estado”, salientou.

VARRIÇÃO

A licitação para contratar uma empresa responsável pela varrição da cidade está parada devido a impugnações. Para evitar que o serviço seja interrompido, o atual contrato com a Conesul – que hoje envolve o lixo e a varrição – será parcialmente rompido. “A empresa vai continuar com o serviço até que a licitação esteja concluída”, disse o prefeito José Alberto Wenzel. Após a licitação, a varrição manual será feita nas ruas do Centro e na região da Avenida do Imigrante por dez pessoas contratadas pela empresa vencedora. Já o serviço de limpeza mecanizada atingirá um total de 1,85 milhão de metros quadrados na cidade, abrangendo 124 trajetos.

8. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdEdicao=1411&intIdConteudo=91230

• Coleta seletiva do lixo (07 de março de 2008)

Tenho observado um significativo aumento de pessoas circulando, principalmente pelo Centro da cidade, que sobrevivem de matérias-primas diversas recicláveis, como garrafas plásticas, latas de alumínio, papelões e outros, acessando as lixeiras, rompendo sacos de lixo, esparramando resíduos pelas calçadas, tornando a via pública um péssimo visual e um perigo para a saúde pública.

São pessoas carentes, com pequenas carroças puxadas por animais debilitados, carrinhos, e muitos pedestres que vivem numa situação subumana, pelas ruas da cidade, dormindo pelas calçadas, e que, através destas sucatas, sustentam suas famílias.

O quadro é preocupante. Em certos casos observamos que acessam também restos de alimento para saciar a fome, inclusive crianças, cujos riscos de intoxicações são iminentes.

Nós cidadãos, de certa forma, somos todos responsáveis pela inclusão social, mas entendo e sugiro que neste caso o poder público poderia, através de suas secretarias ou de nosso prefeito, bastante identificado com o meio ambiente, desenvolver algum programa de extensão à coleta seletiva do lixo, já implantada, absorvendo uma oportunidade mais digna e humana de trabalho neste projeto, para que estas pessoas não fiquem à margem da sociedade. Assim resgataria não só a imagem esquecida de cidade mais limpa do Estado, mas quem sabe, também, a mais humana e organizada.

Nara Loureiro/Aposentada

9. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdEdicao=1489&intIdConteudo=96410

Chamado à população (06 de junho de 2008)

Vimos através deste espaço para fazer uma denúncia. Somos famílias que sobrevivem do que a sociedade joga fora, o chamado lixo, que pra nós se torna sustento. Além de tirar o sustento, limpamos a cidade. É um serviço público gratuito que prestamos. Somos os catadores e catadoras que em Santa Cruz vêm sofrendo com os desmandos e descaso do poder público. Neste mês que passou os companheiros que trabalhavam na ocupação do 2001 foram despejados. A Prefeitura prometeu outro espaço e até agora nada.

O outro grupo que trabalha no Avenida teve a destinação da coleta de Vale do Sol interditada deixando 15 mães de família sem trabalho já há uma semana. Mas e a coleta seletiva de Santa Cruz? Por enquanto foram destinadas algumas cargas, que na sua maioria eram lixo orgânico. Vale falar que a coleta de Vale do Sol foi interditada porque, segundo o secretário do Meio Ambiente, estava indo orgânico junto.

Com essa falta de planejamento, ação e vontade política, quem acaba sofrendo são os trabalhadores e moradores do bairro, porque nem o recolhimento do rejeito está regularizado.

Assim, para nós, pobres e trabalhadores, sobra o descaso e a enrolação. Enquanto isso, para aprovar projeto de usina regional é rapidinho. Este projeto é a privatização do lixo, a entrega da região a uma empresa privada. É a mesma que faz a coleta em nossa cidade. Quando a empresa fala o poder público baixa a cabeça e obedece. Sabemos quem tem o poder político de decidir e resolver nossa situação. Por que o poder público não se impõe? Os catadores precisam de reconhecimento através de políticas públicas e sociais, não de enrolação e descaso.

Por isso defendemos a proposta, em caráter de urgência, de que se autorize o repasse da coleta de Vale do Sol, e que se autorize algumas companheiras para realizar a triagem da coleta seletiva de Santa Cruz na usina municipal, até que se tenha uma estrutura adequada de trabalho que é o nosso galpão. Com essas duas medidas acabaria o problema com os moradores e se garantiria o pão na mesa dessas trabalhadoras.

Movimento Nacional dos Catadores (MNCR)

10. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdEdicao=1543&intIdConteudo=99678

08/08/08 - Inclusão social

Há muito tempo temos acompanhado pela imprensa a opinião de pessoas da comunidade que gostam e se preocupam com o bem-estar dos animais, a respeito dos freqüentes casos de violência contra os equinos de tração que vêm ocorrendo aqui na cidade de Santa Cruz.

É impossível ficarmos de braços cruzados diante de tanta crueldade por parte dos carroceiros, que açoitam, mutilam e muitas vezes matam esses pobres animais indefesos, de fome, sede e cansaço. Ou simplesmente os abandonam à própria sorte, como vimos na matéria veiculada neste jornal no sábado (02/08). Fico abismada com essa “gente”, se é que assim podemos chamá-los, pois conseguem fazer isso com quem os ajuda a ganhar o próprio sustento.

Pelos meios de comunicação podemos acompanhar a discussão do problema em todo Brasil, e já está comprovado, através de experiências, que só existe uma forma eficaz de dar fim a esse massacre que os eqüinos vêm sofrendo diariamente: proibir a tração animal no perímetro urbano das cidades.

Vamos dar um basta a toda essa violência! Não é possível querer justificar as agressões contra eqüinos em prol dos chamados “problemas sociais”. Os animais não podem pagar por problemas criados pelo ser humano.

O reciclador de lixo que tem interesse em trabalhar nessa área deve puxar o carrinho com suas próprias mãos (como muitos já fazem), e não agredir e torturar outro ser vivo para conseguir seu sustento.

Em pleno século XXI, onde muito se fala em preservação do meio ambiente, não é aceitável para nós, seres evoluídos, assistirmos a tudo isso calados. Vamos lutar juntos pela criação da lei que proíba o trânsito de veículo de tração animal em Santa Cruz do Sul.

Um abaixo assinado já está circulando na cidade para que essa lei seja criada. Tenho certeza de que juntos iremos conseguir acabar com essas atrocidades que vêm acontecendo.

Patrícia da Silva/Relações Públicas

11. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdEdicao=1548&intIdConteudo=100042

14/08/08 - Carroceiros da Zona Sul reagem ao projeto

Mesmo sem conhecer a sugestão encaminhada à Câmara por um grupo de cidadãos, carroceiros do Loteamento Beckenkamp, na Zona Sul de Santa Cruz, criticaram ontem a possibilidade da restrição à circulação de carroças. Quase todos utilizam o veículo puxado por cavalos para carregar papelão e outros materiais recicláveis. “A situação já está complicada. Imagina então se nos tirarem as carroças. Como iremos daqui até o Centro puxando uma carrocinha? Traremos ainda menos material. Não dá. Hoje o sustento da minha família vem dos cascos do cavalo”, argumentou Osvaldo Pires Maia, de 47 anos.

Segundo ele, os moradores da Rua das Carrocinhas não têm estudo e dificilmente conseguirão emprego. “De onde vamos tirar o nosso sustento? Alguém disse isso?”, indagou, frisando que a carroça lhe garante uma renda de aproximadamente R\$ 300,00 por mês. Mãe de sete filhos com idades entre 3 e 15 anos, Luci de Fátima Rocha, de 32, garante que não terá como continuar o serviço de catadora sem a carroça e o cavalo. “E aí, como que eu vou sustentar minha família, se meus guris de 15 e 14 anos já me ajudam?”, questionou. Ela rebateu a informação de que se encontra cavalo à venda por R\$ 30,00 na periferia. “Um cavalo e uma carroça chegam a custar R\$ 1 mil”, garantiu.

Carroceiro há cinco anos, Vilmar Goularte, de 45, garante que não são todos que maltratam os animais. “Infelizmente tem gente que abusa, bota o animal no serviço todos os dias. O meu (cavalo) só puxa carroça três vezes por semana”, afirmou, apontando para o pasto onde havia três animais, dois visivelmente magros. Goularte admite, porém, que os animais não recebem tratamento adequado. “Como que vamos dar ração para os cavalos se muitas vezes nós não temos o que comer? Cansei de pegar comida do lixo para dar aos meus filhos”, emendou Luci.

SAIBA MAIS

A sugestão dos cidadãos está nas mãos do vereador André Scheibler (PTB), presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara. Ele informou que na próxima sessão fará um pronunciamento sobre o tema. Até lá, pretende definir o que fazer com a matéria, considerada delicada e polêmica. “Ainda na segunda eu deixei o projeto à disposição dos colegas, mas ninguém manifestou interesse em apresentá-lo. Teremos que decidir se a comissão apresentará, já que o Executivo não tem interesse em propor essa medida”. Independente disso, Scheibler adiantou que a discussão deve ficar para depois da eleição. “Não podemos debater um tema importante como esse no calor de uma eleição”, argumentou. Nos bastidores, o entendimento é que cidadãos, Vigilância Sanitária e Prefeitura deixaram a batata quente nas mãos dos vereadores, que por hora não querem se envolver em mais polêmicas para não perder votos.

No fim da tarde de ontem, a prefeita Helena Hermany (PP) disse que o Executivo é contra a proibição do trânsito de carroças na cidade. “Todos têm que ter oportunidades. Temos é que dar apoio e conscientizar essas pessoas contra os maus-tratos a animais.” A Vigilância Sanitária, que estima a existência de aproximadamente 30 carroceiros na cidade, apóia o projeto e entende que o problema não se resolve apenas com fiscalização.

12. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdConteudo=100041&intIdEdicao=1548

14/08/08 - CÂMARA AVALIA LIMITAÇÕES A CARROÇAS

Os freqüentes casos de maus-tratos a cavalos podem levar à proibição do uso de carroças na área urbana de Santa Cruz do Sul. Um projeto de lei de oito páginas prevendo o fim da circulação desse tipo de veículo foi entregue no começo da semana aos vereadores, que ainda não definiram o andamento que será dado à matéria. O pedido popular, respaldado por um abaixo-assinado com mais de mil adesões – número que ainda pode aumentar – está na Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara. Em Porto Alegre, por exemplo, a restrição gerou polêmica durante anos e, em junho, os vereadores aprovaram uma lei dando prazo de oito anos para a retirada das carroças das ruas.

De acordo com o projeto, apenas cavalos e veículos de tração animal do Exército e da Brigada Militar ou que estejam participando de eventos oficiais, como o desfile da Semana Farroupilha, poderão circular pelas ruas da área urbana. A intenção é proibir inclusive a permanência dos animais – soltos ou atados – em locais públicos da cidade. Em caso de descumprimento, os órgãos de fiscalização da Prefeitura ou a BM poderiam recolher a carroça e o cavalo para um depósito. Apreendidos, os animais passariam por exames clínicos e seriam mantidos “em condições que lhes proporcionem comodidade, alimentação e alojamento adequados”.

Os proprietários poderiam resgatar o animal e a carroça num prazo de até cinco dias úteis, mediante apresentação de documentos, pagamento de taxas – de acordo com a sugestão os valores iriam de R\$ 30,00 a R\$ 500,00 – e comprovação de que o cavalo seria levado para o interior. Caso o proprietário não aparecesse, o animal poderia ser destinado à doação. Em caso de doenças graves, seria submetido à eutanásia.

Elaborado por um grupo de seis cidadãos – incluindo veterinários e representantes de empresas e entidades – com base em leis de outros municípios, o projeto é vago ao apontar uma alternativa para quem depende das carroças para tirar o sustento da família, como papeleiros e freteiros, por exemplo. Prevê apenas a realização de programas de “capacitação profissional que permita o retorno ao mercado de trabalho daqueles que deixarem de explorar seus animais para tração de veículos e outros serviços”.

Uma das autoras da sugestão, a veterinária Fernanda Ruschel, salienta que a intenção é justamente abrir o debate em torno do assunto. “Não somos contra os carroceiros, longe disso. Entendemos apenas que é preciso dar um basta nos casos de maus-tratos a animais, cada vez mais comuns e mais graves. E, infelizmente, só a fiscalização não resolve”, salientou. Segundo Fernanda, o descaso não é generalizado, mas há carroceiros que utilizam o cavalo durante todo o dia e, à noite, ainda alugam o animal para colegas de profissão.

- **PROBLEMA**

- principal problema, conforme a veterinária Fernanda Ruschel, é que a grande maioria dos menos de 50 carroceiros que circulam por Santa Cruz não tem dinheiro para garantir um tratamento adequado aos animais. De acordo com a Vigilância Sanitária, o ideal é que um cavalo adulto receba cinco quilos de ração por dia e ainda fique dez horas seguidas no pasto. A situação se agrava com a facilidade que os carroceiros têm para comprar um animal, que chega a ser vendido por R\$ 30,00 na periferia. Há duas semanas uma égua foi abandonada na rua pelo proprietário em adiantado estado de desnutrição e desidratação. O animal, que precisou ser carregado por uma retroescavadeira, morreu um dia depois.

Igor Müller

13. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdEdicao=1554&intIdConteudo=100409

21/08/08 - Posição dos catadores

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) vem a público se manifestar a respeito da polêmica levantada com a proposta de projeto de lei encaminhado à Câmara de Vereadores, que sugere a proibição da circulação das carroças, entre outros encaminhamentos. De antemão vamos deixar claro que não somos a favor dos maus-tratos aos animais, mas também não podemos limitar o debate a este fator. Se fosse discutir só os maus-tratos, teria que se proibir o uso de animais em rodeios, nas rinhas de galo, etc. Para nós, o centro do debate está na situação em que vivem estas famílias que dependem das carroças para sobreviver e a omissão do poder público quanto a isso. Até hoje, desde aquele 2003, quando iniciamos o trabalho do movimento na cidade, não se pensou e não se elaborou nenhuma proposta de política pública voltada aos catadores (propostas do

movimento não faltaram). Mas a Prefeitura é como a indústria farmacêutica: pra que curar, vamos sempre remediar a situação para que a doença permaneça e possamos lucrar em cima dela.

E assim é nas comunidades onde moram estas famílias, a maioria delas não viu melhora nenhuma nestes últimos anos. Muitos sem acesso a luz, água, esgoto, entre todas as restrições que a desigualdade e a injustiça geram. Outra questão que tem que se deixar claro é que o discurso de alguns políticos profissionais não condiz com a realidade que estamos vivendo. Quem duvida nos contate que os levaremos até os locais de trabalho para experimentar a dureza desta realidade do nosso povo. Está acontecendo muita confusão no que diz respeito aos fatos e ao que está sendo feito, afinal: “propaganda é a alma do negócio”, ainda mais em época eleitoral.

Mas o fato é que, se compararmos os casos de maus-tratos aos cavalos ao número de pessoas que dependem da catação pra sobreviver, com certeza o número de pessoas que irão sofrer (mais do que já sofrem) com esta lei será muito maior que o número de cavalos.

Mas não podemos tratar as pessoas como números e nem os animais. O movimento defende a proposta de construção de uma política pública social voltada às famílias dos catadores, que contemple todos os temas envolvidos com a nossa categoria. Através de um amplo processo de debate e construção coletiva da sociedade e com participação efetiva na tomada de decisões por parte dos catadores e da sociedade civil.

Movimento Nacional dos Catadores-MNCR

14. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdEdicao=1559&intIdConteudo=100724

27/08/08 - Direitos dos animais

A polêmica sobre o uso de veículos de tração animal (VTA) pelos catadores de lixo no perímetro urbano de Santa Cruz esquentou as discussões. A grande questão sobre o uso de cavalos para puxar as carroças dos catadores de lixo está relacionada aos maus-tratos aos animais, os quais frequentemente ‘trabalham’ 24 horas por dia, sem descanso, não são alimentados adequadamente e carregam excesso de peso, possuindo, muitas vezes, lesões não tratadas.

Os cavalos, animais sencientes (capazes de sofrer), são o centro psicológico de uma vida única, cuja ‘utilidade’ não deveria ser medida pela balança injusta dos interesses humanos. Assim como nós, eles possuem necessidades físicas, psíquicas e sociais. Para eles, suas vidas valem tanto quanto a nossa vale para nós.

Representamos a defesa animal e junto com a maioria da população que abomina a crueldade para com esses seres, desejamos o fim dos VTA. Não somos contra os carroceiros, e sim contra as carroças: somos trabalhadores tanto quanto eles, portanto entendemos e somos solidários com a luta de todo o ser humano por subsistência e dignidade.

Queremos melhores condições de trabalho para os carroceiros, queremos uma perspectiva de futuro melhor para eles e para seus filhos, queremos uma mudança, que não se limita a situações singelas e previsíveis, mas, ao contrário, queremos um “produtivo caos”, propulsor de uma transformação em

relação aos velhos paradigmas, queremos a renovação das velhas concepções.

Uma coleta seletiva de lixo eficiente e um galpão de reciclagem que oferecesse condições dignas de trabalho aos catadores seria um ganho e um progresso humano e social. Entretanto, é mais fácil, cômodo e conveniente defender o uso dos VTA como oportunidade de sustento. Essa posição nada mais é que uma pseudodefesa da condição dos carroceiros, uma atitude superficial de permanecer na letargia política. E para mudar essa situação, a quem deveríamos recorrer, senão aos representantes eleitos pelo povo? Onde está o compromisso ético, onde está a sensibilidade, a compaixão pelas outras espécies animais? O meio ambiente é o que temos de mais importante no nosso planeta e precisamos preservá-lo. Ecologia não é só árvore!

Débora Borsatti /Psicóloga

Eduardo Mendes Bernhard/Médico

Fernanda Ruschel/Médica Veterinária

Marisa Fernanda da Silva Bueno/Advogada

Sheila Fernanda Cândido/Publicitária

GAE /Grupo pela Abolição do Especismo

15. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdConteudo=101112&intIdEdicao=1565

03/09/2008 - Lixo, resíduos ou recicláveis?

Fiquei abismado ao ler a carta de uma leitora no último dia 8 de agosto. Não escrevo aqui para afirmar que apóio ver os animais sofrendo de fome e cansaço, mas que apóio o trabalho honrado de pessoas que sabem da importância da vida harmônica em uma sociedade complexa. Falar em resíduos ou recicláveis no lugar de lixo é politicamente correto? Na verdade, isso mascara a verdade de que as pessoas ainda são preconceituosas quanto ao real valor do lixo. Lixo ainda está intimamente relacionado a sujeira, ao que não presta mais. A autora da carta “Inclusão Social” chegou a comentar que ela não sabia se as pessoas que trabalham com a coleta de lixo (ou se preferirem, resíduos ou recicláveis) poderiam ser chamadas de “gente”.

É isso que pretendemos ver como Inclusão Social? Isso é ser cidadão? Significa muito ter nível superior e fazer afirmações vazias e extremamente preconceituosas? Você que tem condições de ler este texto já está incluído na sociedade, não está?

Precisamos aprender a analisar a situação de cada um: Prefeitura, o que pode ser feito? Há projetos mais consistentes para a reciclagem em Santa Cruz do Sul? Catadores, há alternativas de trabalho para vocês? Vocês por acaso precisam de apoio da população? Sociedade, o que podemos fazer por todos?

Reportagens na Gazeta do Sul, como a do mesmo dia 8/08, afirmam que Luci de Fátima Rocha é gente e trabalha, ganha por volta de R\$ 300,00 por mês e tem cinco filhos para sustentar. Há alimentação suficiente para seis pessoas e um cavalo? Quem colabora para que ela continue no ramo, ajudando as populações futuras a reciclar o que hoje a gente põe fora e acha que não faz mal nenhum à natureza?

Em alto nível, veio a resposta do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável à mobilização da sociedade sobre uma questão tão delicada: retirar as carroças de circulação. Nem precisa de comentários, só parabéns! Devemos exigir que os catadores sumam da nossa frente, como sempre achamos que acontecia com o lixo? O lixo não reciclado causa morte de minúsculos animais que garantem a biodiversidade, ou seja, a continuação da vida na Terra. Vamos defendê-los!

Não deveríamos apoiar propostas em que essas pessoas possam ser também recicladas, possam receber educação e qualificação para não viverem eternamente em condições lastimáveis de sobrevivência?

Diônifer Alan / Mestrando em Desen. Regional

16. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdEdicao=1570&intIdConteudo=101442

09/09/08 - Animais produtores de “lixo”

Somos humanos, dotados de uma capacidade considerada única entre os animais, a racionalidade. À mercê de nossas especialidades enquanto espécie, somos os únicos animais acomodadamente movidos pelo poder, iludidos com falsos progressos, exaurindo a nossa base de sobrevivência. Alimentamos um pensamento divisório, compartimentado, incompleto que se traduz no tênue fio condutor dos desequilíbrios provocados sobre o substrato da existência, caótico, complexo, holístico, em equilíbrio constante.

Considerações sobre a natureza humana e a circundante talvez permitam compreender fatos e atitudes antrópicas que dominam o cotidiano. Atualmente, um dos grandes infortúnios do homem sobre si mesmo tem sido a produção de “lixo”, resíduos que implicam em múltiplos agravos à qualidade de vida. Aliado a isso, estão as desigualdades sociais que geram abismos entre homens e reproduzem-se dentro de uma lógica circular.

Num movimento contrário a estes aspectos, depara-se atualmente com um exemplo digno do intelecto do qual somos providos, o desenvolvimento de grupos à margem do mercado de trabalho que traduziram o “lixo” humano em oportunidade de renda, dignidade e inclusão dentro de uma sociedade humanamente injusta. O “lixo”, no entendimento destes grupos, é denominado “Material Reciclável”, possui status que não só privilegia os “Catadores”, mas, sobretudo, a sociedade “moderna”.

Ironicamente ao círculo da exclusão, os catadores trabalham para o sustento de suas famílias e para a sustentabilidade ambiental, uma vez que processam nossas dificuldades civilizatórias em soluções para suas vidas através da reciclagem. Necessitam, portanto, da formulação de políticas públicas contextualizadas nas premissas do Desenvolvimento Sustentável, instrumentos de “ordem pública” que forneçam subsídios para a valorização e maximização da sua capacidade produtiva.

Vivemos em uma época em que não há espaço para soluções setorizadas. Precisamos de soluções simultâneas que atendam às necessidades sociais e ambientais como um todo. Deparamo-nos com a urgência de pensar a vida, interligada, diversa sob todos os aspectos. No tocante, verifica-se a inconsistência de qualquer ambição de sustentabilidade social e ambiental, formulada em bases humanas socialmente hierarquizadas e discriminadas.

Nesse sentido, revertendo-se à realidade de Santa Cruz do Sul, percebe-se a incoerência na busca de minimizar os maus-tratos contra animais através da proibição de carroças utilizadas pelas famílias de catadores. O que urge como questão central são os maus-tratos, fatos que infelizmente ultrapassam a utilização dos animais de tração. Atinge indistintamente todos os níveis da sociedade, constituindo um problema emergente para os órgãos públicos, considerando o grande número de animais abandonados e sujeitos a diversas atrocidades nas vias municipais.

Pelo exposto, soluções legítimas exigem a tomada de medidas que envolvam a elaboração de programas de educação sobre posse responsável de animais e a formulação de políticas de regularização e fiscalização para atividade dos carroceiros. Contrariamente a isso agiremos com imprudência diante das questões sócio-ambientais enquanto animais humanos, categoricamente especiais e diretamente influenciados por nossas atitudes precipitadas e inconsistentes. Por último, deseja-se que os novos legisladores a serem eleitos em outubro atuem com cumplicidade e ética na elaboração e aprovação de projetos que beneficiem os catadores, estes nobres trabalhadores, guerreiros a favor da vida.

Patrícia Braga Lovatto/Biol. Ms., pesquisadora-Unisc

17. http://www.santacruz.rs.gov.br/index.php?acao=areas&areas_id=23&acao2=noticias¬icias_id=2307

Santa Cruz terá novo local para Usina de Reciclagem de Lixo (Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento)

A Prefeitura de Santa Cruz do Sul encaminhou nesta quinta-feira, dia 8, à Câmara de Vereadores, o projeto de lei nº 108/E/07, que autoriza o município a adquirir uma área de terras sem benfeitorias, para instalar e implantar o projeto da nova Usina de Reciclagem de Lixo. A área fica em São José da Reserva – divisa como município de Rio Pardo – e terá em torno de 2,5 hectares. O valor do investimento é de R\$ 49.011,50. O novo local foi escolhido por estar dentro das determinações do Plano Diretor do município, afastado das zonas residenciais. Assim, o antigo local – hoje instalado na Victor Frederico Baumhardt, bairro Dona Carlota – será desativado.

De acordo com o secretário municipal de Meio Ambiente e Saneamento, Clero Ghislani, na primeira fase do projeto o pavilhão terá uma área de 2.600 m². Os recursos para a implantação dessa primeira fase virão da Consulta Popular, no valor de R\$ 500 mil, com a contrapartida do município de R\$ 125 mil (área e parte da construção). Assim que a Câmara aprovar o projeto e a Prefeitura tiver a certidão de propriedade do imóvel, o município poderá encaminhar o pedido ao Estado para a liberação do recurso oriundo da Consulta Popular.

A projeção, conforme Ghislane, é que seja implantada futuramente a 2ª fase do projeto que terá só em parte predial, em torno de 7.800 m², e irá inserir todos os 23 municípios pertencentes ao Corede. A partir desta segunda fase, todo o lixo seco e orgânico urbano desses municípios será tratado nesta Usina, o que, segundo o secretário, deverá chegar a 250 toneladas por dia de material. Neste caso, todo o lixo seco será reciclado e o orgânico será composto como adubo orgânico. Para a implantação dessa 2ª fase, o município entrará com um projeto junto ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. O valor estimado desta fase é de R\$ 1,5 a R\$ 2 milhões.

De acordo com o prefeito José Alberto Wenzel o projeto atende a demanda crescente da destinação do lixo recolhido no município, e futuramente de toda região. “Esse projeto é um sonho

antigo desta administração, respeitando a questão ambiental e objetivando a melhoria da qualidade de vida da população”, afirmou.

Fonte: Assessoria de Imprensa - Prefeitura Municipal

18. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdConteudo=101831&intIdEdicao=1576

A máquina da vergonha (16 de setembro de 2008)

E do barulho, e da poeira, e do gasto inútil... 8 horas, segunda-feira, ei-la que surge, lá vem a monstrenga. Um homem, com uma vassoura à frente; ao lado dela, outro homem com mais uma vassoura.

Inúteis, todos, descompromissados, porque a máquina (caminhão) não varre, não limpa, apenas esparrama a poeira do chão... Os homens? Não usam as vassouras, apenas as carregam.

E a sujeira?! E o lixo?! E a terra do meio-fio?! Como sempre tudo ficou intocado, tudo, passou direto.

Em algum lugar, alguma vez, devem limpar. Ou o que carregaria aquele tambor ao fim de uma jornada?

Sim, porque a rua, o meio-fio em frente à casa e nesta quadra nunca, mas nunca foi limpo. Aliás, uma única vez, faz anos, em que telefonei, falei, implorei, me incomodei, vieram e nem assim fizeram um serviço bem-feito.

Nossos administradores sabem que muita gente reclama e já prometeram dar um jeito... Mas quando? Até quando?

Gloria Maria Zanette Rohr/Cidadã santa-cruzense e professora

19. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdConteudo=103487&intIdEdicao=1601

Catadores buscam melhores condições (15 de outubro de 2008)

A Associação Ecológica dos Catadores de Materiais Recicláveis de Santa Cruz do Sul (Asecmar), base integrante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em reunião realizada na segunda-feira, definiu metas para 2009. Junto ao governo municipal serão buscados recursos para a construção de um novo galpão de triagem e a implementação do projeto Coleta Seletiva Solidária.

O coordenador da associação, Fagner Antônio Jandrey, frisou que o trabalho desenvolvido pelos catadores é um serviço público, de limpeza urbana e preservação ambiental, e que necessita de amparo por parte do governo municipal. Citou, por exemplo, incentivos financeiros para infra-estruturas de trabalho dignas, reconhecimento e valorização através de uma política de inclusão social e econômica dos catadores.

Explicou que a entidade encaminhou, ao poder público, dois projetos que poderão auxiliar muito no processo de emancipação das famílias e de outras que vierem a integrar a Asecmar. Entre eles, está a construção de um galpão de triagem. Inclusive, já existe um terreno para esse fim, na Rua 28 de Setembro, lote 13, no Bairro Várzea. Para melhorar e agilizar o trabalho, também estão sendo solicitados novos equipamentos, incluindo prensas, esteira, elevador de fardos e um caminhão semi-novo, entre outros.

COLETA

Afora isso, a associação busca a implementação do projeto de Coleta Seletiva Solidária, visando a inclusão sócio-ambiental dos catadores organizados. A idéia é unificar o trabalho já realizado, com apoio para que se estruture melhor. Com isso, será possível gerar mais postos de trabalho e ampliar a coleta seletiva municipal.

Os projetos já foram encaminhados ao Executivo, para serem incluídos no orçamento municipal de 2009. O total dos investimentos gira em torno de R\$ 222 mil.

20. <http://rsurgente.opsblog.org/2009/04/03/cooperativa-de-catadores-pede-ajuda/>

Cooperativa de catadores pede ajuda (03/04/2009)

A COOMCREAL, cooperativa que realiza a coleta de resíduos recicláveis em Encruzilhada do Sul e também promove um trabalho de inclusão pela cultura mantendo duas bibliotecas populares, organizadas com material retirado do lixo, está pedindo ajuda. Sem apoio da Prefeitura do município, a Cooperativa sente agora os efeitos da crise econômica mundial, com a drástica queda dos preços do papelão, do alumínio e de outros materiais, o que já está comprometendo a renda das famílias cooperadas.

Em conjunto com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, representantes da cooperativa participaram de uma audiência no Ministério do Trabalho e Emprego. Nesta reunião, garantiu-se suporte técnico e ingresso dos trabalhadores nos programas de qualificação profissional desenvolvidos pelo ministério, mas, a principal reivindicação ainda não foi atendida: o ingresso dos cooperados no programa de seguro desemprego.

Neste dia 3 de abril a COOMCREAL entrou na luta para a construção de um Plano Emergencial para combater a crise que atingiu o Setor de Reciclagem, encaminhando um documento ao prefeito de Encruzilhada. Esse plano propõe quatro medidas:

Repasse de subsídio em valor complementar ao necessário para manter a atividade hoje calculada em 12 mil reais mensais.

Repasse de Assistência social em forma a garantir a Lei de Segurança Alimentar, possibilitando a redução dos gastos com alimentação e fornecimento de ranchos aos cooperados.

Repasse de medicamentos de uso contínuo e demais possibilitando a redução dos gastos com farmácia dos cooperados.

Plano emergencial de atendimento às crianças filhas de cooperados, possibilitando o retorno ao trabalho dos que em função dos filhos pararam suas atividades.

A COOMCREAL conta com 25 cooperados, que garantem a coleta em todas as ruas do município selecionando cerca de 40 toneladas de material seco por mês. As ações da cooperativa, além de garantir a limpeza da cidade, o destino dos resíduos do comércio, a preservação do meio ambiente, a economia dos cofres públicos com o serviço de limpeza urbana, garante também, há quase uma década, trabalho e renda a duas das comunidades mais carentes de Encruzilhada: Lava-Pés e da Vila da Fonte.

21. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdEdicao=1784&intIdConteudo=113558
(20 de maio de 2009) **Polêmica**

Além do inquérito civil para apurar se há casos de nepotismo na Prefeitura, a promotora de Defesa Comunitária, Roberta Brenner de Moraes, abriu também nessa segunda-feira uma investigação sobre o cumprimento do contrato do município com a empresa Cone Sul sobre a coleta e destinação dos resíduos recolhidos na cidade. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) denunciou ao Ministério Público que alguns pontos do contrato estariam sendo descumpridos.

Tanto a empresa quanto a Prefeitura informaram que não há irregularidades. Ontem elas acordaram que, para evitar polêmica, a partir da semana que vem a própria Cone Sul fará a entrega – diretamente aos dois grupos de catadores da cidade – do material reciclável recolhido diariamente nos bairros onde há coleta seletiva. Até então os recicláveis iam para a unidade de triagem e, de lá, eram distribuídos pela Prefeitura aos catadores. A Prefeitura informou também que pretende fazer um cadastramento dos trabalhadores do setor.

22. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdEdicao=1789&intIdConteudo=113866
Catadores fazem protesto pela gestão atual do lixo (26 de maio de 2009)

Uma manifestação pacífica marcou a caminhada de integrantes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) de Santa Cruz do Sul. A passeata realizada ontem à tarde reuniu cerca de 20 trabalhadores, que saíram da Praça Siegfried Heuser, passando pelas principais ruas do Centro. No saguão da Prefeitura, a categoria teve uma audiência conjunta com a prefeita Kelly Moraes, Procuradoria Jurídica e dois secretários. Os catadores promoveram o ato em defesa do trabalho, da geração de empregos, da preservação da natureza e do bem público.

Durante o trajeto, panfletos foram entregues à população, enquanto o coordenador do MNCR, Fagner Jandrey, explicava o motivo do protesto. Segundo ele, o atual modelo de gestão do lixo no município é insustentável. “Apenas 8% do material é reciclado e o resto vai para um aterro em Minas do Leão”, afirma. Por ano, a Prefeitura gasta cerca de R\$ 4 milhões com o recolhimento do lixo seco e orgânico.

Os resíduos são encaminhados para a Usina Municipal de Reciclagem, que é gerida pela Cone Sul, vencedora da licitação na administração passada. Por mês, a empresa recebe aproximadamente R\$ 22

mil para a manutenção do local e o pagamento de salários. “Não queremos excluir a empresa. Estamos pedindo que se passe uma parte do serviço (coleta seletiva e gestão da usina) aos trabalhadores da reciclagem. Ela continuará com a coleta de lixo orgânico, transporte e destinação final”, ressalta Jandrey.

Na sede do Executivo, participaram da audiência a prefeita Kelly Moraes, o procurador adjunto, Luciano Almeida, o secretário de Meio Ambiente, Alberto Heck, a secretária de Desenvolvimento Social, Núbia Bruch e Jonas Mello, que representou a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. De acordo com a prefeita Kelly, o governo está disposto a dialogar com a categoria. Ela solicitou a relação das famílias que dependem desse tipo de serviço. Estima-se que hoje existam 100 famílias, mas Kelly quer saber o número oficial para que o cadastramento possa ser feito. Um novo encontro está marcado para o próximo dia 3.

No último dia 18, a promotora de Defesa Comunitária, Roberta Brenner de Moraes, instaurou um inquérito civil para apurar o cumprimento do contrato do município com a Cone Sul sobre a coleta e a destinação do lixo na cidade. O caso foi denunciado ao Ministério Público pelo próprio MNCR, alegando que alguns pontos estariam sendo descumpridos. Tanto Kelly como Almeida garantiram que, se houver irregularidades nas cláusulas, o contrato pode ser rescindido. A investigação do MP deve ser concluída até a semana que vem.

SEM IRREGULARIDADES

De acordo com o gerente da Cone Sul, Ricardo Muradas, não há qualquer irregularidade no contrato com o município. Ele diz que o movimento dos catadores também pode participar das licitações, conforme a lei 8.666/93. Sobre o recebimento de R\$ 22 mil da Prefeitura, Muradas afirma que esse valor serve para cobrir os custos com manutenção e pagamento de pessoal. “Temos 16 funcionários no contrato, envolvendo zeladores, triadores, aqueles que trabalham na prensa. Temos despesas também com máquina, caminhões, esteira, luz, entre outras”, salienta. Ainda essa semana, os caminhões da Prefeitura levarão os resíduos oriundos da coleta seletiva diretamente ao galpão do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). O secretário de Meio Ambiente, Alberto Heck, explica que a Cone Sul reservará um local separado na própria usina para a execução desse trabalho. A Associação 2001 também será beneficiada. Segundo Heck, o cronograma prevê que a destinação ocorra de forma alternada um dia para cada organização.

23. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdConteudo=121874&intIdEdicao=1917

22/10/2009 - Catadores querem inclusão de propostas no orçamento

A implantação da coleta seletiva solidária e a gestão da usina de reciclagem em 2010 foram novamente reivindicadas pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) de Santa Cruz do Sul. Ontem pela manhã, a categoria tomou a entrada da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Para evitar confusão, a Guarda Municipal e a Brigada Militar foram chamadas. Depois, o protesto se estendeu para a frente do pavilhão central, onde funciona o gabinete da prefeita Kelly Moraes.

Surpreendida com a manifestação, a chefe do Executivo recebeu o grupo na entrada do prédio. Ela solicitou que os representantes do Movimento se reunissem com o Comitê Gestor no gabinete do vice-prefeito. Logo em seguida, a comissão participou de uma audiência. Durante uma hora, o

coordenador-geral do MNCR, Fagner Jandrey, apresentou as propostas que beneficiariam os catadores no ano que vem.

De acordo com Jandrey, um dos projetos sugere que a Prefeitura contrate a associação dos catadores para fazer a coleta seletiva no município, conforme dispositivos da lei federal de saneamento básico (número 11.445). O coordenador ressalta que a proposta é começar com 30 catadores a partir de 2010. Após passarem por um processo de capacitação, eles desenvolveriam a atividade em seis bairros da cidade.

Segundo Jandrey, cada catador receberia R\$ 300,00, o que corresponde a R\$ 9 mil por mês e a R\$ 108 mil por ano. “Por meio da comissão criada para implementar e acompanhar este processo pode-se avaliar a ampliação do projeto para mais bairros, num sentido progressivo e com inclusão de mais trabalhadores”, observa. O coordenador afirma ainda que sem a disponibilização de recursos financeiros, o projeto se torna inviável.

O repasse da usina municipal de reciclagem também está nos planos do MNCR. “Queremos formalizar no orçamento de 2010, para que o valor repassado à empresa atual para manter a usina, seja destinado à associação”, ressalta. O valor previsto é de R\$ 26.694,82 mensais. Jandrey afirma que o Movimento tem plenas condições técnicas e operacionais para gerir o trabalho. A princípio, 30 trabalhadores atuariam no local.

NOVO ENCONTRO

Os pedidos serão analisados pelo Comitê Gestor, a prefeita e o vice-prefeito Luiz Augusto Campis. A resposta será dada em um novo encontro marcado para o dia 10 de novembro, às 10 horas. O secretário de Meio Ambiente, Alberto Heck, disse que a estratégia dos catadores de ocupar a frente do prédio foi equivocada. “Estamos sempre abertos ao diálogo”, assegura. Conforme ele, a gestão da usina só pode ser concedida se os trabalhadores apresentarem um programa que contemple as necessidades, como a triagem e o encaminhamento do material para o aterro sanitário.

24. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdEdicao=1924&intIdConteudo=122284
30/10/2009 - Nós é que somos decisores!

Enquanto a Unisc se articula para dialogar com a população de toda a região para que possamos construir uma região mais desenvolvida econômica, social e ambientalmente, seguimos com políticos menos preocupados com o público e mais preocupados com o privado. A população precisa saber que as ações de iniciativa popular não são criminosas, embora façam muito barulho. Pelo contrário, os maiores crimes são realizados devido à falta de questionamentos por parte de todos nós. São crimes feitos às escuras por aqueles que normalmente usam terno e gravata.

O Movimento dos Catadores fez, no dia 21/10, aquilo que todos deveríamos fazer... exigir respostas daquelas pessoas que estão gerindo o nosso dinheiro. O dinheiro e os bens públicos não são exclusividade de quem foi eleito. As decisões que eles tomam não devem ser sempre aceitas. Devemos questionar!

Há mais de 10 anos, há um discurso de que Santa Cruz do Sul logo teria coleta seletiva para todos, mas, na verdade, compram-se caminhões e fazem educação ambiental nas escolas. Como resposta, o cidadão separa o lixo em sua casa. O problema é que ele vê aquele belo caminhão passar na sua rua e

acabar misturando e esmagando todo o lixo, tanto o orgânico quanto o seco. Isso desde o milênio passado.

Sabem o que isso significa? Significa que estamos há muito tempo jogando dinheiro e empregos fora. Como? Simplesmente porque temos milhões de reais gastos pela Prefeitura para que um caminhão, com o nosso lixo já todo sujo, faça uma viagem até Minas do Leão, 110 km distante de nossa cidade, jogue o lixo em um aterro sanitário e volte para cá. O caminhão percorre 220 km por viagem. Além disso, se não estivesse sujo, mais da metade do lixo poderia ser separado e comercializado, garantindo empregos para catadores, triadores da usina, empregos em empresas recicladoras e até empregados de novas empresas que poderiam se interessar por ter matéria-prima reciclável na nossa região. Alguns estudos indicam que perdemos por volta de 2 mil empregos na região por reciclar tão pouco.

Quase ninguém pensa que se o lixo orgânico fosse reciclado, poderiam ser produzidos fertilizantes naturais, fomentando centenas de famílias que têm buscado a alternativa nas verduras e frutas orgânicas, que são mais saudáveis tanto para os consumidores quanto para os nossos produtores, que já sofrem bastante com o uso dos agrotóxicos. Além de excluir os mais pobres e os com menos estudo das decisões e das políticas públicas, Santa Cruz tem excluído os municípios pequenos da região, tal como ocorreu com a decisão sobre a Usina “Regional” de Reciclagem de Lixo.

Vamos dar um basta nestes discursos dos nossos representantes. Não somos cidadãos apenas quando votamos. Somos verdadeiros cidadãos quando participamos das políticas públicas, quando exigimos dos políticos que eles façam o que acreditamos que seja o melhor para todos e não somente para a nossa rua, o nosso bairro, a nossa escola ou a nossa empresa. Quanto mais gente for beneficiada, melhor estará sendo alocado o nosso dinheiro. Vamos exigir, portanto, que finalmente a coleta seletiva solidária e uma real reciclagem sejam implementadas em Santa Cruz e que sejam realizadas políticas que apoiem o maior número possível de cidadãos santa-cruzenses (além de possibilitar o desenvolvimento de toda a nossa região).

Diônifer Alan da Silveira/Mestrando em Desenvolvimento Regional – Unisc

25. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&%20intIdConteudo=122517&intIdEdicao=1928

04/11/2009 - Destinação de resíduos sólidos

Em virtude dos últimos acontecimentos em nossa cidade relacionados às negociações de nossa categoria e dos assuntos que envolvem a problemática dos resíduos sólidos (lixo), queremos manifestar nossas reflexões e proposições. Enquanto catadores(as) organizados em um movimento nacional, que historicamente tem buscado o reconhecimento e a valorização do nosso trabalho, temos tentado incessantemente a concretização de políticas públicas que melhorem as condições de trabalho e de vida das nossas famílias.

É neste contexto, e por estes únicos interesses, que temos nos organizado e proposto ao Poder Público Municipal projetos que busquem diminuir o enorme abismo que divide nossa sociedade em poucos ricos e muitos pobres, através da inclusão socioeconômica dos catadores no sistema de gestão dos resíduos do município.

O tema fundamental para nós é o avanço destas políticas que, para se concretizar, precisam do apoio político, social e econômico da Prefeitura local. Mas infelizmente alguns setores da sociedade santacruzense, ao invés de buscar soluções conjuntas e concretas para além dos discursos, prefere desviar o foco do debate para os métodos utilizados pelo movimento. O papel histórico dos movimentos sociais sempre foi o de denúncia, como um grito, quando algo não vai bem as pessoas se organizam e tentam mudar esta situação, estudam sobre ela, fazem relações e proposições.

Portanto, nosso caso não é um caso de polícia e sim de políticas públicas. Defendemos a participação da população nas decisões do governo, afinal, o que seria democracia senão a voz do povo e de toda sociedade?

O Poder Público, como o próprio nome já diz, não deve apenas atender aos interesses de quem está no poder e seus aliados. Esta apropriação é indevida e equivocada. Os administradores têm seu papel, mas a sociedade civil também tem o seu. Esta relação deve ser estreita, responsável e respeitosa para que haja avanços para o bem comum de todos. O que o movimento tem cobrado o tempo todo é a participação, a democracia e a justiça social.

Os caminhos que temos defendido para se alcançar tudo isso é a parceria, o diálogo e a ação, entre todos os que se importam com o futuro da vida nesta terra. Cada um deve investir seu potencial com responsabilidade.

Neste sentido apresentamos propostas singelas, mas honestas, reconhecendo nossas próprias limitações, mas que podem apontar para uma mudança significativa na forma como vem sendo tratada a questão do lixo em Santa Cruz. Sinteticamente falando, apresentamos desde o início do ano uma proposta em que a coleta seletiva seja feita pelos catadores e que eles sejam pagos pelo serviço prestado, através de um projeto piloto (em alguns bairros) elaborado em conjunto entre a Prefeitura, catadores e comunidade em geral. O orçamento deste projeto é baixíssimo, levando em consideração seus impactos sociais e ambientais. Pois gera inclusão, economia aos cofres públicos e preservação ambiental de fato.

Além disso, temos defendido a gestão da Usina Municipal de Reciclagem (que é pública) pelos trabalhadores. Segundo representantes da Prefeitura e da própria empresa que presta o serviço, há disponibilidade neste repasse. Foi nos solicitado um Plano de Gestão da usina, solicitamos os dados necessários para fazer este plano, só que até agora não nos foram repassados. Além disso, não queremos excluir a atual empresa, queremos apenas uma parte do serviço. Antigamente existia uma cooperativa de catadores de Santa Maria na usina e a destinação final era feita pela atual empresa. Recentemente foi anunciada a construção do galpão de reciclagem na Dona Carlota, que com certeza é um avanço, mas que não resolve a situação. Queremos que este galpão faça parte de um programa maior que contemple todas as questões envolvidas, sejam elas operacionais, administrativas ou pedagógicas.

Coordenação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR (Base Santa Cruz)

26. http://www.gazetadosul.com.br/default.php?arquivo=_noticia.php&intIdConteudo=122875&intIdEdicao=1933

10/11/2009 - Coleta seletiva: para além do debate político

Há poucos dias a Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento foi invadida por um grupo de pessoas articulado pelo Movimento Nacional de Catadores (MNCR). E, para que a versão apresentada

em artigo na imprensa não seja entendida como a “verdade” absoluta dos fatos, é importante fazermos algumas considerações.

Primeiramente, sobre a forma como aconteceu a invasão. Percebemos a entrada de alguns catadores no prédio da secretaria, com características de ocupação, imaginando que fosse para apresentar algum tipo de reivindicação (panela, fogareiro, mantimentos...). Mas, na sequência, fio do computador e do telefone arrancados, talvez para impedir a comunicação externa. Depois, corrente e cadeado no portão, impedindo trabalhadores de exercerem suas atividades e o acesso da população, que paga impostos, ao serviço público. Entre os cerca de 30 manifestantes, coordenados por líderes vindos da capital, havia algumas crianças, sindicalistas, estudantes e, também, uns 15 catadores.

No dia seguinte à manifestação, nota veiculada pelo Movimento referia a pressão realizada sobre o Poder Público, com os catadores “entoando gritos de guerra” e uma foto com os rostos disfarçados sob a justificativa de evitar que as imagens caíssem “nas mãos dos serviços de inteligência dos órgãos de repressão”.

E, sabem para que tudo isso? Para apresentar uma pauta com duas reivindicações: a inclusão de recursos no Orçamento de 2010 para a contratação de 30 catadores pela Prefeitura para o projeto da Coleta Seletiva Solidária, e o repasse da gestão da Usina Municipal de Reciclagem para a associação. Reivindicações para a LDO podem ser encaminhadas através de ofício ou de diálogo com o Poder Público. Quanto à gestão da usina, alegam capacidade para gerenciá-la, mas não conseguem apresentar um Plano de Gestão porque desconhecem os dados.

O Poder Público, como referido, “não deve apenas atender aos interesses de quem está no poder e de seus aliados”, mas também não deve deixar-se pautar por pressões políticas principalmente porque tem oferecido de forma permanente o espaço para o diálogo. Já foram mais de dez reuniões, além do Fórum, para debater questões relacionadas aos interesses dos catadores. Continuamos mantendo à disposição dos mesmos um pavilhão no Bairro Faxinal; garantimos os recursos para a construção de um novo galpão de 2.613 metros quadrados; destinamos para os catadores – durante o mês de outubro – mais de uma tonelada de materiais recicláveis oriundos do Programa de Coleta Seletiva nos órgãos públicos municipais; estamos concluindo a proposta de coleta seletiva para toda a comunidade.

Se, para os catadores, as coisas não acontecem com a instantaneidade desejada, lembramos que a Administração Pública tem de fazer os projetos com responsabilidade. E não queremos fazer apenas mais uma experiência de coleta seletiva que termine frustrada como outras três ou quatro tentativas já realizadas. Por isso, é necessário que o processo comece em cada casa, com a separação dos materiais na origem. Só assim teremos uma coleta eficiente. Existem ainda outros desafios, que dependem da vontade política dos catadores. Primeiro, uma mudança de conceito: por que catadores, e não recicladores? Em segundo lugar, o cadastramento das famílias que realizam atividades relacionadas à catção e/ou reciclagem. Em terceiro lugar, a criação da cooperativa, para facilitar convênios e acesso a créditos de programas federais. Estes elementos são, no nosso entendimento, fundamentais para avançarmos no diálogo e na construção de uma proposta que garanta a inclusão social e que, sobretudo, tenha resultados eficientes.

Alberto João Heck/Secretário de Meio Ambiente e Saneamento

11/11/2009 - A coleta é seletiva, sim!

A Conesul Soluções Ambientais, como operadora da coleta seletiva em Santa Cruz do Sul, manifesta seu posicionamento frente a recentes opiniões publicadas. A empresa desenvolveu de forma inovadora um caminhão coletor, cuja tecnologia serve de exemplo para outras cidades e é até utilizada em Foz do Iguaçu. Ao recolher os dois tipos de resíduos com a mesma frequência do recolhimento normal de lixo, o veículo e sua equipe são responsáveis por agilidade no serviço e redução de gases de efeito estufa, diminuindo o impacto ambiental.

A coleta seletiva acontece em 11 bairros de Santa Cruz do Sul, com um caminhão híbrido que funciona com duas caixas coletoras, uma para o lixo seco e outra para o lixo somente orgânico ou todo misturado. Os dois tipos de lixo são colocados em compartimentos distintos, e sua compactação também é feita de forma diferente. O lixo seco proveniente da coleta seletiva é destinado à Prefeitura, que se encarrega de distribuí-lo gratuitamente à Associação de Catadores. A Conesul faz a triagem de todo o restante do lixo recolhido, que é destinado para reciclagem. A empresa gera mais de 40 empregos diretos a partir da Central de Triagem. Apenas os rejeitos dos resíduos vão para um aterro sanitário em Minas do Leão, um dos poucos do Brasil em que os gases são tratados, e para onde são destinados volumes provenientes de muitos outros pontos do Estado.

A Conesul Soluções Ambientais, há 15 anos fazendo o recolhimento do lixo em Santa Cruz do Sul, opera o sistema de coleta seletiva seguindo especificamente as determinações de seu contratante, que é a Prefeitura. Sempre focada na consciência ambiental, a empresa tem sua frota de veículos equipada com motores eletrônicos ecológicos, que são auditados e regulados para emitir a menor quantidade possível de gás carbônico na atmosfera. Em sua oficina, todo o óleo e resíduos são coletados e destinados para reciclagem.

Prova da sua coerência social e ambiental, a empresa é favorável a que outros grupos como cooperativas e/ou associações, que se mostrem eficientes, administrem Centrais de Triagem em diversos municípios, mas alerta para que isso ocorra com muito cuidado e zelo ao patrimônio público e aos trabalhadores. A Conesul entende que os candidatos a assumir esta operação não devem apresentar a simples justificativa de geração de empregos, sem todos os direitos assegurados. Caso contrário, caracterizaria um retrocesso às condições de trabalho legalmente asseguradas aos trabalhadores hoje contratados.

Considerando que o grande desafio da sociedade e da municipalidade é a geração de empregos dignos, nós, da Conesul, estamos fazendo a nossa parte em nome de uma Santa Cruz melhor. Com investimentos constantes em treinamento de pessoal e tecnologia, acreditamos que o sistema de coleta seletiva e a reciclagem de lixo são importantes iniciativas pela preservação do meio ambiente, realizando também, ao longo de cada ano, várias ações e campanhas de conscientização com enfoque socioambiental.

Defendemos o desenvolvimento sustentável de nossa sociedade, com respeito a todos os trabalhadores que hoje já atuam na cadeia que envolve a coleta e a reciclagem do lixo. Que se busquem políticas de incentivo e priorização na utilização de materiais reciclados que inclusive hoje têm carga tributária altíssima. Que se oportunizem empregos muito além de um trabalho quase desumano de puxar carroça.

Estaremos sempre sensibilizados com os movimentos sociais e as comunidades onde atuamos, respeitando a lei e a segurança jurídica de nossos contratados. Em nossa parceria junto a diversas empresas privadas e Prefeituras, nunca sofremos qualquer penalidade ou ação por algum tipo de

litígio. Endossa o nosso trabalho a presença em mais de 50 cidades do Rio Grande do Sul e fora dele. Inclusive receberemos, este ano, o Oscar do Meio Ambiente, na 5ª edição do Prêmio de Responsabilidade Ambiental RS, promovido pelo Instituto Borboleta Azul. Porque, na verdade, só faz sombra quem constrói.

Conesul Soluções Ambientais

28. <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/05/12/moraes-paga-dono-de-posto-de-gasolina-que-tem-contratos-com-sua-mulher-prefeita-755841757.asp>

MORAES PAGA A DONO DE POSTO DE GASOLINA QUE TEM CONTRATOS COM SUA ESPOSA, A PREFEITA (12/05/2009)

SANTA CRUZ DO SUL (RS) - A verba indenizatória destinada ao deputado Sérgio Moraes (PTB-RS) parece sempre encontrar abrigo entre seus aliados, principalmente os que acompanham desde cedo a trajetória do político que diz se lixar para a opinião pública. Além de bancar com o dinheiro da Câmara o pagamento mensal de R\$ 2,5 mil como aluguel de seu escritório político na cidade gaúcha de Santa Cruz do Sul - que funciona na casa onde fica o escritório de seu advogado, Marcos Borba -, Moraes também faz questão de todo mês gastar R\$ 4,5 mil da verba indenizatória num mesmo posto de gasolina da cidade.

O posto é de Jefferson Tollotti, que explora os serviços de recolhimento de lixo e transporte público de Santa Cruz do Sul, administrada pela mulher de Moraes, Neiva Terezinha Marques, conhecida por Kelly.

'Tiro dinheiro do bolso e dou nota de R\$ 4,5 mil'

A prestação de contas do deputado não tem alteração sequer de centavos, mesmo de um mês para o outro. Sempre com uma única nota do posto de Santa Cruz, Moraes justifica à Casa gasto exato mensal de R\$ 4,5 mil em combustível. Ao saber que O GLOBO estava nesta terça na cidade, o deputado entrou em contato e explicou a curiosa precisão.

- Sempre gasto uns R\$ 700, R\$ 800 a mais do que a Casa permite (R\$ 4,5 mil). Então, tiro dinheiro do próprio bolso e dou nota só de R\$ 4,5 mil - disse, informando ter três carros.

Ele disse que usa sempre o mesmo posto porque fica no Centro da cidade e perto da casa de seu motorista. Já com o dono do posto, Jefferson Tollotti, a conversa não se estendeu.

- Quem é? - perguntou.

- É do jornal O GLOBO.

- Não estou ouvindo - devolveu o empresário, que não atendeu as ligações seguintes.

Recentemente, Tollotti assinou contrato para alugar um de seus imóveis a duas secretarias municipais. O prédio antes abrigava uma concessionária, que pagava aluguel de R\$ 1,5 mil. A prefeitura vai desembolsar cerca de R\$ 5 mil por mês.

Moraes disse ontem que estava pronto para mais uma "sacanagem da imprensa", principalmente quando indagado se já havia abastecido com a verba no posto que sua família mantém na zona rural da cidade.

- Não vou dizer se o posto é meu, vá na Receita e pergunte - disse, para em seguida explicar que o posto Tio Willy (apelido de seu pai) é de sua irmã, a ex-publicitária Marilene Moraes, 56 anos. Foi ela quem avisou ao deputado que repórteres do GLOBO estavam em frente à propriedade da família, onde se destaca uma mansão, em meio a uma área de bosques e aparentemente vigiada por seguranças.

- Não autorizo ninguém a fotografar a minha casa - disse, alegando que temia pela vida de sua mulher e filhos.

Moraes disse que, espontaneamente, deu explicações sobre o escritório político que funciona na casa de seu advogado:

- É só perguntar à imprensa local que eles vão dizer que sempre me entrevistaram lá.

Na sala onde o deputado atenderia a imprensa há uma mesa com a sigla BVK (Borba, Valentini e Konzen), sócios do escritório. A advogada Ana Paula Konzen disse que Moraes paga pelo aluguel, não por honorários. Perguntada se poderia apresentar os recibos ou o contrato, disse que a papelada estava com seus sócios, em Brasília.

29. TEXTO MEU, ENVIADO AO JORNAL GAZETA DO SUL, RESPONDIDO COMO INTERESSANTE PELA RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO, MAS NÃO PUBLICADO.

QUANDO VOCÊ VAI PENSAR NO BEM PÚBLICO (DE TODOS)? (15/12/2009)

Quero deixar claro, desde o início, que quero ver o maior número de pessoas, tanto físicas quanto jurídicas de Santa Cruz do Sul e da região do Vale do Rio Pardo e vizinhança, desenvolvendo e se tornando referência, tanto no estado quanto no país. Entretanto, tal como ficou exposto nas respostas do mês passado, tanto de um gestor público municipal quanto da empresa responsável pela coleta dos resíduos sólidos do município, não devemos conquistar tantos avanços. Apenas conquistaremos pequenos prêmios e faremos pequenas ações, como a meritória ação de apoiar a empresa GLZ na confecção de coletores feitos das caixas de leite TetraPak para coleta de material reciclável nas dependências da Prefeitura. Na verdade, quero muito que a atual gestão seja a melhor de todos os tempos e que a Conesul, uma empresa local, seja referência internacional, gerando políticas mais solidárias e que nos levam ao desenvolvimento sustentável.

Nos discursos, nossos gestores não se dizem responsáveis pela situação atual da coleta seletiva, apontando a culpa para a população que “deve separar em casa” e para os catadores, que devem mudar de nome para “recicladores”. Quem recicla são as empresas que fazem a transformação da matéria-prima em um novo produto. Os catadores, que constantemente lutam para fortalecer sua identidade, estão na Classificação Brasileira de Ocupações como “Catadores de Materiais Recicláveis”. Sinceramente, acho que não necessitamos disso para que funcione o sistema em Santa Cruz, quem sabe se conversarmos com a população e com os catadores para criarmos vínculos e respeito mútuo? Os outros dois pontos apontados como impeditivos (“cadastramento das famílias” e “criação de cooperativa”) não são “verdades” absolutas, tendo em vista que há cadastramentos de algumas famílias e que há pessoas que trabalham com a catação e não têm a intenção de trabalhar de forma organizada, diferentemente do que ocorre com a associação, que de acordo com a Lei Federal 11.445/07, no artigo 57, também pode ser contratada, inclusive sem a necessidade de licitação, da mesma forma que uma cooperativa.

Mais grave, para mim, foi ler o seguinte: “O Poder Público [...] 'não deve apenas atender aos interesses de quem está no poder e de seus aliados', mas também não deve deixar-se pautar por pressões políticas”. Espero que nosso gestor não quisesse ter escrito isso, pois admite haver o atendimento de interesses privados, tendo, no início da frase, citado o termo PODER PÚBLICO, que significa o poder de todos os cidadãos. E, sinceramente, eu vejo que as crianças e os catadores são cidadãos sim, embora eles estejam atualmente “na sombra” (como dito no texto de uma empresa contratada pelo Poder Público e que deve prezar pelo bom atendimento à população) dos detentores do poder no NOSSO município. Como podemos chamar a visita de empresas vencedoras de licitação que visitam diariamente a Prefeitura enquanto que os catadores conseguem uma reunião por mês? Não há

pressão política por parte dos que já tem poder? É assim que construímos a sombra no nosso município?

De acordo com teóricos, a sombra do sistema pode ser visto como a “expressão de uma parte da sociedade que não pode ser mostrada, não pode ser vista e por isso mesmo é tratada com preconceito, exclusão ou má-inclusão social”. É isso que estamos desenvolvendo? Continuamos a excluir as pessoas que mais precisam. Os catadores não organizados são quase 90% no Brasil e deve ser também em Santa Cruz. Qual foi a queda do salário dos Secretários municipais? Qual foi a queda no repasse para a empresa que coleta os resíduos em Santa Cruz durante a crise? Você sabe qual foi a queda nos preços dos materiais dos catadores, durante um ano inteirinho de crise? MAIS DE 50%! Isso não é significativo para quem ganha menos de um salário mínimo, teve queda no rendimento e mesmo assim continua gastando, todos os dias, R\$ 8,00 em ônibus para ir trabalhar no Galpão de Triagem? É por isso que os catadores exigem alguma solução mais logo possível, tendo em vista que até mesmo propostas PRONTAS foram entregues à prefeitura sobre o que e o como fazer. Educação, emprego, respeito e solidariedade (sem pensar em vantagens diretas) são palavras e ações que devemos buscar todos os dias para todos de nossa região, estado, país e mundo desenvolvam-se. Assim, certamente lembraremos que os interesses individuais prejudicam fortemente tanto às pessoas quanto à natureza.

Desenvolvimento sustentável se faz não somente pensando no *meio ambiente*. As dimensões *Social*, *Econômica* (que na verdade sempre foi a que mais contribuiu para os atuais problemas sociais e ambientais) e também a *Política* devem ser consideradas para que possamos construir a sustentabilidade. A questão política significa termos uma sociedade engajada em questionar as ações coletivas, principalmente as do Poder Público e das empresas que são mantidas pela vontade do cidadão. Além disso, significa sermos mais solidários, pensando no maior número de pessoas, municípios ou ambientes (naturais ou institucionais).

Vamos ser responsáveis pelo futuro? Questiono, por exemplo, o que Santa Cruz, como polo regional, está pensando para colaborar com municípios como Herveiras, Ibarama Lagoa Bonita do Sul ou Vale Verde? Se Santa Cruz, tal como citado pela Conesul, com 120.000 habitantes, emprega 40 pessoas para triagem de resíduos sólidos, todo o Vale do Rio Pardo empregaria pouco mais de 100 pessoas com este atual modelo. Por isso, cobre da Prefeitura, que haja uma Central Regional de Comercialização de Recicláveis, que serviria para armazenar e fazer a venda direta para as empresas recicladoras. Essa seria a oportunidade de todas as associações e cooperativas dos municípios menores conseguirem se manter, trazendo seu material separado para venda em escala, beneficiando por volta de 2.000 catadores da região. Aí poderá haver diversos programas que beneficiem tanto o lado social, o ambiental, o econômico e o político não só do santa-cruzense, mas também do candelariense, do riopardense, do gaúcho, do brasileiro e do dinamarquês (que como país desenvolvido, poderia investir em créditos de carbono no município). Alguém apoia? Por que então não fazemos sombra todos juntos? Certamente, assim, teremos um natal e um ano novo mais próspero, pois o benefício para muitos é um benefício para cada um de nós.

Diônifer Alan da Silveira – mestrando em Desenvolvimento Regional – UNISC

ANEXO C – MARCOS FUNDAMENTAIS DO MNCR

CARTA DE BRASÍLIA

1º Congresso Nacional do MNCR em 2001

Os participantes do **1º CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, e os 3.000 participantes da **1ª MARCHA NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA**, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguem. E o fazem contando com a força nascida de um longo processo de articulação, apoiado pelo **Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua**, que teve seu ponto alto no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, MG, em novembro de 1999, onde decidiu-se pela organização do presente Congresso.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regulamenta a profissão **catador de materiais recicláveis** e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao Poder executivo, propomos:

1.1 – Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.

1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.

1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.

1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.

1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.

1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de **Combate à Pobreza** para as ações emergenciais.

2 - Em relação à cadeia produtiva:

2.1 – Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

3 – Em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua

3.1 – Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

3.2 – Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o ***direito à cidade***.

3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.

3.4 – Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

3.5 – Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 – Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como “saúde da família” e similares, “saúde mental”, DST/AIDS/HIV e outros, instituindo “casas-abrigo” para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual, será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias à serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

Pelo fim dos lixões!

Reciclagem feita pelos catadores, já!

Brasília, junho de 2001

CARTA DE CAXIAS DO SUL

1º Congresso Latino Americano - RS em 2003

Somos 800 Catadoras e Catadores e representamos milhares de companheiras e companheiros do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Queremos compartilhar com todas as pessoas a rica experiência de lutas, dificuldades, sonhos e conquistas vividas neste Congresso.

Esta luta não começou agora. Ela é fruto de uma longa história de mulheres e homens que, com seu trabalho de Catadores, garantiram a sobrevivência a partir do que a sociedade descarta e joga fora.

É uma história em que descobrimos o valor e o significado do nosso trabalho: coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais e contribuimos com a limpeza das cidades. A organização de associações e cooperativas criou a possibilidade de trabalho e renda para os setores mais excluídos da sociedade.

Por tudo isso, o trabalho e as organizações dos Catadores são uma luz que aponta na direção de um novo modelo de desenvolvimento para nossas cidades e para nossos povos. Nossa experiência mostra que todas as pessoas podem ser muito mais felizes e saudáveis. Basta dar valor a tudo e reciclar tudo o que for possível, reciclando a própria vida.

Por que há, no entanto, tanta gente que não vê isso e não se junta a nós?

O Congresso nos ajudou a entender o que vivemos no dia-a-dia: fazemos parte de sociedades em que valem mais as mercadorias do que as pessoas e a natureza. Só se dá valor às coisas que se pode vender para aumentar os lucros. Tudo que sobra - até mesmo as pessoas - é jogado fora. Não se presta atenção ao que é tirado da natureza para fazer as coisas que compramos, e menos ainda ao que acontece com a natureza a partir do que se joga fora.

A mesma dominação capitalista que gerou essa mentalidade está exigindo, nos últimos anos, uma liberdade total para as grandes empresas e bancos fazerem negócios em todo o mundo. Ela não respeita nada, nem mesmo a cultura e a soberania dos povos. Usa até mesmo

a guerra para consumir armas e como instrumento para se apropriar do resto das riquezas naturais do Planeta.

Em nossa América, a ALCA é o caminho escolhido para colocar nossos povos sob o domínio do império econômico e militar estadunidense. Sua implantação retirará de nossas mãos o poder de decidir sobre o nosso destino. Perderemos o poder de decidir sobre o melhor uso das riquezas existentes, como a água e a biodiversidade, bem como o de escolher a melhor maneira de reciclar os resíduos sólidos, reciclando, ao mesmo tempo, a nossa vida e a vida de toda a sociedade.

Não aceitamos esse projeto dos capitalistas. Ele é portador de exclusão e de morte para a maioria da humanidade. Nossa experiência de Catadoras e Catadores nos mostra que é possível e já estamos abrindo um caminho novo e diferente, portador de vida para todas as pessoas e para o meio ambiente da vida.

Olhando para o futuro e com grande esperança, os participantes do 1º Congresso Latinoamericano de Catadores assumem e convidam as pessoas e povos a assumirem com eles os seguintes compromissos:

1. lutar em favor da organização de todos os Catadores e Catadoras em associações ou cooperativas, reforçando os Movimentos dos Catadores existentes, superando a fome e a exclusão por meio de iniciativas que gerem trabalho e renda;

2. intensificar o intercâmbio e a articulação entre as iniciativas e organizações de Catadores de recicláveis dos países do Mercosul e de toda a América Latina, visando a construção de redes de cooperativas, associações e empresas comunitárias e uma futura criação de um movimento latinoamericano deste setor.

3. trabalhar em favor de uma maior integração das comunidades de nossas cidades com as organizações de Catadores através de políticas e programas de educação ambiental, garantindo sua cooperação na separação e entrega dos recicláveis, no controle das ações dos governos, na valorização do trabalho dos Catadores, na participação em Fóruns de Gestão das políticas públicas;

4. conquistar, junto aos governos, o reconhecimento do trabalho dos Catadores na limpeza pública e a regulamentação da nossa profissão;

5. garantir programas de alfabetização e de formação para os Catadores que não tiveram oportunidades;
6. lutar pela revisão da legislação do cooperativismo para facilitar a implementação e o funcionamento do sistema no processo de organização dos Catadores;
7. lutar por novas formas de acesso dos Catadores aos benefícios da Previdência Social;
8. lutar contra a privatização do setor e garantir que os programas de coleta seletiva sejam implementados prioritariamente em parceria com as organizações de Catadores;
9. garantir que os investimentos do governo federal brasileiro para o setor de resíduos sólidos urbanos sejam condicionados à implantação da coleta seletiva em parceria com as organizações dos Catadores;
10. lutar pela erradicação dos lixões e implantação de aterros sanitários e pela garantia de investimentos para a implantação de infra-estrutura para o trabalho dos Catadores através de suas organizações;
11. lutar por uma legislação que exija que as empresas geradoras de resíduos sólidos assumam com responsabilidade o seu destino correto;
12. dar passos concretos para garantir o domínio da cadeia produtiva por parte das organizações dos Catadores, articulando-se com outros movimentos sociais para garantir que as propostas de leis e de políticas públicas referentes à coleta, triagem e industrialização de resíduos sólidos, elaboradas pelos Catadores, sejam assumidas pelos governos;
13. lutar por políticas públicas de fomento e incentivo para a capacitação e formação, com autonomia pedagógica das organizações de Catadores;
14. lutar pela criação de linhas de crédito específicas para grupos organizados de Catadores;
15. exigir a garantia da integração dos Catadores na política de saneamento ambiental;
16. lutar em favor de políticas de meio ambiente e de investimento em tecnologias adequadas de industrialização;
17. lutar em favor de nova modalidade de contrato de prestação de serviços entre as prefeituras e as organizações de Catadores na Coleta Seletiva;

18. mobilizar nossas organizações contra a guerra ao Iraque e contra a militarização do Continente Americano com bases estadunidenses, reforçando a luta pela paz.

Caxias do Sul, 20 a 23 de janeiro de 2003.

2º Congresso Latino Americano de catadores(as)

Declaração Final de São Leopoldo/2005

A organização, a solidariedade e a consciência da importância dos Catadores/as de Materiais Recicláveis estão crescendo. Isto ficou evidenciado no II Congresso Latino-Americano de Catadores/as, realizado nos dias 23 a 25 de janeiro de 2005, em São Leopoldo, RS, com participação de 1050 pessoas vindas de todas as regiões do Brasil, e delegações da Argentina, Uruguai, Chile e Colômbia.

Os objetivos do I Congresso, presentes na Carta de Caxias do Sul de 2003, foram alcançados, em parte; no entanto, continuam como desafios para o Movimento. Agora, é preciso seguir adiante com as orientações assumidas neste II Congresso:

1. Reforçar e multiplicar as Associações e as Cooperativas como bases orgânicas do Movimento, aumentando a participação com a prática da democracia direta.

2. Avançar na soma de Comitês regionais, lutando para controlar a cadeia produtiva da reciclagem por meio de Redes e/ou Centrais de produção e comercialização.

3. Avançar no processo permanente de formação e capacitação, garantindo maior autonomia nas lutas e maior capacidade para conquistar políticas públicas e novas leis que realizem nossos direitos; e de modo especial, os direitos à Previdência Social pública e os da remuneração pelo trabalho socioambiental realizado pelos Catadores/as e suas organizações.

4. Conquistar políticas públicas elaboradas e executadas com participação democrática dos Catadores/as, partindo do levantamento das necessidades locais e organizando ações de mobilização nacional em favor das propostas assumidas por toda a categoria.

5. Avançar na conquista de educação de qualidade para os filhos dos Catadores/as, de modo especial para que possam ficar em creches e escolas de tempo integral, para que não tenham que andar com os pais no trabalho de coleta e da reciclagem.

6. Lutar por uma educação socioambiental nas escolas que valorize a reciclagem e fazendo a coleta seletiva com a participação dos Catadores/as.

7. Avançar na prática do princípio da ação direta, protagonizada pelos Catadores/as, de modo especial por meio de mobilizações para denunciar os que exploram, tratam com preconceitos e violência os Catadores/as, e para exigir que os governos reconheçam a assumam as propostas e reivindicações de suas organizações.

8. Combater a exploração dos atravessadores e as ações das indústrias geradoras de resíduos.

9. Exigir o repasse direto de recursos públicos, sem burocracia, para montar ou melhorar a infra-estrutura dos trabalhos da coleta e da reciclagem.

10. Exigir que a verba das taxas ambientais seja repassada às Associações e Cooperativas dos Catadores/as e que também as empresas façam doação do material reciclável produzido por elas.

11. Exigir em lei que os bancos, assim como instituições públicas, destinem os materiais recicláveis para as organizações dos Catadores/as.

12. Lutar para que a erradicação dos lixões aconteça só depois de garantir infra-estrutura de trabalho para os Catadores/as e implantação de programas de coleta seletiva com sua participação.

13. Garantir a participação dos Catadores/as na elaboração de uma política pública de habitação que leve em conta suas demandas e condições.

14. Fortalecer a solidariedade e a articulação do Movimento dos Catadores/as nos países da América Latina, enfrentando situações concretas e apoiando o crescimento da organização dos Catadores/as em cada país e no continente.

15. Fortalecidos com a realização do II Congresso, queremos aprofundar a solidariedade com as lutas e organizações de outros movimentos sociais de nossos países. Desejamos a união de todas as forças que lutam por uma sociedade em que todas as pessoas

vivam com dignidade, em que o trabalho coletivo construa uma economia solidária, superando a economia capitalista, baseada na exploração dos trabalhadores e do meio ambiente. E convocamos, por fim, a todos os Catadores/as a se juntarem a nós, reforçando nosso Movimento e tornando-se mais fortes para enfrentar seus problemas, e para exigirmos, juntos, como unidade do Movimento Nacional, todos os nossos direitos.

São Leopoldo, 25 de janeiro de 2005.

Carta de Bogotá

3º Congresso Latino Americano, Colômbia, 2008

Em Bogotá – DC entre os dias 1 e 4 de Março de 2008, os delegados de 15 países latino-americanos representando Argentina, Chile, Peru, Brasil, Bolívia, México, Porto Rico, Costa Rica, Guatemala, Equador, Paraguai, Venezuela, Nicarágua, Haiti e Colômbia, como exercício de pronunciamento das organizações de base dos recicladores, pepenadores, cartoneros, cirujas, clasificadores, buceadores, guajeros, minadores, catadores, thawis, barequeros e um infinito número de denominações de acordo com o local onde trabalham. No marco do III Congresso Latino Americano de Catadores para a opinião pública, os governos, as comunidades, a sociedade em geral, as agencias de cooperação e suas próprias organizações orgânicas:

PROCLAMAM

- Mobilizar mundialmente o reconhecimento da profissão dos catadores e de suas organizações, por meio de espaços de discussão. Por meio do desenvolvimento de estratégias de presença ativa nestes cenários.
- Gerar ações e estratégias para qualificação e certificação que reconheça a Rede Latino Americana de Organizações Recicladoras/Catadores (RLOR), para classificar o trabalho e a profissão do catador e de suas organizações em sua atividade.

- Conseguir compromissos de socialização do conhecimento aos catadores e suas organizações nacionais, suas estruturas locais, e as bases orgânicas dos diferentes movimentos.
- Tender para o avanço dos catadores e sua organização na cadeia de valor, de forma que facilite o acesso e o usufruto da renda que gera a atividade.
- Gerar mobilização mundial de cada país articuladamente que buscando a proclamação do dia Mundial dos Catadores e de sua profissão orientado ao reconhecimento da atividade e das pessoas que a exercem.
- Os participantes do Congresso exigem dos poderes públicos e governos na contratação de serviços de limpeza, priorizem as organizações de catadores dando as condições para sua efetiva inclusão, mediante o desenvolvimento de ações econômicas, sociais e ambientais que concretizem ações afirmativas.
- Revisar as leis e as políticas para que de agora em diante em suas formulações vinculem efetivamente as organizações, como autores das decisões, para que tenham condições iguais.
- As organizações participantes comprometemo-nos em nível mundial a realizar a formação, capacitação e conhecimento para a profissionalização da atividade.
- O compromisso mundial se estenderá a promover o contato com o maior número possível de catadores e suas organizações.
- Avançar nos comitês mundiais, regionais e locais a luta para controlar a cadeia de valor produtiva de reciclagem e suas rendas através de redes e centros de produção.
- Fica mantido o compromisso de trabalhar para concretizar os objetivos proclamados no segundo Congresso e o seguir o cumprimento dos acordos.